

**RODRIGO OLIVEIRA FONSECA**

**A INTERDIÇÃO DISCURSIVA:  
O CASO DA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 E OUTROS  
LIMITES À PARTICIPAÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA  
POLÍTICA BRASILEIRA**

**PORTO ALEGRE  
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ESTUDOS DA LINGUAGEM  
TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO**

**A INTERDIÇÃO DISCURSIVA:  
O CASO DA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 E OUTROS  
LIMITES À PARTICIPAÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA  
POLÍTICA BRASILEIRA**

**RODRIGO OLIVEIRA FONSECA**

**ORIENTADORA: PROFESSORA DRA. FREDIA INDURSKY**

Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem,  
apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Doutor pelo Programa de  
Pós-Graduação em Letras da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE  
2012**

Aos meus avós Catarina e Luciano, em memória.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, aos alunos que resistiram (e se inquietaram) frente à Análise do Discurso, fazendo com que eu fosse forçado a topar com as causas daquilo que falha.

A todos os professores que provocam uma relação de nunca acabar com a produção do conhecimento no (e com o) ensino. Aos professores Marco Morel, Mário Maestri e Vanise Medeiros, que fazem parte desta tese – pelo menos nos seus pontos altos – em razão das leituras críticas, atentas e impiedosas das qualificações. Às professoras do PPG Ana Zandwais, M<sup>a</sup> Cristina Leandro Ferreira, Solange Mittman, e à minha hiperorientadora Freda Indursky, prótese de leitura pró-tese, suporte, exemplo, provocação, simplesmente minha forma-sujeito, interpelação feliz que acompanhou as fronteiras moventes dos meus posicionamentos nestes quatro anos.

Ao Giovani Aiub, grande parceiro no PPG, e aos meus camaradas do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação (Contradit), com quem milito e compartilho as melhores expectativas e os maiores desafios em desenvolver e fazer avançar as posições materialistas no estudo das ideologias: Maurício Beck, Helson Silva Sobrinho, Phellipe Marcel Esteves e, representando os que agora chegam, Luciana Nogueira.

Aos meus familiares que desde longe participam de tudo e que também se realizam nesse trabalho. À minha mãe, Inês, e à minha avó Regina.

Ao pequeno Nuno, que faltava em nossas vidas, e que em alguns momentos contribuiu com a tese apertando várias teclas aleatórias do computador (inclusive a que desliga), devidamente “foraclubidas” no texto a seguir.

À Roberta, presente em todas as adversidades, em todas as hesitações, em todas as felicidades, em tudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao Instituto de Letras da UFRGS e ao sistema público de ensino brasileiro, que propiciaram a bolsa de estudos sem a qual não haveria pesquisa.

A todos aqueles que ao longo de nossa história se engajaram em causas impossíveis com tanta verdade e energia que elas se tornaram inevitáveis. Aos mártires Luiz Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, Manuel Faustino e João de Deus.

## RESUMO

A presente tese investiga a incidência de interdições discursivas, explícitas e não explícitas, na história política do Brasil, com destaque para a interdição diluidora do abolicionismo em meio à discursividade republicana e anticolonialista da Conjuração Baiana de 1798. Tal interdição teria se efetivado a partir da *práxis discursiva* dos revolucionários baianos, que lhes demandou a constituição de *palanques enunciativos* virtualmente capazes de tirá-los da invisibilidade, da mudez e do *non sens* de sua existência política e de resistir aos efeitos de captura dos discursos dominantes. As outras duas análises, que servem de contraponto à primeira, investigam a interdição (explícita) ao Partido Comunista Brasileiro na cassação de seu registro partidário em 1947 e a interdição (não-explícita) ao movimento comunitário na promoção ao Orçamento Participativo de Porto Alegre. A tese propõe o desenvolvimento de procedimentos capazes de lidar proveitosamente com os estudos históricos no interior dos dispositivos de análise do discurso propostos por Michel Pêcheux em 1969 e depois revisitados por ele e Catherine Fuchs em 1975. Considera também uma série de intervenções do fundador da Análise do Discurso nos seus últimos anos de vida, nas quais uma compreensão mais fina da língua e da história neutralizam as tentações homogeneizantes que incidiam sobre os estudos discursivos. Algumas proposições de Jacques Rancière sobre a prática política, os modos de subjetivação e o desentendimento servem de base às propostas teórico-metodológicas desenvolvidas na tese, assim como uma reconsideração crítica do legado de Louis Althusser no bojo da teoria do discurso de Michel Pêcheux, com destaque à sua teoria da ideologia e à simples alusão à história, sem deixar de reconhecer e seguir trabalhando o sentido materialista de sua intervenção no marxismo. Conclui-se que também as classes dominantes não podem escapar à necessidade e à contingência de fazer política, contra os fatores de transformação social que atravessam os muitos furos e instabilidades da ordem, e que não há interdição que se sustente sem a promoção de alianças (reais, possíveis e imaginárias) no tecido social.

## RESUMEN

Esta tesis investiga la presencia de interdicciones discursivas, explícitas y no explícitas, en la historia política de Brasil, con énfasis para la interdicción diluyente del abolicionismo en medio a la discursividad republicana y anticolonialista de la Conjura Baiana de 1798. Dicha interdicción se efectiva a partir de la *praxis discursiva* de los revolucionarios baianos, que exigió la constitución de *estrados enunciativos* virtualmente capaces de sacarlos de la invisibilidad, de la mudez y del *non sens* de su existencia política y de resistir a los efectos de captura de los discursos dominantes. Los demás análisis, que sirven de contrapunto, investigan la interdicción (explícita) al Partido Comunista Brasileño por la casación de su registro partidario en 1947 y la interdicción (no explícita) al movimiento vecinal en la promoción del Presupuesto Participativo de Porto Alegre. La tesis propone el desarrollo de procedimientos capaces de lidiar provechosamente con los estudios históricos en el interior de los dispositivos de análisis del discurso propuestos por Michel Pêcheux en 1969 y después revisitados por él y Catherine Fuchs en 1975. Considera también una serie de intervenciones del fundador del Análisis del Discurso en sus últimos años de vida, en donde una comprensión más fina de la lengua y de la historia neutraliza las tentaciones homogeneizantes que incidian sobre los estudios discursivos. Algunas proposiciones de Jacques Rancière sobre la práctica política, los modos de subjetivación y el desentendimiento sirven de base a las propuestas teórico-metodológicas desarrolladas en la tesis, así como una reconsideración crítica del legado de Louis Althusser en el centro de la teoría del discurso de Michel Pêcheux, con énfasis sobre su teoría de la ideología y sobre la simple alusión a la historia, sin dejar de reconocer y seguir trabajando el sentido materialista de su intervención en el marxismo. Se concluye que también las clases dominantes no pueden escapar a la necesidad y a la contingencia de hacer política, en contra los factores de transformación social que atraviesan los muchos agujeros e instabilidades de la orden, y que no hay interdicción que se sostenga sin la promoción de alianzas (reales, posibles e imaginarias) en el tejido social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: PER(DIS)CURSOS NA HISTÓRIA</b> .....	08
<b>1 OS LIMITES DA PRÁTICA POLÍTICA</b> .....	14
1.1 PERSPECTIVAS TRANSVERSAIS DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO.....	25
1.2 A ANÁLISE DO DISCURSO E AS TAREFAS DEIXADAS POR PÊCHEUX .....	36
1.3 FORMAÇÃO SOCIAL, DESIGUALDADES E MOVIMENTO .....	44
<b>1.3.1 O lugar das interdições numa Formação Social e na discursividade</b> .....	50
<b>1.3.2 Gestos de interdição e desentendimento</b> .....	58
<b>2 AO LADO DA HISTÓRIA AO LADO DA ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....	64
2.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO AO LADO DA ANÁLISE DO DISCURSO .....	75
<b>2.1.1 Michel Foucault, história, discurso, política</b> .....	79
<b>2.1.2 Passagens e ultrapassagens de Louis Althusser</b> .....	88
<b>2.1.3 A AD e os sujeitos falantes na história: por uma práxis discursiva</b> .....	112
<b>2.1.4 Avançar na consideração do deslocamento tendencial do sujeito enunciador</b> .....	119
2.2 EM BUSCA DE PROCEDIMENTOS HISTORICIZANTES NO INTERIOR DA ANÁLISE DISCURSIVA .....	137
<b>2.2.1 Os palanques da enunciação e as condições de produção dos sentidos</b> .....	141
<b>3 A CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 E A DILUIÇÃO DO OUTRO</b> .....	148
3.1 FORMAÇÃO SOCIAL E CONJUNTURA NA BA DO FINAL DO SÉCULO XVIII..	150
<b>3.1.1 O sentido da colonização</b> .....	151
<b>3.1.2 Classes, estamentos e a prática política (im)possível na colônia</b> .....	165
3.2 A CONJURAÇÃO BAIANA ENTRE O REPUBLICANISMO FRANCÊS E O ABOLICIONISMO HUMANO .....	178
3.3 OS PALANQUES DE ENUNCIAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS BAIANOS .....	195
<b>3.3.1 O horizonte de expectativas de ruptura</b> .....	197
<b>3.3.2 A instituição de um porta-voz</b> .....	201
3.4 O DISCURSO DE ALIANÇA DE UM DOS PAPÉIS INCENDIÁRIOS.....	209
3.5 SOBRE A INTERDIÇÃO DILUIDORA DO ABOLICIONISMO .....	223
<b>4 OUTRAS FORMAS DE INTERDIÇÃO</b> .....	227
4.1 A SUPRESSÃO DO OUTRO NA CASSAÇÃO DO PCB EM 1947 .....	228
4.2 A DILUIÇÃO DO MESMO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO .....	236
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	243
<b>DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	250
ANEXO: AVIZO AO PÔVO BAHINENSE .....	263

## INTRODUÇÃO: PER(DIS)CURSOS NA HISTÓRIA

Intervir filosoficamente obriga tomar partido: eu tomo partido *pelo* fogo de um trabalho crítico [...] *contra* o fogo incinerador que só produz fumaça.

*Michel Pêcheux, Só há causa daquilo que falha (1978).*

A aventura teórica iniciada em 1969 por Michel Pêcheux com sua *análise automática do discurso* repercutiu de tal forma que se fez movimento. Como todo movimento real, atravessou, atravessa e deverá seguir atravessando fluxos e refluxos, composições e recomposições, pulsa, tropeça, voa, atravessa, para, volta, segue, (se) transforma. Respondendo a pressupostos e questionamentos vindos do campo althusseriano, a análise materialista do discurso (doravante AD) não se bastou a uma tal filiação, dando trabalho, sobretudo, a linguistas e a historiadores em seus próprios domínios. Se para falar diferente há de se falar a mesma língua; se o que não se diz determina o sentido frente àquilo que se diz; e se um dizer sempre é assediado por outros no seu acontecimento real, desenha-se assim, a partir dessa grande “esquina” de investigações chamada *discurso*, todo um programa de estudos: do sistema da língua sobre uma base de transformações e torções da história que o desestabiliza em suas regras; toda uma série de procedimentos referentes à suspensão do que se diz e ao levantamento histórico do que não se diz e faz sentido; e, não menos importante, uma questão de responsabilidade ética, política e científica pela qual se afirma a impossibilidade de se compreender algo desde um ponto absoluto, sem outro e sem real.

Em determinado momento de minha formação política e universitária me vi interpelado por essa esquina e suas ambições. No campo da comunicação social – na UFF, onde tive minhas primeiras aulas de AD (minha única reprovação) com a professora Tania Clemente Conceição de Souza, e orientação de monografia com a professora Bethania Mariani, que considero minha *madrinha* na AD –, se o jornalismo se mantém sempre às voltas com “um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”, como consta textualmente nos *Princípios Editoriais das Organizações Globo*, temos aí um princípio que corresponde quase que perfeitamente ao fato de que “a dor da gente não dá no jornal”, a não ser como visibilidade esvaziada de subjetivação. Pela teoria pecheutiana aprendemos que “não há um ‘estádio’ pré-epistemológico em que ‘os homens’ se encontrariam diante do mundo em estado de completa ignorância” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 192), e também que as formas discursivas pelas quais os objetos aparecem são sempre conjunturalmente determinados enquanto objetos ideológicos, sempre fornecidos pelo interdiscurso, que analiticamente sustenta a desconstrução de qualquer ideia originária puramente objetiva (idem, 2011 [1984],



p. 158). Por estas vias despertamos para afirmações que, a princípio, se faziam enigmáticas para nós, como essa de Eni Orlandi de que “a questão da informação é uma questão de Estado” (ORLANDI, 1998, p. 11).

Pelo lado da minha graduação em história (bacharelado e licenciatura na UERJ), participando das reuniões do Laboratório de Estudos Históricos da Ciência (LEHC) – coordenado pelo professor Carlos Álvarez Maia, meu orientador – comecei a problematizar o fato de que os estudos históricos andam sempre às voltas com sujeitos que não se falam, como se o preço da objetividade fosse esse silenciamento. O problema técnico, de falta de materiais de investigação referentes às classes subalternas (senão como contingente administrado), jamais suplanta o problema político e ideológico que os lança ao silêncio ou à impossibilidade de representação, no espaço de uma condenação a terem de falar por si mesmos, na falta de pesquisadores que desnaturalizem as capacidades dissimétricas de (se) falar. O Maia, dado a produzir desconfortos epistemológicos em seus alunos, também foi peça chave numa reconversão do olhar<sup>1</sup> para as perdições de limites disciplinares entre as reflexões do simbólico, as análises do desejo e as investigações da história.

O bacharelado se desdobrou no mestrado em história na PUC-Rio, sob a orientação segura (mesmo sendo a primeira!) do professor Luís Reznik, quando, vindo mais uma vez a Porto Alegre para pesquisar meus sujeitos e objetos do movimento comunitário e do Orçamento Participativo, conheci a professora Freda Indursky, que me fez conhecer Jacques Rancière. Desde aí a reflexão sobre o discurso imiscuiu-se à reflexão sobre o político de um modo ainda mais intenso do que o já garantido desde o interior da teoria pecheutiana.

Mas foi ao lado da militância no Partido Comunista Brasileiro, de 1994 a 2011, que as inquietações se faziam mais agudas. Às voltas com as sempre lembradas condições objetivas para a transformação social, sentia que uma interrogação gigante se estabelecia quando as condições subjetivas eram mobilizadas em suas faltas – a consciência de classe, o partido revolucionário, o refluxo das lutas ou o seu espontaneísmo. A sensação de circularidade nestas faltas, as mediações sindicais e eleitorais que pareciam autonomizar-se, o retardamento (essa é a expressão) de um acerto de contas com a história das primeiras experiências socialistas a ser produzida sob a ótica das classes trabalhadoras (e não a dos seus gestores estatais), tudo isso foi me empurrando para posições limites e cruzadas de enfrentamentos à

---

<sup>1</sup> Faço aqui referência ao livro de Inesita Araújo, *A reconversão do olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social* (São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2000), que estudamos e debatemos no LEHC, e que foi decisivo em nossas opções (?) e interpelações pela/através da discursividade na história, ao lado de *Análise do Discurso: princípios e procedimentos* (Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2001) e *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989* (Bethania Mariani. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998). Afinal, uma leitura “errada” na hora “certa” pode influenciar toda uma vida.

direita e à esquerda, num paralelo com a postura pecheutiana que a mim ia se tornando mais clara em seu duplo enfrentamento à hipóstase do conhecimento (como no logicismo e formalismo esquerdista, que apaga diferenças em prol de uma política nas nuvens das formulações teóricas, a espera do salto voluntarista) e à hipóstase da experiência (como no sociologismo e empirismo populista, que subsume às dificuldades e a um estado de emergência em prol de uma política “realista” rebaixada, na fé-consciência quietista de que o tempo é nosso aliado). Pois no campo do marxismo os dilemas sempre poderão ser reunidos em um só: os encontros e desencontros entre a teoria/conhecimento da revolução e o movimento/representação dos trabalhadores; dito de outra forma, os atravessamentos contraditórios entre o que (se) move (n)a luta de classes e o que (se) move (n)a mais-valia.

A “participação popular” enquanto problema, processo, falta na história e excesso no discurso<sup>2</sup> acabou se apresentando a mim como um nó cego a ser investigado. Objeto de duas monografias e uma dissertação de mestrado, num processo cumulativo de desenvolvimento de uma mesma escrita e investigação, pareceria natural segui-lo. Mas o início de minha docência no ensino superior em Manaus me presenteou com a oportunidade (pouco responsável) de lecionar sobre a formação colonial do Brasil, dentre outras disciplinas de História e Comunicação Social até então impensáveis no meu percurso. O que a universidade pede em termos de especialização não é o que ela oferece, sobretudo aos professores em início de carreira, mas, paradoxalmente, aí pode estar uma das saídas para a tendência ao enclausuramento no campo da pesquisa acadêmica. Fui convidado a pensar e repensar questões precedentes e, finalmente entrando no tema da tese, me propus o desafio de pensar e pesquisar a *dialética participação-interdição*, problema e processo este que já tinha encontrado com ênfase nas investigações sobre o Orçamento Participativo de Porto Alegre, mas que permanecia em estado latente.

Dentre os trabalhos em análise do discurso que tomavam o fenômeno da interdição como objeto de investigação, me tocava (especialmente, claro) o de Bethania Mariani (1998) sobre a constituição de um comunismo imaginário no jornalismo carioca de 1922 a 1989. Os jornais analisados resistiam a reconhecer (ou trabalhavam por des-reconhecer/interditar) uma dimensão propriamente política na ação e nos propósitos dos comunistas, silenciados em sua própria formação discursiva, por mais que estes estivessem ou justamente porque estavam organizados política e partidariamente. Os saberes mobilizados na enunciação anticomunista enquadravam (ao início de forma lateral, e depois via memória do dizer) a seus oponentes

---

<sup>2</sup> O título de minha dissertação de mestrado quis explorar essa dissimetria: *Dos fins aos meios, da história ao discurso: enquadramento e ampliação no Orçamento Participativo de Porto Alegre*.

como *fanáticos, criminosos, imbecis, ardilosos manipuladores*,... mas nunca enquanto sujeitos portadores de um programa político que pudesse merecer atenção e algumas linhas de debate aberto. Questões de Estado... questões inscritas no tecido da sociedade civil, seu “quarto poder”, e naquilo que em análise do discurso aponta para o fato de que os discursos comunicam e não comunicam. Mas... não seria pouco referir e identificar esta dualidade? Para mim este não-comunicar, enquanto algo da ordem do *político* e da *política*, merecia uma atenção especial, assim como toda uma série de outras dualidades: *base e processo, sistema e transformação, real e outro, contradição e impossível*.

Por certo, em se tratando da escrita que deve introduzir uma tese, simplifico os tempos e ajusto suas camadas, mas aquilo que porventura aparece aqui de modo mais claro, foi sendo-me exigido desde o interior de um trabalho com grandes dilemas historiográficos, políticos e discursivos. A começar pela participação do movimento comunitário no Orçamento Participativo (OP) e suas interpretações disjuntivas à esquerda e à direita: o OP foi um engodo em termos de participação ou o OP foi o que pode ser viabilizado enquanto participação efetiva? Na dissertação precisei “mudar de terreno”, abandonar qualquer análise das imperfeições de um mecanismo (lógico-funcional) ou das falhas daquelas entidades comunitárias representativas (perdendo-me numa descrição de sua alteridade, hesitações, impasses), e acabei respondendo *sim e não*, considerando que o OP promoveu a participação de outro sujeito que não o movimento comunitário. O movimento comunitário que, somado a outros fatores, fez com que fossem vencidas as eleições de 1988 pela esquerda em Porto Alegre, este, saiu derrotado de sua própria vitória.

No caso da Conjuração Baiana de 1798, que foi investigado na presente tese a partir da hipótese sobre uma modalidade de interdição que será apresentada: a historiografia ainda vacila ao afirmar que esse movimento republicano anticolonialista tenha sido também abolicionista, havendo uma compreensão contrária a dizer que o que está escondido no movimento é a participação das classes dominantes soteropolitanas, responsável por “plantar” escravos no contingente de um levante para o qual eles próprios não poderiam ter interesses. Mais uma vez me vi forçado a mudar de terreno, investigando uma modalidade de interdição (ao abolicionismo) que era ao mesmo tempo uma modalidade de presença (dos escravizados), uma relação contraditória e fortemente dada a atravessamentos e tropeços – como acabou ocorrendo – entre palavras administrativamente republicanas e interpretação desejanter antiescravista.

Essas duas mudanças de terreno jamais me serviram de linhas de fuga ou saídas pela tangente, dado que “não se destrói senão o que se substitui”, de modo que meu empenho tem

sido o de fazer trabalhar as verdades de cada partido, explorar as contradições de uma e outra posição, postura essa que busco manter ao longo da tese e que nada tem a ver com algum esforço de neutralidade, o que ficará evidente. No primeiro capítulo, **Os limites da prática política**, começando a dar vazão ao coletivo de vozes que fala na produção acadêmica, visamos operar uma espécie de limpeza de terreno dos conceitos que serão caros à leitura do conjunto da tese: política, Estado, interdição, desentendimento. Além disso, demos expressão aos sentidos de nossa filiação à teoria pecheutiana, ao lado de sua práxis na produção (e na política) de conhecimento e ao lado do que entendemos serem as tarefas por ele deixadas no momento em que à AD já não cabia apenas investigar e conhecer os efeitos-sujeito, as redes de captura, os rituais de interpelação e um real invariável sob variações imaginárias. Os sujeitos que – pelo menos desde a chamada terceira época da AD – cada vez mais demandam investigação são sujeitos que se marcam tanto pela *falta* quanto pelo *excesso*; são sujeitos desejantes, esquivos, que fazem transbordar as capturas das formas de administração. São enfim, segundo o que proporemos adiante, *trabalho social* – ou ainda, para dialogar com um conceito consagrado em AD, são trabalho-sujeito.

No segundo capítulo, **Ao lado da história ao lado da análise do discurso**, realizamos incursões teóricas – desiguais, irregulares, inacabadas,... – mobilizados pela sustentação de uma prática teórica e metodológica a serviço de uma história do discurso. Este sintagma, que nem aparece ao longo do texto, não designa projeto algum – como o desenvolvido por Jacques Guilhaumou, também chamado de *história linguística dos usos conceituais* ou *história languageira dos conceitos* (GUILHAUMOU, 2008, 2009) –, não polemiza com a AD nem dela busca se servir de modo instrumental. É tão-somente um modo de marcar a presença do historiador no bojo dos princípios e dos procedimentos de análise, demandando *mais que o normal* dos estudos históricos, não apenas porque seu material de análise “vem da história” (?), mas porque tem um modo particular de pensar a discursividade que *lhe* exige polemizar com algumas heranças teóricas centrais ou marginais na AD (naquilo que elas implicam em contenção e rebaixamento do espaço de trabalho dos historiadores): Michel Foucault e Louis Althusser. Tais incursões, como não podia de deixar de ser, atingem regiões da própria AD, e uma saída da qual não pudemos escapar, que se apresentou do meio para o final do doutorado, foi a produção de novos conceitos ou categorias, a *práxis discursiva* e os *palanques de enunciação*, que talvez possam ser úteis a historiadores que se aventurem a pesquisar no campo da discursividade. É uma aposta na qual, mesmo sem grandes investimentos, nos jogamos.

No terceiro capítulo, **A Conjuração Baiana de 1798 e a diluição do outro**, analisamos um dos boletins desse movimento contemporâneo à Inconfidência Mineira, à Revolução Francesa e às intensas lutas em São Domingos/Haiti. Precedendo a análise, ou melhor, entranhando-na de questões antes de sua montagem propriamente dita, traçamos um quadro do sentido da colonização portuguesa na América, das classes sociais e dos agenciamentos de interesses na Salvador do final do século XVIII e da sua prática política impossível. Narramos a história do movimento baiano de 1798 de um modo cortado e voltado para a análise das interdições discursivas que, segundo nossa hipótese, diluem a presença do abolicionismo, o que parecia conveniente à busca de um pacto que unificasse as diferentes classes locais contra a metrópole portuguesa.

No quarto capítulo, **Outras interdições**, recuperamos sinteticamente duas análises nossas realizadas alhures que pudessem sustentar dois pontos: as classes dominantes, estabelecidas ou em processo de constituição, também elas fazem política (divergência com Jacques Rancière); a pertinência de e as condições para se conceber uma discursividade política brasileira, e o papel chave da interdição no seu interior, tanto nas práticas de resistência e transformação quanto nas de reação e conservação. Este segundo ponto encontra-se explorado nas **Considerações Finais**, onde também retomamos as especificidades de um trabalho de pesquisa ao lado da história ao lado da análise do discurso.

## 1. OS LIMITES DA PRÁTICA POLÍTICA

[...] distinguir o que se pode compreender pelo nome de democracia e sua diferença das práticas e legitimações do sistema consensual, para apreciar o que se pratica e se diz sob o nome de fim da política ou de seu retorno, o que se exalta sob o nome de humanidade e se deplora sob o nome do reino do desumano.

Jacques Rancière, *O Desentendimento*

O mundo migra e dá de cara com fronteiras  
Banda F.Ur.t.o, *Desterro*

Ao falar em *limites da prática política* não queremos trazer implicitamente alguma ideia de que possa haver prática política sem limites. Muito simplesmente, aquilo que não tem limites não existe. Se, no entanto, nos interessa discutir estes determinados limites que atuando nas “bordas” de uma prática política a restringem e conformam, é por acreditar que eles nunca são evidentes e que sobre eles incidem agenciamentos transformadores, que alargam, perfuram e deslocam suas margens, de modo que mesmo a divisão social do trabalho e de seus frutos possa ser tomada como objeto da política, contra a tendência à sua naturalização no capitalismo. No entanto, a despeito de se falar para o nosso tempo de um retorno da política ou, mais propriamente, do interesse pelo político (RÉMOND, 1999 [1992]), qualquer ampliação no campo da prática política implicaria em transformação e redução dos poderes do Estado, conforme pretendemos demonstrar adiante. De fato essa redução chega a ser referida por muitos, sobretudo quando apontam as coerções exercidas pelas forças “do Mercado”, que sistematicamente dobram os governos, mas aqui optamos 1) por não separar as esferas pública e “privada”, nem mesmo metodologicamente, o que será justificado, e 2) por separar prática política e Estado, seguindo e buscando desenvolver algumas teses de Jacques Rancière (1996).

O filósofo francês propõe (ibidem, p. 41) que chamemos de *polícia* (e não de política) ao conjunto dos processos que operam “a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”. Não é o caso de dizer que a polícia – essa que vemos diretamente nas ruas reprimindo passeatas e ocupações, e, mais genericamente, protegendo a vida, a ordem e o patrimônio – não tenha nada a ver com a nova referenciação proposta por Rancière. Aliás, ela não é exatamente nova. Rancière traz o achado de Michel Foucault em autores do século XVII e XVIII que se referiam à polícia para falar de tudo aquilo que dizia respeito ao homem

e à sua felicidade (ibidem). Também o filósofo Leandro Konder (2009, p. 165) comenta esta genealogia da palavra:

Surpreendo-me, por exemplo, com a informação de que a palavra *polícia*, até o século 17, designava em geral o conjunto da organização política e administrativa da sociedade. Foi somente a partir do século 18 que o termo polícia perdeu essa abrangência; e isso se deu, precisamente, quando se difundiu a palavra *civilização*, empregada pelo francês Mirabeau. Não posso deixar de alegrar-me com a verificação de que, ao menos nesse plano terminológico, a expansão da civilização se fez através da retração da polícia.

Assim como alegria de pobre, que dura pouco, o otimismo contido no comentário de Konder é objetado pela compreensão mais alargada proposta por Rancière. Essa polícia das ruas (retraída *terminologicamente*) é uma espécie de baixa polícia, que só intervém na medida em que falha aquela outra, a que se mantém escondida/disfarçada sob o nome da política. Rancière, inclusive, acredita que no futuro o próprio nome *policial* será trocado, em função do “processo de eufemização pelo qual nossas sociedades revalorizam, ao menos em imagem, todas as funções tradicionalmente desprezadas” (RANCIÈRE, 1996, p. 41).

Retomando a profícua definição proposta pelo filósofo francês, temos que

A polícia é, assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. É, por exemplo, uma lei de polícia que faz tradicionalmente do lugar de trabalho um espaço privado não regido pelos modos do ver e dizer próprios do que se chama o espaço público, onde o *ter parcela* do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho. A polícia não é tanto uma “disciplinarização” dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das *ocupações* e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas. (RANCIÈRE, 1996, p. 42. Grifos do autor)

Ora, a partir do exemplo dado por Rancière, nos sentimos autorizados a chamar isso que ele entende por *polícia* também por outro nome: *Estado*. Com uma condição que não é pequena: esse Estado deixa de ser aquilo que, de modo restrito e autocentrado, a tradição liberal dominante designa. Ou seja, quando falamos de Estado aqui não nos referimos à instituição legal-constitucional. Mesmo na tradição marxista – demasiadamente presa à crítica do “intelecto político” (como ocorre em MARX, 2010/2011 [1844]) – tende-se a tomar o Estado de modo restrito ao aparelho público de administração nacional e à sociedade política, com seus poderes, autarquias e candidatos à esquerda e à direita.

Karl Marx é explícito, nesse texto pouco conhecido, ao categorizar a política enquanto esfera limitada e limitadora da ação e da compreensão do social, considerando o *intelecto político* sinônimo de pensamento burguês, mistificador do poder da *vontade* e adversário das perspectivas políticas e teóricas que se pautam pela totalidade, vaticinando que juntamente ao Estado a própria política deveria ser abolida.

O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se no leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado. (MARX, 2010/2011 [1844], p. 43).

Se a formulação nos ajuda a pensar na movimentação dos partidos (inclusive a dos revolucionários), não faz o mesmo em relação à compreensão do Estado, o que terminou produzindo sérios desdobramentos indiretos nos descaminhos das experiências socialistas em relação à constituição de relações de poder (e de produção) de novo tipo<sup>3</sup>. Como Karl Marx afirma na *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 1984 [1875], p. 19-20), “por mais que associemos de mil formas a palavra ‘povo’ à palavra ‘Estado’, não nos aproximaremos um milímetro sequer da solução do problema”.

Retomando a nossa proposta de estender a conceituação de *polícia* por Jacques Rancière rumo a uma compreensão mais ampla de Estado, acrescentamos que a forma mais apropriada para dar densidade material e histórica à sua *ordem do visível e do dizível*, será sempre a perseguição de

[...] uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, [...] e que toma, incessantemente, novas formas e apresenta, portanto, uma “história”, sem que exista qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos. (MARX & ENGELS, 1993 [1846], p. 42)

Deve-se, no entanto, reconhecer que a investigação dessa conexão pelos primeiros marxistas não foi suficiente para desvendar, de modo mais amplo e profícuo, como um Estado deriva da e atua na reprodução de uma formação social – e este mesmo raciocínio é válido para os processos ideológicos e toda a superestrutura política, cuja teorização foi perseguida

<sup>3</sup> Na época da Revolução Russa, o Estado era concebido como pouco mais do que mediação estratégica para a superação do capitalismo, sendo que, estando realizada tal “tarefa”, poderia ser dissolvido. As adversidades provindas dessa experiência não ajudaram a entender melhor isso que devia ser superado, muito pelo contrário. É de se notar ainda a completa marginalidade da contribuição teórica de Gramsci nos quadros do regime soviético.



no século XX. N'A *Ideologia Alemã* a relação entre sociedade e Estado se dá da seguinte forma: a partir daquela conexão materialista dos homens – a única que faz com que seja legítimo pensar em uma história geral da humanidade – desenvolvem-se interesses coletivos referentes à dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho social está dividido, interesses estes que na história assumiram uma *forma* autônoma sobre esta *base real* dos laços sociais existentes: a forma de Estado, pela qual, sem que se questione a manutenção da divisão social do trabalho, as lutas reais entre as classes assumem formas ilusórias (MARX & ENGELS, 1993 [1846], p. 47-48).

A partir deste desenho traçado por Marx e Engels desenvolveu-se uma via (pouco rigorosa, ainda que não equivocada, na avaliação de Ruy FAUSTO, 1987, p. 293) de compreensão do Estado *a partir* das oposições entre as classes. Algo como um Estado *em geral* para todas as sociedades divididas em classes pôde ser pensado, o que aparece, por exemplo, na definição proposta por Décio Saes (1998, p. 17) de Estado enquanto um poder *especial* de repressão e moderação na luta entre as classes, que garante desse modo a conservação da dominação de uma delas.

Mas algo essencial, a nosso ver, fica de fora neste desenho, visto que o Estado é definido por uma função e que esta é, essencialmente, análoga à função da ideologia enquanto processo produtor de ilusões e identidades (FAUSTO, 1987; OLIVEIRA & KAMMER, 1995). Por mais pertinentes que sejam, as teorizações lógico-funcionais tendem a custar um preço, a prisão em circularidades (teórico-ideológicas!), sendo frequentemente superadas pelos estudos históricos.

Jacques Rancière resiste a essa categorização, a qual ele classifica de meta-política: uma sintomatologia que implica em conceber a falsidade como a verdade própria do político. A distância entre a verdade *social* e a falsidade *política* apareceria de modo intransponível na tradição marxista; a política seria aquilo que ela esconde: a luta de classes, o movimento real da sociedade (RANCIÈRE, 1996, p. 89). A distância entre o cidadão rousseauiano e o homem hobbesiano, entre a (ilusão da) soberania cidadã e a (verdade da) guerra civil, passa assim do estatuto de condicionante de uma realização/transposição – a emancipação humana como ultrapassagem dos limites da cidadania política, segundo o jovem Marx<sup>4</sup> – para a figura de uma *denúncia*, na qual o próprio social, o movimento real da sociedade, é desenhado como

---

<sup>4</sup> Que fazia desse jovem de 25 anos, sem ter estudado a economia política inglesa e a história política francesa, um defensor da democracia direta/radical enquanto meio de supressão do Estado – o que depois, na maturidade teórica, é tido como fator condicionado à supressão das classes. Cf. Celso Frederico, Nas trilhas da emancipação – prefácio à MARX, Karl. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1844], p. 18.

algo destituído de política, sendo “sempre redutível, em última instância, à simples não-verdade da política” (ibidem, p. 90). É por isso que “Marx só concebia a possibilidade de consolidação de uma forma social pós-capitalista, se essa estivesse desembaraçada do revestimento político” (BRITO, 2005, p. 13).

Tal negatividade do político (enquanto revestimento, falsidade, aparência) foi objeto de uma revisão radical por Antonio Gramsci, que tomou como desafio a compreensão da hegemonia, da *proximidade invisível do Estado no cotidiano* (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 115), trabalho este continuado por Louis Althusser, pelo qual se tornou mais claro que (e como) os revolucionários também fazem política, e muitas vezes de modo profundamente paradoxal diante daquilo a que se propõem.

Entendemos que essa proximidade não é exatamente invisível, mas invisibilizada (e viabilizada) pelo Estado e(m) sua lógica policial, sobretudo pelo fato de que ela é constantemente sentida pelos sujeitos e sobre ela instauram-se uma infinidade de fraturas, choques e resistências, cotidianas ou extraordinárias. A prática política (gestão policial, em verdade) de negação da política na URSS o prova. Toda sorte de repressão, expurgos, traições, cooptações, de proibição do contraditório, etc., foi favorecida pelo modo como se deu a “superação” da política parlamentar burguesa: uma transformação superestrutural pela qual o partido substituiu o velho Estado e os próprios soviets, não acompanhada de processos mais orgânicos de superação das bases do poder estatal, que se manteve distante do cotidiano e da classe que ali se propunha como dominante – não enquanto resultado ou beneficiária de uma gestão, mas em seus momentos de planejamento, por exemplo. Seguimos aqui em linhas gerais a crítica de Michel Pêcheux e Françoise Gadet de que o “fio vermelho” proveniente da revolução de outubro de 1917 teria se desfiado por volta dos anos 1930 sob a modalidade stalinista de um populismo de Estado, sob os imperativos da emergência e da sobrevivência, abrindo assim uma crise, vivida até hoje, paralela à crise do imperialismo. Paralela, e não um reflexo inverso, sublinham os autores, a despeito dos humanismos da Guerra Fria que “tropeçam” (eufemismo?) ao identificar esse fio vermelho com o fio negro que teceu o nazismo, que percorre o século XIX, passa pela Alemanha de Weimar e segue sendo fiado no império estadunidense (PÊCHEUX & GADET, 2004 [1981], p. 116 -117).

Para terminar este parêntese, sugerimos que tal fenômeno no interior das adversidades da primeira experiência de Estado proletário, contou também com a falta de ligação teórico-prática no marxismo-leninismo entre a luta de classes e a mais-valia. Tendo rompido com a leitura economicista de *O Capital*, predominante nos partidos da II Internacional, a nova ortodoxia russa em formação abraçou o voluntarismo (político) e uma forma de justificar

adversidades que interditava a crítica radical e a investigação dos vínculos contraditórios entre estrutura e superestrutura social, *momentos* inseparáveis de uma mesma ordem, como o velho Marx havia tentado demonstrar.

Marx salienta que, das entranhas das relações econômicas, delineiam-se os contornos de “relações de direito”, ainda não estatuídas pelo médium estatal. Assim, a corriqueira alocação marxista das relações jurídico-políticas no patamar meramente superestrutural mostra-se fragorosamente insuficiente. (BRITO, 2005, p. 15).

Nesses *contornos de relações de direito* é que se constituem uma “ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer”, conforme a formulação rancieriana. É por meio de tais contornos, também, que entendemos (e estendemos) o que Suzy Lagazzi (1988) chama de *juridismo*, administração das desigualdades, hierarquias e tensões constitutivas das relações interpessoais, de modelos feitos obrigatórios de conduta e do sentimento de dever, de modo a não se explicitar demasiadamente as relações de força e as assimetrias, dificultando a sua racionalização e refutação. É por meio de tal administração que se pode, por exemplo, naturalizar o lugar de trabalho – e de apropriação dos seus frutos – como um espaço e um assunto privados, antes mesmo e independentemente de qualquer normalização jurídica. Daí nossa contrariedade fundamental em conceber o público e o “privado” enquanto duas esferas distintas. Suspeitamos tratem-se antes de duas formas de visibilidade sobre as relações de força que atravessam o tecido social, duas regras de aparecimento: pela produção do consenso (sob a virtualidade de uma coerção que nem sempre se realiza) e pela conservação do dissenso (sob a virtualidade de um convencimento que tende a não se realizar).

A espacialização associada à designação dos corpos e tarefas, das suas regras de aparecimento e configuração de suas ocupações, sugere-nos uma herança althusseriana em Rancière (na forma específica dos aparelhos ideológicos de Estado), a qual ele mantém sob vigilância crítica desde sua ruptura com o mestre durante as barricadas de 1968. Rancière recusa explicitamente esta associação da polícia aos aparelhos definidos por Althusser, por entender que neles se pressupunha uma oposição entre Estado e sociedade, a desenhar o primeiro como máquina, “monstro frio” que se impõe à sociedade – imagem esta, aliás, próxima do modo como o jovem Marx dissociava “vida civil” e “vida política”, e de como caracterizava o Estado, “fim universal usurpado da sociedade civil, fora do seu controle, agindo como um falso sujeito autônomo oposto à sociedade civil” (SAMPAIO & FREDERICO, 2006, p. 100). Obviamente tal imagem foi superada pelo Marx da maturidade,

no corte epistemológico que o próprio Althusser nomeou e teorizou. Há de se perguntar se efetivamente tal imagem foi desenhada por Althusser, autor que explicitamente intervém contra a separação entre sociedades civil e política (ALTHUSSER, 1998 [1978]) e que justamente se notabiliza pela consideração da presença do Estado no seio dos espaços mais sensíveis e cotidianos da sociedade civil, aqueles onde *se joga a luta de classes* no dia-a-dia, os aparelhos ideológicos de Estado. Sem adentrar ainda nos pontos que consideramos obstrutores na reflexão althusseriana (e que não são estes, certamente), trazemos a definição de política proposta por Rancière.

Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagonica à primeira [a de polícia]: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela. Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que configuram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam. *A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho.* [...] a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. (RANCIÈRE, 1996, p. 42-43. Grifo nosso)

A radicalidade dessa definição de prática política toca em um problema clássico da cultura ocidental, como toca em uma questão estratégica na AD: a representação em sua dimensão política, enquanto divisão e materialização das ideologias através da polissemia e equívocidade dos significantes e enquanto projeção de aparências e ordem de aparecimentos. O cerne das propostas de investigação e análise que veremos a seguir tem na discussão desse ponto um pressuposto, um condicionante: pois que fazer ver o que não era para ser visto e dizer o que não era para ser dito, fazer passar do barulho (*non sens*) ao discurso (sentido), é o que a teoria pecheutiana poderia designar por acontecimentos discursivos e, mais genericamente, disputa pelos sentidos. Um dos pontos mais problemáticos e até trágicos de toda a história da humanidade é certamente esse que toca a igualdade dos seres falantes, “pressuposição heterogênea” em que o fazer ver, o fazer *fazer sentido*, é da ordem do político, visto que essa igualdade não é natural ou evidente.

No caso de interdição que trazemos para analisar mais detidamente, a diluição do abolicionismo na Conjuração Baiana de 1798, a pressuposição da igualdade é elemento estruturante da prática política. Os revolucionários baianos de fins do XVIII, em busca de um determinado fazer ver, de uma determinada ampliação/efetivação da prática política e visando

um recuo/neutralização da esfera policial, foram exemplarmente derrotados. No entanto, se emprestamos o nosso tempo e a nossa voz para resgatar e re(a)presentar aquilo que eles disseram e fizeram sentir (os sentidos, mais que as palavras), se não o condenamos ao barulho, ao ruído e ao borrão, a exemplo do que o Estado e sua historiografia tendem a fazer, vemos que efetivamente eles se bateram por valores e deslocamentos de corpos que hoje não se ousaria proibir. Nesse aspecto, eles venceram, ainda que com um custo desumano.

Se o que não tem limites simplesmente não existe, o mesmo se pode dizer para o que não muda. Não pensamos que as fronteiras entre Estado e prática política, entre organização e reorganização dos corpos, contra e a favor dos litígios e danos em torno da igualdade, se movimentem em um espaço fixo, predeterminado. Por isso não é possível sucumbir a um otimismo que veja unilateralmente a ordem da polícia se retraíndo diante do avanço de uma “ordem da política” – tal como quiseram os eurocomunistas nos anos 1970 e 1980 ao justificarem seus recuos programáticos com a argumentação da ampliação e democratização do Estado<sup>5</sup>. Entendemos que há “ordens da polícia”, e não “ordem da política”, a não ser quando uma prática de resistência e superação é incorporada à ordem administrativa de um coletivo, ao seu Estado – que não é tomado aqui de modo pejorativo, mesmo que se tenha no horizonte histórico da humanidade possível (e humanizada) o fim destas práticas de organização, em prol de outras que possam representar exclusivamente uma “administração das coisas” por sujeitos não mais apartados de sua capacidade de trabalhar e falar<sup>6</sup>, nem das possibilidades de assegurar a satisfação de suas necessidades. Afinal, o estatuto dos valores e dos sentidos produzidos ordinariamente revelam obstruções à capacidade de trabalhar e falar diferentemente, de trabalhar e falar outras coisas, não somente enquanto meios de vida, mas condições essenciais de existência, resignificando os laços sociais e trabalhando-os para que não sejam correntes de opressão, desigualdade, injustiça e exploração, e sim promotores de correntezas capazes de solapar duas barreiras que se querem fixas: a da insistência de um Outro e a das resistências de outros aferroados/aferroadores aos limites das ordens que historicamente herdamos.

---

<sup>5</sup> A história terminou por mostrar que esta foi a antessala para a sua incorporação nos anos 1990 às forças de gestão liberal do Estado. Quanto a essa visão de alargamento da “ordem da política”, podemos pensar hoje no onguismo e em sua discursividade do voluntariado.

<sup>6</sup> Não nos constrangemos com essa exposição impressionista ou filosófica do que deveria ser o futuro em relação às práticas políticas. Interessa-nos antes vincular o conjunto do que se afirma aqui a uma perspectiva de investigação e intervenção comprometida com a própria existência de um *futuro*, não como sequência temporal (causa talvez dos que se mobilizam contra “o fim do planeta”), mas como materialização de outros horizontes, qualitativamente distintos do nosso e antagônicos à ordem do capital e seu Estado. Em “O marxismo como teoria finita” (In: *Outubro*, n. 2, 1998 [1978]), Althusser explora esse futuro que se delinea, enquanto tendência, “como um vazio” no presente, o qual, no entanto, é impossível de ser antecipadamente definido.

Os comunistas atacam a base material sobre a qual se assenta a fixidez fatal dos desejos e pensamentos deste modo de produção. Só a prática definirá quais desejos serão reabsorvidos pela organização comunista, que aspira simplesmente realizar uma organização da produção e das trocas de modo a assegurar a satisfação normal das suas necessidades – apenas limitada pelas próprias necessidades (MARX & ENGELS, 1978 [1846], p. 30-31).

Um exemplo substancial de incorporação (ou reabsorção) de práticas de deslocamento (e desejos) é a própria constituição da superestrutura da URSS, na qual Antonio Gramsci, em 1919, já identificava uma exigência paradoxal, afirmando que

As dificuldades e as objecções que a revolução proletária deve superar revelaram-se imensamente superiores às de qualquer outra revolução do passado. [...] A revolução proletária é a maior revolução porque deseja abolir a propriedade privada e nacional e abolir mesmo as classes, diz respeito a todos os homens e não só a uma parte deles. Obriga todos os homens a mover-se, a intervir na luta, a tomar explicitamente partido. [...] *Obriga toda a sociedade a identificar-se com o Estado*: deseja que todos os homens sejam conhecimento espiritual e histórico. [...]; por isso, a História reclama para o seu bom êxito certas opções monstruosas como as que o povo russo se vê obrigado a suportar (GRAMSCI, 1977 [1917-1926], p. 75-76. Grifo nosso).

Vemos assim com clareza como, de dentro dos processos históricos, desenvolvem-se e enunciam-se representações que demandam das duas lógicas, a política e a policial. Interessanos, por este caminho, desfazer qualquer expectativa de dicotomia entre política e polícia/Estado, como “bem e mal”. A dicotomia é a traição da dialética, sendo também, por isso mesmo, “a operação fundamental do intelecto estruturalista” (LEFEBVRE, 1963, p. 87). Busca-se aqui uma ética da desconstrução – no sentido mesmo empregado por Jacques Derrida (ou do que somos capazes de/chamados a entender de sua *escritura*) – das oposições conceituais que engessam e simulam alternância, dissimulando as assimetrias e determinações, base fundamental para a democracia formal que conhecemos e seus efeitos de frustração com as “alternativas possíveis”; nos mobilizamos para desconstruir as certezas que governam, em prol de um diálogo crítico com as verdades que resistem e emprestando a voz aos fatores que transformam. Recusamos todo e qualquer relativismo, mas parece-nos incontornável a necessidade de relativizar os alicerces estruturais e superestruturais da dominação e da exploração das maiorias (administradas) feitas minorias (políticas) nos modos de representação e partilha do sensível burguesa.

A política a qual nos parece valer mais a pena investigar e compreender poderá sempre ser melhor visualizada enquanto *prática*, e esta, por sua vez, poderá sempre ser melhor compreendida quando retirada de toda a circularidade ritual e interior a instituições, sejam

estas centralizadas ou dispersas pelo tecido social. Esse lugar das práticas, para não ser tomado de modo funcional, circular, fechado ou estruturalista, pode e deve ser compreendido como lugar essencial de *trabalho*, de produção cotidiana e ritual do novo no interior do mesmo, do que tende a superação e a falhas, lugar de desentendimentos (RANCIÈRE, 1996) e de uma série de choques que questionam e redefinem constantemente as suas próprias fronteiras, enquanto luta de deslocamento ideológica (PÊCHEUX, 2011 [1982]).

Assim compreendida, a prática política é sempre contingente, é algo que se realiza ou que se perde em cada oportunidade histórica de deslocamento, o que não impede a montagem de máquinas de guerra tais como o partido, o sindicato, o levante e o debate (ainda que acadêmico) para a promoverem – pelo contrário. Significa apenas que a montagem destas máquinas jamais será condição suficiente para que haja prática política. Algo até simplório de se pensar, que o Guevara sintetizou ao dizer por tautologia que a tarefa dos revolucionários é fazer revolução; mas algo ao mesmo tempo extremamente complexo e pelo qual sempre se paga um preço, visto que não há prática política sem choque com a lógica policial.

Ao contrário de um suposto alargamento para a ação da lógica política hoje (em função do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e dos “desarmamentos ideológicos”, por exemplo), parece-nos que vivemos o oposto. As margens da prática política não são as mesmas de 1798, ou de 1947 e de 1989, mas elas são hoje bastante estreitas. Com o “pragmatismo” contemporâneo uma violência inaudita contra a política se institui. Nos lugares supostamente estabelecidos para a política,

[...] se propaga a opinião desencantada de que há pouco a deliberar e de que as decisões se impõem por si mesmas, sendo o trabalho próprio da política apenas o de adaptação pontual às exigências do mercado mundial e de uma distribuição equitativa dos lucros e dos custos dessa adaptação (RANCIÈRE, 1996, p. 10).

A legitimidade do poder estatal se reforça assim pela própria afirmação de sua impotência, de sua falta de escolha diante da necessidade mundial que o domina. O tema da vontade comum é substituído pelo da ausência de vontade própria, de capacidade de ação autônoma que seja mais que a mera administração das necessidades. [...] Que os governos sejam os simples agentes de negócios do capital internacional, essa tese outrora escandalosa de Marx é hoje a evidência quanto a qual “liberais” e “socialistas” concordam. A identificação absoluta da política com a administração do capital não é mais o segredo vergonhoso que as “formas” da democracia viriam mascarar, é a verdade declarada com a qual nossos governos se legitimam. Nessa legitimação, a demonstração de capacidade deve se apoiar numa demonstração de impotência (ibidem, p. 114-115).

Trazemos ainda outra chave de leitura para lidar com essas verdades enunciadas por Rancière sobre os ombros de Marx e Engels. Além de distinguir duas (arqueo)lógicas – a da polícia e a da política –, e de recusar a separação entre esferas pública e “privada”, cabe

trabalharmos mais a fundo a perspectiva de que o Estado não é e não pode ser a mesma coisa para as classes antagônicas de nossa formação social. Concordamos com João Bernardo (2009 [1991]) quando afirma que, do ponto de vista dos trabalhadores, o Estado necessariamente inclui as empresas e todo o seu aparato técnico, seus legisladores, seus tomadores de decisões, suas “políticas sociais”, enfim, todos os mecanismos que asseguram a reprodução da extração de mais-valia, o despendimento maior de tempo e capacidade de trabalho em relação àquilo que é incorporação do trabalho social (via usufruto da produção social em bens, “serviços”, etc., pelos produtores diretos). É a isso que João Bernardo conceitua enquanto *Estado Amplo*, pensável em sua diversidade regional e temporal em função das diferenças entre os tipos de extorsão da mais-valia (ibidem, p. 218). Sobre este campo de práticas e poderes (e resistências) é que entendemos assentar-se a “base material sobre a qual se assenta a fixidez fatal dos desejos e pensamentos deste modo de produção”, e onde se desenham os “contornos de relações de direito”.

Para o Estado tal como é classicamente chamado e reconhecido, instituição ou aparelho, João Bernardo emprega o termo *Estado Restrito*, que essencialmente diz respeito às relações intra-capitalistas, e que aqui ampliamos para o conjunto de relações que responde ao processo de formação continuada de um bloco histórico dominante, para usar um conceito gramsciano (GRAMSCI, 2002 [1929-1935]). A consideração conjunta dos *Estados Amplo e Restrito* é assim a própria consideração da superestrutura política em sua integridade e concretude, e, como propomos acrescentar, em dois regimes de visibilidade e aparecimento das relações de força de uma formação social. Várias modalidades de articulação entre estas duas partes implica(ra)m em sérias alterações nas formas de governo e gestão dos corpos (e de suas regras de aparição) dos trabalhadores, trazendo o modo rancieriano de conceituar para o interior da reflexão de João Bernardo: quando a mais-valia absoluta era central para o desenvolvimento capitalista (ou seja, com o aumento da extorsão através de aumento do tempo/jornada de produção ou do seu ritmo), o Estado Amplo era ferozmente repressivo e o Estado Restrito possivelmente democrático. Podemos pensar em exemplo opostos, como na desestalinização do Leste Europeu, quando, ainda segundo João Bernardo, surgiu um Estado Restrito ditatorial, com grandes restrições à participação no aparelho central de governo, e um Estado Amplo permissivo, com limitações às “leis de mercado” (à extorsão de trabalho).

No terceiro capítulo, de análise das interdições ao abolicionismo na Conjuração Baiana de 1798, buscamos discutir a superestrutura política da época considerando tais conceituações da superestrutura, doravante designadas *Estado A* e *Estado R*. Queremos agora encerrar estes preâmbulos acerca do que se referencia ao se falar de limites à prática política,



afirmando nosso compromisso em fazer da investigação e das análises aqui propostas um meio de contribuir com um debate marxista sobre a prática política, dando espessura histórica, factual, e linguageira às proposições de Jacques Rancière, e tomando como foco organizador deste trabalho a discursividade que interdita uma determinada forma de aparecimento do outro – sujeito e/ou tema.

### 1.1 PERSPECTIVAS TRANSVERSAIS DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO

[...] a experiência mostra que os grandes debates teóricos, que parecem exigidos pela situação da teoria, terminam muitas vezes bruscamente. Eles não repercutem, malogram. As polêmicas se fazem indiretas, impessoais e se colocam por elas mesmas em caminhos errados; por vezes se engajam, escolhendo com muito cuidado o terreno, os aliados, os partidários e os interlocutores, de maneira que a tática se sobrepõe às preocupações teóricas. Acontece também que as discussões degeneram em animosidade, em ataques pessoais, procurando o argumento *ad hominem* antes da elucidação dos conceitos. Oscila-se entre o academicismo e a “campanha” ideológica. Tais costumes, se eles se instauram na “cidade científica”, não levarão em curto prazo a uma deterioração da pesquisa e da teoria? Não terão eles desde já conseguido isso?

*Henri Lefebvre, Reflexões sobre o estruturalismo e a história.*

Não é triste mudar de idéias, triste é não ter idéias para mudar.  
*Aparício Torelly, Máximas e Mínimas do Barão de Itararé*

Uma perspectiva crítica não garante em si a pertinência de um novo enfoque e sua contribuição a um campo de conhecimento, do mesmo modo que as infinitas e duras crises políticas e econômicas de nossa época não têm colocado os sistemas de dominação e exploração em xeque. Diante dessa falta de garantias, e de todas as outras faltas, pelas quais não temos como controlar os efeitos disso que (nos) jogamos, pretendemos ir além da perspectiva crítica, em seus aspectos analíticos mais minuciosos de desconstrução (mas também às vezes diletantes), para, dentro do possível, apreender dialeticamente uma determinada dinâmica histórica, uma processualidade, as formas como ela mexe com a língua em regimes de discursividade, buscando contribuir *não apenas* com um campo teórico, mas também com a superação de alguns impasses aqui investigados.

Outra forma de dizer isso é: não abdicamos do papel do cientista, cientes, entretanto, de que a complexidade do real em sua concretude, síntese de muitas determinações (MARX, 2008 [1859], p. 258), não é “superada” pelo melhor dos métodos, seja ele qual for. Se a distância entre o ser e o conhecer pode ser encurtada, o que é tarefa das ciências, isto de modo

algum significa que tal distância possa ser anulada (Lênin *apud* SAMPAIO & FREDERICO, 2006, p. 126). Cabe reconhecer de partida que muito trabalho ficará por fazer, mas esperamos que sejam novos ou outros para além dos que aqui nos propomos iniciar ou retomar. Se não é possível livrar-se dos erros e insuficiências, que ao menos eles sejam detonadores de posicionamentos mais justos e trabalhos de maiores fôlegos. Que novos conceitos e definições não trafiquem velhas formas de pensar que nos condenam a permanecer ignorando questões essenciais da prática política e da interdição aos fatores de transformação histórica. Vendo a forma particular como Lênin entende a dialética, “doutrina da relatividade do conhecimento do homem, que reflete a matéria em perpétuo desenvolvimento” (LÊNIN, 2006 [1913], p. 67), pode ser, inclusive, que não tenhamos opção além da busca por atualizações dinâmicas das nossas ferramentas conceituais, dada a dificuldade intrínseca de refletir sobre isso que não para e que é como o real do vento, que nunca capturamos e que nos empurra contra ou a favor.

Diante dos limites de nossas ferramentas conceituais e analíticas – só não tem limites o que não existe, não nos cansamos de enunciar a lição hegeliana – deve o trabalho de pesquisa e teorização continuar prov(oc)ando-os e avançando sobre eles, devendo estar consciente de que neutralizar consistências aparentes, como aquelas dos “mundos normais” de que nos fala Pêcheux (1997 [1983]), é sempre um gesto político e de responsabilidade, vinculado à perspectiva histórica daqueles que são capazes e/ou se encontram materialmente em condições de enxergar *desordem humana* sob o manto de “ordem” (organização?) do mundo estabilizado e unificado pela acumulação de capital.

Os limites da produção de conhecimento mudam de acordo com tais condições. Os economistas burgueses, por exemplo,

[...] vêem sem dúvida como se produz *no interior* da relação capitalista [entre quem vende seu tempo e capacidade de trabalho e quem os compra], mas não como se produz esta relação propriamente dita nem como, simultaneamente, se produzem nela as condições materiais de sua dissolução (MARX, 1985 [1867], p. 138).

É neste sentido que buscamos assumir uma posição científica e de classe que conduza a lutar contra determinados esquecimentos – como o de que há estruturas e estruturações. Isso nos leva a atentar para as pressões do político e do desejo (materialmente inscritos na história), pelas quais os sujeitos são levados a ponto de jogar com as equivocidades dos funcionamentos linguageiros, cabendo, assim, buscarmos tanto os aspectos estruturais quanto os aspectos dinâmicos das práticas discursivas.

Infelizmente, muitos acabam desistindo da perspectiva científica na área das humanidades. O historiador marxista Edward P. Thompson, por exemplo, concebeu o conhecimento histórico como provisório, incompleto, seletivo, limitado, definido pelas próprias perguntas feitas e verdadeiro apenas dentro de um campo assim definido.

[...] estou pronto a concordar que a tentativa de designar a história como ‘ciência’ sempre foi inútil e motivo de confusão. Se Marx, e, mais ainda, Engels, por vezes incidiram nesse erro, então podemos pedir desculpas, mas não devemos confundir a pretensão com seus procedimentos reais (THOMPSON, 1981 [1978], p. 50).

Para nós, ainda que possa causar algum transtorno, tal definição de conhecimento histórico não invalida a proposição de uma ciência da história, mas pelo contrário, a municia<sup>7</sup>. E abdicar de fazer ciência, satisfazendo-se com uma *crítica emancipatória* (EAGLETON, 1997 [1991]), representa um sério problema político vivido por uma parcela considerável dos pesquisadores na área das humanas – análogo aos embaraços de alguns pesquisadores das “desumanas” com a utilidade de suas pesquisas. Em linguagem política, esse é o problema daqueles que naturalizam os poderes constituídos e abdicam da luta pelo poder de Estado no horizonte, cegando-se ou não para a sua existência, num tempo histórico em que ele se amplia. Não somente há regiões nebulosas a serem investigadas na perspectiva da superação sócio-histórica, como há uma infinidade de *coisas-a-saber*, verdadeiras reservas de conhecimento acumuladas (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 34), que não nos são *impostas* de fora por um Príncipe mistificador ou pelos grandes poderes distribuídos no tecido social, como os padrões, os cientistas, os especialistas e os administradores. Visamos empreender uma análise que concebe o Estado não somente pela instituição da sociedade política (*Estado R*), nem tampouco pela violência legitimada, elemento central na manutenção da ordem dos corpos no tecido social sob a administração descentralizada do *Estado A*. Cabe assim acrescentar que o Estado também é concebido como essa reserva de conhecimento acumulado, que gera laços de dependência social e configura uma rede de dispositivos e recursos protetores contra ameaças de toda espécie à reprodução social: da epidemia de dengue à queda do dólar, do terremoto e tsunami à greve nas montadoras de automóveis. Diante de todas estas urgências e

---

<sup>7</sup> Como regra, se verá ao longo da tese um tipo de recusa ou contrariedade a certas distinções tradicionais que têm servido à organização dos partidos acadêmicos em muitas áreas. Correremos todo o tipo de riscos, de mal-entendidos à exposição de fragilidades em nome de alianças e convergências trocadas que nos parecem cada vez mais pertinentes. No geral, podemos dizer que estamos convencidos de que os paradigmas de tendência totalizante (por exemplo, a *história-problema* dos Annales e, claro, o marxismo) só têm a ganhar com a incorporação crítica e controlada de questões e pesquisas desenvolvidas sob o signo da desconstrução e do pós-estruturalismo, mesmo quando atualizam posturas empiristas e formalistas. Quanto à AD, que decididamente trabalha no batimento entre determinação e relatividade, talvez seja até impossível pensar diferente.

ameaças à felicidade humana, os sujeitos pragmáticos (cada um de nós no papel de gestores cotidianos da vida) demandamos homogeneidade lógica, um mundo semanticamente estabilizado e a atualização de fronteiras que nos auxiliam nas infinitas tomadas de decisão do dia-a-dia. “O Estado e as instituições funcionam o mais frequentemente – pelo menos em nossa sociedade – como pólos privilegiados de resposta a essa necessidade ou a essa demanda” (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 34).

É compreensível que uma formação social sobreviva à falta de processos emancipatórios, mas não à falta de conhecimento – considerando-se que também no campo dos saberes administrativos há injunções e acontecimentos, ou especialmente nestes. Além disso, nossa conjuntura teórico-política-administrativa trabalha com muita facilidade o arremessamento das perspectivas emancipatórias para a vala comum da escatologia. Dada a crescente complexidade do mundo, mais do que nunca necessitamos conhecer, e conhecer a fundo, em especial tudo isso que não se mostra e que, por não se mostrar, opera de modo mais intenso e assim menos propenso a alterações.

A essa violência simbólica que visa esconder, desarmar, desfazer e absorver qualquer oposição radical deve-se chamar pelo seu nome, ideologia dominante. Parece-nos que a melhor forma de enfrentá-la – para além da denúncia (de que ela esconde e desarma algo), da crítica (de como ela esconde e desarma), e da resistência (mostrar que ainda assim não nos damos por vencidos) – seja produzir e difundir o conhecimento disso que se pretende esconder, desarmar, desfazer e absorver.

A Análise do Discurso (AD) tal como desenvolvida na França e no Brasil a partir da obra de Michel Pêcheux (1938-1983), tem por ambição científica compreender as condições materiais (simbólicas e históricas) de existência dos discursos em meio aos processos ideológicos. Os efeitos de sentido são percebidos pela AD enquanto produtos de um rico processo social e linguageiro que tende a ser apagado no interior das práticas cotidianas e que pode ser recuperado mediante a montagem de escutas discursivas.

Na montagem destas escutas, a AD opera com a convicção de que o *fazer sentido* tem a ver com os funcionamentos fonológicos, morfológicos e sintáticos, como tem a ver com os processos de enunciação. Ao mesmo tempo entende que sobre estes funcionamentos e processos instauram-se na interlocução pontos de deriva e de equivocidade, a partir dos quais determinados dizeres são tomados por dizeres outros (dizeres dos outros e do Outro), em confrontos e sustentações que podem ser compreendidos mediante o levantamento de duas ordens de relações — relações de força e relações de sentido, condições de produção do sentido e filiação a formações discursivas. Busca pensar-se assim, de modo aberto e articulado

(dinâmico e estruturado), como a língua e a história afetam duas coerções: as que tocam a tomada da palavra e as que tocam os processos semânticos; a enunciação e a interpretação.

Esta singularidade no modo de compreender o *fazer sentido* é produzida pela presença consequente de saberes oriundos destas duas ciências da conflitividade moderna, o marxismo e a psicanálise (ALTHUSSER, 1984 [1976]). Ainda que ambas sofram constantes reapropriações produtoras de desvios de seus *núcleos essencialmente políticos* – o inconsciente, o desejo, a mais-valia, a luta de classes – e que (cf. HENRY, 1992 [1977]) elas tendam a não encontrar lugar no regaço da universidade, será sempre o caso de minimamente reconhecermos aquilo com o que se falta, quando faltamos com as suas questões: os impasses/inflexões das transformações históricas e aqueles da constituição dos sujeitos, as rupturas e as brechas que social e pragmaticamente não cessamos de tentar suturar.

Praticar a AD é incompatível com a busca de uma posição pretensamente neutra, à moda de um racionalismo universalista, por um lado, mas também não permite ceder ao relativismo contemporâneo (nietzschiano?) que crê haver apenas força, distintas versões e “olhares” ou “leituras”. A AD resiste e enfrenta certos princípios do pós-modernismo e do multiculturalismo, obstrutores dos processos de conhecimento científico e da prática política emancipatória. A AD ambiciona produzir conhecimento, de modo explícito e crítico, não quer ser um golpe de força acadêmico, pondo leitura sobre leitura, versão sobre versão, como se o fato de uma leitura poder ser *outra* implicasse em dizer que ela pode ser *qualquer*. Com margens, nem soltos nem cristalizados, os sentidos são historicamente determinados e socialmente administrados, e quanto a isso a AD não pretende lançar sobre os textos e as interpretações nem um olhar (sabido) de ordem técnica-semiótica, sobre as superfícies textuais, nem um outro olhar (mais sabido ainda) de ordem erudita-hermenêutica, sobre os conteúdos e suas profundezas. A AD não trabalha num intervalo entre textos e interpretações, mas no espaço de divisões e alianças em que estes operam na qualidade de mediadores das relações sócio-históricas.

Para além de todas as contribuições das nossas disciplinas irmãs (e elas são muitas, como as ambivalências e os desentendimentos aí produzidos), há de se ter clareza do motor de nossas análises: se os efeitos de sentido são como produtos de um rico processo social e linguageiro tendencialmente apagado, então, para compreender como se interpreta, muito mais do que se reinterpretar em nova grade, há de se jogar luz sobre (recuperando traços d)esse determinado processo histórico-discursivo, superando as ordens de evidência, circularidade e cristalização de seus produtos.

Se o conhecimento invariavelmente é uma questão de Estado, devemos exigir do marxismo e da psicanálise (pela exploração que deles podemos fazer) o papel de conhecer e difundir as verdades perigosas e imperdoáveis (à nossa “boa ordem” econômica e moral) que lhes tocam e lhes cabem<sup>8</sup>. Algo como a tarefa assumida pela AD de lutar contra a evidência de determinadas leituras não tem como ser estranho à prática política, na forma como esta foi definida acima, extravasando a simples existência de aparelhos para a sua prática. Acrescente-se, porém, que essa tarefa não tem como ser *apenas* prática política. Nas precisas palavras de Eni Orlandi, estas são as ambições da AD:

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2001, p. 9).

Só não podemos ser ingênuos achando que deixar de ser ingênuo não se caracteriza enquanto uma posição política, em sua dimensão de prática e de ameaça. Contra o quê voltamos nossas armas de opacificação e compreensão? A favor do quê?

Além disso, há uma questão a ser posta frente ao modo como a psicanálise laciana influencia o trabalho em AD: ao nos limitarmos a uma compreensão de *real* enquanto aquilo que faz tropeçar (a contingência e o impossível), não deixamos de lado a compreensão do *real* enquanto aquilo que também faz com que seja inevitável ter de saltar e até voar? É deste modo que conjugamos o trabalho acadêmico de investigação e teorização com a perseguição do irrealizado, do não-presente; o pessimismo da razão com o otimismo da vontade.

Muitas das adversidades políticas e acadêmicas contemporâneas vêm pelas mãos de antigos ícones de/da resistência, devidamente esvaziados de seus efeitos anteriores – o que

---

<sup>8</sup> É possível que essa proximidade entre marxismo e psicanálise (cada um com seus objetos) se manifeste em um ponto curioso: seriam as constantes cisões que tomam conta dos operadores políticos do marxismo da mesma ordem disso que levou à criação da *Escola Francesa de Psicanálise* (laciana) a partir da *Sociedade de Psicanálise da França*? Afinal, de onde vêm esses “jogos de reformulação” do nome das organizações? Não deixa de ser trágica por ser cômica a excelente crítica do filme *A vida de Brian* (Terry Jones, 1979), onde um candidato a militante revolucionário antiimperialista (aqui referido ao Império Romano!) sofre uma terrível confusão diante da semelhança nos nomes e do ódio recíproco entre as organizações desse campo: *Popular Front of Judea*, *People’s Front of Judea*, *Judean People’s Front* e *Judean Popular People Front* – Frente Popular da Judeia, Frente do Povo da Judeia, Frente do Povo Judeu e Frente do Povo da Judeia Popular. Até que o candidato pergunta: “Whatever happened to the *Popular Front*?”, o que aconteceu com a Frente Popular? E os militantes veteranos apontam para um senhor idoso sentado num canto: “He’s over there”, ele está ali.

não deixa de servir enquanto sinal de que qualquer simples resistência (como qualquer simples crítica ou denúncia) é por demais insuficiente para produzir mudanças de tempo e horizonte<sup>9</sup>. A geração que fez as estruturas políticas e acadêmicas balançarem nos anos 1960 está no poder. Não exatamente as idéias-combates que empreenderam, se bem que de um modo bem particular elas alimentem as formações ideológicas dominantes do nosso tempo. De que forma o fazem? Disseminando um discurso de ultrapassagem da modernidade – pela terceira vez na história contemporânea (cf. WOOD, 1999) – que não encerra os desafios por ela postos e sucumbe na atual avalanche de hedonismo, individualismo e culturalismo, fatores de *justificação* que encerram em si modos particulares-disponíveis de vida, de olhares, de identificação. Formas subalternas de inserção e aceitação das diferenças. De modo análogo ao ocorrido na história da filosofia, na Grécia clássica (cf. JAPIASSU, 2001), de questionadores das representações coletivas estabelecidas, muitos se converteram em “racionalizadores do que é (do *status quo*), em justificadores da ordem estabelecida”. Os efeitos recaem, em especial, sobre a racionalidade emancipadora, que busca nexos causais e brechas para transformações profundas.

Essa racionalidade dominante é de todo modo circular e oportunista. Seguindo algumas considerações de Alain Badiou (2004, p. 13)<sup>10</sup>, podemos dizer que o que ela difunde são basicamente saberes de gestão e adaptação, refutando tudo aquilo que aponte para a crítica e a revolta; ela atua na contramão da coerência racional, dos processos de argumentação e do diálogo, emulando o instantâneo e o fragmentário-incoerente; toma os particularismos de todo o tipo no lugar da universalidade emancipadora; e põe a “segurança da carreira” e da mera repetição no lugar dos encontros, das apostas, do acaso, dos riscos e do engajamento.

Nesse quadro é possível ver o culturalismo como derrota do pensamento diante da mão invisível das pressões do Mercado e as desistências frente ao Estado, sua transformação e superação – ou melhor, do fortalecimento do *Estado A*, dos poderes econômicos-administrativos exercidos desde o tecido da sociedade civil. e certo esvaziamento do *Estado*

---

<sup>9</sup> Este tem sido um tema estudado pelo recentemente formado Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação, *Contradit*, do qual fazemos parte, e que conta com pesquisadores de diferentes campos, engajados na retomada do materialismo histórico no interior da Análise do Discurso e na produção de textos coletivos. Investigamos como o reformismo das resistências pontuais não torna a ideologia dominante menos eficaz. Seguindo as considerações de Michel Pêcheux referentes à contraidentificação, assim como os estudos de Slavoj Žižek sobre as lutas ideológicas contemporâneas, temos avaliado o quanto que um certo passo atrás em relação às injunções e evidências da ideologia permite uma reprodução mais estável, como . Certa dose de resistência local e atual possibilita uma reforma-mantutenação dos status quo.

<sup>10</sup> Considerações estas próximas às de Rancière (*O Desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996) sobre a atual ordem da polícia. Vale dizer que ambos os autores, assim como Michel Pêcheux e outros que serão convocados adiante, todos eles foram discípulos de Louis Althusser, no melhor dos sentidos – souberam ir além do ponto alcançado pelo mestre, fizeram a sua crítica, mas atentos para não caírem nos acidentes e não pararem nos obstáculos já apontados por ele.

R, dos poderes públicos-estatais. E ainda se troca seis por meia-dúzia com a substituição da velha culpa estatal-religiosa (por gozar, não sendo um bom cidadão-soldado-funcionário) pelo terror de uma nova culpa consumista-fetichista (uma culpa por não gozar, isolado na pressão do bastar-se e *ser você mesmo*). A diferença, mais como cristalização que como direito, e a tolerância, como indiferença e precaução, tornam-se valores fortes, conjugados ao esgarçamento dos sentidos dos laços sociais, resultando na reedição de alguns elementos antes apontados na crítica progressista da feudalidade tais como o obscurantismo, a fragmentação/atomismo e o eternitarismo/presentismo.

Se essa nova onda de ceticismo epistemológico beira o velho solipsismo (“fora de mim nada existe”), fenômeno que talvez traga paz para uma parcela dos desgostosos com os rumos tomados pela história recente, por outro lado, o derrotismo político que o acompanha parece curiosamente assentar-se numa espécie de otimismo – ingênuo ou cínico – em relação às promessas de progresso e prosperidade do capitalismo (WOOD, 1999), e se garante na cegueira e insensibilidade quanto aos muitos, variados e renovados gestos de resistência que atravessam o tecido da sociedade civil global. Gestos estes que, em geral, concebemos enquanto passíveis de conjugação – e de *pega*, segundo expressão de Louis Althusser (2005 [1982]) – em máquinas de guerra capazes de converter decomposição e barbarismo (barulho, ruído, borrão) em civilidade mais justa e avançada que faça surgir o novo de dentro do velho, o outro de dentro do mesmo<sup>11</sup>.

Se estes gestos contra-hegemônicos não se integram, permanecendo difusos e implicando em irrupções de acontecimentos que parecem não alterar em nada a normatividade dominante<sup>12</sup>, isso não significa que os “pressupostos pós-modernistas” sejam válidos para compreender os seus motivos, constituindo muito mais um sintoma do que qualquer espécie de resistência<sup>13</sup>. Falta-nos, isso sim, estudar com mais vigor ainda as ideologias, sua existência material, as práticas discursivas que lhes correspondem através da “intrincação”

---

<sup>11</sup> Gianni Vattimo, rompido com o irracionalismo dos *nouveaux philosophes*, e retornando ao campo do materialismo histórico, caracteriza esse “barbarismo” através das ações de um *proletariado minimalista*, sem consciência de classe, problematizado em sua obra *Ecce Comu – cómo se llega a ser lo que se era*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2009.

<sup>12</sup> Pensamos aqui em diversos exemplos, como as greves gerais que ocorreram no continente europeu em 2011 e os movimentos de ocupação reivindicando democracia participativa e controle social sobre os capitais, os levantes nos países árabes, o movimento zapatista e a constituição de governos vinculados a movimentos populares e de perfil antiliberal na América Latina.

<sup>13</sup> Em relação a estes, nos parece que grande parte de sua produção teórica assenta-se mais numa “pobre dramaturgia do fim e do retorno” (Jacques Rancière, *A partilha do sensível*. São Paulo: Ed. 34, 2005, p. 14) e na desconstrução e incineração de pressupostos marxista, sem a proposição de outros modelos ou desafios. Homi Bhabha, um dos teóricos deste campo que por vezes parece ser o exemplo em contrário do que dissemos, simplesmente traduz a “velha” perspectiva de emancipação por racionalidade redentora (que critica) e propõe que a negociação seja posta no lugar da negação. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 51-52.



entre formações ideológicas e discursivas (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 182) e apontam para o que não se diz (ou mal se diz) por sofrer naturalização, na (con)sequência do que se prega com a ladainha de fim da história e das ideologias. Oportunidade e necessidade ímpar de atentar para o papel cumprido pela linguagem diante da contingência e da impossibilidade de tudo dizer.

Nas mãos de um conhecimento histórico em migalhas, que covardemente renuncia à sua vocação de síntese e se contenta/acomoda a “uma escritura histórica mais descritiva do que explicativa, mais positivista e empírica do que científica” (DOSSE, 1992, p. 252), e sob os efeitos de uma política cultural que torna ainda mais difícil enxergar *as* ideologias, o real da história tenderá a ser mais sofrido do que vivido significativamente, justamente quando realidades tão acachapantes como o capitalismo e o imperialismo circulam discursivamente em formas positivadas e acríticas tais como *mercado* e *globalização*. E se a crítica da ideologia é “uma dialética da exteriorização infinita da verdade” (BALIBAR, 1994, p. 14), sob diversos ângulos nos falta avançar numa compreensão histórica materialista – não a reafirmação de fórmulas e certezas (sejam elas triunfantes ou pessimistas), mas o exercício crítico e totalizante que persegue o real nas suas contradições e errâncias, exercício este que não deve se acanhar de seu caráter limitado (jamais limitador) nem vacilar diante de uma metodologia que demanda pensar a totalidade (sempre atravessada por conflitos e dissonâncias).

É enquanto denúncia da circularidade que o filósofo marxista Michel Pêcheux compreende a crítica materialista da ideologia. A depender de como se trate uma *exceção* – poderíamos pensar aqui nos gestos contra-hegemônicos –, incorporando-a a certezas estabelecidas ou explorando-a como sintoma de algo a se descobrir, o pesquisador se inscreve numa posição idealista ou materialista – inscrição esta que, entretanto, *jamais* será definitiva. Pela tendência materialista, importa pensar o real enquanto processo não unificado, atravessado por desigualdades e contradições – ou seja, em movimento e sujeito a rupturas, acrescentamos nós.

[...] a tendência idealista visa fixar a exceção em um objeto e reinscrever seu sentido em um Sujeito, de tal forma que ela confirma a regra ao fundá-la; a tendência materialista, ao contrário, *parte da exceção* como sintoma de uma “regra” desconhecida, desarticulada do terreno das evidências em que essa exceção nasce. Pense-se, por exemplo, na maneira pela qual Marx chegou a formular as leis do modo de produção capitalista, partindo da “mercadoria” excepcional que é a força de trabalho, no espaço submetido à regra “universal” do valor (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 274-275. Grifo do autor).

Provavelmente isso que Michel Pêcheux desenvolve acerca das duas vias ou tendências num trabalho de investigação seja pouco mais do que um desdobramento do par ideologia-ciência na obra de Althusser: processos de repetição e de reconhecimento *versus* processos de transformação e de conhecimento, sendo esta oposição ela mesma desenvolvida como um *processo*, não como um problema (ALTHUSSER, 1979 [1969], p. 51), e jamais em termos de campos prévios e estabelecidos, ou como falsidade-verdade (BADIOU, 1979 [1969], p. 15-16). De todos os modos, tal desdobramento realizado por Pêcheux faz com que seja apontada de modo explícito uma práxis de pesquisa que extravasa qualquer consideração apenas teórica ou epistemológica.

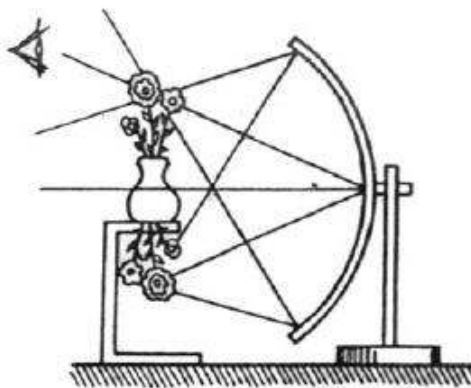
Para ilustrar o modo pelo qual entendemos que esta práxis é tanto avessa ao cientificismo quanto ao relativismo, trazemos um dizer espirituoso ouvido em Havana em 2007: “Quer saber a verdade sobre a política nos EUA? Leia os jornais cubanos. Quer saber a verdade sobre a política em Cuba? Leias os jornais ianques”. À primeira vista, parece um enunciado relativista, de pura simetria. Mas considerando que ele foi dito em Cuba, por cubanos, quebra-se a simetria formal, sobretudo se, com um pouco de imaginação, pensamos no *non sens* deste enunciado sendo dito nos EUA. O mesmo vale para um enunciado de Maquiavel utilizado por Althusser (1984 [1976]): “Para conhecer os príncipes é preciso ser povo”. Althusser não o explora nesse sentido, mas o fazemos nós: a inversão é absurda, não dá para dizer com muita seriedade que “para conhecer o povo é preciso ser príncipe<sup>14</sup>”.

O relativista reconhece a relatividade (real) e para nela, para na diferença. O historiador marxista (como o analista de discurso) parte dessa relatividade real para ver mais, para ver aquilo que as evidências e a dominação apagam, aquilo que tende a não ser visto desde uma determinada posição – à qual não interessa ou não diz respeito o que efetivamente constitui e condiciona tais e tais diferenças, seja entre cubanos e ianques ou entre príncipes e povo.

Um último exemplo é o do buquê invertido, trazido da psicanálise e desenvolvido por Paul Henry (1992 [1977]), que aqui resumimos ao limite de uma singela experiência capaz de mostrar um modo de tirar proveito e produzir conhecimento a partir da relatividade e para além dela.

---

<sup>14</sup> Aqui, obviamente, não trazemos a conotação desenvolvida por Antonio Gramsci (Cadernos do Cárcere. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1929-35]) acerca do *príncipe moderno*. Tampouco a problematização proposta por Patrick Seriot, de que o *povo* enquanto categoria unitária é uma invenção de intelectuais (palestra proferida no PPGLetras da UFRGS em 2011).



Frente a um espelho convexo, temos um buquê pendurado de cabeça para baixo e coberto por uma caixa (aberta em direção ao espelho). Acima desta caixa temos um vaso vazio. Dentro de um determinado campo de visão, em formato de cone, vê-se refletida a imagem da flor, invertida, como se saísse de dentro do vaso vazio. Fora desse cone, abaixo ou acima, não há imagem de flor no vaso, a realidade se reduz a ele. Nesta situação, quem fale de buquê estará falando de algo fictício, incorrendo numa fabulação sem causa objetiva. Henry diz que esta poderia ser vista como a posição do materialismo empirista, que não distingue objeto real e objeto de conhecimento, pondo de acordo tudo o que seja empiricamente distinto.

Na situação vista do interior do cone, o buquê parece fazer parte da realidade do mesmo modo que o vaso. A realidade da imagem do buquê é pensada como continuidade do vaso, sem que haja a consideração da passagem da imagem (real) ao buquê propriamente dito do qual ela é imagem. Henry vê neste caso a situação do formalismo, que pensa a objetividade de modo formal, a realidade "invisível" é pensada como algo da mesma ordem de verdade da realidade "visível", por extensão.

É somente na travessia da superfície do cone, dentro-fora deste campo, entrando e saindo dele, que somos obrigados a considerar essa imagem como tal, supondo-lhe um lugar-outro, a partir do qual a imagem aparece e desaparece com o movimento do olhar. Passamos da imagem real ao real que nela se mostra pela ótica geométrica. Somente neste terceiro estado damos conta, cientificamente, da existência material da imagem real do buquê visível acima do vaso.

Paul Henry afirma que esta é justamente a passagem para a "experiência", que não marca exatamente a *relatividade* do materialismo histórico, mas a sua apropriação da materialidade de ciências limitadas, dando-se desse modo a sua ultrapassagem – em analogia

ao fato de não se ficar restrito ao interior/exterior do cone. O relativista afirmaria, na melhor das hipóteses, uma e outra verdade, sem tirar proveito e produzir conhecimento a partir dessa diferença.

A única “retificação” ou acréscimo que precisamos fazer quanto à discussão de Paul Henry com base no experimento do buquê invertido, é que se deve tomar o cuidado para não pensar em termos de simetria entre as duas posições, a de dentro e a de fora do cone, que ele apresenta como analogia para os limites epistemológicos do empirismo e do formalismo. Os dois erros não se equivalem, não se anulam, e é preciso extrair a verdade (do conhecimento) de cada um deles. Deste modo puramente *laboratorial*, através de uma simples experiência com um espelho e alguns outros apetrechos, torna-se bastante fácil colocar-se acima de dois pontos de verdade e erro. Mas quando consideramos os exemplos anteriores, da relação cubanos-ianques e povos-príncipes, todo analista e historiador que se pretender colocar completamente acima das verdades parciais, movimentando-se livremente entre os pontos de visão, estará se enganando.

## 1.2 A ANÁLISE DO DISCURSO E AS TAREFAS DEIXADAS POR PÊCHEUX

Eu gostaria que, marxistas ou não, sejamos capazes de frustrar, em nosso domínio de investigação e de reflexão, a irresistível tendência ao narcisismo teórico que pode tomar diversas formas integrativas, entre a a-historicidade antropológica e a historicidade homogênea de um simbolismo coletivo que parece ter dificuldades em suportar a categoria da contradição.

*Michel Pêcheux, Metáfora e Interdiscurso*

A idéia de que a teoria marxista é "finita" exclui totalmente a idéia de que ela seja uma teoria "fechada". Fechada é a filosofia da história, na qual está antecipadamente contido todo o curso da história. Somente uma teoria "finita" pode ser realmente "aberta" às tendências contraditórias que descobre na sociedade capitalista, e aberta ao seu devenir aleatório, aberta às imprevisíveis "surpresas" que sempre marcaram a história do movimento operário; aberta, portanto atenta, capaz de levar a sério e assumir *em tempo* a incorrigível imaginação da história.

*Louis Althusser, O marxismo como teoria "finita".*

Neste sentido, como exemplo de um campo teórico que nunca se pretendeu acima dos confrontos, e que também nunca foi condescendente, deixando de travar batalhas no interior das suas forças, voltamos então a falar da análise do discurso de corte materialista, a AD, desenvolvida pelo grupo que Michel Pêcheux constituiu no seu entorno nos anos 1970 e 1980. Para enfrentar os dilemas ideológicos do nosso tempo, não temos notícia de um campo teórico

mais competente (podemos dizer abusado?) do que esse. Pêcheux, partidário e amante do fogo caloroso do trabalho crítico, alheio às convenientes e frias fogueiras incineradoras de vestígios e comprometimentos - que, como ele escreveu, só produzem fumaça (PÊCHEUX, 1997 [1978], p. 294). Talvez seu maior legado, junto a seus companheiros de equipe e empreitada, tenha sido jamais isolar-se em algum quintal particular (qual?, a filosofia?, a psicologia?, a linguística?, a AD?), não acomodar-se em um único terreno ou nas linhas delimitadoras de um jogo bastante previsível como muitas vezes o é a produção teórica e acadêmica (e política!). Com Pêcheux vemos com clareza a necessidade de partir/mudar para aqueles terrenos aos quais é preciso ir, reconhecê-los em meio às conjunturas sempre complexas do saber e do agir, e não ceder aos atalhos e trilhas gastas pelas convenções e conveniências.

Diferentemente de muito do que se vê, o trabalho teórico de Michel Pêcheux no campo do marxismo jamais se fez com o intuito de proteger Marx ou de proteger-se nele, parafraseando uma formulação sua (1997 [1983]). Não foram poucos os seus questionamentos em relação às “aplicações” do marxismo, como, por exemplo, a distância entre os primeiros “instrumentos” utilizados (herdados/emprestados da burguesia, como o sindicato e o partido, que segundo Pêcheux continuaram, grosso modo, se parecendo com o que eram antes) e suas novas finalidades revolucionárias e científicas<sup>15</sup>. Para Pêcheux uma falsa aparência de homogeneidade e estabilidade, característica do que chamou de *ciências régias* – como o aristotelismo e o positivismo – reinou em diferentes variantes do marxismo (dentre as quais José Paulo NETTO, 1984, nomeia o stalinismo e sua *ciência total*). Variantes estas que se esquivaram de uma marca profunda do pensamento de Marx (e também de Freud), a do *racionalismo autocrítico*, que luta contra velhos adversários (como o misticismo, o empirismo e o pragmatismo), mas luta também consigo mesmo. Referindo-se ao tipo de racionalismo sobre o qual caem as críticas de Pêcheux contra a perspectiva das *ciências régias*, o filósofo Hilton Japiassu escreve: “ao fazer da ciência uma referência absoluta, o racionalismo universalista, além de transformá-lo num sistema explicativo global, põe a ciência a serviço de uma concepção política que a torna semelhante à religião.” (JAPIASSU, 2001, p. 62).

A proposta política e científica de Michel Pêcheux pode ser apreciada através das duas tarefas que ele propõe para o desenvolvimento da AD, sobretudo em sua última intervenção pública, na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: limites, fronteiras, restrições”, em julho de 1983, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign – transformada em livro

---

<sup>15</sup> “[...] para dizer a coisa brutalmente, os instrumentos não seguiram a teoria nas suas ‘aplicações’... o que pode também se entender como o indício que a ciência-prática em questão não foi jamais (ainda?) aplicada verdadeiramente...”. In: Michel Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1997 [1983], p. 41.

(PÊCHEUX, 1997 [1983]). A primeira destas tarefas, referente ao discurso *como estrutura*, é reconhecermos o real próprio da língua, sendo ele inseparável do papel do equívoco, da elipse, da falta, da poesia, e que representa o cerne das condições verbais da existência dos objetos ideológicos. De modo a não cairmos num amolecimento teórico, defende Pêcheux: há que se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente esse fato linguístico do equívoco, e neutralizar a (aparente) consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”. A nosso ver pode-se bem retomar o termo efetivamente utilizado por Saussure para referir-se à língua, *sistema*, e não *estrutura*, que trafica certa carga de abstração, simulação, auto-suficiência e imobilidade.

De todo modo, veja-se esta condição material dos discursos e das ideologias como sistema ou como estrutura, importa não sucumbir às facilidades pressupostas no início da teorização pecheutiana em relação à sintaxe, antes concebida enquanto área de estudos fornecedora de relações e regras neutras e opacas desde o lugar da enunciação, um meio capaz de atingir processos invariantes subjacentes a variações de superfície e conhecer o funcionamento da língua em relação a ela mesma (PÊCHEUX, 1997 [1969]). Mais do que sobre qualquer outro campo, foi no coração dos estudos da linguagem que a AD mais interveio e mais produziu conhecimento – o que pode ser avaliado em *A língua inatingível* (PÊCHEUX & GADET, 2004 [1981]). A capacidade de construir o unívoco, baseada em estabilidades (pontos de estabilização) morfológicas e sintáticas, é vital para as ciências, as tecnologias e a administração em geral, mas fora destes domínios as línguas naturais (ou a linguagem, para nos afastarmos da língua artificial-positivista concebida formalmente, como mero corpo de regras) funcionam sob o motor de uma *contínua “desestabilização” da univocidade* (GADET, HAROCHE, HENRY & PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 56), sendo assim irredutíveis a uma ordem homogênea, representando antes, cada uma delas, um real específico (de determinada língua) na forma de “um sistema de regras atravessado de falhas” (ibidem, p. 65). Cada língua tem o seu impossível de ser dito e impossível de não ser dito, propiciando interpretações divididas/conflitantes em razão de fatores que não são de natureza linguística, o que nos remete à segunda tarefa imposta ao desenvolvimento da AD.

Esta segunda tarefa, referente ao discurso *como acontecimento*, é apresentada como a necessidade de trabalhar no interior da AD a escuta das circulações cotidianas em sua heterogeneidade, para além da tradicional leitura dos Grandes Textos e dos arquivos homogêneos – numa referência autocrítica às primeiras experiências com o dispositivo de análise proposto por Pêcheux em 1969, pautado numa suposta homogeneidade das condições

de produção de um *corpus* de textos que, inclusive, ajudou a sustentar a ideia de sujeitos plenos e centrados, reduplicações perfeitas de um Sujeito que não iam além de um *eu* imaginário. Ou seja, efeitos plenos de uma primeira presença dos estudos históricos e da psicanálise, uma presença acanhada e, como dizemos em linguagem política, voluntarista, e além do mais, menos trabalhada do que aludida.

Não nos parece, no entanto, que tenha ocorrido na segunda metade dos anos 1970 um “doloroso encontro de Pêcheux com a história” (PIOVEZANI & SARGENTINI, 2011, p. 27), e sim um desenvolvimento no interior do campo da AD das perspectivas trabalhadas com grande empenho por seus historiadores, que diversificaram as abordagens das *formações discursivas* (pensado os efeitos de conjuntura em seu interior), puseram em xeque o trabalho anterior com os *corpora* e questionaram fortemente o conceito de *condições de produção do discurso* – ou o abandonaram, como veremos adiante nas considerações de Jacques Guilhaumou. Também é de se notar a imensa contribuição dos analistas linguistas que, explorando a produção dos efeitos de linearidade, realizavam tardiamente, no início dos anos 1980, o próprio programa de *Semântica e Discurso* referente à presença do interdiscurso no intradiscurso (MALDIDIER, 2003 [1990], p.84). Deste modo, tanto pelo lado da história, quanto da psicanálise e da linguística, foram trabalhadas vias de sustentação e avanço da teoria do discurso sobre os primeiros dispositivos negligenciadores da exterioridade (e) do interdiscurso, princípio de funcionamento da discursividade a partir daquilo que fala antes, alhures e independentemente<sup>16</sup>.

Além disso, no campo do materialismo histórico, Michel Pêcheux nos seus últimos anos de vida – que foram de intensa e vigorosa produção – mostra-se muito mais próximo da historiografia marxista inglesa e de Antonio Gramsci do que do marxismo-leninismo, e acompanha, em linhas gerais, a trajetória de embates públicos de Louis Althusser com a política da direção do Partido Comunista Francês no final dos anos 1970. Textos como *Delimitações, inversões e deslocamentos* (PÊCHEUX, 1990 [1982]) e *Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal* (PÊCHEUX, 2011 [1982]) evidenciam a sua compreensão fina dos dilemas em torno dos partidos comunistas e dos regimes socialistas no

---

<sup>16</sup> Princípio este que, no próximo capítulo, teremos oportunidade de pensar não apenas como *aquilo que fala* em um determinado dizer, sendo assim reduplicado, mas também o que faz falar, podendo ser desviado, silenciado, interditado, subtraído, esquivado. Quanto à *teoria do discurso*, entendemos que esta tenha sido *formalmente* recusada pelos analistas franceses enquanto empreendimento nos anos 1980, mas parece ser o entendimento geral da AD praticada no Brasil de que as questões que seguiram sendo mobilizadas por Pêcheux autorizam a que continuemos nos referindo à sua *teoria do discurso*, sob a condição salutar de entendê-la dentro de um processo de desenvolvimento e retificações.

campo de uma crítica radical (e) marxista<sup>17</sup>, e jamais como abandono das questões referentes à ideologia e de uma epistemologia materialista.

Essa postura nós também identificamos num texto denso de críticas aos (por eles considerados) magros resultados das análises realizadas e à fascinação pela repetição no campo da AD, um texto que traz inúmeras contribuições e proposições polêmicas: *Quel objet pour l'analyse du discours?*, de Jean-Jacques Courtine e Jean-Marie Marandin, elaborado para o Colóquio *Materialidades Discursivas*, de abril de 1980 (COURTINE & MARANDIN, 1980). Neste texto, que discute até mesmo a “proposição ritual” da AD (de Althusser) de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, defende-se que a eficácia ideológica não está aí, na interpelação que metamorfosearia os sujeitos da enunciação, e sim na repetição sob o modo de reconhecimento de enunciados e sob o modo do desconhecimento do interdiscurso (ibidem, p.31). Desenvolve-se também a consideração dos limites entre as diversas formações discursivas enquanto fronteiras instáveis, que se deslocam em função das lutas ideológicas.

Sob essa dupla exigência de atentar para a materialidade da língua e das lutas ideológicas, Michel Pêcheux defende em 1983, na sua última conferência, que a investigação do discurso deve se dar tanto como “estrutura” e como “acontecimento”, ou melhor, que o seu estudo se faça através da análise do real específico da equivocidade sónica e das formas de assujeitamento e deslocamentos ideológicos que o determinam. Existe assim o trabalho de descrever, a explorar o desenvolvimento das ciências da linguagem, e o trabalho de interpretar, a explorar o desenvolvimento dos estudos históricos, sendo que, na investigação dos processos discursivos, os dois trabalhos tendem a não discerníveis entre si. O real da língua sofre a manipulação de significações estabilizadas, dos sentidos normatizados e administrados pela higiene pedagógica do pensamento, que pressionam no sentido da univocidade, mas sofre também as transformações do sentido, num trabalho do sentido sobre o sentido, definido pelas tensões e conflitos históricos. As interpretações podem assim ser descritas enquanto tomadas de posição e efeitos de identificação possibilitados pelos pontos de deriva – marcados ou não – que trabalham em quaisquer textos, e que se abrem para (ou mesmo exigem) redes de memória como condição do sentido.

Estrutura e acontecimento – ou sistema e transformação – precisam então ser considerados conjuntamente<sup>18</sup> e de modo não dicotômico ou complementar, implodindo a

---

<sup>17</sup> Respondendo assim a um problema-chave por ele levantado: “a dificuldade do marxismo seria que ele enfrenta aparentemente as maiores dificuldades em aplicar essa crítica [da ideologia burguesa] também... a si mesmo!” (Michel Pêcheux, Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011 [1981], p. 139).



inscrição estruturalista que marcou o início do empreendimento althusseriano e pecheutiano. Pêcheux critica em 1983 a concepção aristocrática do estruturalismo em relação ao acontecimento e às transformações. Nessa mesma direção, outro pesquisador marxista, Henri Lefebvre, toma o estruturalismo como a própria ideologia do equilíbrio e do *status quo* (citado por DOSSE, 1992, p. 232). Jacques Rancière (1996, p. 70) afirma que “não é apenas em momentos de exceção e pela ação de especialistas da ironia [crítica a R. Rorty] que o consenso exclusivo se desfaz”. O cotidiano – tema que se impõe à historiografia e à esquerda desde o final dos anos 1970, e que chega a Pêcheux através da sua aproximação com Michel De Certeau – não é tão-somente a urgência pela reprodução da vida, não é uma circularidade fechada. O humor e o traço poético (e o inconsciente) não são exclusividades das elites. A transformação não se dá no momento heróico solitário do teórico e do poético. Isso pode ser compreendido pelo princípio mesmo do real histórico, que Pêcheux chama de “discurso-outro”, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica. Ou, na expressão *lacano-hegeliana* de Slavoj Zizek (2009, p. 155), a pressão do Grande Outro como substância social.

Ampliamos o parêntesis para dizer que esse *outro insistente* enquanto lei sócio-histórica nos parece a própria brecha para introduzir na teoria do discurso uma maior reflexão acerca da categoria da *totalidade*, que, quando aparece, se dá na forma althusseriana do *todo complexo com dominância*. A discussão crítica do marxismo althusseriano será feita no próximo capítulo, mas aqui já queremos registrar que é a categoria da totalidade que sustenta toda consideração da *contradição*. Obviamente, a totalidade não como abstração metafísica e expressividade do todo nos seus elementos (redução ao “modelo do eu”, empregando um termo de BERNARDO, 2009 [1991], p. 73), não a totalidade que se forma livremente enquanto recurso do pensável, nem como pressão unificadora do imaginário, mas a totalidade que antes de virar conceito (e como condição para tal) se calça no processo social material concreto, na multiplicidade de seres objetivamente reunidos pela prática social histórica (unidade do diverso), e não por elementos isolados, particularidades empíricas (SAMPAIO & FREDERICO, 2006, p. 125). Ou ainda, a totalidade como o complexo de relações da sociedade civil, “modelo do todo estruturado, com mecanismos de causalidade complexos” (BERNARDO, 2009 [1991], p. 75).

---

<sup>18</sup> Com esta afirmação, divergimos das duas seguintes interpretações que incidem sobre (e atentam contra) os propósitos da intervenção de Pêcheux neste congresso de 1983: 1<sup>a</sup>) analisar o discurso como língua *ou* como história; 2<sup>a</sup>) analisá-lo a partir das pistas de *Althusser* ou daquelas de *Foucault*. Estas duas substituições dos termos estrutura e acontecimento, a nosso ver, se prendem demasiadamente ao título da intervenção (provocativo pelo emprego do “ou” e da interrogação de sua versão original), e acabam desatentando ao seu próprio desenvolvimento.

Vale dizer também que por *processo social* tem-se aqui uma concepção não subjetivista, não reducionista e não teleológica da histórica (HENRY, 1994, p. 41-42), constituindo-se na verdade em *processos*, realidades contraditórias entre si e não completamente unificadas. Isso ao mesmo tempo permite apreender a contradição não como lógica da integração de opostos, mas como o real movente da história – numa apreensão dialética que não se traduz no pensamento astuto e questionador, com gosto, disposição e capacidade para torneios, à moda da velha dialética.

Para nós é justamente essa consideração pecheutiana do “discurso-outro” que permite entender por que qualquer identificação nunca é plena (não sendo jamais “qualquer”), por que há deslizamentos, derivas (localizáveis, determináveis), e por que há injunção à interpretação, em todos os espaços sociais, a partir das filiações históricas e seus confrontos. Eis a passagem desse texto de Pêcheux que se tornou clássica, com justiça:

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 56).

Ou seja, o discurso é *efeito e trabalho, trabalho e efeito*. Filiação e deslocamento. Esse duplo estatuto merece ser aprofundado nos estudos da discursividade, de modo a que a transformação não seja única e exclusivamente vista como um efeito, resultado de uma falha ou acidente. Mas quando falamos de *discursividade* nos separamos de Eni Orlandi (2001), que a toma enquanto “inscrição dos efeitos da língua, sujeita a falha, na história”. Para nós, tal definição é correta, mas pode obscurecer a dimensão do *trabalho* dos sujeitos no campo dos sentidos, a partir dessa nominalização - “inscrição” – que apaga justamente aquilo que dialeticamente sujeita e se assujeita às falhas da língua, razão de deslocamentos (nas redes de memória dos dizeres) que não são sobrenaturais ou mecânicos. Todo cuidado é pouco para que a história não apareça como campo inerte de “inscrições”. Buscaremos no próximo capítulo avançar sobre este ponto, através da proposta de uma conceituação discursiva de práxis e de uma dupla consideração do fazer sentido: naquilo que toca à interpretação, já consagrado nos estudos discursivos, mas também naquilo que toca à enunciação, ainda marginal no conjunto do quadro teórico e analítico da AD.

Na sequência desta citação que trouxemos de Michel Pêcheux, o autor complementa que aí estaria uma das razões para que haja, de fato, sociedades e história, e não uma caótica justaposição de animais em interação (“ou uma integração supra-orgânica perfeita”), como

determinada leitura foucaultiana pautada na descontinuidade histórica pontual poderia deixar passar<sup>19</sup>. Essa passagem para nós condensa muito bem a ruptura de Pêcheux com o estruturalismo e aponta para uma possível reconciliação (no interior dos marxismos cindidos pelas ênfases na luta de classes ou na mais-valia) com a categoria fundamental do *trabalho*, índice de transformação e de vínculo a um projeto de classe, e que permite compreender a discursividade e a prática política da ruptura com as identidades (com as identificações, pontos de estabilização), sem que para isso se deixe de mobilizar o acaso, o equívoco, e o inconsciente.

Curiosamente, podemos buscar apoio a este ponto na exposição feita por um historiador foucaultiano que diz recusar a perspectiva científica para esta disciplina: Paul Veyne. Ele aponta três tipos de causalidade histórica, *sempre* atuantes: as causas superficiais (acazos); as causas materiais (objetivas, causas de base); e as causas finais (subjetivas, índice da liberdade humana). “Enquanto houver homens, não haverá fins sem meios materiais, os meios só serão meios em relação aos fins e o acaso existirá apenas pela ação humana” (VEYNE, 1998 [1971], p. 87). Ou seja, só há história (como só há discurso, poder, língua, pensamento,...) pela ação dos homens, socialmente concebidos, por meio do trabalho desigual e socialmente dividido, que não responde apenas a e sempre extrapola as suas finalidades – o trabalho sob as relações capitalistas é o maior exemplo, sendo ele aí empregado na condição de produzir mais-valia e assim valorizar o valor, para além de seu emprego empírico, de sua finalidade, o que se torna efetivamente característico do regime de mais-valia relativa, pautado no aumento da produtividade do tempo e da capacidade de trabalho, e não no aumento *do* trabalho.

Nossa perspectiva com o presente trabalho é, por tudo que apontamos, assumidamente pecheutiana. Nela, estamos conscientes de que o *outro* e o *real* determinam as interpretações, em suas aberturas e fechamentos, em suas derivas e estabilizações, e entendemos que este reconhecimento implica numa práxis enquanto posição de trabalho, ao mesmo tempo uma “questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 57).

---

<sup>19</sup> A crítica mais contundente a Foucault não é a de Pêcheux, mas a da pesquisadora marxista indiana Gayatri Chakravorty Spivak (*Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010). Tomando sempre a teoria como prática intervencionista e engajada, Spivak discute a cumplicidade do intelectual francês nos deslocamentos dos interesses, motivos e poderes através da dinâmica da situação econômica de exploração e divisão internacional do trabalho, e a constituição do Outro como sombra do Eu através de uma suposta recusa do Sujeito (irredutivelmente pressuposto pelo poder e pelo desejo) em prol de uma transparência pós-ideológica, e de um abandono prático dos oprimidos, tidos por irrepresentáveis, idênticos a si mesmo.

### 1.3 FORMAÇÃO SOCIAL, DESIGUALDADES E MOVIMENTO

Existem verdadeiras responsabilidades a assumir quando se reconhece que o conceito de homem é precário e problemático, provocador de questões, e que, ao mesmo tempo, ao se colocar essas questões é preciso não ameaçar conquistas, tais como a dos direitos do homem, da mulher, e da transformação dos direitos do homem. A história dos direitos do homem não se fez num único lance, é um processo de transformações e determinações crescentes. Não se parou de acrescentar direitos aos direitos do homem desde que foram criados. Direitos ao trabalho, direitos da mulher. Pode-se, desse modo, colocar questões quanto à história do conceito de homem e, em seguida, contribuir na elaboração, para o progresso do direito do homem. E diria que essas coisas são mesmo indissociáveis. Aliás, sabe-se que nada é dado na natureza, o que faz com que se possa interrogar a respeito dessa história e, ao mesmo tempo, tentar transformá-la, contribuindo com o processo.

*Jacques Derrida, A solidariedade dos seres vivos*

Ao pensarmos numa ordem social, podemos pensar num imenso conjunto de práticas recorrentes – mais ou menos dispersas, mais ou menos integradas num modo de produção dominante, com suas relações sociais de produção hegemônicas. Ao pensarmos em práticas, se historiadores do discurso, podemos incluir aí certas formas, historicamente determinadas, de controle da interpretação destas práticas. Isto, fundamentalmente, pelo fato de a sociedade ser organizada em diferentes classes de tarefas que visam a, em última instância, garantir a sobrevivência do metabolismo social, da economia em sentido amplo. Assim, se conformariam “lugares” sociais, com seus *scripts*, de onde se pode e se deve fazer isto ou aquilo: mandar, obedecer, criticar, decidir, auxiliar,... com o intuito da manutenção e reprodução dessa ordem social em seus mais diversificados e entrelaçados departamentos.

Mas este enquadramento, de *inspiração* marxista, não é nada mais que isso, um *enquadramento*, uma apreensão (ou mera simulação?) do todo social através de suas funcionalidades, de uma *estrutura* de funções sociais. Através dele, projetamos a existência de uma desigualdade real, uma profunda assimetria na relação entre os homens, o desnível entre os lugares que ocupamos e os poderes que exercemos no todo da produção social. Através dele tocamos o que acima foi referido na forma de processos de organização dos poderes, da “distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p. 41), ou seja, chegamos ao ordenamento policial, à compreensão de um determinado Estado, que comporta, necessariamente, sistemas de visibilidade e de legitimação daquilo que se diz e que pode ser dito, que nos remete a uma das definições de Michel Pêcheux (1997 [1975], p. 160) acerca das formações discursivas: “aquilo que numa formação

ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Sob a direção desta lógica objetiva (administrativa, normativa, policial) das funções, é possível encomendar e pregar peças no real, como nos aponta Henri Lefebvre (1963, p. 84-85) ao falar do estranho gosto do homem estrutural (aquele da filosofia e da atividade técnica estruturalista):

[...] o homem estrutural, diremos que ele prefere ostensivamente a perna mecânica à perna viva. Certamente a perna mecânica é útil e funcional. Incontestavelmente, é mais inteligível do que a perna viva que ela substitui. Ela a simula tanto quanto possível. Não está mesmo excluído que ela revele algumas estruturas escondidas. Mas não podemos responder ao nosso homem estrutural que só a perna viva tem *sentido*, o da vida, se bem que ela não tenha o caráter *acabado* (e desmontável) de sua simulação artificial? Este sentido, a perna viva, parte de um todo vivente, o possuía antes da construção do simulacro. Não somente ela tem funções e uma forma, mas ela se forma. Tem uma história e se refere a uma história, aquela do indivíduo, aquela da espécie. A vida e sua história se reduziriam ao resíduo ininteligível e irracional que permite a construção de simulacros?

E deste modo, através de um tal enquadramento como o desenhado acima, tendemos a perder de vista ou minimizar um elemento central no “observatório” que o marxismo instaura sobre a história e as sociedades: o movimento, a transição imanente de uma ordem de relações a outra. Cegamos-nos para as próprias contingências da ordem, que não é perfeita e acabada (e se fosse, seria certamente mais um motivo para mudá-la), contingências estas que nos indicam exceções o tempo todo, por meio de resistências, de prática política e, por que não?, de falhas, desmaios, rachaduras, lapsos, encontros fortuitos – usando as expressões de Pêcheux para a quebra dos rituais. Lembramos uma vez mais o seu alerta quanto às implicações contidas no modo como tratamos as *exceções*: incorporando-as a certezas estabelecidas (e a funcionamentos circulares) tendemos ao idealismo; explorando-as como sintoma de algo a se descobrir, tendemos ao materialismo.

Para além desse e de outros enquadramentos mais ou menos competentes, se *historiadores marxistas*, não podemos nos contentar em ver funcionalidades, lugares ou papéis sociais (como o faríamos numa tentação sociologista, normativa ou estruturalista), nem podemos nos contentar em ver apenas fatos sociais “puros”, passados e presentes (numa tentação positivista, descritiva ou empirista) ou ainda o lento progresso, linear ou “espiralado”, das potencialidades humanas (numa tentação hegeliana<sup>20</sup>). Se historiadores

---

<sup>20</sup> Ainda que existam interpretações do marxismo muito próximas de uma perspectiva hegeliana do desenvolvimento histórico. Michel Foucault tem razão em observar “o quanto custa separar-se dele” (de Hegel), mas não quando afirma que “toda a nossa época, seja pela lógica ou pela epistemologia, seja por Marx ou por

marxistas, mais do que constatar injustiças históricas e desperdícios humanos, estaremos atentos aos traços de porvir que fazem da aventura humana uma história inacabada, nem fechada nas circularidades imanentes dos biologismos nem nas finalidades transcendentais de certos racionalismos. Um destes caminhos pressiona para que nos estabeleçamos aquém da reflexão histórica; outro, para “além” desta, desviando dela do mesmo modo.

Entendemos assim que o compromisso teórico-político dos marxistas deva se traduzir, no trabalho de seus historiadores, pela atenção dada aos processos constituintes e às relações determinantes. Processos e relações estes que além de referidos respectivamente às forças para produzir e às formas de produzir (às forças produtivas e relações de produção), precisam ser tomados num funcionamento dinâmico pelo qual todo valor (como todo sentido) só se produz através da mediação do trabalho.

Marx não só considerou todo o trabalho e os frutos do trabalho sob a perspectiva exclusiva da força de trabalho em funcionamento efetivo, como lhe conferiu um lugar ao mesmo tempo central e essencial na reprodução da estrutura social. Para Marx, o capital não é uma massa de objetos, mas a relação social de produção de mais-valia e, assim, o capital só pode ser entendido como um processo permanente. O centro e essência do capitalismo é o renovado exercício, por parte da força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar (BERNARDO, 2009 [1991], p. 72).

Aí está a medida pela qual ressaltamos a ideia de movimento na compreensão da formação social: não o movimento no abstrato, não como algum fetiche do novo (índice ideológico batido da velha reprodução capitalista), mas como reconhecimento de que o todo social só existe através da sua renovação permanente e cotidiana, e que este é *constituído* por relações (de dominação, de exploração, mas também de aliança, resistência, enfrentamento, transformação) que demandam o renovado exercício da capacidade de trabalhar – e de falar, trabalho no campo do simbólico. Tal demanda é sentida tanto pelas classes dominantes quanto pelas dominadas, não sendo, certamente, sentidas da mesma forma. O Estado e seus aparelhos ideológicos não são puros instrumentos, mas palcos de uma dura e ininterrupta luta de classes (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 145), de modo que o próprio Estado é o estado da luta de classes – que se realiza no tecido da sociedade civil. Fica deste modo sem sentido algum qualquer dicotomia entre sujeitos e objetos, classes e estruturas sociais existem uns em razão dos outros.

---

Nietzsche, procura escapar de Hegel” (In: *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 72). Investindo na polissemia de “custar”, vale dizer que Foucault também pagou um preço por ter conseguido seu objetivo, tal como Louis Althusser.

Por certo se caminha sobre uma corda bamba, pois há de se pensar sempre em termos de relação, em ordens de múltiplas relações, sem *relativismo*, como há de se pensar em termos de determinação, em ordens de múltiplas determinações, sem *determinismo*.

Todas as tentativas de fazer do materialismo histórico uma *Teoria*, uma fórmula lógica ou um método absoluto à moda hegeliana<sup>21</sup>, um Observatório-Morada Científica o mais afastado possível do trabalho sem-fim e desarmônico dos historiadores (repleto de silêncios, lacunas, intervalos, e, sobretudo, contradições não sintetizadas, abertas a revisitações) e do chão das lutas concretas (repletas de idem, idem, idem,...), todas essas tentativas, por mais que bem intencionadas – “não vai mal um pouco de ordem e coerência nisso aqui, contra essas terríveis ambiguidades das categorias utilizadas por Marx e também contra a vulgaridade das interpretações correntes” –, esquecem ou subestimam o fato de que o próprio materialismo histórico é... histórico! *Também ele é fruto de um devir, sofrendo a ação e a presença de elementos “indesejáveis” de um passado teórico, e sofrendo a presença ainda insuficiente (pouco produtiva/consequente) de elementos “desejáveis” num futuro teórico.* Gramsci e Althusser, cada um do seu jeito, foram grandes críticos da própria teoria pela qual se constituíram em artífices-continuadores<sup>22</sup>.

Essa metáfora do Observatório-Morada Científica merece ser explorada, sobretudo porque também diz respeito diretamente ao trabalho do analista do discurso. Esse lugar de investigação e de atuação sobre as superestruturas deve ser sempre – e infinitamente – construído. Ele é sempre instauração, é sempre um lugar-outro, demandando deslocamentos por parte do pesquisador. Não é onde se mora ou onde se fecha/protege, ficando-se “finalmente livre das ideologias”. É sempre transgressão aos efeitos de sentido e à dominação, ressaltando, com Derrida (2001 [1967], p. 19), que “não nos instalamos jamais em uma transgressão, nós não habitamos jamais outro lugar”. Há contingências e demandas próprias pertinentes àquilo que se busca compreender e transformar, seja uma interpretação que se faz evidente e exclusiva, seja uma prática social que se apresente circular e incontornável.

<sup>21</sup> Vale a pena ler a forma sarcástica pela qual o próprio Marx simula em linhas gerais a constituição dos grandes sistemas de pensamento, usando a dialética hegeliana com escárnio e deixando claro que a dialética por si só não leva a lugar algum, devendo ser mobilizada em relação à realidade contraditória do mundo (*A Miséria da Filosofia*, Moscou: Editorial Progresso, 1981 [1847], p. 86-87).

<sup>22</sup> Dois comentários. 1) Gramsci, em toda a sua crítica às apropriações mecanicistas e especulativas do materialismo histórico, esforçou-se para ver aí suas causas históricas, e nisso foi mais feliz que Althusser, que não o viu dentro de um processo histórico, mas a partir de um corte epistemológico o qual deve ser reconhecido, visitado e revisitado infinitamente. O foco decisivo estaria nesse ponto, o corte; 2) O autor mais criticado dentre os grandes é Engels, introdutor de perspectivas científicas na teoria marxista. Isso, entretanto, jamais implicou em determinismo histórico, pelo contrário. Nas pegadas deixadas por Engels, Althusser tentou mostrar que as ciências têm a *sua* história, e que cada nova ciência deveria revolucionar o materialismo histórico e dialético. Este foi ao menos o argumento de Althusser para o namoro com a psicanálise, vista como ciência nova, revolucionária. Namorinho que gerou uma filharada, diga-se de passagem.

Se a luta de classes conforma as classes em luta, se a contradição determina os contrários e os indivíduos subsumem às classes, se somos interpelados,... temos aí algo como que as *regras de um jogo* para uma compreensão materialista. As regras, entretanto, não podem definir o resultado de um jogo, nem mesmo quando elas são ou tendem a ser “religiosamente” respeitadas. Se pensarmos então num jogo tão complexo e envolvente como esse de se jogar a vida...<sup>23</sup> E, no entanto, haverá sempre de jogá-lo, mesmo quando é apenas para agradar a audiência e produzir mais-valia.

Contra uma concepção estática ou administrativa do social e seus conflitos, há que se considerar que tais desigualdades e assimetrias nas relações humanas não são inexoráveis, eternas e inquestionáveis, e que sobre elas instauraram-se fissuras cotidianamente: práticas de ruptura, tensionamento, reacomodação e alteração na ordem instituída destas regras, lugares e poderes pré-estabelecidos, herdados. Não há ordem policial ou Estado sem prática política que lhe afronte, não há dominação sem resistência – primado prático da luta de classes (PÊCHEUX, 1997 [1978], p. 304). Os homens e mulheres não cabemos plenamente nos lugares que nos são reservados, nas camisas (como as de força ou de grife) que nos solicitam caber. Desse modo, uma tensão constante atravessa toda reprodução (que também desliza) e toda transformação (que também repete). Em meio a esta tensão, este batimento, a língua e as linguagens cumprem um papel nada menos que decisivo, com seu poder de fogo e de jogo, sua flexibilidade e mordacidade, seu poder de figuração e transfiguração sem tamanho. Se todo enunciado está exposto ao equívoco da língua (LEANDRO FERREIRA, 2000), e se é neste ponto em que se promovem as derivas e os desdobramentos discursivos, há de se considerar também a possibilidade de se jogar com estes equívocos, derivas e desdobramentos e deste modo fazer política. Afinal, sendo o discurso a forma concreta pela qual as ideias entram em luta na história (PÊCHEUX, 1980 [1977]), deve-se considerar que os sujeitos históricos também lutam no terreno da discursividade, e que “todo discurso é sempre uma resposta às condições objetivas com as quais os sujeitos se deparam” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 73), tirando proveito das relações de sentido, o que não é exclusividade dos analistas do discurso. Estes, apesar da calma de seus observatórios de conhecimento, também só podem saber e aprender sobre estas relações dentro de certos limites, visto que também eles são atravessados e constituídos por processos inconscientes, tomados enquanto parte das lutas de cada conjuntura (incluída a acadêmica) e formação social.

---

<sup>23</sup> Nas palavras de E. P. Thompson: “As evidências (e os acontecimentos reais) não obedecem a regras, e não obstante não poderiam ser compreendidas sem a regra, à qual oferecem suas próprias irregularidades. [...] A história não conhece verbos regulares” (*A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 56-57).



Pensar o discurso como meio fundamental da prática política, seja em prol da gestão e/ou da transformação das relações sociais e da reformulação das demandas sociais, como forma de controle e subversão da interpretação sobre as demais práticas (para sustentá-las ou combatê-las, para fazer e desfazer sentidos), extrapola em muito pensar como a história se inscreve na linguagem e como a linguagem se inscreve na história. Indo além de um jogo de remissões ao exterior específico (foraclusivo) de uma e de outra ordem, deve-se considerar que quando dizemos *história* temos presentes pressões de diferentes regiões e temporalidades do fazer histórico, que atuam para engessá-la e para destravá-la, para dizê-la e para fazê-la de um mesmo modo e de outro modo. Essa é a “parte” fundamental de toda história, que faz com que ela possa sempre ser outra, sendo sistematicamente assediada pelo que ela já não é mais e pelo que ela ainda não é.

Chegamos assim a outro ponto que merecerá atenção nesta tese. Para além da reflexão sobre o(s) funcionamento(s) e o(s) papel(éis) da interdição na discursividade política de nossa formação social, buscamos explorar duas frentes teóricas do campo da AD, nos seus procedimentos de análise: 1) o lugar dos estudos históricos, para além da *alusão* à história (compreensível pela filiação althusseriana de Pêcheux e pela dificuldade de desvencilhar a linguística de seu papel de ciência piloto); e 2) o lugar do marxismo, absolvido de seu poderoso/frágil papel de ciência régia, mas de todo modo ainda um lugar por onde a prática da AD tem de passar – sob risco de não se praticar AD. Estas duas frentes de questões deram origem ao segundo capítulo da tese, que se debruça sobre os desafios e possibilidades representados pela AD para o historiador marxista e, ainda mais especificamente, sobre a proposição de procedimentos para uma análise do discurso que tire proveito dos estudos históricos. Buscando um caminho para que os estudos históricos possam contribuir mais no interior mesmo dos procedimentos de análise – e não apenas no auxílio à formulação de hipóteses e na montagem de *corpora* – nos vimos forçados a problematizar o real da história e o real do sujeito histórico tal como eles tendem a comparecer nas análises, sendo o trabalho de pesquisa e configuração das formações discursivas (FDs) um dos mais sensíveis e promissores para tal.

Esse trabalho de pesquisa e configuração das FDs é apresentado no terceiro capítulo onde colocamos à prova as propostas de uma análise do discurso ao lado dos estudos históricos. Como eixo fundamental tanto das análises quanto das escolhas pelos recortes históricos tivemos a investigação do papel exercido pelas interdições na discursividade e no desenrolar dos acontecimentos históricos. Passemos então ao tema das interdições, numa abordagem teórica e introdutória dos seus problemas.

### 1.3.1 O lugar das interdições numa Formação Social e na discursividade

O controle sobre a interpretação das práticas sociais atua na manutenção e na transição histórica. De acordo com Eni Orlandi (2001, p. 10), toda formação social “tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas [...]”. Os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos”. As aspas sobre estas práticas de administração dos sentidos são salutares, de modo a evitar o risco de cairmos em leituras funcionalistas de um determinado tipo de sociologia das instituições. Curiosamente o conceito althusseriano de *aparelhos ideológicos de Estado* parece manter-se eclipsado nos trabalhos em AD. Acreditamos que não por sua definição originária, mas pelas formas de recepção que tenderam a tomá-lo enquanto outro nome para as *instituições* (ao estilo weberiano<sup>24</sup>), através dos quais se poderia correr o risco de amarrar os discursos enquanto normas ou dialetos internos, livres. Mas sem os aparelhos, estes “palcos de uma dura e ininterrupta luta de classes” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 153), como se passa da alusão ao estudo das formas concretas de controle da interpretação?

Vale a pena trazer aqui uma consideração de Antonio Gramsci (2002 [1929-35], p. 23-24) que nos ajuda a pensar esse imenso problema do controle sobre as interpretações.

Como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em “liberdade” a necessidade e a coerção? Questão do “direito”, cujo conceito deverá ser ampliado, nele incluindo aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula “indiferente jurídico” e que são de domínio da sociedade civil, que atua sem “sanções” e sem “obrigações” taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc.

Questão do Direito, não exatamente daquele normatizado em códigos e leis, com seu universo logicamente estabilizado, mas da própria sobrevivência e reprodução do “homem coletivo”, isto é, da formação social, em suas pressões internas cotidianas. Estas pressões – que transformam necessidade e coerção em “liberdade”-, em sua forma mais “democrática”, disseminadas pelo tecido social enquanto meio de integração (e constituição) dos sujeitos,

<sup>24</sup> Weber é considerado um autor institucionalista pela primaziada por ele às instituições (“mecanismos de legitimidade”) sobre as práticas. Essa é a base para que pesquisadores como Marshall Berman identifiquem o trabalho de Foucault enquanto tributário do weberianismo.

podem, por um lado, ser bem compreendidas na forma do *juridismo*, conjunto de regras historicamente determinadas que implicitamente regem a vida cotidiana e as relações interpessoais (LAGAZZI, 1988). Suzy Lagazzi, analista do discurso, sublinha o fundamento da necessidade de coerção, o fato de que o “Estado é o Estado-*capitalista-jurídico* e a divergência de interesses, a contraposição de direitos e deveres distintos, traz a necessidade de coerção, já que os interesses e direitos/deveres de uns não são os interesses e direitos/deveres dos outros” (ibidem, p. 16. Grifo da autora).

Essa relação entre Estado e sociedade é comumente mitigada, inclusive em leituras que desvirtuam a discussão de Gramsci quanto aos fatores de coerção e consenso<sup>25</sup> – quando se diz que somente o Estado seria coercitivo, enquanto a sociedade civil operaria mediante a produção de consensos. Esquece-se assim a dialética com a qual Antonio Gramsci refletiu sobre o tema, operando nele uma distinção apenas metodológica entre sociedade política e sociedade civil<sup>26</sup>, na forma de dois momentos de um bloco histórico, onde tanto *dominar* quanto *convencer* são tarefas fundamentais de hegemonia. E, acrescentamos nós, *interditar*.

A interdição cumpre um papel chave numa formação social, sendo ainda mais complexo e central em função da crescente internacionalização dos fatores de produção (sob a ordem de um imperialismo multipolar, não mais exclusivamente estadunidense) e da generalização do assalariamento/mercantilização da força de trabalho dos produtores diretos (sob a ordem de um capital monopolista não mais constrangido pela universalização de direitos característica da “era de ouro do capitalismo”, o período pós-2ª guerra mundial). Segue assim o processo, de longa duração, de libertação progressiva dos homens – dos laços particulares que (os) asseguravam (às) suas terras, línguas, culturas, corporações. Os trabalhadores se tornam livres/liberados de seus meios de produção e da possibilidade de produzirem por si e para si. A isso se chama proletarização, devendo ser compreendido na constituição histórica das forças produtivas mediante o seu desposuimento e consequente interdependência. No período colonial de nossa formação social, quando os fatores de produção ainda não se encontram completamente subordinados à forma mercadoria e à reprodução e acumulação de capital, as relações sociais se apresentam de modo distinto, mas nem por isso estavam livres de sofrer deslocamentos e estratégias de dominação estranhas às da formação social capitalista:

<sup>25</sup> Uma boa análise desse fenômeno é o artigo de Marco Aurélio Nogueira, “Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil”. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v.5, n.2, set-fev 2000/2001, p. 115-130.

<sup>26</sup> Também cabe aqui lembrar o texto de Karl Marx, de 1844, *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”*. *De um prussiano*. (in *Revista Novos Temas*, n. 02, set-mar, 2010-2011, p. 37-50), no qual esta relação é pensada em termos de antítese dialética entre elementos inseparáveis.

[...] o certo é que a duração dos tempos tem feito sensível confusão entre nobres, e abjetos plebeus: uns há que se honram em deduzir a sua prosápia dos caboclos, ou índios, quando outros se gloriam de descenderem de alguns dos ilustres Governadores [...] ou de algumas das diversas personagens, que em vários tempos aqui aportaram. [...] Quase todos os mulatos ricos querem ser fidalgos, muito fofos, e soberbos, e pouco amigos dos brancos, e dos negros, sendo diferentes as causas. Os pobres não se têm em menos conta que os brancos, sendo bastantemente atrevidos; e à sua imitação os negros crioulos, dotados todos de habilidade para os empregos a que querem destinar-se. Há muitos negros forros dos que têm vindo das costas d'África, os quais não deixam de ser humildes, e mais propensos aos brancos, do que aos mulatos, e crioulos; o que não deixa de concorrer para um profícuo, e ponderável equilíbrio (VILHENA, 1935 [1799]).

A sensibilidade de Vilhena aos deslocamentos (“confusões”), os próprios cruzamentos que ele opera entre categorias étnico-sociais como *brancos* e de faixas de renda, como pobres e ricos, tudo isso sustenta a sua enunciação (não evidente, que responde a condições objetivas de transformação social) favorável a um determinado estado de “equilíbrio”. Em meio a este processo pelo qual as relações sociais – de poder e produção – passam de uma visibilidade quase transparente para um regime de visibilidade fragmentada e opaca, tendo no viés ideológico do universalismo jurídico uma forma de *reconhecer* ou *inculcar* as relações sociais e econômicas como relações que se constituem contratualmente entre indivíduos, cada vez mais livres para terem suas potencialidades exploradas onde elas e naquilo que elas são demandadas. É a mesma figura que a do *homo economicus*, sujeito imaginariamente consciente de suas necessidades, sujeito-de-necessidades, sobre o qual se assentaria a ordem econômica capitalista (ALTHUSSER, 1984 [1976], p. 84). Com essa liberdade e responsabilidade, para melhor empregar-se, e sob os signos da mobilidade, da velocidade, da ultrapassagem, “o mundo migra, e dá de cara com fronteiras”<sup>27</sup>.

E na manutenção destas fronteiras, o trabalho utópico da ideologia dominante:

São as classes exploradoras, enquanto gozam estavelmente esta situação, que projetam a solidez episódica do seu domínio na utopia de uma duração sem fim. E são as classes exploradas, enquanto descrentes de uma alternativa possível, que projetam ideologicamente as repetidas derrotas como uma interminável submissão. Mas a história não vive dessas representações ideológicas, nem é por elas explicada, antes as explica. (BERNARDO, 2009 [1991]).

Se as ideologias são responsáveis pelo fato de os homens cotidianamente se confundirem com deuses ou vermes (EAGLETON, 1997), pela projeção de derrotas ou vitórias eternizadas, retiradas do seu quadro histórico de precariedades e transitividades, elas

<sup>27</sup> Verso de *Desterro*, música do grupo F.Ur.t.o, letra com de Marcelo Yuka, Marisa Monte e Jamilson da Silva.

assim o conseguem mediante gestos de interdição, representando aí uma determinada conflitividade que a molda enquanto “elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado” (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008 [1971], p. 26). Até mesmo no campo da ideologia dominante, seus sujeitos não podem/conseguem trabalhar completamente às cegas em prol da reprodução social – que o digam os *gestores e colaboradores* do setor de recursos humanos. Focando não somente a dimensão massiva e extraordinária da luta de classes<sup>28</sup>, mas tomando-a em seu des-ordenar cotidiano, em suas tensões, ao lado da mais-valia, vê-se melhor que também os gerentes, gestores, colaboradores,... são fatores ativos dos conflitos, o que nos permite dizer que até mesmo no Estado, e até mesmo ao lado de seus agentes, há prática política, na forma de contingências à ordem que fazem as classes dominantes patinarem sobre suas fronteiras. Evidentemente tentando aprofundar certas linhas de demarcação (reiterar desigualdades substanciais) e apagar outros traçados esboçados (desfazer igualdades a-legendadas alhures).

Se, como no texto de Gramsci, *necessidade e coerção* são transformadas em *liberdade*, há de se ver que aí também se realizam uma série de confrontos para controlar e calar outros sujeitos e sentidos, como os que na necessidade veem *roubo* e na coerção veem *dominação*. Sem isso nem haveria razão para existirem os Estados e qualquer ordem (policia) voltada à “configuração das *ocupações* e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas” (RANCIÈRE, 1996, p. 42). Já que (todos) os poderes só o são na própria medida de seu funcionamento efetivo e de seu exercício permanente, as práticas de interdição se mostram assim absolutamente estratégicas. Serão elas ainda mais que isso? E a sua relação com a discursividade?

O analista do discurso Fabio Tfouni (2006; 2008) concebe a interdição/interdito enquanto um princípio organizador da vida social. Explorando seus aspectos lógicos e psicanalíticos, afirma que se tudo fosse possível, nada se faria, de modo que é o próprio interdito que nos obriga não só a calar, mas também a falar. Isto porque se caso um determinado dizer/discurso não fosse dito, outros (como aqueles em que há de se interditar a partir de uma posição) poderiam surgir no seu lugar. Temos aí a figura psicanalítica da castração ou recalque, de modo que o desejo pela mãe (o proibido, o impossível, o real) é

---

<sup>28</sup> Parafraseando Derrida, não nos instalamos jamais em uma greve ou em uma passeata, nós não habitamos jamais esses outros lugares – dilema esse muito bem explorado por Slavoj Žižek para o caso do movimento Ocupar Wall Street, cf. seu discurso em meio ao movimento, depois intitulado “A tinta vermelha”, disponível em <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/> Acesso em 05 de março de 2012.

substituído pelo nome do pai (o elemento simbólico interditor, aquilo que há de se dizer para calar). Sabemos, entretanto, que o recalque não elimina o real, justamente o que ele faz é silenciá-lo, o que por sua vez estará sempre sujeito a falhas.

Trazendo estas considerações para o universo de questões da AD, Tfouni desenvolve e avança sobre as propostas pioneiras de Eni Orlandi (1995) acerca do silêncio e sua relação com a linguagem. Fabio concorda que o silêncio seja causa necessária, mas não que ele seja causa suficiente do dizer. É o interdito que cumpre esse papel mais determinante, atuando enquanto operador que impede ou corta o “tudo dizer”, fazendo com que o silêncio deixe de ser apenas possibilidade de significar, o vir-a-ser de um discurso em suspensão. É somente a partir desse movimento (da interdição, movido por ela), desse gesto que retira os dizeres do silêncio, que se pode instaurar um processo de significação. Desse modo, a interdição é alçada a condição para a produção de um discurso, não apenas fazendo calar, mas implicando também num fazer falar.

Para avançar na compreensão da interdição enquanto elemento determinante e fundador do discurso, tanto no que diz respeito à sua estruturação quanto ao que aponta para a sua dinâmica, Tfouni (2008) reconhece um problema na concepção de *real* que aparece nas obras de Pêcheux (de Lacan e Milner): sua restrição às modalidades do impossível e do contingente. E aqui a coisa começa a ficar ainda mais interessante. Ele propõe trazeremos outras duas figuras lógicas a campo: o possível e o necessário, completando assim as quatro modalidades da lógica aristotélica. Junto com elas, aparece ainda, na exposição dos seus argumentos, a enunciação, prima pobre da teoria do discurso<sup>29</sup>. Pela argumentação lógica de Fabio, o processo é o seguinte: para que haja enunciação, há de haver um corte *necessário* (a interdição); feita a enunciação, temos um enunciado *contingente* (afinal ele *poderia* ter sido outro, mas agora é *impossível* que seja outro).

E aí estão elas, as quatro modalidades, representando em termos lógicos as condições de uma discursividade e o seu real: sair do campo das possibilidades mediante um corte ou impedimento necessário para que se instaure, por uma contingência, uma significação impossível de ser *x*.

Parece-nos o caso de resgatar aqui a definição (discursiva) de enunciação proposta por Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 176):

---

<sup>29</sup> Esse juízo é nosso, não tem absolutamente nada a ver com os dois textos do Fabio Tfouni que estão sendo aqui apresentados e discutidos de modo livre. Por certo temos aí interesse em discutir o papel da enunciação na discursividade.

[...] uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos [...], e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”. Essa “zona do rejeitado” pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor – visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão “o que ele queria dizer” – que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar essa zona.

Uma reflexão sobre a enunciação e sua relação com a práxis discursiva será realizada no segundo capítulo, já quanto ao papel da interdição na discursividade, esse texto de Pêcheux e Fuchs nos parece extremamente revelador. A enunciação, sendo condição necessária de todo discurso de suporte verbal<sup>30</sup>, opera sob a mesma dinâmica acima referida para a prática política, ela trabalha a relação fazer ver/fazer com que não se veja, e para isso coloca (e atualiza e re-in-veste) fronteiras<sup>31</sup>. Podemos pensar esse enunciado que “se constitui pouco a pouco”, tanto na forma de enunciado concreto, contingente, quanto na forma de discurso, filiação a outros dizeres que sustenta uma interpretação/posicionamento. Seja na dimensão do processo de base (linguístico-enunciativo) ou na dimensão do processo superestrutural (ideológico-discursivo), separáveis mais por metodologia de análise do que por ordem de acontecimentos, temos igualmente o papel da rejeição ou interdição enquanto elemento estruturante e dinamizador dos processos. Tanto no estruturar dizeres (formular) como no estruturar sentidos (enunciados), e tanto numa dinâmica quanto em outra, trata-se de fazer jogar as lógicas da política e da polícia. Trata-se, de algum modo, de atuar sobre o deslocamento de um corpo do lugar que lhe era designado, do desfazimento de divisões sensíveis pela atualização de um pressuposto heterogêneo, assim como da atualização de divisões entre os modos de fazer, de ser e de dizer, que designam e relacionam nomes, lugares, tarefas.

O analista do discurso Helson Flávio da Silva Sobrinho<sup>32</sup>, pensa este papel da interdição ao lado do caráter responsivo (no sentido lukacsiano-ontológico da ação dos seres no mundo) do discurso, pelo qual “todo discurso é sempre uma resposta às condições objetivas com as quais os sujeitos se deparam” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 73). Este

<sup>30</sup> Neste caso, pode haver enunciação sem discurso, mas não discurso sem enunciação.

<sup>31</sup> É importante salientar que, ao contrário dos gestos de uma AD revisionista que “expulsa a ideologia” e reduz o político ao enunciativo (cf. Eni Orlandi, Para onde vai a Análise do discurso? Qual o seu objeto? (conferência de abertura do V Seminário de Estudos em Análise do Discurso, setembro de 2011), o mesmo não tem como se apresentar aqui, pela conceituação ampla (rancieriana) de política com a qual estamos trabalhando e por uma compreensão de que o sentido mesmo é da ordem do político, da divisão de dois mundos em um.

<sup>32</sup> Professor da UFAL, parceiro no empreendimento de acertar contas com a leitura althusseriana do marxismo no interior da AD, e membro do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação (Contradit).

caráter responsivo remete ao que discutiremos na seção 2.1.4 quanto à interrupção de uma dominação que instaura um coletivo, partido, entidade ou grupo social, no interior da concepção rancieriana da prática política. Queremos aqui trazer mais um aspecto das interdições e sua centralidade numa formação social, aquele de ordem macrológica discutido por Etienne Balibar referente ao processo histórico de conformação das classes dominantes em torno do Estado, seu agenciamento de interesses comuns para além dos seus interesses particulares (produção de consensos), e seu *investimento numa divisão política permanente das classes dominadas*, de modo a “pôr obstáculos à unidade de classe do proletariado” (BALIBAR, POULANTZAS et al, 1981, p. 34) – ou seja, obstáculos à sua subjetivação enquanto uma parte e uma presença social específica e prejudicada na partilha do sensível. A interdição às classes dominadas espraia-se também sobre a interdição das suas possibilidades de (se) falarem.

Essa interdição fundamental é um modo de invisibilização e/ou estigmatização (negativa) dos traços – culturais, étnicos, políticos, históricos, discursivos – característico das classes subalternas, condenadas a um não-dizer ou a um só dizer *x*. Identificamos em nossas pesquisas e vivência política três modalidades dessa interdição:

a) Uma interdição explícita das práticas de contestação, interdição aos partidos e movimentos contra-hegemônicos, em que se marginaliza e criminaliza o outro a partir **daquilo que ele faz**, do debate e dos sentidos que ele visa promover, que o leva (ou levaria) a ocupar um lugar na cena política. Este debate virtual, com estes sujeitos, sofre ações que visam a sua *supressão*.

b) Uma interdição não-explicita do aparecimento contingente das classes subalternas, uma interdição dos pobres, em que se marginaliza e criminaliza o outro a partir **daquilo que ele é**, que também é da ordem do fazer, mas que se instaura nos lugares estabilizados ocupados/reproduzidos na sociedade civil. Estes lugares e estes sujeitos são então *recalcados*.

c) E uma interdição não-explicita onde não há criminalização, mas sim um jogo entre o *non sens* e o enquadramento do outro, a partir **do que ele pode e deve ser/fazer**, apresentado como dissonante daquilo que ele é e faz na memória social. Este lugar/papel, estes sujeitos, são então *diluídos*.

Em relação a esta última, que é justamente a que tocamos na análise da interdição ao abolicionismo pela práxis dos revolucionários baianos de 1798, pensamos nos termos de uma *interdição transformadora*, no sentido de uma interdição produtiva, utilizando a imagem da ponte (ligação horizontal, corte vertical), pois além de eventualmente dizer *não*,



fundamentalmente diz *sim*, re-subjetivando e re-significando o outro a partir de traços (políticos, discursivos, culturais,...) que não são seus.

A criminalização da contestação pode ser vista em nossa história contemporânea nos combates aos movimentos sociais de ocupação (como sem-terra e sem-teto) e às ideologias de combate à propriedade privada e ao Estado (como o comunismo e o anarquismo). No seu aspecto discursivo, temos como referência os estudos de Eni Orlandi sobre a censura (1995).

A criminalização da pobreza ou dos pobres é um processo histórico de longa duração mais comumente concebido como *marginalização*, voltado à manutenção radical da ordem, do ordenamento da desigualdade social, através da qual se regula o comportamento das classes trabalhadoras, sua circulação pelos espaços públicos e a própria relatividade de seu direito à vida. É também uma forma de interdição, uma forma mais ou menos disfarçada ou recalcada, mas que grita as contradições do universalismo burguês e da cidadania. Uma grande contribuição ao seu estudo discursivo pode ser a exploração daquilo que Jacques Rancière investiga no campo das partilhas do sensível (1996; 2005), como a discussão que ele promove da interdição de Platão à participação política dos artesãos gregos na *polis*, por eles não terem tempo pra isso, assim como o seu regozijo com a arte da coreografia, em oposição ao que pensava sobre o teatro, bagunçador de papéis sociais.

Propomos assim uma compreensão alargada do papel das interdições numa formação social, tanto ao lado dos fatores de transformação, que interrompem-interditam uma dominação, quanto ao lado dos fatores de manutenção, a interditar as resistências, contestações e simples aparecimentos contingentes. Ao longo da modernidade temos atravessado tempos em que se articulam diferentes formas de reconfiguração, em cada formação social, da sociedade política e da sociedade civil, esses dois regimes de visibilidade e aparecimento dos corpos e das relações de força, com a constituição de novas legitimidades a partir de gestos que são, ao mesmo tempo, de ampliação, restrição e alteração da participação na administração do que é público e de seus objetos. O Estado cumpre um papel histórico central numa formação social, é por meio dele que se produz a unidade das classes dominantes, uma consciência de classe comum (o interesse público, o consenso) que ultrapassa a disparidade de seus interesses particulares. É desse modo que compreendemos como “a questão da informação é uma questão de estado” (ORLANDI, 1998, p. 11), de modo que a sociedade política não é exatamente o lugar do encontro entre interesses particulares (como o das grandes empresas de comunicação, por exemplo), mas o lugar de uma outra visibilidade sobre as relações de força.

A interdição discursiva, como vem sendo aqui apresentada, relaciona-se diretamente com estes processos de reconfiguração social na promoção de alianças e exclusões de aparecimentos. E pensamos estes processos em termos de unidade dialética, contraditória, ao mesmo tempo uma determinada conscientização e o bloqueio a outra, ao mesmo tempo aliança e exclusão. Tais processos se configuram de modo mais nítido em momentos de inflexão histórica e política, quando se tocam mais diretamente os impossíveis de um ordenamento social, e os sujeitos históricos buscam a constituição de novas lealdades ou a reconstrução dos sentidos e laços de lealdades fundadoras. Esses combates pressupõem, pelo que entendemos e faremos ver no terceiro capítulo, práticas de interdição discursiva, que podem se dar tanto na forma de supressões, recalques e diluições, apontando para práticas de controle da interpretação destas ampliações, restrições e alterações de uma participação no ordenamento público. Deste modo, para compreender a criminalização, a marginalização e, de modo mais geral, a interdição na discursividade política brasileira, propomos a consideração de aspectos históricos que dizem respeito à busca da constituição de novas lealdades em períodos de crise e inflexão social, e ao lado destes, as práticas enunciativas, por nós concebidas em meio a tais pressões e compreensão do fazer social, que nos indica agora uma oportunidade para seguir explorando algumas proposições de Jacques Rancière em relação aos desentendimentos.

### **1.3.2 Gestos de interdição e desentendimento**

Há formas de controle da interpretação evidentes nos gestos discursivos de criminalização, marginalização e interdição que em diversos países e regiões atingem diferentes povos, segmentos sociais e movimentos sociais de resistência. As inflexões sociais tendem a ser administradas/neutralizadas, as subjetivações dissonantes que irrompem no cenário social são contidas de modo a não atingirem a cena política ou de modo a ficarem aí confinadas e restringidas às regras de um jogo que, fortemente reguladas e esvaziadas de sentido político, não jogam contra si. As partes social e historicamente prejudicadas aparecem para “cobrar a conta”, e enquanto *partes* aparecem e buscam interromper os efeitos de uma dominação pautada na contagem mal-feita da democracia, no desentendimento da igualdade (RANCIÈRE, 1996). Quando reivindicam reparações (sobretudo daquilo que é impossível se reparar...), mobilizam-se contra essas subjetivações rebeldes uma carga de dizeres – como os

de *abusos, inadequação e impunidade* – que podem ainda implicar em gestos de incorporação (aprisionamento) destas subjetividades numa cena criminal, de um intolerável dano ao público.

O caráter corriqueiro destes fenômenos se deve ao fato contraditório de que, a partir da instituição da sociedade política burguesa, as *aspirações dos cidadãos* devem ser incorporadas e satisfeitas (HENRY, 1994, p. 44). Mas atenção: para além da regulação invisível do que vem a ser legitimado como *aspiração cidadã*, o “princípio da realidade” é aquilo que é constantemente evocado (em especial pelas ciências sociais fornecedoras de aparência técnica a decisões impostas pela “realidade objetiva”) no intuito de conter todo o tipo de aspirações e todo “princípio do prazer” (ibidem) não administrados, materializando interdições discursivas que podem ser vistas em enunciados técnico-administrativos (como “o orçamento não chega para tais liberdades/*privilégios*”) assim como em enunciados policial-jurídicos (“a boa-ordem não suporta tais liberdades/*abusos*”). Desse modo, uma série de modos de subjetivação e de idéias-força que buscam se projetar sobre a (ou melhor, instaurar uma nova) cena política simplesmente não o conseguem, sendo contidos – *interditados* – por meio de barreiras indizíveis, mas que existem, sobretudo, por meio de seus efeitos<sup>33</sup>. Estas barreiras se entrelaçam de modo mais ou menos sutil com as fronteiras econômicas, como indicado por Pêcheux na seguinte passagem:

[...] o proletariado experimenta progressivamente, sob a democracia burguesa, o *irrealizado* do movimento popular, e descobre pouco a pouco que a burguesia tem a necessidade vital de que esse ponto permaneça irrealizado: a dominação da ideologia jurídica introduz assim, por meio de seu universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 11. Grifos do autor).

Este entrelaçamento com as fronteiras econômicas visíveis pode não ser exclusivo ou determinante, pesando mais a própria manutenção da barreira invisível através de uma série de dizeres sobre a *ilicitude*, o absurdo ou o impossível da politização de uma determinada presença/aparecer social. Não se abdica, deste modo, da remissão às determinações de natureza econômica, afinal saco vazio não para em pé, e quem nada come, nada diz e nada ouve. Apenas ressaltamos a pertinência de uma imersão no complexo e multifacetado campo

---

<sup>33</sup> É o caso de se trazer aqui a imagem de *causalidade metonímica*, ideia lacaniana apropriada por Althusser que concebe a estrutura como causa ausente que existe através de seus efeitos. Décio Saes, “O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira”. In: MORAES, João Quartim de (org.), *História do Marxismo no Brasil. Volume 3: Teorias. Interpretações*. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 13-150.

do social, na ordem contraditória e movente da polícia/Estado e dos enfrentamentos políticos. Para compreender o escândalo da politização (subjativação, afirmação) de uma determinada presença ou aparecimento, pensamos justamente nesse batimento entre as lógicas da polícia e da política, a desenhar de um lado a arena discursiva do litígio e da criminalização, e de outro os palanques de enunciação das querelas e das polêmicas.

O fato de que os limites da prática política tendam a ser indizíveis e invisíveis (mas bem vivíveis/experenciados!), promove o desentendimento à própria condição de racionalidade da prática política (RANCIÈRE, 1996). Pelo desentendimento opera-se o afastamento de uma determinada lógica administrativa sobre uma coletividade (lógica policial, da identificação e da contagem), ação esta que provoca um litígio e projeta um dano em torno da atualização do princípio da igualdade. O desentendimento dá-se justamente no choque entre estas lógicas, a policial e a política, choque entre dois processos heterogêneos, o de ordenação dos corpos no sistema e um desentendimento quanto a estes lugares administrados.

É o caso de se pensar a história da política proletária, por exemplo, como o processo de desnaturalização e desentendimento da comunidade dos trabalhadores enquanto uma função social (identidade objetiva, classe-em-si), abrindo espaço para a sua subjativação enquanto coletivo de seres desejanos da definição de seu produto social e de suas condições de produção (ser classe-para-si). Outro exemplo é o da política feminista, que arranca as mulheres de sua evidência enquanto complementaridade sexual para empreender a denúncia (e o desentendimento) de uma ausência na sua existência social, uma ausência no espaço público e nas relações aí estabelecidas<sup>34</sup>. Neste sentido, a subjativação, que arranca uma parcela social de seu ordenamento subalterno administrado (e de uma determinada inexistência comum), relaciona-se àquilo que Michel Pêcheux (1997 [1975]) entende por desidentificação. Esta foi a modalidade de tomada de posição no discurso menos desenvolvida pelo fundador da AD e, de modo geral, pelo marxismo althusseriano, que aí concebe dois processos: a evocação espontânea pelo proletariado daquilo que a burguesia sistematicamente esquece; e a “ciência experimental da história”, enquanto conhecimento-e-transformação não subjativistas<sup>35</sup>, em um processo histórico de desidentificação com a burguesia, com o

---

<sup>34</sup> E enquanto houver esse abismo semântico entre dizer *homem público* e *mulher pública*, abismo calcado numa existência que – muito mais do que ser *diferente* – é desigual e injusta, a história da política feminista, assim como a história da política proletária, estará na ordem do dia.

<sup>35</sup> Em verdade Pêcheux fala em “não subjetivo”, o que pareceria um mistério no caso de não se conhecer o cuidado (excessivo...) do marxismo althusseriano diante da categoria do sujeito, tida enquanto Sujeito-origem-finalidade. Teremos uma longa seção para discutir este e outros pontos afins, mas vale esclarecer aqui nossa filiação àquilo que Antonio Gramsci (Cadernos do Cárcere. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999,

bloqueio de qualquer transferência possível em relação a esta (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 204-207). Pensamos que há muito a se pensar e investigar nessa vasta região *entre* a espontaneidade fugaz e a ciência experimental da história.

Se as sociedades são historicamente cindidas e organizadas em diferentes classes de tarefas (necessárias ao seu funcionamento), ao mesmo tempo elas comportam uma (possível) igualdade – a existência problemática de uma cena comum, composta e dita por sujeitos de fala e de contatos (contingentes) inscritos num todo social, numa totalidade (impossível de ser outra). Partimos da suposição de que essa cena comum é impedida de se desenhar explicitamente no fio dos discursos de criminalização política. Uma das formas prováveis são recortes prévios, ordenadores e hierarquizantes de toda *experiência sensível comum*, ou de toda *história comum* (usando, respectivamente, as palavras de RANCIÈRE, 2005, p. 23-24, e RANCIÈRE, 1994, p. 16-17), de todo *campo de experiências e horizonte de expectativas* (para dizê-lo conforme KOSELLECK, 2006 [1979]).

No fio dos discursos de criminalização política essa cena comum, potencialmente agenciadora de outro passado e outro futuro sob uma evocação igualitária e problemática, é considerada inapropriada, “sem lugar”. Exemplo disso pode ser encontrado no que Rancière (1994) chama de *real-empirismo*, aliança característica entre cientificismo e trono, presente na discursividade de teóricos conservadores (de diferentes matizes) como Thomas Hobbes, Edmund Burke e Alexis de Tocqueville. Para este último, que representa bem a forte ideologia anti-intelectual que faz escola nos EUA, os intelectuais seriam especialistas do não-lugar, sujeitos capazes de estabelecer relação entre coisas que não têm relação. Tal imagem remete diretamente à definição de Rancière (1996, p. 52) do sujeito político: operador que coloca em relação o que não tem (tinha) relação, que junta e separa regiões, identidades, funções e capacidades inscritas na experiência – no nó “entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições” – produzindo assim cenas polêmicas, na contradição de lógicas distintas. Quanto a Hobbes, seu projeto teórico-político é marcado pela idéia de univocidade do sentido, que o Estado deveria proteger através de uma profilaxia da linguagem, contra aqueles que trabalham sem cessar para produzir confusão (BALIBAR, 1994, p. 29-30).

Esta “especialidade” do trabalho com o sem-lugar e sem-relação, essa “arte” de confundir os sentidos, entretanto, é realmente característica dos processos revolucionários,

---

p. 156) diz quanto à filosofia da práxis (o materialismo histórico) continuar sendo uma filosofia da imanência, mas de modo a depurar-se de todo o aparato metafísico e conduzindo-a (ou devolvendo-a) ao terreno concreto da história. É nesse mesmo sentido que o italiano se refere à “luta por objetividade” (ibidem, p. 134).

que concernem “por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência”. (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 8). As lutas pelo sentido assim atravessam a história (recortando-a, inclusive, dentre outras modalidades de atravessamento) e constituem um ponto sensível do trabalho historiográfico. Vejamos, enquanto exemplo de algo que se apresenta subdesenvolvido na reflexão historiográfica e que aponta para os processos de desentendimento, um trecho do verbete *Conjuração dos Alfaiates* (outro nome para a Conjuração Baiana de 1798) no *Dicionário do Brasil Colonial* (VAINFAS, 2000, p. 142):

[...] uma simples comparação da tradução de um dos textos franceses apreendidos entre os conjurados com o seu original, se não deixa dúvida quanto à participação dos letrados na difusão das idéias em voga na Europa, evidencia as dificuldades para que fossem compreendidos pela população da colônia, dado o abismo cultural entre a Bahia da sedição e a França da Revolução.

O presente trabalho se debruça sobre fatos desta natureza, confrontos de tradução e desentendimentos que tocam e movem os sujeitos históricos em suas práticas políticas e que tocam também os sujeitos historiadores em suas práticas científicas. A necessidade de compreender materialmente a transformação dos sentidos nas traduções entre línguas ou no interior de uma mesma língua (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008 [1971]), não em seu aspecto negativo de perda substancial de um conteúdo (numa hermenêutica desta transformação) ou infelicidade de condições (numa pragmática), justificam o nosso programa – aqui apenas esboçado – de uma história do discurso, ou melhor, de um trabalho historiador no cerne da teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Quando lidamos com cenas discursivas abertamente polêmicas – de denúncia, acusação, alerta etc. –, há claramente uma divisão/distinção, parte do próprio trabalho de formulação dos sujeitos históricos: eles configuram um lugar alvo/oponente, um *outro*, que funciona como elemento central da discursividade<sup>36</sup>. Mas ao lidarmos com interdições, não lidamos exatamente com cenas polêmicas. Pela interdição não se costura, no tecido mesmo daquilo que se diz, um espaço do dizer em que o sentido-outro possa trabalhar construtivamente na enunciação da cena polêmica. No final, via de-subjetivação e de-significação do outro no discurso, esta cena de confronto termina por não comportar o que Eni Orlandi (1983) chama de *discurso polêmico*, resvalando para o *discurso autoritário*, que sufoca a polissemia.

<sup>36</sup> Toda a referência que aqui fazemos à *discursividade* remete à práxis languageira ou discursiva, ao trabalho realizado na seara dos discursos, como teremos oportunidade de desenvolver no segundo capítulo.

Pensamos que a interdição discursiva, ademais possa revestir-se do caráter de discurso autoritário, possui necessariamente um aspecto construtivo/produtivo mais complexo que a ausência de reversibilidade entre interlocutores no discurso. Acreditamos, inclusive, como já referimos acima, que a interdição possa ser caracterizada enquanto prática política – e isso através do sentido radical proposto, de enfrentamento ao Estado, à lógica policial<sup>37</sup>. Por esta via, a interdição poderá ser pensada não apenas como muro que se levanta “do nada” ou de algum recuo necessário ao “reduto do possível e do múltiplo”. Por esta via ela poderá também, e fundamentalmente, aparecer como desenvolvimento de uma práxis, na forma de uma ponte que se estende (não a própria interdição/interditado, mas o interditar) para estabelecer contatos horizontais em direção a velhos e novos aliados de uma formação social e também cortes ou impedimentos verticais a sujeitos e temas indesejáveis. Ou seja, a interdição se realiza na atualização da lógica policial, mas também na atualização da igualdade, pela lógica política, que não deixa de ser enfrentamento e rejeição.

---

<sup>37</sup> Desenvolver este aspecto adquiriu (em parte) o sentido de mola propulsora da reflexão teórica da tese, dado que ainda nos primeiríssimos meses do doutorado, em atividade de apresentação dos projetos para uma professora visitante comentar, *tive* de ouvir simplesmente que essa proposição “era contraditória e absurda”. Eis aí uma interdição, até dura sobre quem/o que estava ainda tateando no projeto e na área. Resta apenas ver se ela, em sua dureza, nos foi produtiva.

## 2. AO LADO DA HISTÓRIA AO LADO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Ao contrario de uma análise de discurso do lado da lingüística que não se preocuparia com a historicidade das linguagens e de uma outra análise do discurso, do lado da história, que se ocuparia exclusivamente com o conteúdo das práticas languageiras sem analisar-lhes as formas, nós continuamos, portanto, a manter a exigencia de uma ligação estreita entre História e Lingüística.

*Jacques Guilhaumou, Lingüística e História*

O primeiro efeito prático da análise do discurso é mostrar as deformações em que recaímos por mantermos compartimentalizadas áreas que precisam abrir suas janelas. Fazê-lo, entretanto, exigiria por certo a colaboração doutros colegas.

*Luiz Costa Lima, Análise do Discurso (1973)*

Historiadores e analistas do discurso se frequentam menos do que as filiações teóricas da AD podem sugerir. Vindos da área dos estudos históricos, Regine Robin e Jacques Guilhaumou, integrantes da equipe pecheutiana nas décadas de 1970 e 1980, trabalharam contra o desconhecimento mútuo que ainda hoje assola a historiadores e linguistas. Giselda Brito Silva, da UFRPE, em seu artigo “História e Linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a história e a análise do discurso”, considera que

[...] não são poucos os [historiadores] que reconhecem nos discursos apenas elementos de uma estrutura lingüística, negando as possibilidades de uma abordagem sobre o acontecimento tratado em sua irrupção histórico-discursiva (SILVA, 2004, p. 30).

É verdade que não apenas historiadores incorrem nesse (pré)juízo pelo qual trabalhar com os discursos é ceder ao império da abstração formal e à lógica das estruturas estruturantes, fechadas em si. Há resistência, de parte dos historiadores, em refletir teórica e criticamente acerca das discontinuidades e do não recobrimento entre *physis*, *mimesis* e *logos*, usando os termos clássicos gregos, ou entre *história*, *linguagem* e *sujeito*, que representam a conceituação contemporânea destes três campos de investigação centrais à reflexão em AD. Sendo a história uma disciplina onde o empirismo tem quase que naturalmente um apelo muito grande, cabe sensibilizar os historiadores através dos avanços alcançados nos estudos da linguagem pelos quais a língua não é considerada um instrumento ou uma estrutura formal sincronicamente fechada – mesmo quando aparece como sistema sintático capaz de jogo. Se ela joga, e como, o faz em meio a seu funcionamento político, polissêmico e desestabilizador – ou seja, ainda que autônoma em sua ordem (com sua *autonomia relativa*, cf. HENRY, 1992 [1977]), não funciona em si e por si mesma, constituindo-se em campo privilegiado para a



consideração de falhas e resistências, equivocidade e *esquivocidades*. Pelo neologismo *esquivocidade* pretendemos referir e trabalhar aquilo que Michel Pêcheux chamou, na abertura do colóquio *Materialidades Discursivas* (PÊCHEUX, 1981), de “deslocamento tendencial do sujeito enunciator”. Mais adiante desenvolveremos, mas já vale a pena adiantar que trabalhamos a perspectiva da *esquivocidade* enquanto forma de atestar a relação do sujeito histórico com as relações de força que constituem a cena da enunciação, enquanto que a *práxis discursiva*, outro conceito que buscaremos desenvolver, atesta a relação do sujeito histórico com as relações de sentido que constituem a discursividade.

Em especial no Brasil, onde – a partir do trabalho de Eni Orlandi e seus frutos – a AD seguiu se desenvolvendo, os linguistas analistas do discurso vêm contestando as abordagens comunicacionais e gramaticais da discursividade. De modo geral, fazem isso por dois vieses: expõem a sistematicidade não-instrumental da língua (negligenciada nas abordagens comunicacionais) e, por outro lado, a sua insuficiência para a compreensão dos fenômenos languageiros, que demanda o estudo do extra-linguístico (negligenciada nas abordagens gramaticais).

Há ainda uma crítica dos historiadores, que conduz ao desinteresse e ao desconhecimento em relação à análise do discurso, que não releva apenas aos riscos das circularidades formais e desaparecimento das transformações e da irrupção de acontecimentos, mas que toca aspectos metodológicos e teóricos referentes aos sujeitos da/na/pela história. No prefácio a *Ideologia e Escravidão* (VAINFAS, 1986), o historiador Ciro Flamarion Cardoso elogia o autor por este não incorrer numa análise do discurso com “exageros tecnicistas” e não cair no

[...] dilema mais freqüente de muitos dos autores que usam tais conceitos e enfoques nas fases estruturalistas e pós-estruturalistas: a dissolução do sujeito social nos estudos de ideologia, opção que costuma conduzir a posições reacionárias e delirantes. (CARDOSO, 1986).

Tal colocação evidentemente nos provoca, e a ela buscaremos responder teórica e praticamente nesta tese. No mais, cabe desde já interpretar essa reação como resultado do fato de que, na tensão que se buscava entre língua e história, a balança pendeu para o lado da língua (COURTINE, 2006 [1992], p. 41), de modo que a dimensão instrumental e positiva própria da linguística pesou mais que a dimensão crítica dos estudos históricos – o que fica evidente no sintomático desconforto dos historiadores (franceses, inclusive) com um “aparato de leitura muito técnico, muito pesado” (MAZIÈRE, 2007, p. 90) e também em análises como

a realizada por Patrick Seriot sobre o discurso político soviético, que Courtine<sup>38</sup> (2006 [1992]) entende encerrar-se numa perspectiva gramatical do funcionamento das nominalizações e pressupor uma forma-sujeito eterna de Stálin a Gorbachov.

Mas por outro lado, também será importante mostrar aos linguistas e sensibilizá-los para o fato de que os historiadores, em geral, não estamos mais fechados em narrativas de grandes atos, a partir de documentos que transmitiriam dados inquestionáveis. Muita água passou por baixo dessa ponte<sup>39</sup>, e contra a historiografia positivista tradicional, factual e transparente, consagrou-se a perspectiva de “história problema”. Pensamos aqui que a história deve se deixar conceber ao mesmo tempo enquanto estudo da totalidade contraditória do mundo em sua movência e disciplina de interpretação. Assim, ela fica livre do papel exageradamente sério de “ciência régia”, e fica livre do papel insuficientemente sério de simples estilo narrativo ou comentário erudito que apenas ilustra as filosofias da história, com uma (muitas vezes denegada) reflexão teórica já dada ou uma lógica histórica qualquer.

A ciência histórica é, deste modo, concebida como conjunto de procedimentos renovados e diversificados para a compreensão de uma ordem contraditória, multideterminada e movente. E isso porque, aproveitando as palavras de E. P. Thompson,

[a história] oferece evidências de causas necessárias, mas nunca (em minha opinião) de causas suficientes, pois as “leis” (ou, como prefiro, a lógica ou as pressões) do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências [...].

[a história tem] necessidade de um *tipo* diferente de lógica, adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares [...]; assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas (THOMPSON, 1981 [1978], p. 48).

---

<sup>38</sup> Parece-nos necessário abrir uma nota para contextualizar nossas referências a Courtine e diferenciá-las do modo como este autor tem sido mobilizado para uma desmarxização da AD. Interessa-nos em alguma medida o projeto de Courtine (e de Marandín) de dialogar e experimentar a arque-genealogia foucaultiana *no interior* da teoria da determinação histórica dos processos semânticos (da teoria materialista do discurso, que demanda-mobiliza o estudo das contradições, das ideologias, da equivocidade simbólica ou signica e dos atravessamentos de processos inconscientes). Não nos interessa a série de empréstimos ou apropriações que não implicam/implicaram em “um processo sem fim de retificações coordenadas” (PÊCHEUX, 1997 [1978], p. 294), ou seja, que não produziram nem se preocuparam em produzir retornos e desenvolvimentos no interior da teoria do discurso, e que algumas vezes aparecem de modo oportunista enquanto incineração das filiações teórico-políticas da AD, mobilizando uma produção teórica de Courtine que nem mais reivindica a AD, e sim uma história cultural do corpo e da fala pública.

<sup>39</sup> Há uma infinidade de trabalhos que traçam um panorama e discutem as transformações ocorridas no século XX no campo dos estudos históricos. Destacamos o livro de Roger Chartier, *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002. Representando uma leitura fortemente crítica desse processo, temos o livro de François Dosse, *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, [1987] 1992.

E, na sequência, o historiador inglês fala ainda de uma necessária “rejeição de conceitos analíticos estáticos”, por sua “lógica inadequada à história”. Tais cuidados não são, por certo, nada estranhos aos analistas do discurso, que recusam fórmulas prontas para os seus procedimentos de análise. Mas antes mesmo de considerar a proficiência (e a dificuldade) desta postura científica madura, nos parece fundamental atentar para aquilo que a motiva, o fato de que todo o trabalho que os analistas e historiadores do discurso temos ao pesquisar, recolher e mobilizar vestígios, ao montar arquivos, recortar e construir *corpora* de análise, ao lidar com as muitas lacunas e intervalos, interpretar e compreender a história e a produção simbólica, tudo isso não pode ser reduzido a um esforço qualquer de visualização de uma *estrutura* ou *função* histórico-discursiva, o reencontro de um universal da razão (mesmo que dialética!) num particular empírico.

Vale a pena lembrar que nas análises que produzimos, pensemos nisso ou não, sempre partimos de vestígios de práticas, de rastros e resquícios de atividades históricas e languageiras, por mais imóveis e sem vida que elas possam se apresentar a nós – ou por mais imóveis e sem vida que as façamos parecer em nossos trabalhos teórica/politicamente corretos, com objetos construídos e controlados em nossos observatórios<sup>40</sup>.

O historiador, particularmente, não é um colecionador de bibelôs com valor sentimental, como tampouco é o frio fornecedor ou avaliador de produtos do antiquário. Só lidamos com as múmias e fantasmas que por ventura ainda nos assombrem, com os cadáveres que de alguma forma ainda exalam *matéria viva*, nos desafiando e forçando-nos a desvios de caminho, para perto ou para longe deles. E sempre sob o duplo risco de tropeçar, neles próprios, ou ainda em outros obstáculos e acidentes de percurso, quando não olhamos devidamente para o caminho em função de termos nosso olhar demasiadamente atraído por aquele acontecimento estranhamente familiar e pavoroso.

Só lidamos, enfim, com histórias e práticas que efetivamente não acabaram (ou ainda não começaram *pra valer*, se estamos numa pré-história de acordo com Marx), que não têm a sua moral, pelo simples fato de que ainda somos capazes de ouvir essas vozes de outros tempos ecoando em nossos ouvidos. Vozes que surgem ora como assombração, ora como convite, o que marca dois tipos de práticas dos historiadores: enterrar os despojos (restos *já sem lugar*) na prática do luto, o que nos brinda com um presente mais arejado; e puxar fios de irrealizados (promessas *ainda sem lugar*) no solo de terra arrasada do presente, na paz de

---

<sup>40</sup> Nem a absoluta exterioridade (objetiva) dos *dados*, nem a absoluta interioridade (subjéctiva) dos *atos*. Estamos sempre, analistas do discurso e historiadores, lidando com *fatós*.

cemitério, o que nos brinda com horizontes mais preñes de sentido. São duas atitudes, não exclusivas nem excludentes, que fazem com que nos inscrevamos em exercícios de alteridade, exercícios que não pressupõem ou implicam indiferença, mas exatamente o contrário<sup>41</sup>.

É o caso também de lembrar a afirmação de Jacques Derrida quanto à nossa irredutível relação com o ausente irrealizado, que ele chama propriamente de *fantasma*.

É preciso falar do fantasma, até mesmo ao fantasma e com ele, uma vez que nenhuma ética, nenhuma política, revolucionária ou não, parece possível, pensável e justa, sem reconhecer como seu princípio o respeito por esses outros que não estão mais ou por esses outros que ainda não estão aí, presentemente vivos, quer já estejam mortos, quer ainda não tenham nascido. (DERRIDA, 1994).

Retomando uma afirmação anterior e avançando sobre ela: se emprestamos o nosso tempo e a nossa voz para resgatar e re(a)presentar aquilo que estes “fantasmas” disseram e fizeram sentir, se não os condenamos ao barulho, ao ruído, ao borrão ou à pura assombração destituída de conseqüências para além de sua mobilização pelos fatores da reação, se, pelo contrário, os destacamos como fatores de transformação presentes em nossas memórias e arquivos, então fazemos do trabalho historiográfico não apenas uma resposta à demanda pelos sentidos da experiência humana, mas também tomamos parte no amplo trabalho coletivo de erigir passagens pro futuro.

Entendemos que falar dos fantasmas e aos fantasmas também se relaciona com o que diz o historiador do discurso Jacques Guilhaumou (2009, p. 28) quanto a “observar o movimento dos atores, as operações às quais eles se dedicam e às suas justificativas, de levá-las a sério, sem sucumbir às facilidades de uma abordagem generalizante”. Para Guilhaumou, trata-se de abordar a reflexividade das descrições sociais dos próprios sujeitos históricos, na perspectiva de um “individualismo metodológico”; para nós, trata-se de tomar alguns cuidados adicionais no sentido de não projetar qualquer escrita histórica na qual os sujeitos possam “falar por si mesmos”, obscurecendo o lugar de onde investigamos e escrevemos. Assim como a língua, a história também já foi vista como redutível a uma lógica. De todo modo, cabe buscar meios efetivos para superar a constatação de Regine Robin há mais de trinta anos (1977, p. 70), profundamente válida ainda, de que “o historiador recalca o

---

<sup>41</sup> Uma reflexão sob o irrealizado e essa relação histórica com o alhures pode ser vista no texto de Michel Pêcheux “Delimitações, inversões, deslocamentos”. in Cad. Est. Ling., Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990 [1982]. Quanto à imagem das duas práticas comuns aos historiadores, talvez seja possível pensarmos em “historiadores-exorcistas” que escondem o trauma, sublimam o recalque, ao lado dos que se mostram mais influenciados pela psicanálise, como João Carlos Reis, e “historiadores visitantes do inferno”, que valorizam as feridas, os traumas, o ainda sensível e não resolvido, ao lado dos que se mostram mais influenciados pelo marxismo, como Jacques Rancière. Apenas intuições.

significante, a materialidade da linguagem, [e] o lingüista recalca o sujeito e a história, em resumo, o discurso como prática social”. O desenvolvimento ulterior dos dois campos torna mais facilmente identificável toda possível incidência de tais recalques, que ainda circulam por aí. Não é impossível encontrar quem, do lugar de historiador, identifique o real como qualquer coisa anterior ou por trás da linguagem. Também deve ser possível encontrar linguistas que identifiquem o real à própria linguagem. Um pesquisador que transita com surpreendente desenvoltura por entre os campos de estudos da história e da linguagem, Luiz Costa Lima, ressalta a condição humana de ser na linguagem, o que implicaria numa “impossibilidade de sair-se do círculo da linguagem”, sendo o real aquilo que é *recortado* pela linguagem e que é “à medida que nela se encontra” (LIMA, 1973, p. 45). Parece-nos que a teoria do discurso de cunho materialista, com os seus atravessamentos da psicanálise lacaniana, nos permite dizer também o oposto: é impossível manter-se no círculo da linguagem, sendo o real aquilo que falta e excede ao recorte simbólico, na medida mesmo em que nunca o encontramos plenamente.

Contraditória e multiplamente determinado, errático ou arredio, faltoso em sua própria cena ou até obsceno,... de que modo o chamado *real da história* tem sido abordado nos estudos discursivos? Se falar em *real da história* implica em analogia com o que seriam outros “reais” – como o *real da língua* (o campo de contradições específicas estudadas pela linguística) e o *real do sujeito* (o campo de contradições específicas estudadas pela psicanálise) – a verdade é que este real da história não parece apontar para a reflexão do real *pela* história, pelos estudos históricos<sup>42</sup>. Remete-nos, isso sim, à consideração de uma materialidade específica, de uma ordem de funcionamento do social, o que na AD configura uma filiação ao materialismo histórico<sup>43</sup>. Mas aí se faz pertinente lembrar Michel Pêcheux: “não se fica nunca em dia com o materialismo histórico, ou com o materialismo dialético – e, sobretudo, não se desembaraça deles -, apresentando-os por *antecipação*, isto é, colocando-os *antes* de se começar o trabalho: trabalha-se com.” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 254). Eis um daqueles gestos de Pêcheux que ao mesmo tempo se filiam a propostas lançadas por Althusser (há muito trabalho por se fazer) e as superam (fazendo-o).

---

<sup>42</sup> O conceito de *historicidade* proposto por Eni Orlandi (1996) acaba por favorecer essa falta com os estudos históricos e suas problematizações. Temos aí uma afinidade com o althusserianismo. Alain Badiou reconheceu: “o espaço no qual operamos não é justamente aquele do MH [materialismo histórico], esse lugar é aquele do qual podemos pensar não o objeto científico do MH (os ‘modos de produção’ e as ‘formas de transição’), mas sim sua cientificidade...” In: “O (re)começo do materialismo dialético”, in: Badiou & Althusser, *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. São Paulo: Global, 1979 [1969], p. 14.

<sup>43</sup> Propomos, no entanto, distinguir *filiação* e *militância*. Um filiado (alguém identificado a *x*) não necessariamente milita (age em prol de *x*), sobretudo quando as coisas não vão como ele gostaria que fossem.

Neste mesmo sentido, interessa também a constatação de Pêcheux e Fuchs quanto ao “uso espontaneamente imobilista e classificatório (de que não se pode impedir a ocorrência)” dos conceitos vindos do marxismo (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p. 168). E ainda nesta direção, na forma de um programa de trabalho, está o apontamento de Courtine, que, se realmente for encampado pelo pesquisador, desarma o risco dos usos classificatórios dos conceitos marxistas:

O tema da contradição atravessa dessa forma nossa pesquisa em diferentes níveis, de maneira recorrente, com insistência; desejamos que produza um efeito de conhecimento, que seja um testemunho da presença do marxismo como corpo teórico real e não como uma expressão não significativa. (COURTINE, 1981, p. 12. Tradução nossa).

É certo que a AD se destaca dentre as distintas linhas de análise de discurso (como a análise da conversação, a semântica argumentativa, a análise crítica do discurso, a análise semiótica do discurso e a teoria pragmática dos atos de fala) em razão do papel atribuído à *ideologia* nos processos discursivos. A ideologia é considerada uma categoria “fundante do discurso”, o que representa uma “opção teórico-política” dos analistas deste campo (DRESCH, 2007, p. 97). A ideologia – sua consideração em meio às análises – torna-se deste modo a (muitas vezes única) via de acesso para o campo da história e, ao mesmo tempo, é o que marca a filiação teórico-política da AD ao materialismo histórico que, no modo como é mobilizado, testemunha uma determinada forma de compreender o funcionamento do social.

Vemos aí todo um conjunto de (bons) problemas a serem enfrentados. Dos desconhecimentos mútuos às antecipações e usos classificatórios das ferramentas teóricas oriundas do materialismo histórico, chama-nos ainda mais atenção o fato de que a história, ou melhor, os estudos históricos, têm tido uma presença demasiadamente tímida nas análises discursivas, mesmo naquelas em que a questão da memória é central. Se a AD é (ou no mínimo pressupõe) uma teoria sobre a determinação histórica dos processos semânticos, não será suficiente referir-se aos mecanismos ideológicos – sendo propriamente aí, com justiça, a entrada da consideração do caráter contraditório dos processos discursivos – para efetivar um trabalho com o real da história. O materialismo histórico não se restringe a uma teoria da ideologia, e muito menos a história se restringe ao materialismo histórico.

A transformação do materialismo histórico num monolito dogmático, num sistema de relações gerais, já dadas, que a tudo se aplicam, não é obra apenas dos que desarmaram a dialética “por dentro” do campo marxista (no campo do *marxismo das forças produtivas*, para usar a expressão de João BERNARDO, 2009 [1991] que remete à leitura mecanicista e não-

política do desenvolvimento capitalista e da mais-valia). Para o desarmamento do materialismo histórico, sua domesticação tecnocrática, vale a mesma consideração que José Paulo Netto (1984) tece para a transformação da URSS em modelo universal de revolução e constituição de uma ordem pós-capitalista:

A conversão de uma experiência revolucionária no modelo acabado de transição socialista, paradoxalmente foi igual e decididamente patrocinada pela autocracia stalinista e pelos seus mais ferrenhos adversários, os círculos dirigentes imperialistas.

Aos detratores do marxismo as insuficiências e obstruções teóricas de seu método de análise e compreensão histórica são mais que úteis. Se no campo da AD brasileira alguns analistas namoram ou tangenciam uma desmarxização do legado de Pêcheux, por vezes o fazem justificando uma necessidade – a qual também reivindicamos – de aproximação com os estudos históricos, mas parecem o fazer mais a partir de certas referências de (leituras apontadas por) Pêcheux do que a partir do seu próprio desenvolvimento (sua escrita) em torno das questões fundamentais da AD. Soa-nos como se Michel Pêcheux não tivesse condições de ler (e triturar) Nietzsche, Barthes, Foucault e outros textos que lhe desafiavam o pensamento sem ser obrigado a esquecer/recalcar os empreendimentos teórico-analíticos que vinha desenvolvendo com a sua equipe.

Fora isso, sem que se tenha de fingir nada ter lido de Pêcheux, deve-se seguir abrindo as monótonas bibliotecas celibatárias, e isso em todos os campos, não apenas do lado da história, sob a condição de – se realmente se pretende seguir praticando e desenvolvendo o conjunto de questões articuladas pela AD – não se jogar na fogueira ou recalcar algumas caras lições referentes à materialidade discursiva e às lutas ideológicas. Ao lado da psicanálise, por exemplo, entendemos ser pertinente destacar que ela não se resume a compreender o sujeito exclusivamente como *falha e falta* (de um objeto); este também pode ser psicanaliticamente pensado como *relação*, de modo a se perceber o sujeito tanto nos lapsos, onde ele não está, quanto nas continuidades<sup>44</sup>. Nesse sentido, parece-nos importante, por ser ampliador, o gesto de Fabio Tfouni (2008) ao trazer o possível e o necessário como formas de modalizar o real, além do impossível e do contingente.

---

<sup>44</sup> É a perspectiva defendida pela psicanalista Sandra Djamboladjian Torossian, a de um trabalho conjunto com os legados de Lacan e de Winnicot, com as escolas francesa e inglesa de psicanálise (intervenção no evento Seminários Abertos do PPG em Letras da UFRGS, Gênero Diálogos – “A AD e sua inserção em outros campos de saber”, 17 de maio de 2010). Acrescentamos aqui a *esquizoanálise* de Deleuze e Guattari, pois ainda que crítica à psicanálise, parece também ter algo importante a dizer quanto ao sujeito e ao desejo *na* história, que diz respeito àquilo que a AD entende por desidentificação.

Quanto a reduções ou engessamentos de campos teóricos desafiadores, muito provavelmente temos aí algo (como uma brecha, um furo,... ou uma avenida!) que fortalece o apoio de muitos pesquisadores universitários à recusa operada por Michel Foucault em relação ao materialismo histórico e à psicanálise (e à linguística). Não que ele tenha subestimado as contribuições destes campos, citados como “espaços correlativos” para o seu projeto arqueológico, em direção a uma “teoria envolvente” (FOUCAULT, 2007 [1969], p. 232), mas sim que consegue se esquivar de compromissos maiores a partir da sua recorrente crítica aos postulados que implicam em “continuidades”: no caso da história, sua insistência em buscar um lugar outro, fora da ordem do discurso, para compreender a esta como *recomeço e ocultação*, como *isso e aquilo* (“para além de todo começo aparente, há sempre uma origem secreta” – a luta de classes?); no caso da psicanálise, sua fixação em ver a todo discurso manifesto como presença secreta de um já-dito jamais dito (“um vazio que anima do interior tudo o que se diz” – o inconsciente?)<sup>45</sup>. E reivindica: “É preciso renunciar a todos esses temas que têm por *função* garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença em si mesmo no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (FOUCAULT, 2005 [1968], p. 91. Grifo nosso). Parte deste dizer pode ser tomado como zombaria das descobertas empreendidas nas obras de Marx e Freud e em suas ciências da conflitividade<sup>46</sup>, mas se retomamos o que dissemos antes, entendemos aí os riscos efetivos de apenas/sempre encontrarmos justamente aquilo que buscamos – o que é sim muito grave e faz desmoronar a perspectiva científica defendida por Pêcheux.

No momento em que a AD superou uma ambição professoral-militante de ser prótese de leitura dos sentidos subjacentes (cf. COURTINE, 1999 [1990]), o fez em prol de outra ambição, bem mais ampla e generosa (mas não menos militante), a de ser provocação à leitura, abertura para outras leituras e para a compreensão de outros sentidos presentes e possíveis no interior das dissensões históricas e ideológicas. Nesse momento, início dos anos 1980, Pêcheux nos convidou a ler os trabalhos de Michel de Certeau e dos historiadores marxistas ingleses – que, numa orientação aberta por Edward P. Thompson, ocuparam-se em especial com os temas da cotidianidade das classes dominadas. Esse gesto é compreensível em meio a um processo histórico e político pelo qual, a partir da crise detonada com o fim da União de Esquerda, aumenta a responsabilidade de todos e de cada um na desconstrução das

---

<sup>45</sup> Para deixar claro: não há, pelo menos neste texto de Foucault, tal associação direta entre os dois problemas apontados por ele no tratamento dos discursos e as duas disciplinas aqui compreendidas.

<sup>46</sup> Já em obras posteriores, como *A Ordem do Discurso* e *Microfísica do Poder*, Michel Foucault se mostra reconhecedor dos empreendimentos da psicanálise e, em especial, do marxismo.



evidências ideológicas, diante da recusa a que um partido-ciência do proletariado tenha o monopólio da sua representação e das suas iniciativas.

Após o suicídio de Mkiel Pêcheux os historiadores do discurso na França tenderam a migrar para abordagens pragmáticas e hermenêuticas (GUILHAUMOU, 2009), dialogando assim com os campos bem consolidados da história das ideias e da história conceitual – com os quais acreditávamos poder realizar o debate na tese, o que se mostrou depois por demais desviante e difícil de ser realizado no tempo estabelecido para o doutorado. No entanto, fazemos questão de dizer que para nós a teoria do discurso proposta por Michel Pêcheux não é o “fantasma” da instituição de uma nova disciplina, como se refere Jacques Guilhaumou (2009, p. 107), como porta-voz dos analistas franceses. Apesar de algumas obstruções representadas pela presença de certo teorismo althusseriano, é a teoria do discurso que sustenta um conjunto de procedimentos capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco, e neutralizar a (aparente) consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais” (PÊCHEUX, 1997 [1983]).

Com tudo isso, manter a perspectiva materialista e a abordagem analítica para um trabalho em história do discurso estabelece-se, desse modo, enquanto um gesto de resistência<sup>47</sup>. Convencidos desse sentido “nobre”, por outro lado não há como esquivar-se totalmente de uma série de problemas que surgem em função de posturas que aqui e ali destoam e criticam perspectivas de investigação mais consolidadas. Somos deste modo assaltados por uma insegurança que retorna sobre a nossa prática sob a forma de questionamentos: não seria o caso de simplesmente aderir a um dos dois grandes partidos acadêmicos no campo das humanidades, o da unidade formal-sistêmica, com seus rompantes de normatividade “paranoica”, e o da diversidade concreta, com suas linhas de fuga microscópicas e seus *bon schizo*<sup>48</sup>? Respondemos que não. No fim das contas, estamos convencidos de que os estudos históricos e discursivos só têm a ganhar se puderem e souberem se constituir como disciplinas de interpretação, lidando de bom grado (proveitosamente, a seu favor) com as pesquisas e descobertas que são realizadas fora de seus terrenos – dialogando com aquilo que, desde fora, incide sobre eles.

\* \* \*

---

<sup>47</sup> Mesmo denegadas, as contribuições do marxismo foram e seguem sendo essenciais e insofismáveis à ciência da história. Os historiadores de ofício, em geral, não quiseram se comprometer com o materialismo histórico, falando de mentalidades no lugar da ideologia e realizando outros paralelismos – no qual o legado foucaultiano cumpre um papel ímpar. Ver François Dosse, *A História em Migalhas*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 250. Não deixa de ser curiosa a reverência feita por Foucault em *Microfísica do Poder* ao dizer que não via diferença entre ser historiador e ser marxista. Os foucaultianos veem.

<sup>48</sup> Ampliando assim a crítica de Pêcheux e Gadet (em *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004, p. 31) sobre campo dos estudos da linguagem.

Cotidianidade, circulação, enunciação, leitura, resistências. O leque de questões foi sendo ampliado no desenvolvimento das pesquisas em AD. No Brasil não se acreditou que algum programa de informática e estatística poderia fazer o trabalho por nós (ORLANDI, 2002). Isso tocou igualmente e quase ao mesmo tempo a historiadores e analistas do discurso, o sucesso do tratamento de séries quantitativas e o seu declínio. Igualmente, também, houve o que se pode considerar como um amolecimento teórico, o que por vezes implica em ceder às teorias-indivíduos (filiação exclusiva a autores, a linguagens herméticas particulares e intransponíveis, as *categorias*, mais do que filiação a campos de questões e problemas transversais). Implicou em ceder às filosofias espontâneas, ao academicismo, ao comercialismo editorial-midiático, enfim, a posições burguesas no interior da produção do conhecimento.

Contra estes até previsíveis efeitos e suas consequências, Pêcheux defendeu a necessidade de seguirmos construindo procedimentos claros, modos de interrogação de dados e formas de raciocínio de modo explícito (PÊCHEUX, 1997 [1983]), como expusemos no capítulo anterior. E aí se insere uma preocupação deste capítulo, de propósito essencialmente teórico: para além do reconhecimento e respeito aos *princípios* do materialismo histórico, podemos construir *procedimentos* (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) que sejam consequentes com ele, para que esta filiação efetivamente intervenha na produção de conhecimento, para que seja uma expressão significativa dos trabalhos em AD e não apenas a sua genealogia.

Queremos trabalhar *no interior* da teoria do discurso um viés historiador e marxista que, sendo tributário do campo aberto pela leitura althusseriana, possa ultrapassar alguns de seus elementos que implicam em obstruções à consideração da práxis dos sujeitos históricos. Julgamos que essa ultrapassagem possa ser guiada por alguns “gestos” de Pêcheux na (por ele chamada) AD-3, fase de retificações e abertura, em proveito de uma complexificação e de uma garantia da presença de um marxismo não dogmático na AD. Quanto a estes gestos, nos referimos especificamente às tarefas deixadas por Michel Pêcheux que, tal como indicamos na seção 1.2, apontam para o desenvolvimento de uma perspectiva marxista não-celibatária, mobilizando as armas do marxismo e dos estudos históricos também em análises críticas contundentes do regime soviético. Não subestimamos o aprofundamento, desde o final dos anos 1970, de uma concepção psicanalítica do sujeito, para além das operações althusserianas neste campo (as considerações do imaginário que obscureciam a insistência do real do inconsciente), mas o compreendemos como Maria Cristina Leandro Ferreira (2007, p. 103), pensando a falta/incompletude enquanto “o lugar do possível para o sujeito desejante e para o

sujeito interpelado ideologicamente”. Percebemos essa enquanto pressão subjetiva e histórica que, tal como o anseio de sentido mal discernido (a práxis discursiva), demanda pela ação dos sujeitos. A nosso ver, como já discutimos atrás, é o caso de pensarmos o real (do sujeito, da história ou da linguagem) não apenas enquanto falha contingente e topada com um impossível, pela "ação" do inconsciente, mas também ao lado dos lugares possíveis e necessários, fundamentais na consideração dos sujeitos que deslocam, excedem, transbordam e fazem arder as redes de captura e identificação, pela sua ação histórica complexa, sempre atravessada por múltiplas determinações.

Essa preocupação-programa divide-se agora em duas partes: 1) uma reflexão crítica quanto a duas influências teóricas que fragilizam a presença da história na AD (a de Foucault e a de Althusser) e quanto a alguns pontos subdesenvolvidos na teoria do discurso que, igualmente, fragilizam esta presença, e 2) uma proposta de procedimentos de análise pautada pela conceituação da *práxis discursiva* e dos *palanques enunciativos*.

## 2.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO AO LADO DA ANÁLISE DO DISCURSO

De modo geral, a palavra “materialista”, na Alemanha, constitui para muitos escritores jovens apenas uma frase que ajuda a classificar, sem necessidade de maior estudo, tudo o que houve e tudo o que está para acontecer; cola-se este rótulo e acredita-se que se pode dar o assunto por encerrado. No entanto, nossa concepção da história é, antes de tudo, um guia para o estudo e não uma alavanca destinada a erguer construções à maneira hegeliana. [...] A frase do materialismo histórico (de *tudo* se pode fazer uma frase) só serve para que muitos jovens alemães arrumem apressadamente um sistema a partir de seus próprios conhecimentos históricos relativamente magros [...] e assumam ar de espíritos superiores.  
*Friedrich Engels, carta de 1890.*

A postura em prol de um materialismo histórico pode ser considerada uma guerra de guerrilha, de enfrentamentos sem trincheiras estáveis, tais como o encararam Gramsci e Althusser, cada um a seu modo e com seus alvos cruzados – o primeiro, adversário das leituras mecanicistas/sistemáticas e esquerdistas, o segundo das empiristas/assistemáticas e reformistas. Sobretudo no que se refere à movimentação entre fronteiras diversificadas, Karl Marx e Michel Pêcheux possuem grande identidade, com embates e entradas produtivas em distintos campos teóricos. Nestes, enfrentaram sempre uma espécie de cobra de duas cabeças – duas práticas teóricas que assumiram e assumem formas diversas, mistas e intercambiantes:

o formalismo (cego para a materialidade dos objetos) e o empirismo (cego para a materialidade dos sujeitos), o idealismo hegeliano e o materialismo vulgar, a hipóstase do conhecimento (Razão) e a hipóstase da experiência (Verdade), o objetivismo e o subjetivismo, o realismo metafísico e o empirismo lógico-pragmático, o racionalismo idealista e o realismo concreto.

Para Pêcheux, a crítica e o abandono do empirismo e do formalismo não constituem uma tarefa apenas filosófica – embora a filosofia marxista esteja envolvida –, mas sim um problema prático de intervenção política nas instituições de ensino e pesquisa. (HELSLOOT & HAK, 2000, p. 7. Tradução nossa)

Esse duplo enfrentamento não é apenas epistemológico, é efetivamente político, como afirmam Helsloot e Hak, o que fica ainda mais claro ao vislumbrar as formas como as posições burguesas, historicamente, na longa duração, se realizaram através dos dois partidos. A citação a seguir, de Pêcheux e Gadet – um pouco recortada, para extrairmos dela o que extrapola a história da linguística – nos convida a ver essas “duas cabeças da cobra” não como práticas teóricas, mas de modo mais preciso enquanto duas ideologias presentes num *mesmo* processo histórico:

[...] desde o início, a burguesia trabalhou para reapropriar-se dos grandes formalismos religiosos, jurídicos e lingüísticos pré-capitalistas (universais escolásticos, direito romano, gramática latina). [mas também, por outro lado...] a revolução cultural burguesa (difusão conjunta da Técnica, da Instrução e da Democracia parlamentar) prosseguiu no terreno das “diferenças”, da “mudança” e da “variação”, para tentar absorver os efeitos dela em seu proveito. (PÊCHEUX & GADET, 2004 [1981], p. 36)

O poder do Estado burguês reveste [...] ao mesmo tempo a forma logicista de um sistema jurídico concentrado em um foco único e a forma sociologista de uma absorção negociada da diversidade: poder que funciona simultaneamente segundo a figura jurídica do Direito e segundo a figura biológica da Vida.

[...] A ideologia do Direito ou a da Vida pode, segundo as circunstâncias, parecer avançar ou retroceder; mas tanto uma como outra têm como fim alcançar o termo impossível da luta de classes burguesas: *parar a história* (fixar a sociedade por disposição jurídica), ou *terminá-la* (abrir caminho ao que, na dominação burguesa, ainda não encontrou suas completas condições de realização, ao que escapa ainda ao seu reconhecimento integrador das classes dominadas). (ibidem, p. 38. Grifos do original).

Para ultrapassar estas duas ideologias, agenciadoras de modos de pensar a história que a fragilizam, e para dar sequência e consequência ao desenvolvimento de uma perspectiva materialista nos estudos discursivos, livre do sonho das “bibliotecas celibatárias” (PÊCHEUX, 1997 [1983]), dos cercadinhos teóricos, mas também dos puxadinhos, com

supostas novidades de objetos que traficam reformismo (ORLANDI, 2011), não há como renunciar ao enfrentamento com velhos fantasmas e adversários íntimos. A própria AD não está nem esteve livre de tropeçar e se trair em cegueiras para o *concreto* (ou seja, as muitas determinações) de seus objetos e sujeitos dos discursos. O fato é que o teorismo e o positivismo estão o tempo todo à espreita da prática teórica, seja ela qual for. Ao menor vacilo, eles atacam e instauram comprometedores impensados no pensamento e na prática de um campo científico.

Quanto a isso, deve-se notar que alguns conceitos centrais da AD têm aparecido pouco. Destes, é bem provável que a ausência do conceito de *luta de classes* seja aquela que mais reverbera e produz efeitos comprometedores (e regressivos) nas análises discursivas. Para Silva Sobrinho (2005):

[...] se analisarmos os trabalhos que vêm sendo produzidos em AD, em suas diferentes vertentes aqui no Brasil, parece que esse fundamento [o da luta de classes] está sendo abandonado pelos analistas. Falam de *discurso*, esquecendo as lutas de classes; refletem sobre o *sujeito*, perdendo seu caráter histórico; ressignificam o conceito de *ideologia*, desprezando o conceito de *formação social* sem rever que em Marx a ideologia é algo bem mais complexo; pensam o *movimento dos sentidos*, negligenciando o movimento dialético do real.

Provavelmente as escolhas praticadas na AD, nos seus contornos mais sutis, fazem reviver o embate entre materialismo e idealismo (com vitórias desse último), uma vez que se perde de vista que a *prática discursiva* (enquanto *prática política*), em uma sociedade capitalista, é atividade produzida e engendrada pelas lutas de classes.

Alguns analistas justificam esses “esquecimentos” pelo esgotamento do projeto marxista original (COURTINE, 1999 [1990]) e pela sua substituição por um projeto foucaultiano (GREGOLIN, 2008). Pela posição que assumimos, recusar (ou “esquecer”) a abordagem da luta de classes é basicamente abrir mão do cerne da perspectiva histórica das análises, em sua consideração dos aspectos conflitivos e da processualidade que permitem a própria emergência dos fatos discursivos. É, inclusive, fazer vistas grossas para o rumo tomado no desenvolvimento teórico de Michel Pêcheux em suas investigações discursivas, que foram se afastando das formalizações de ocorrências de itens lexicais “para apoiar, cada vez mais, as análises sobre as condições históricas e sociais de produção do discurso, entendendo a ideologia como elemento constitutivo desse processo” (DRESCH, 2007, p. 91).

Evidentemente há de buscar a compreensão das diferentes *formas* (atuais ou não) da luta de classes, sobre as camadas de efeitos de apagamento da separação (característica da nossa formação social) entre os produtores e os meios de produção, apagamento esse que é

pura e simplesmente um dos afazeres mais corriqueiros, essenciais e necessários à ideologia dominante. Pela posição que trabalhamos por ocupar, esquecer a luta de classes, esquecer a diferença substancial dos lugares que ocupamos no tecido social e toda a nossa movimentação em torno deles, é uma forma de assujeitamento aos discursos e à ideologia dominante da pacificação social, o que se mostra tragicamente grave vindo de pesquisadores leitores de Pêcheux e analistas de discurso.

De pouco adianta reconhecer a “imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido” (ORLANDI, 2001), sem que sobre este mesmo reconhecimento se considere que “toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas” (ibidem). Ou seja, a maturidade científica produzida pelas insuficiências e tropeços experimentados nas análises não pode reverter em amolecimento teórico e político. Desse modo, é preciso estar disposto a topar o mais diretamente possível com processos constituintes em suas muitas determinações e transitividades, o que de forma alguma nos brinda com certezas, mas sim com o incompleto, o difuso, o provisório, o limitado... *em razão das coerções características de nossa formação social*, e não por nenhuma natureza arredia, jocosa ou delirante dos significantes e dos sujeitos, e menos ainda por alguma razão mágica, sobrenatural. Será imperdoável não ser nem iluminista, nem romântico? Que seja, já que não busca *perdão* quem tem compromissos terrenos, e quem já está interpelado e afeito pelo projeto político (da hipótese comunista) do descentramento, da transitoriedade histórica e da interdependência radical dos homens, processos estes determinados pelo desenvolvimento da capacidade e do desprendimento de trabalho.

Ao fim das contas, qualquer teorização que postule a tripla força social e compreensiva do político – seja das divisões, da contradição, dos pontos de deriva –, da prática política – seja dos conflitos, da transitoriedade, das agitações nas filiações de sentido –, e das relações constituintes – seja da interdependência, da unidade dos contrários, do todo com dominante, da totalidade contraditória – pode ser generosamente associado à postura marxista no interior dos campos do saber, que nos arma contra os muitos idealismos, venham eles evitados de empirismo ou de racionalismo<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Uma visão assim “aberta” do marxismo talvez fosse enquadrada pelo filósofo Alain Badiou (em texto de 1969, “O (re)começo do materialismo dialético”) em sua listagem dos tipos de marxismo vulgar, mais especificamente o que ele chama de “analógico”, promotor de alianças (inclusive entre as outras duas grandes vulgarizações do marxismo, o humanista e o mecanicista) e dissipador de dificuldades. A nosso ver, a perspectiva teórica aqui trabalhada está mais próxima do que João Bernardo chama de marxismo heterodoxo ou marxismo das relações de produção. In: *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

### 2.1.1 Michel Foucault, história, discurso, política

Um destes confrontos necessários e produtivos é com a proposta de Foucault para o estudo dos discursos, bem mais difundida que a da AD por razões que vão além da genialidade daquele. Na trajetória de Pêcheux há um progressivo diálogo com algumas proposições desse grande texto que é a *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault (1969) – autor que deslizou de uma investigação epistemológica mais fechada para uma prática teórica “historicista”, o que, no seu caso, deu-se com a adoção da genealogia nietzschiana enquanto método de escuta da história “sem filtros metafísicos”, capaz de perceber a discórdia e o disparate no lugar em que antes só se via reinscrições e continuidades (IASI, 2002, p. 146). Ainda assim, antes e depois de 1971, de sua aula inaugural no College de France, momento em que se pode localizar tal passagem, o enfoque dos trabalhos de Foucault tende a manter-se essencialmente no nível empírico, ora voltado a regimes discursivos, ora a estratégias e práticas (BARONAS, 2011, p. 4).

Nesse diálogo – e *duelo*, para reproduzir o par lexical usado por Gregolin (2004) em referência à relação AD-Foucault<sup>50</sup> - Michel Pêcheux ressalta os pontos em que o marxismo consegue ir além, por trabalhar com a categoria da contradição (PÊCHEUX, 1977), recusada por Foucault em sua modalidade marxista: pela sua proposta arqueológica trata-se de (pressu)por a anterioridade dos contrários à sua relação estabelecida, recusando uma contradição que opere como lei de existência, uma contradição de fundamentos (como é, no marxismo, a da produção socializada com apropriação privada); Foucault considera como contradições objetos que possam ser descritos “por si mesmos” (FOUCAULT, 2007 [1969], p. 171). Tal abordagem representa para Michel Pêcheux uma posição historicista e reformista, que pensa a dominação como uma forma de interiorização, subordina a divisão à unidade e separa a existência das classes da luta de classes (PÊCHEUX, 1977).

A autossuficiência do campo discursivo em Foucault, a ausência de articulações constituintes mais claras com o simbólico e com o histórico (para além de seu mapeamento arqueológico), o funcionamento sem controles externos e coerções de uma formação social,

---

<sup>50</sup> Relação esta que Gregolin, a nosso ver, erra a mão, quase que inserindo o trabalho de Foucault no projeto pecheutiano. É o caso quando afirma que “trata-se na perspectiva de Foucault e de Pêcheux de historicizar as estruturas, estabelecer uma relação tensa com os conceitos e métodos da linguística, saussureana, problematizando o corte entre língua/fala e, assim, fazendo retornar o sujeito e a história”. In: M<sup>a</sup> do Rosário Gregolin, *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – duelos & diálogos*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 25. Já Paul Henry mostra que a noção de enunciado em Foucault, como de toda a sua teoria do discurso, são o avesso da configuração epistêmica da linguística. In *A ferramenta imperfeita*. Campinas, 1992 [1977], p. 106-107.

tudo isso constitui um muro intransponível entre a análise do discurso marxista-pecheutiana e a *orientação* foucaultiana no campo do discursivo – o que não se traduz, de modo algum, em ausência de diálogos e apropriações, constantes *desde o início* da produção teórica de Michel Pêcheux, ainda que somente explicitada a partir do final dos anos 1970.

[...] Pêcheux relaciona-se de modo tenso com a teoria de Foucault, questionando, criticando, se distanciando, o que o conduz a um processo de *apropriação/teorização/transformação* que resulta em demarcações profundas entre as suas formulações e as de Foucault. Dessa turbulência teórica resulta o processo de produção de uma teoria marxista da Análise do Discurso, onde estranhamento e transformação marcam indelevelmente o pensamento inquieto e profundamente renovador de Michel Pêcheux (INDURSKY, 2007, p. 193. Grifo do original).

Antonio Cruz (2000) interpreta a última obra de Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, como passagem (não realizada, mas previsível “num ponto futuro”) do marxismo althusseriano ao idealismo foucaultiano, da estrutura estruturante ao acontecimento pontual (divorciado de uma formação discursiva, na perspectiva ideológica). Pêcheux aí efetivamente critica a ontologia marxista e defende uma abertura radical do marxismo para o “casamento” com outros saberes, mas não identificamos *adesão* alguma a Foucault e ao idealismo, por mais que a ausência de reflexão e referências quanto à totalidade contraditória da história (ou o todo com dominante de uma formação social, no vocabulário althusseriano) dê brechas a esta leitura de Antonio Cruz.

O que poderia significar uma filiação foucaultiana ao nosso trabalho? Considerando o vasto campo da discursividade política brasileira que analisamos, aqui e em Fonseca (2012), temos um recorte do final do século XVIII e um de meados do XX. Os discursos estudados em cada caso – o do republicanismo nos transbordamentos da Revolução Francesa e o do anticomunismo no imediato pós II Guerra – relacionam-se de forma constituinte, dinâmica e contraditória com dois grandes sistemas ideológicos, respectivamente: o iluminismo e o internacionalismo proletário. É possível que, numa orientação exclusivamente foucaultiana, ficássemos no mapeamento de irrupções das diferenças em termos de constelações de enunciados, em suas regras de emergência e dispersão. Por “respeito” à raridade, ao aleatório e à diferença, recusaríamos a processualidade, a contradição e a dialética. É mesmo por aí que podemos compreender o papel negativo do legado foucaultiano na produção de uma história em migalhas (DOSSE, 1992, p. 183), a despeito dos importantes objetos e questões com que ele brindou o trabalho historiográfico.

Tanto o iluminismo como o internacionalismo foram energicamente postos a funcionar (e a falhar) em função de acontecimentos históricos totalmente estranhos à sua constituição



teórica, política e discursiva. Os levantes populares, o espetáculo das guilhotinas, e a nova religião cívica-estatal da Revolução Francesa e do general Bonaparte são mais que estranhos ao pensamento crítico e aristocrático dos iluministas. As lutas e revoluções socialistas nos países da periferia do sistema capitalista não encontraram muito alento nas formulações de Marx e Engels. Tudo isso é essencial se pensamos a primazia do ser e do devir sobre os produtos e os pontos de estabilização, e mais ainda se pensamos o fato estrutural e dinâmico de que o todo social só existe através da sua renovação permanente e cotidiana, sempre mediada por relações sociais e pelo renovado exercício da capacidade de trabalhar. Se realmente são os processos que determinam os produtos, temos aí mais uma oportunidade para refletir o porquê de o projeto teórico-político do marxismo não estacionar na descrição de deslocamentos (curiosos ou enfadonhos, raros ou previsíveis): ele almeja a compreensão de leis, tendências e condicionantes internas (materialismo...), da processualidade que conduz à transição de uma *ordem de relações* a outra (... histórico). E esse é justamente o lugar da luta de classes, da movência, da reprodução/transformação das relações sociais pela prática política.

Pensar estes dois sistemas de forma isolada, sem as contradições, torções e distorções impostas pela processualidade histórica que deles se apoderou, limitar-se a descrever suas dispersões e descontinuidades, seria a nosso ver recusar a força compreensiva da articulação entre os estudos históricos e discursivos. Seria descartar que o discursivo é historicamente determinado, simbolicamente possibilitado e suje(a)tivamente realizado – ou, melhor dizendo, realizado por/para sujeitos.

Na proposta pecheutiana de análise do discurso o sujeito não é a posição vazia de um enunciado, uma lacuna a ser preenchida. Todo discurso é discurso de/por/para um sujeito histórico, sobretudo após a retificação de Só há causa daquilo que falha (PÊCHEUX, 1997 [1978]), e o assujeitamento não é mera sujeição de indivíduos, e sim trabalho do sujeito no campo da discursividade, trabalho de subjetivação a partir do já-dito, tomada de posição (consciente ou não, mas sempre atravessada por processos inconscientes) em relação às formações discursivas (PÊCHEUX, 1997 [1983]). Acreditamos poder pensar não exatamente em termos de *sujeito* e *assujeitamento*, o que é sempre ambíguo e deixa margem a leituras funcionalistas, mas sim em termos de *subjetivação* e *subje(a)tividade*, de modo a não termos como desviar do campo da ação/práxis. Esta parece ser uma forma de resgatar o sentido do gesto pecheutiano da necessária ruptura com “as identificações imaginárias nas quais o sujeito é aprisionado” (MALDIDIER, 2003 [1990]).

Não é apenas por má vontade que boa parte dos marxistas não se interessa por Foucault. Ao não estabelecer um vínculo inteligível e constituinte do campo discursivo entre as palavras e as coisas, entre o simbólico (que desliza) e o histórico (que transforma), ao não reconhecer o conflito e a belicosidade no funcionamento simbólico e ver na dialética apenas uma forma de reduzir a realidade a um sentido (FOUCAULT, 2008 [1979]), seu trabalho prestou-se a um essencialismo às avessas, a uma condenação do humano, preso às redes de poder, sem contribuir na compreensão da historicidade e transitoriedade dessas redes. Há de se considerar o duro comentário de Marshall Berman (1986, p. 33), para quem Foucault nos apresenta uma

[...] torturante série de variações em torno dos temas weberianos do cárcere de ferro e das inutilidades humanas, cujas almas foram moldadas para se adaptar às barras. [...] Ele desenvolve esses temas com obsessiva inflexibilidade e, até mesmo, com filigranas de sadismo, rosqueando suas idéias nos leitores como barras de ferro, apertando nossa carne a cada torneio dialético como mais uma volta do parafuso.

Em seu ofício de historiador dos sistemas de pensamento e, posteriormente, dos jogos de força, Foucault projeta teoricamente a impotência dos agentes contra as redes de poder que estão em toda a parte, a serviço das quais seríamos obedientes (e desejosos?) vigilantes. Dessa forma, sua obra prestou-se a interpretações muito úteis àqueles que precisavam distanciar-se do marxismo mas não do tema do poder, e ofereceu “a toda uma geração de refugiados dos anos 60 um alibi de dimensão histórica e mundial para o sentimento de passividade e desesperança que tomou conta de tantos de nós nos anos 70” (BERMAN, 1986, p. 33-34). Já fizemos referência à dura crítica de Gayatri Spivak a Foucault no capítulo anterior, mas é o caso de retomarmos aqui. A indiana considera que o apelo do francês à cena dos “oprimidos” é feito de forma a esfumçar o seu local próprio de produção teórica (a qual Sujeito ou *nós* corresponde sua intervenção?) e esfumaça o sujeito concreto da opressão, transformando as cenas investigadas (da clínica, do asilo, da prisão, da universidade) em uma “tela alegórica” que impediria uma leitura das narrativas mais amplas do imperialismo (SPIVAK, [1985] 2010: 76). Sua produção teórica acabaria se desdobrando numa versão autocontida do Ocidente, ignorando a exploração e o imperialismo – o que ajuda a entender a sua força nos círculos acadêmicos dos EUA.

Mas assim como Marshall Berman separa Nietzsche de Foucault, julgamos sensato separar Foucault, um pesquisador inquieto e combativo, disso que se pode chamar de

*foucaultianismo*<sup>51</sup> e, ainda mais fundamental aqui, entender a natureza dos pontos que são inconciliáveis entre a AD e o seu legado<sup>52</sup>, a começar dizendo que nos anos 70 havia sim no próprio ambiente intelectual francês um combate aos discursos de impotência, sem que para isso tivesse que se ceder às facilidades (?) do humanismo teórico burguês em suas versões românticas e/ou reformistas.

De que forma os analistas do discurso daquela época refletiram essa distância em relação a Foucault? No texto *Discurso e Ideologia: bases para uma pesquisa* (MALDIDIÉ, NORMAND & ROBIN, 1994 [1976]), as três analistas acusam-no de sustentar um ponto de vista unicamente crítico frente ao sujeito idealista, tido como “pura descontinuidade” – o que nos parece casar bem com a simples “alusão” à história (distante da reflexão densa empreendida pelo materialismo histórico, frente ao qual este autor teria desenvolvido um “discurso paralelo”<sup>53</sup>). Foucault dá brechas para a recusa de toda e qualquer causalidade<sup>54</sup>, de toda e qualquer tomada de posição científica possível – o que ficaria mais claro depois, na passagem da epistemologia à genealogia, dos fechados sistemas de pensamento aos abertos jogos de forças.

Por outro lado, e em sentido *contrário* ao que acaba de ser dito, Foucault, como grande historiador que foi, *também* pode e deve ser considerado um “general da tática” (IASI, 2002), um bom teórico reformista, formulador de “um programa admirável de resistência localizada”, que “não é uma alternativa para as lutas macrológicas em termos ‘marxistas’, mas pode complementá-las” (SPIVAK, 2010 [1985], p. 73), extremamente valoroso desde os lugares mais imediatos das lutas “descontínuas” de resistência pontual e dispersa, onde pode e deve reverberar o cerne desse programa (nietzschiano) de “introduzir na raiz mesma do pensamento o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade*.” (FOUCAULT, 2001 [1970], p. 59). As pesquisas de Foucault “aumentaram nosso entendimento crítico de numerosos aspectos da

---

<sup>51</sup> Referimo-nos mais especificamente à apropriação multiculturalista. Mas cabe uma pergunta clichê, mas válida: haverá algo mais antifoucaultiano do que ser foucaultiano?

<sup>52</sup> Um texto que desabona a radicalidade dessa afirmação é *Metáfora e Interdiscurso*, quando, mesmo inserido no campo de questões do marxismo e do real da língua, Pêcheux declara a centralidade (para uma concepção materialista da discursividade) da contribuição de *Arqueologia do Saber*, fechando o texto com um apelo: “eu gostaria que, marxistas ou não, sejamos capazes de frustrar, em nosso domínio de investigação e de reflexão, a irresistível tendência ao narcisismo teórico que pode tomar diversas formas integrativas, entre a a-historicidade antropológica e a historicidade homogênea de um simbolismo coletivo que parece ter dificuldades em suportar a categoria da contradição”. *Metáfora e Interdiscurso*, in: *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011 [1984], p. 161.

<sup>53</sup> Expressão de Dominique Lecourt em *Para uma crítica de la epistemologia*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1973.

<sup>54</sup> Diferentemente do historiador foucaultiano Paul Veyne, que discute (1971) as diferentes causalidades da história, como tivemos oportunidade de expor no capítulo anterior.

sociedade antes negligenciados. [...] a ênfase no que é mais pessoal soou em um período em que o pessoal tornou-se político” (FOSTER, 1999, p. 202-203).

Assim, é salutar que se reconheça esse seu papel político, desde que não se negligencie que uma tal politização do pessoal insere-se nas continuidades do Capital-Estado, da exploração e da dominação, que atravessam as “regiões” destes movimentos. Ou seja, também as resistências (e estas em especial) se mostram salutares à manutenção do *status quo*. Se não, vejamos:

A atitude hegemônica de hoje é a da “resistência” - toda a poética das multidões marginais dispersas, as sexuais, étnicas, e de estilos de vida (gays, doentes mentais, prisioneiros,...) “resistem” a um misterioso Poder (em maiúscula) central. Todos “resistem”- desde os gays e lésbicas até os survivalists da direita -; então, por que não inferir a conclusão lógica de que esse discurso da “resistência” é a norma hoje e, como tal, o principal obstáculo à emergência do discurso que realmente colocaria em questão as relações dominantes? (ZIZEK, 2003, p. 85-86).

Atravessamos assim um período em que há uma espécie de culto à marginalidade, um ultra-esquerdismo romântico onde as minorias são positivas e as majorias opressivas (EAGLETON, 1999, p. 24), que abandona “qualquer idéia de um sistema internamente contraditório – que traz em si aquilo que pode destruí-lo. Em vez disso, pensa nos opostos rígidos do ‘interno’ e do ‘externo’, onde estar dentro implica ser cúmplice e, fora, impotente” (ibidem, p. 25). Alguns teóricos-militantes desse campo, como Jean-Jacques Schaller, engajam-se em políticas de solidariedade – no melhor estilo da contraidentificação apontada por Pêcheux (1997 [1975]) – que acabam tendo como “teto” a construção de uma política de respeito pela qual os “fortes” tenham de “respeitar aqueles que são destinados ao fracasso”, e a criação de espaços comuns entre seres diferentes, onde temos de nos “deixar inundar pela singularidade do outro” (SCHALLER, 2008/2009, p. 51; p. 53).

Claro, não é mais Foucault que fala, mas aí estão alguns desdobramentos da politização do singular, do pessoal, do intransponível. Concordamos, entretanto, com Carlos Henrique Escobar (1975, p. 175-176) ao considerar que Foucault, mesmo em seu empirismo radical (que o historiador foucaultiano Paul Veyne chama por um nome mais pomposo: positivismo), presta um serviço ímpar ao materialismo histórico, propiciando bons e novos materiais para uma “reflexão marxista dos discursos ideológicos”. Neste sentido, Michel

Pêcheux, em texto escrito para mostrar que Spinoza (trezentos anos antes) tinha propostas mais avançadas que as de Foucault para a compreensão dos discursos<sup>55</sup>, afirma:

[...] o marxismo-leninismo pode encontrar surpreendentes objetos de reflexão [nos trabalhos de Foucault]: pela sua maneira de fazer falarem os textos. Foucault descortina a possibilidade de uma análise desses “regimes de materialidade do imaginário” de que já falei anteriormente; ele está muito próximo dos interesses do marxismo-leninismo – e nisso constitui, justamente, a contradição própria de Foucault, invisível e sem dúvida insuperável para ele.

Não se trata, portanto, de se desembaraçar de Foucault, acentuando a pecha reformista à qual ele parece conduzir; trata-se mais de desenvolver a categoria marxista-leninista de contradição no sentido de apropriação, para a teoria e a prática do Movimento operário, daquilo que o trabalho de Foucault contém de materialista e de revolucionário (PÊCHEUX, 1980 [1977]).

Um ano mais tarde, visando realizar (começar) uma “tentativa de ajustamento” daquilo que “ia bem demais” na teoria do discurso, Pêcheux (1997 [1978], p. 301-302) reconhece que certas análises de Michel Foucault nos ajudam a retificar a distinção althusseriana entre interpelação ideológica e violência repressiva, de modo a pensarmos melhor a submissão dos dominados a partir de diferentes formas de violência do Estado – ou seja, a relação entre os AIE e os ARE, usando as siglas althusserianas para dominação política e coerção policial através dos aparelhos ideológicos e dos aparelhos de repressão. Retificação essa que, como vimos, foi levada a cabo por um ex-althusseriano com boa leitura em Foucault: Jacques Rancière. Antes de apresentarmos o “porém” que Pêcheux, neste trabalho, remete à contribuição da perspectiva foucaultiana, nos permitiremos sair um instante do tema para ilustrar, com um exemplo histórico, essa ligação entre ideologia e violência, que atua fortemente em favor de uma perspectiva histórica da discursividade. O exemplo que trarei é o de uma das técnicas empregadas para submeter os africanos à escravidão no Brasil, e a sua discrepância frente ao debate parlamentar que antecedeu a abolição.

No campo deste debate “puramente ideológico” instaurado na década de 1870 e intensificado na de 1880 (no ritmo da crise do Império brasileiro e do sistema escravagista), nossos positivistas tupiniquins entraram no polêmico tema da abolição da escravidão no país. Em meio às classes dominantes havia muitas dúvidas quanto às formas de incorporação da

---

<sup>55</sup> Citamos duas delas: no lugar que Foucault reserva às regras e regularidades enunciativas, Spinoza pensava a interpretação; e enquanto Foucault busca a mudança de sentidos por novas relações entre proposições, seu campo de experiência, de verificações e referências, Spinoza via a possibilidade de se dizer de modos muito distintos diferentemente uma mesma coisa, e poder dizer coisas muito distintas por meio das mesmas palavras – o jogo entre produção de sentido e imaginário. Michel Pêcheux, Remontemos de Foucault a Spinoza, In: TOLEDO, Monforte (org.). *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980 [1977], p. 181-200.

massa dos negros libertos à produção assalariada – afinal, quais seriam os riscos à Ordem e ao Progresso dos negócios dos proprietários-coronéis?

Em 1883, Miguel Lemos, presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, publicou no *Jornal do Comércio*, o texto *A Incorporação do Proletariado Escravo e o Recente Projeto do Governo* com o intuito de responder cientificamente àqueles receios. Defendeu o caráter pacífico dos africanos e seus descendentes, a sua afetividade, o que seria uma condição excelente para a transformação deles em trabalhadores assalariados. Nas suas palavras lemos:

O africano é, naturalmente, venerador, e por isso submete-se; não é o medo, nem o interesse, que o mantém na escravidão, é o amor para com os senhores que eles reputam seus superiores. A submissão do africano é análoga à submissão do soldado ao general; repetimos, é fruto da veneração, e não do interesse. (citado por AZEVEDO, 1987).

Não queremos aqui fazer escárnio desse discurso, denunciando sua mentira, erro ou delírio, nem propor um percurso genealógico de enunciados sobre o amor para com os senhores, desde, por exemplo, Platão e Camões<sup>56</sup>. Queremos apontar na processualidade histórica, por outras práticas e discursos (não parlamentares), o elo constitutivo entre a violência desse discurso (sobre a existência de um povo de essência escrava) e uma prática de violência (que também se diz, mas que não se encerra no que se diz).

Os senhores de engenho na América portuguesa cunharam a fórmula do PPP, pau, pão e pano, representando aquilo que não podia faltar ao escrav(izad)o<sup>57</sup>: surra, alimento e vestuário, dito nessa ordem. Em geral, assim que chegavam à propriedade, após serem comprados nos mercados, os cativos tomavam uma “surra disciplinadora” para jamais esquecerem-se dos riscos da desobediência aos seus senhores. Mesmo os clérigos católicos, defensores da moderação no tratamento dos escravizados, contra os excessos cometidos pelos senhores, mesmo eles acreditavam que somente a disciplina, o castigo e o trabalho poderiam controlar a superstição, a indolência e os maus modos dos africanos (SCHWARTZ, 1988).

Por certo essas “surras disciplinadoras” não marcaram somente indivíduos, mas o próprio ser escravizado no Brasil, sendo elas *esquecidas* na proporção em que diminuía a importação de novas peças africanas. Da mesma forma que o esquecimento, em AD, é da

<sup>56</sup> Como na dialética platônica do amor que Camões traça em seu Soneto XI: [o amor] é querer estar preso por vontade; é servir a quem vence, o vencedor; é ter com quem nos mata, a lealdade.

<sup>57</sup> Devemos a Mário Maestri & Florence Carboni (*A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: expressão Popular, 2003) a sensibilização para o trabalho com o termo *escravizados* no lugar de *escravos*, que ressalta fortemente o processo de subjugação.

ordem do recalque (ou seja, o esquecido não desaparece, mas segue produzindo efeitos), o medo e o interesse, para usar as expressões significativamente empregadas por Miguel Lemos, podem ser esquecidos assim dando lugar a sentimentos mais “nobres e humanos”, tais como o amor e a veneração.

Ao analisar técnicas e processos de disciplinarização dos corpos ao longo dos tempos, Foucault efetivamente dá uma contribuição magistral para os estudos históricos e para “as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando inapreensíveis os pontos de resistência e a base da revolta de classe” (PÊCHEUX, 1997 [1978], p. 302). Provavelmente isso ocorre pelo fato de que através das análises de Foucault, ao mesmo tempo em que se objetam o marxismo e a psicanálise, se torna impossível

[...] operar uma distinção coerente e conseqüente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os procedimentos de domesticação animal. Esse biologismo larvado, que ele partilha, em todo o desconhecimento de causa, com diversas correntes do funcionalismo tecnocrático, torna, conseqüentemente, a revolta totalmente impensável, pois, assim como não poderia haver “revolução dos bichos”, também não poderia haver extorsão de sobre-trabalho ou de linguagem no que se convencionou chamar reino animal. (ibidem)

E aí retomamos o nosso exemplo, pois mesmo com toda a crueldade das torturas às quais os cativos eram constantemente submetidos – ou seja, sofriam surras não apenas em sua memorável recepção, mas por motivos muitas vezes banais e inesperados -, ainda assim, a luta contra a escravidão por parte dos escravizados foi intensa e constante, de modo que não bastou a fórmula do pau, pão e pano, ou da disciplina, castigo e trabalho. Foi necessário criminalizar com toda a força a figura do cativo que não se enquadrava no perfil desejado de sujeito submisso (fosse ele submisso por “afeto”, fosse por medo e interesse). Os mucambos e quilombos, aldeias formadas por escravos fugidos e outros marginalizados sociais, espalharam-se pelas matas e montanhas em diversas regiões do país, processo este a indicar que o Estado existe pelo motivo de que há resistência e revolta, prática política e luta de classes. Frente aos mucambos e quilombos, o posto de capitão do mato foi oficialmente criado na Bahia em 1625, com a tarefa de rastrear e capturar cativos foragidos, e a partir de 1699 qualquer um que matasse um quilombola estaria isento de punições. O quilombola capturado vivo passou a ser marcado a ferro quente com um F (de “fujão”) no ombro, e se fosse reincidente, diante desse atestado de antecedentes criminais, perderia uma orelha (ALENCASTRO, 2000).

Parte do que Pêcheux critica em Foucault pode ser estendido ao mestre do primeiro, o que nos faz seguir para o próximo tópico desta seção, não para bater em “cachorro morto”,

como tantas vezes Althusser já foi referido<sup>58</sup>, mas para ver de que modo é possível trabalhar distintamente na região teórica aberta por ele.

### 2.1.2 Passagens e ultrapassagens por Louis Althusser

O teórico marxista franco-argelino Louis Althusser, assumidamente filósofo numa conjuntura antifilosófica (BADIOU, 1994, p. 93), foi, de um modo muito peculiar e controverso, um antidogmático. Seu método estava calcado não em rasgar o Livro, mas sim voltar a ele com o herético e abusado propósito de seguir escrevendo-o. Mobilizado pela compreensão do *momento* superestrutural em sua complexidade<sup>59</sup>, Althusser buscou apreender a reprodução das relações sociais de produção em sua objetividade. Fez isso ingressando num terreno explorado antes por Antonio Gramsci, “parceiro” na labuta teórica em prol de uma concepção de Estado mais ampla – que a de simples escritório dos negócios da burguesia ou mero instrumento de coerção social – e de uma compreensão das formas pelas quais a *direção* de uma sociedade é definida em muitos lugares. Ambos os autores foram *homens de partido*, mas se o teórico italiano, que enunciava do lugar de dirigente partidário, mesmo de dentro dos cárceres de Mussolini não desapercebeu do papel histórico-transformador da ação política, o mesmo não pode ser afirmado sobre Althusser, a despeito da fidelidade que sempre nutriu à sua organização política, o Partido Comunista Francês<sup>60</sup>.

Althusser foi um duro crítico do anticientificismo característico de uma vertente marxista que se desenvolveu por fora dos (e, em parte, contra os) partidos comunistas, o Marxismo Ocidental – que ocupava uma posição, aliás, algo cômoda, relativamente alheia ao que acontecia no campo do desenvolvimento político, realizando uma crítica filosófica do capitalismo, da alienação e da reificação. Terry Eagleton (1997 [1991]) e outros

---

<sup>58</sup> Neste sentido, uma das obras que temos utilizado como apoio, *A Miséria da Teoria*, de E. Thompson, beira o histrionismo ao caricaturizar Althusser. Estamos ao lado de teóricos como Perry Anderson e Terry Eagleton, cujas críticas ao filósofo franco-argelino têm o cuidado de não transformá-lo no Sacerdote que às vezes se pinta.

<sup>59</sup> Que ele próprio não via enquanto *momento*, por recusa aos termos de Hegel, considerados “equivocos”.

<sup>60</sup> Ao contrário do que afirma Guilhon Albuquerque (1985), o discípulo Jacques Rancière (1969), em texto marcadamente influenciado pelo maoísmo, mostra como Althusser se prestou a teorizar em favor de certas posições conservadoras do PCF, como aquelas que se dirigiam à política universitária. Dentre os últimos escritos de Althusser encontramos duras críticas à direção do partido, que Edward Thompson considera por demais atrasadas e superficiais, além de se aproveitarem do momento de desolação após a derrota da União da Esquerda na França.



pesquisadores, entretanto, filiam Althusser ao Marxismo Ocidental, que teria como um dos maiores denominadores comuns o pessimismo em relação à prática política.

Numa conjuntura do marxismo consideravelmente bloqueada pela ortodoxia, Althusser fez política produzindo teoria, e de um modo rigoroso. E foi mesmo recorrente em suas autocríticas apontar para esta conjuntura que o interpelava (nunca, porém, como suporte reprodutivo). Provocados pelas propostas de Althusser para o desenvolvimento teórico do marxismo – propostas dele e do notável grupo que ele mobilizou –, alguns debates reveladores se realizaram. Muitas das críticas resvalaram para posições que podem ser consideradas regressivas e/ou acabaram adotando, de modo paradoxal e irrefletido, pelo menos uma parte das categorias que criticavam. Um excelente panorama destes debates pode ser visto em Décio Saes (1998), um texto bastante cuidadoso que aponta os furos no edifício teórico do althusserianismo e dos seus críticos brasileiros.

Althusser trabalhou para que o marxismo avançasse na compreensão do fenômeno ideológico enquanto prática ritual, com uma efetividade que transcende a consciência dos homens. Mas, ao sublinhar *práticas* num lugar antes ocupado por *agentes*, foi aí produzido um (novo) vazio teórico, talvez análogo àquele produzido por Kautsky em sua interpretação economicista do marxismo<sup>61</sup>: afinal, como pensar a transformação histórica, e, mais que isso, como por a elaboração teórica a serviço dos fatores de transformação concretos e perceptíveis?

Se buscarmos no “último Althusser” um fundamento para o devir histórico, talvez cheguemos numa espécie de indeterminismo, aprofundando alguns aspectos pertinentes à lógica freudiana da *sobredeterminação*, num percurso teórico o qual também Michel Pêcheux de algum modo acompanhou (como discutiremos na seção 2.1.4).

A história não é mais do que a revogação permanente do fato consumado por um outro fato indecifrável a consumir-se, sem que se saiba antecipadamente nem onde, nem como o acontecimento de sua revogação se produzirá. Simplesmente chegará um dia em que as cartas serão redistribuídas e os dados serão lançados novamente sobre a mesa vazia. (ALTHUSSER, 2005 [1982], p. 14)

O mistério “indecifrável” em torno dessa *revogação permanente*, se é que joga a favor do materialismo, o mesmo não faz em favor do conhecimento do devir histórico. É possível que tenha existido uma única tentativa sistemática de se lidar com o “problema da

---

<sup>61</sup> Com uma diferença substancial: no caso de Kautsky, destacado teórico e dirigente da II Internacional, que também pretendeu voltar a Marx para continuá-lo, vê-se a marca do otimismo pelas sucessivas vitórias do movimento operário alemão na virada do século XIX ao XX como justificativa ao entendimento de que o capitalismo poderia cair por si; quanto a Althusser, dá-se praticamente o oposto, em tudo.

transformação histórica” no campo do althusserianismo, o texto de Etienne Balibar (1965), e mais especificamente o trecho final desta sua contribuição à obra coletiva *Ler O Capital*, chamado “Elementos para uma teoria da transição”. Em meio a esta obra coletiva que é a mais estruturalista do marxismo althusseriano, a mais criticada de todas (inclusive por Althusser), Balibar segue de perto algumas exposições de Marx quanto aos fatores imanentes do capitalismo em direção à sua própria superação, às tendências e condições internas à sua dissolução, traduzidos como evolução espontânea da *estrutura*. O texto chega a inferir que a transição “*não pode ser* um momento, por mais curto que seja, de desestruturação. Ela é por sua vez um movimento sujeito a uma estrutura que se impõe descobrir” (BALIBAR, 1965, p. 236. Grifo nosso).

Tal *estrutura*, em *Ler O Capital* e em outras obras desse período, designa

[...] uma totalidade estruturada, composta de níveis ou instâncias (eles próprios estruturados), articulados entre si, atravessada por uma hierarquia, que confere a um desses níveis – o econômico – a função de dominação, sendo os demais níveis subordinados; apesar desta dominação – de um nível –, os demais níveis mantêm uma autonomia relativa; esta autonomia relativa e a forma pela qual se articulam os níveis são especificadas pelo nível dominante, que é sempre determinante em última instância. (SILVEIRA, 1978, p. 122)

Esse esforço em conceber e compreender as especificidades dos “níveis” ou “instâncias” – que em *Análise do Discurso* se caracteriza pela consideração do *real* de cada ordem investigada (o real do sujeito, o real da história, o real da língua, o real do discurso,...) – tem o mérito de, em tese sem abrir mão das diferentes determinações, apontar a necessidade de investigar a materialidade e a eficácia de cada “instância”<sup>62</sup>. Consequentemente, desvela-se a coexistência de distintas temporalidades e modos de produção, o que nos parece configurar o ponto alto na compreensão da história pelos althusserianos, por neutralizar quaisquer imagens de um todo homogêneo, fechado, coerente, circular. É este o trunfo do conceito de *formação social*, que consagra essa diversidade de modos de produção anteriormente apontada por Lênin (cf. ANDERSON, 1980, p. 74). Temos de lamentar, entretanto, que tal diversidade de tempos e modos de produzir caia em determinismo justamente na forma de *amarrá-los*, ao estilo de um “complexo de engrenagens” de diferentes tamanhos, que rodam em diferentes tempos, e que obedecem umas às outras – podendo elas até mudarem de tamanho, mas sempre para preencher o lugar uma das outras, visto que elas

<sup>62</sup> Em *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* (Crítica Marxista, n. 20, 2005. p. 33), Althusser radicaliza este ponto ao extremo, afirmando que “qualquer modo de produção está constituído de *elementos independentes uns em relação aos outros*, sendo cada um resultado de sua própria história, sem que exista qualquer relação orgânica ou teleológica entre essas diversas histórias”.

jamais se interpenetram. Nada sobre os sujeitos históricos, as classes e suas lutas. Deste modo, falar em *autonomia relativa* (ou materialidade específica) dos níveis/instâncias de uma formação social, torna-se apenas uma forma de incorporar novos saberes (sobre a psique, a língua, a ideologia, a política) e sofisticar uma macro-explicação que, afinal, já estaria dada em outro lugar – a “determinação em última instância”, uma presença que funciona pela sua ausência, o que, no althusserianismo, aparece praticamente como uma maldição. Cabe aqui lembrar como Antonio Gramsci (2002 [1929-1935]) chamava tal obsessão pela “última instância”: uma das manifestações da “busca de Deus”.

Voltando ao texto de Etienne Balibar, entende-se aí que o que há de contraditório no processo histórico se restringe aos efeitos da estrutura, de modo que “a contradição não é, pois, originária, mas derivada. [...] o processo de produção desses efeitos não é de modo algum contraditório” (BALIBAR, 1965, p. 256). A passagem de um modo de produção a outro é compreendida não como resultado direto da luta de classes, mas como uma relação de não-correspondência entre os seus diferentes níveis/instâncias, em especial o nível econômico (avançado, pelo desenvolvimento inexorável das forças produtivas) e o nível político (defasado em relação àquele). Desse modo, a partir dessa defasagem (não-correspondência), e para alcançar a temporalidade avançada do nível econômico, a intervenção da prática política não mais conserva os seus antigos limites e não mais produz os seus efeitos sob a determinação deles, mas, portando um maior grau de autonomia, os desloca e os transforma (BALIBAR, 1965, p. 273). Assim, pela força – na verdade através de uma intervenção absolutamente objetiva, propositada, não por um hiato –, uma sociedade nova é parida de uma sociedade velha.

Parece-nos que, seguindo essa linha, caberia expulsar da reflexão histórica toda causa que não seja pura imanência, diretamente necessária ou material. A história não seria nada mais do que história da estrutura social, um todo complexo, articulado, sempre *já dado* (SILVEIRA, 1978, p. 126). Assim, bastaria que a hora final do capitalismo apenas soasse<sup>63</sup> ou que a simples existência dos coveiros (ou das pás e seus rituais de cavar e enterrar com uma determinada economia de gestos, em última instância) já implicasse por si só no enterro do Pai que os gerou.

---

<sup>63</sup> Referência a esta bela passagem do volume I de *O Capital*: “O monopólio do capital torna-se o entrave do modo de produção que se desenvolveu com ele e através dele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que não se ajustam mais ao seu invólucro capitalista e o fazem rebentar. Soou a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são, por sua vez, expropriados.” Karl Marx, *O Capital - Vol I*, cap. 24. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982 [1867], p. 191.

A interpretação do marxismo enquanto portador de uma teoria determinista da história não é simplesmente uma elucubração, mas uma supervalorização de algumas considerações de Marx em detrimento de outras, sobretudo no que diz respeito à forma como se compreende a categoria de *forças produtivas*. Explica-nos João Bernardo (2009 [1991], p. 408-415) que toda uma vertente no campo do marxismo se desenvolveu atribuindo um papel exagerado ao mercado e à concorrência na definição do capitalismo. Por tabela, todo o sistema de organização interna das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, embora geradas pelo capitalismo, conteriam em si o germe de sua superação, bastando alterar-se a sua utilização (assim incorrendo no mito da inocência da máquina e desviando-se do problema da mais-valia). A essa vertente o autor português chama de “marxismo das forças produtivas”, que nós podemos compreender também pela figura do determinismo econômico e seu costume de relegar a prática política ao lugar do teatro (de modo pejorativo) e/ou da circularidade.

Como vimos no capítulo anterior, Jacques Rancière critica duramente essa atitude da tradição marxista em relação à política, que a toma enquanto expressão ou máscara das relações sociais. Por meio dessa tradição, chamada por Rancière de *meta-política*, a classe deixa de ser também uma realidade política. O fundamental para este autor é ver que o proletariado não é o nome de uma vítima universal, mas antes o nome do sujeito universalizante de um dano, um modo de subjetivação política, de organização de um litígio (RANCIÈRE, 1996, p. 89-98).

Tal como se refere João Bernardo (2009 [1991], p. 408), há na obra de Marx tendências contraditórias que no decurso da história se desdobraram em perspectivas antagônicas. O autor português apresenta estas perspectivas antagônicas quanto à (não) consideração da mais-valia, ao regime de exploração dos trabalhadores, e acrescentamos aqui isso que diz respeito à prática política propriamente dita, entendendo ser possível contestar algumas proposições de Marx partindo delas próprias:

Por acaso não rebentam todas as revoltas, sem exceção, no desesperado isolamento do homem na comunidade? Será que qualquer revolta não supõe necessariamente esse isolamento? Teria havido revolução de 1789 sem o desesperado isolamento dos cidadãos franceses da comunidade? Ela estava destinada exatamente a suprimir esse isolamento.

Mas a comunidade da qual o trabalhador está isolado é uma comunidade inteiramente diferente e de uma outra extensão que a comunidade política. Essa comunidade, da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. A essência humana é a verdadeira comunidade humana. E assim como o desesperado isolamento dela é incomparavelmente mais universal, insuportável, pavoroso e contraditório, do que o isolamento da

comunidade política, assim também a supressão desse isolamento e até uma reação parcial, uma revolta contra ele, é tanto mais infinita quanto infinito é o homem em relação ao cidadão e a vida humana em relação à vida política. Deste modo, por mais parcial que seja uma revolta industrial, ela encerra em si uma alma universal; e por mais universal que seja a revolta política, ela esconde, sob as formas mais colossais, um espírito estreito. (MARX, 2010/2011 [1844], p. 49).

Se deixamos de entender o isolamento a que o jovem Marx se refere enquanto um dado suposto ou empírico no interior de uma teleologia da unificação do gênero humano e constituição da sociedade human(izad)a, podemos considerá-lo enquanto fato essencialmente político, de estranhamento sócio-histórico – que se dá tanto pelo roubo de sobretrabalho quanto pela enunciação desta realidade desigual e assimétrica. Deste modo torna-se fundamental distinguir isso que Marx chamou de política, que se organiza e se desenvolve em torno do *Estado R*, poder constituído e pretensamente transcendente, alargado pela cidadania burguesa na incorporação de novas parcelas, daquilo que Rancière propõe conceituar enquanto o fenômeno contingente da política<sup>64</sup>, através da qual a própria caracterização que Marx faz de essência humana e comunidade humana liberta-se de uma discussão metafísica qualquer e assume a dimensão de um litígio, de um processo de atualização do princípio de igualdade e reconfiguração das relações de visibilidade e invisibilidade. É por vias como estas que entendemos a necessidade de se assumir a perspectiva de um marxismo das relações sociais (cf. BERNARDO, 2009 [1991], em contraposição ao marxismo das forças produtivas), livre de qualquer progressismo teleológico e da perspectiva (?) de enfrentamento não político da “política” (da polícia/Estado<sup>65</sup>).

Quanto ao marxismo das forças produtivas, este pode ser compreendido, a nosso ver, como sintoma dos problemas de casamento entre o movimento operário e a teoria socialista, com um gesto de imposição unilateral desta última, ainda que visando ao bem do parceiro<sup>66</sup>. Militar no partido comunista e/ou adotar uma perspectiva marxista de compreensão do mundo

<sup>64</sup> De modo que este *isolamento* também possa ser pensado enquanto *divisão do sensível*: “entre os indivíduos e a humanidade, há sempre uma divisão do sensível: uma configuração que determina a maneira como as partes têm parcela na comunidade” (RANCIÈRE, 1996, p. 124).

<sup>65</sup> Basta-nos pensar os males de uma espécie de supressão da política nas experiências históricas de superação do capitalismo do Leste Europeu: poder sem hegemonia; representação formal de uma classe sem participação real desta; congelamento de transformações revolucionárias e involução política em alguns aspectos. Resultaram no que Michel Pêcheux chama de Estados do tipo “fortificação ocupada”, numa relação de “contra-identificação simetrificante do adversário vencido”, renegando suas contradições internas com uma lógica militar das fronteiras, funcionando de modo populista como Estados de Emergência (em Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011, p. 111-112). No texto “o marxismo como teoria finita”, Althusser (1978) defende que o partido comunista não se transforme em partido de governo na construção do socialismo (caso da URSS), mas sim praticando a sua política “ali onde ela nasce e se realiza”, junto às massas, pela destruição-transformação dos aparelhos de estado burgues e pela extinção do novo estado revolucionário. o estado seria a “armadilha número um” para os partidos comunistas.

<sup>66</sup> A troca dos gêneros aqui seria mais interessante.

jamais se desdobra *automaticamente* numa posição de classe proletária. Ao neutralizar as formas de desenvolvimento da capacidade produtiva pelo capitalismo, esse marxismo das forças produtivas, marxismo feito ortodoxo e oficial, tendeu a assumir uma posição de classe gestorial (BERNARDO, 2009 [1991]), assegurada pela estatização e centralização operada nos países de experiência socialista. O autor português ressalta o quanto isso é resultado da dissociação entre as forças produtivas e as relações de produção:

Longe de serem independentes das determinações do capitalismo, as forças produtivas constituem, ao contrário, uma expressão material e direta das relações sociais do capital. A mais-valia resulta da capacidade que a força de trabalho tem de despende no processo de produção um tempo de trabalho superior àquele que em si incorpora. O processo de produção é o próprio lugar desta relação contraditória, e a sua organização é, por isso, a organização desta contradição. As técnicas de gestão, os tipos de disciplina no trabalho, a maquinaria, nas suas sucessivas remodelações, têm como objeto aumentar o tempo de sobretalho e reduzir o do trabalho necessário. Estas forças produtivas não são neutras, porque constituem a própria forma material e social como o processo de produção ocorre enquanto produção de mais-valia e como dessa mais-valia os trabalhadores são despossuídos. (ibidem, p. 410).

Também o historiador Immanuel Wallerstein (1988) não parece ter constrangimentos ao apontar para a permanência de “um Marx” que não rompe *completamente* com aquilo que propõe, destacando que “este Marx” não deve ser identificado a uma fase imatura de sua produção teórica. Além disso, e de modo coerente com a perspectiva pecheutiana que defendemos, não devemos nem precisamos nos proteger em Marx ou mesmo protegê-lo de suas próprias contradições e equívocos. Estes são, justamente, os pontos que mais demandam atenção.

Para Antonio Gramsci (1999 [1932-35]), crítico mordaz das leituras mecanicistas/deterministas sobre o marxismo, é decisivo acentuar o peso maior do segundo termo da expressão *materialismo histórico*. O materialismo em si mesmo, como partido filosófico, em sua intensa luta anti-idealista é capaz de chegar a lugares excêntricos e delirantes, sempre para mostrar que o homem não pode ser concebido a partir de suas faculdades (como as de raciocinar, simbolizar ou enganar-se), devendo antes ser pensado a partir de, ou com ênfase, em suas necessidades inerentes<sup>67</sup>. Como exemplo disso, Gramsci nos lembra em seus cadernos do cárcere a afirmação de Feuerbach de que “o homem é o que ele come” e seu curioso desenvolvimento em Amadeo Bordiga, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano e líder de uma cisão à esquerda.

---

<sup>67</sup> Perguntamos-nos, entretanto, se raciocinar, simbolizar e enganar-se não deveriam também aparecer enquanto necessidades...

[Para Bordiga] se alguém soubesse o que um homem comeu antes de um discurso, por exemplo, seria capaz de interpretar melhor o próprio discurso. Afirmção infantil e, de fato, estranha até à ciência positiva, já que o cérebro não se nutre de feijão ou de batatas [...]. Se esta afirmação fosse verdadeira, a história teria a sua matriz determinante na cozinha e as revoluções coincidiriam com as modificações radicais na alimentação da massa. É o contrário que é historicamente verdadeiro, isto é, são as revoluções e o desenvolvimento histórico global que modificam a alimentação e criam os “gostos” sucessivos na escolha dos alimentos. (GRAMSCI, 1999 [1932-35], p. 243-244)

A filosofia materialista efetivamente se encontra inscrita em diversos saberes do senso comum, como nos provérbios “dize-me com quem andas que eu te direi quem és”, “o hábito faz o monge”, e outros, pelos quais uma interioridade é concebida a partir de uma exterioridade (o hábito, as amizades, etc.). Eis que a escrita de Gramsci tem essa arte de problematizar e desenvolver o argumento contrário, o que faz com que algumas poucas linhas abaixo ele diga que *também é verdade* que “o homem é o que come”, mas apenas “na medida em que a alimentação é uma das expressões das relações sociais em seu conjunto e que todo agrupamento social tem uma alimentação fundamental própria”. As expressões dessas relações sociais são, obviamente, infinitas, o que nos coloca com um pé atrás na identificação de *um* substrato comum e central ao gênero humano. Ainda que a *capacidade de trabalhar* possa ser dissociada dos trabalhadores concretos, e que até mesmo sobre “o trabalho” seja possível elaborarem-se metafísicas e discursos de autoridade, temos convicção de que uma perspectiva materialista histórica e proletária tem como objeto não exatamente as faculdades e as necessidades dos homens, mas as formas assimétricas e conflitivas com que essas se dispõem concretamente em sociedades concretas através da divisão social do trabalho. Não basta dizer que o homem é fruto do meio, como qualquer materialismo reconheceria; há de se retomar Engels e tirar as consequências e os “certos sentidos” de que o trabalho “é a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (ENGELS, 1976 [1883], p. 215).

E se o homem não é uma obra acabada? E se o trabalho segue o criando? E se neste trabalho, contido em todos os trabalhos, cada vez mais se demanda menos trabalho e extrai-se mais para chegar a resultados tão insatisfatórios ao conjunto dos que trabalham?

Voltando enfim a Louis Althusser, outro ponto de passagem e ultrapassagem importante em sua obra é algo que já aparece criticado por Alain Badiou (1969) em uma nota: a identificação (operada por Althusser) entre *conceito* e *definição*. Para o discípulo, a definição é apenas “a introdução de um símbolo abreviador”, enquanto que “os conceitos de

uma ciência são necessariamente palavras não definidas”, e “a regularidade da eficácia de um conceito depende da transparência do código no qual ele figura, isto é, da sua materialização virtual”. Por certo não concordamos com os termos da crítica, que acabam traçando definições, preferindo chamar a atenção para o método de exposição trabalhado n’*O Capital*, pelo qual os conceitos se movimentam todo o tempo, jamais se deixando configurar enquanto definições, o que frustra tremendamente aos leitores de manuais e pode confundir aos leitores desavisados (IASI, 2007, p. 103-106). *Conceito* em Marx representa não uma forma de dizer (seja ela “opaca ou transparente”), mas sim uma forma de pensar e expor, caracterizada por momentos de aproximação, desvio, aprofundamento, retorno,... enfim, caracterizada pelos seus movimentos.

Mais um ponto de passagem e ultrapassagem no legado althusseriano, no qual demoraremos mais, relaciona-se à cruzada para livrar o marxismo do empirismo e do humanismo naquilo que ela implicou em uma espécie de temor no tocante à categoria do “sujeito”, em função de suas implicações filosóficas idealistas (SILVEIRA, 1978, p. 130). O papel ativo (mesmo que não absoluto ou ideal) que se esperaria dos sujeitos foi dirigido para uma concepção de *prática* que, por sua vez, nos soa paradoxal (como também parece a SAES, 1998, p. 31-32), sendo esta aludida ao processo de trabalho e formalmente pensada como *ação transformadora* (processo de transformação de uma matéria-prima em um produto através de trabalho humano com o uso de meios de produção) e *reprodutiva* (determinada pelas estruturas da totalidade social). Quanto a isso, poderíamos ver aí o esforço para tomar a prática social de modo generalizante, para contemplar toda a sua dimensão (determinada e determinante), o que talvez seja falso, visto que há uma circularidade sufocante: a prática é pensada como ação orientada e limitada pela *estrutura*; e esta é pensada na lógica da causalidade metonímica, enquanto aquilo que só existe a partir de seus efeitos (as práticas), enquanto presença ausente.

No fim das contas essa construção – que funciona *bem demais*, para usar uma expressão de Pêcheux – representa um malabarismo que “entrega” todo o papel decisivo na processualidade histórica ao desenvolvimento “objetivo” das forças produtivas (no espírito neutralizador indicado por João Bernardo), extraindo do interior destas forças aquilo que lhe é mais fundamental: os agentes sociais, os seres únicos capazes de ouvir o apito da história e lidar com as pás da luta de classes, contra a “paz” do aumento infinito da produtividade social. De um modo bem oportuno para o propósito de sobrevivência *da URSS* ao imperialismo a teorização nada sofisticada de Stálin acerca do materialismo histórico (1978



[1938], p. 38) concebeu o motor da história não como a luta de classes, mas justamente como a “luta” pela produção, pelo aumento da produtividade.

Louis Althusser foi obrigado a retornar sobre este ponto (ALTHUSSER, 1973, p. 75-81), imprimindo sobre ele um esclarecimento e uma definição que não deixam dúvidas do fundo materialista de sua intervenção: os homens são agentes ativos/sujeitos *na* história, mas não *da* história, visto que só podem atuar nas e sob as determinações das formas de existência histórica das relações sociais. Para serem agentes de uma prática social têm de revestir-se de uma *forma-sujeito*. Destacamos o que inicialmente nos soa como uma concessão de Althusser quanto aos homens atuarem não somente *na* história, mas também *nas* determinações das formas-sujeito, tecendo estas “vestes” que depois podem ser estendidas numa arara. Mas tal interpretação (a nossa) pode ser apenas um problema de ambiguidade da preposição “em” utilizada – ela pode apontar tanto para o espaço de uma ação (representou uma peça de teatro *na* prisão) quanto para o seu objetivo (atuamos *na* prisão daquele ator, ou seja, *para* que ela ocorresse). Ao final do texto de 1973, sem grandes consequências/desdobramentos teóricos, Althusser traz uma passagem do prefácio que Marx escreve em 1869 para *O 18 Brumário*, na qual o autor alemão refere-se às circunstâncias e às relações criadas pela luta de classes na França, que permitiram a Luís Bonaparte, personagem medíocre, cumprir o papel de herói. E então Althusser retoma a sua tese no último parágrafo:

A história é certamente um “processo sem Sujeito nem Fim(ns)”, cujas *circunstâncias* dadas, onde “os homens” atuam como sujeitos sob a determinação de *relações* sociais, são o produto da *luta de classes*. A história não tem, portanto, no sentido filosófico do termo, um Sujeito, e sim um *motor*: a luta de classes. (ALTHUSSER, 1973, p. 81. Tradução nossa. Grifos do autor).

Acaba sendo definido o sentido de espaço para a preposição “em” acima referida, e o papel ativo é projetado para a metáfora da luta de classes enquanto motor da história, original d’*O Manifesto Comunista*. Fica sem resposta e sem desenvolvimento teórico (no althusserianismo, que fique claro) o papel dos homens e dos sujeitos na luta de classes. Sabemos *onde* “os homens” e os sujeitos atuam, nas circunstâncias produzidas pela luta de classes, e sob que condições, a de estarem vestidos. Não sabemos para *quê* atuam nem como.

Em sua autobiografia, Althusser esclarece de onde retirou os subsídios ou a inspiração para sua fórmula sobre a história e sobre o conhecimento:

[Spinoza era] um filósofo que recusara o papel fundador da subjetividade cartesiana do *cogito*, para se contentar em escrever, como um fato, “o homem pensa”, sem daí tirar nenhuma conclusão transcendental. [...] um homem que, de repente, pensava na

*facticidade* do fato: algo surpreendente para esse pretensão dogmático que deduzia o mundo de Deus e de seus atributos! Nada mais materialista do que esse pensamento sem origem nem fim. Mais tarde, eu iria tirar daí minha fórmula da história e da verdade como *processo sem sujeito* (originário, fundador de todo sentido) e sem fins (sem destino escatológico preestabelecido), pois, se recusar a pensar sobre o fim como causa originária (no reflexo especular da origem e do fim) é de fato pensar como materialista (ALTHUSSER, 1993, p. 193. Grifos do original).

Mesmo ficando ainda mais evidentes os alvos da sua formulação, mantém-se o vazio teórico em relação aos agentes das práticas sociais, às classes em luta, que (sem jamais serem fundadoras de todo sentido) conformam e transformam as (determinam e são determinados pelas) condições históricas – dos sentidos e do destino porvir, não escatológico. A intervenção filosófica de Louis Althusser no campo teórico-político do marxismo mostra-se assim exemplar e consistentemente *materialista*, restituindo e/ou promovendo a compreensão dos vazios que fazem da história aquilo que está aí para ser jogado e definido, sem garantias de partida e de chegada. No entanto, tal como a sua compreensão acerca do homem materialista como aquele que “pega o trem andando sem saber de onde ele vem nem para onde ele vai” (ALTHUSSER, 1993, p. 194), essa intervenção não ajuda a compreender o que joga e o que define a história, que também descarrilha.

Michel Pêcheux (2011 [1982], p. 115) explica que por *reprodução* Louis Althusser jamais se referiu a *repetição do mesmo*, devendo-se considerar que os processos e aparelhos de reprodução ideológica também configuram locais de resistência múltipla. Não devemos ser indiferentes aos esforços de Althusser em continuar, aprofundar e retificar o seu trabalho teórico em favor do desenvolvimento do marxismo, ou de *um marxismo desambiguizado*, mas a simples alusão à luta de classes (ou às resistências múltiplas) não aponta para as classes em luta e para o interior do edifício teórico levantado por Althusser nos anos 1960 e que jamais foi desfeito ou reformado. A consequência evidente é a falta de subsídios prático-teóricos na perspectiva da transformação social, que é, nem mais nem menos, a razão de ser da obra iniciada por Marx e Engels, como bem sabem os militantes. Não é a descoberta de um *novo continente* – uma bela imagem, ainda que, vinda de um europeu, nos soe familiarmente desagradável e deixe em aberto os “problemas de colonização” – nem é a produção de um *corte epistemológico* o que anima esse feliz e produtivo encontro (ainda que repleto de desentendimentos) entre o movimento operário e a teoria socialista<sup>68</sup>. Em função deste (novo) vazio, estamos também aqui com Jacques Rancière (1971), que vê na teoria althusseriana da

---

<sup>68</sup> Encontro em que cada uma das partes ganhou algo que levará para toda a vida, estejam juntos ou não: o movimento operário *ganhou* a compreensão da mais-valia e o socialismo *ganhou* a compreensão da ditadura do proletariado (ou da luta de classes, que é o mesmo). Volta e meia torna-se necessário discutir a relação e renovar os seus sentidos.

ideologia um reducionismo em direção a uma *teoria da ilusão da consciência* e da *objetividade das representações*, deixando de lado “o que havia de específico na teoria marxista das ideologias”, o fato de que as formas ideológicas são “formas de exercício de uma luta”.

Se, de acordo com Marx (2008 [1859], p. 48), é sob formas ideológicas que os homens tomam consciência dos conflitos de seu tempo e os levam até o fim, pensamos que no marxismo althusseriano faltou tomar em conta a relação entre consciência (prática, real) e ideologia (objetiva, efetiva). De que modo, sob o “revestimento” de uma forma-sujeito, os homens se conscientizam *dos e para* os conflitos de seu tempo? A própria consciência deve ser compreendida enquanto processo histórico, dotado de objetividade e efetividade, sendo assim da *mesma natureza* que a ideologia<sup>69</sup>. Essa relação entre consciência e ideologia pode ser pensada tal como outra relação já explorada pela AD, aquela que se dá entre memória e esquecimento, que nunca são absolutos e implicam igualmente em funções de *desvelamento* e *mascuramento*: “as ideologias no mesmo momento em que são o indício de um problema real, ocultam estes problemas, deslocam-nos e reconstituem no imaginário soluções mais ou menos falsas para estes problemas reais” (MALDIDER, NORMAND & ROBIN 1994 [1976], p. 87). A analogia proposta por Eagleton (1997, p. 122) é que as ideologias seriam como o sintoma neurótico e como o texto do sonho: elas revelam e ocultam simultaneamente. E a consciência?

Vejamos. Para Althusser (1985 [1970]), a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. E para Marx e Engels, como dissemos, os homens despertam para essas relações a partir de formas ideológicas, implicadas nas suas lutas e *consciência real, prática* (materializada na linguagem enquanto expressão primeira da carência/necessidade de intercâmbio<sup>70</sup> entre os homens, os sujeitos históricos). Será possível imbricar numa síntese os dois modos de apresentar o problema e dizer simplesmente que *as ideologias conscientizam* e que *no despertar também se fantasia*? Estamos convencidos que sim.

A forma lacaniana de dizer isso é algo distinta: somente no sonho chegaríamos perto do verdadeiro despertar, aproximando-nos do Real do nosso desejo, da “estrutura de fantasia que determina nossa atividade, nosso modo de agir na realidade” (ZIZEK, 1996, p. 325). Operando um sentido negativo para a ideologia, ou melhor, pensando-a enquanto ideologia

<sup>69</sup> É a compreensão, por exemplo, do filósofo húngaro István Mészáros, para quem a ideologia é a “consciência prática inevitável das sociedades de classe”. In *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 65.

<sup>70</sup> E há de se notar o quanto que a expressão *intercâmbio* é muito mais ampla e complexa que *comunicação*. Inclusive no acontecimento histórico do intercâmbio já está pressuposta a desigualdade.

dominante, Slavoj Žižek, que também concebe a ideologia enquanto fantasia, afirma que “a única maneira de romper com o poder do sonho ideológico é confrontar o Real de nosso desejo que se anuncia nesse sonho” (ibidem). É interessante pensar aqui que Althusser busca na compreensão inovadora de Freud acerca dos sonhos uma nova forma para conceituar a ideologia, distinta da pura ilusão ou da inversão da realidade, mas não extrai todas as consequências da analogia entre ideologia e inconsciente. A função negativa, mesmo que não pejorativa (EAGLETON, 1997 [1991]), de *desconhecimento* das condições reais de existência, segue prevalecendo, ainda que agora ela se materialize em práticas<sup>71</sup>. Entre outras coisas, Althusser não viu que “um padrão neurótico de comportamento, na visão de Freud, não é simplesmente expressivo de algum problema subjacente, mas, na verdade, uma maneira de lidar com ele” (ibidem, p. 123).

Ideologia, consciência, fantasia, teatro, representação, discurso... a nosso ver segue sendo necessário e estratégico lidar com estes termos de modo que eles não possam remeter aos lugares tradicionais da *mentira*, do *erro* ou do puro *desconhecimento*, sendo um indício evidente do tanto que o materialismo histórico tem ainda a ganhar com uma apropriação justa da teoria psicanalítica, o que tem sido feito por analistas do discurso como Bethania Mariani, Maria Cristina Leandro Ferreira, Lauro Baldini, Maurício Beck, Fabio Tfouni, dentre outros, tarefa esta que deve contar também com imensas e inovadoras contribuições do filósofo esloveno Slavoj Žižek. Pensamos que a persistência destes lugares tradicionais de (in)compreensão remetem para o velho recalque da *representação* na cultura ocidental, que desde o platonismo trabalha para que o poeta, o sofista, o ator e o orador sejam vistos como figuras nocivas (SPIVAK, 2010 [1985], p. 35), sendo válido investigar se o próprio Michel Pêcheux não conceitua enquanto um lugar rebaixado (sem consequências para o jogo da história) aquilo que designa enquanto *teatro da intersubjetividade falante no interior das formações discursivas* (PÊCHEUX, 1997 [1975]) e *teatrinho teórico da interpelação* (idem, 1996 [1982], p. 149).

Como afirma Jacques Rancière, “a questão da ficção é, antes de tudo, uma questão da distribuição dos lugares” (RANCIÈRE, 2005, p. 17). Haverá algo mais político e mais potencialmente subversivo do que isso? O que incomodava a Platão era justamente o embaralhamento das atividades, espaços e identidades propiciada pelo teatro, diante do que

---

<sup>71</sup> E a outra função, complementar, a de reconhecimento (a identificação com os lugares pré-destinados pela divisão social do trabalho), também é negativa, sobrando apenas para as ciências (o conhecimento, em seu processo aberto e infinito) o papel positivo.

ele preferia a “forma *coreográfica* da comunidade que dança e canta sua própria unidade” (RANCIÈRE, 2005, p. 18).

O marxismo não pode “descartar as ideologias”, mas sim buscar o seu real, a compreensão de como elas fazem história e o que os homens fazem com ela. Do lado da psicanálise, “o real só é apreensível pela via do imaginário, pelas tentativas de produção de sentidos que dêem conta dessa falta (de um significante) que nos funda como sujeitos” (MARIANI, 2008). A linha divisória crucial entre a consideração da relatividade (do real) e o relativismo (de quem o investiga ou apenas comenta) só se desfaz se essa consciência dos limites da apreensão do real se transforma em escusa política e indeterminação epistemológica.

Como afirma Balibar (1995, p. 12), todo esforço de desideologização tem como “condição e consequência uma incessante ideologização do saber”. Podemos encurtar a exposição deste ponto com o apelo desafiador de Lênin: “é preciso sonhar, mas com a condição de acreditar no sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias”. (LENIN, 1986 [1902]). Evidentemente que a fantasia tal como é sonhada não se realiza, e que a “atenção à vida real” pode inclusive ser desmobilizadora do desejo, mas quando vemos a dimensão dos resultados históricos de algumas destas fantasias realizadas... Michel Pêcheux cita como grandes exemplos da força material das ideologias duas vitórias militares “impossíveis”, a dos exércitos da Revolução Francesa sobre os cálculos estratégicos dos generais prussianos e a dos vietnamitas sobre os EUA (PÊCHEUX, 1997 [1975]). Por certo estes não são sonhos em primeira pessoa, mas reinscrições e projeções do porvir inscrito no próprio tecido da história, com suas resistências e furos.

Sempre ao lado desse porvir, Marx e Engels não fizeram apologia alguma da consciência em si mesma, combatendo com rigor os hegelianos de esquerda, para quem bastaria mudar as idéias para se transformar a sociedade. Isto, porém, não implica numa compreensão dicotômica da consciência como ilusão e da ideologia como objetividade prática. Menos ainda implica numa indiferença quanto à importância da mudança de ideias e das ideias de mudança na história.

Ainda que, em geral, nos limitemos a algumas formulações iniciais de Althusser e a retificações e críticas de meados dos anos setenta – não adentrando no conjunto de suas intervenções nem no seu *materialismo aleatório* –, é possível afirmar que o althusserianismo manca (ou, faz-se um Sistema) com a ausência das *classes em luta* no interior do seu edifício conceitual. É algo que o próprio autor foi reconhecendo, mas sem uma devida reconstrução

teórica, sobretudo no que diz respeito ao materialismo histórico. E este, o materialismo histórico, não ocupa nenhum papel coadjuvante no edifício teórico por ele montado... (SILVEIRA, 1978; SAES, 1998; AMADEO, 2007). Isto se compreende em parte ao ver que o seu interesse pelo estudo das ideologias tem por referência a *reprodução* das relações de produção, a naturalização dos lugares determinados na divisão do trabalho (ALBUQUERQUE, 1985, p. 8), sendo estas tomadas de modo abstrato e funcional, sem partir de análises históricas concretas, das regiões e acidentes de percurso do tecido histórico.

A ausência das classes em luta aparece condensada na imagem (assumidamente) pascalina da interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia: “ajoelhai-vos, orai e acreditareis” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 91). Atendestes pelo nome que te chamaram? Reconhecestes a saudação que te dirigiram? Sentistes interpelado pelo que o padre e o policial te disseram? Então se sinta acolhido em/por um Aparelho, sinta-se socialmente descoberto/acobertado, evidente, identificado, “alguém na vida”, sob o olhar do Grande Irmão que te observa. O papel da consciência fica sendo o do convencimento interno, íntimo, e a identificação aparece assim infalível, funcional e resolvida.

Para ver a limitação desta imagem trazemos o modo mais amplo pelo qual Marx e Engels compreenderam este *mesmo* processo, que eles apresentaram como a subordinação dos indivíduos à divisão social do trabalho, ou seja, um processo histórico, fenômeno que está na raiz da formação das classes sociais, mas junto ao qual é pensada a própria luta de classes.

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por outro lado, a classe *autonomiza-se* em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas *condições de vida preestabelecidas* e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe; tornam-se *subsumidos* a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho. Indicamos várias vezes como essa subsunção dos indivíduos à classe transforma-se, ao mesmo tempo, em sua subsunção a todo tipo de representações etc. (MARX & ENGELS, 1993 [1846], p. 84. Grifos nossos).

Pode-se alegar que faltam mediações a esta “subsunção” dos indivíduos às classes, à autonomização das classes em face dos indivíduos, às condições de vida já estabelecidas pela divisão social do trabalho, que independe daquilo que os indivíduos concretos façam em

relação a isso (que se juntem para contestá-la ou se matem para respeitá-la<sup>72</sup>)? Teríamos aí um índice de determinismo, não vinculado a práticas circulares, mas às classes sociais?

Em uma passagem reveladora de outra obra (*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx), torna-se mais evidente que ao falar de classes sociais, os fundadores do marxismo falam, pelo menos, de duas coisas distintas.

*Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, interesses e cultura ao das outras classes, então essas famílias constituem uma classe. Mas não uma classe no sentido em que entre os pequenos camponeses só exista uma ligação local e uma similitude de interesses que não cria entre eles qualquer comunidade, qualquer ligação nacional, qualquer organização política. É por isso que são incapazes de defender os seus interesses de classe em seu próprio nome, quer por intermédio dum Parlamento, quer por meio de uma Assembleia. Não conseguem representar-se a si mesmos, têm de ser representados. (MARX, [1852] 1975, p. 138-139. Grifos nossos)*

As condições de vida ou condições econômicas seguem sendo referidas como fatores fundamentais – materialistas – na compreensão das classes. São tais condições que conformam, inclusive, distintos (e opostos) modos de vida, culturas e interesses de classe. Repetimos então a pergunta anterior, reformulando-a: teríamos aí um índice de determinismo vinculado à compreensão das classes sociais em suas possibilidades de ação histórica?

Faremos um percurso indireto para responder a esta questão, retomando e avançando sobre o que acima foi comentado em relação ao problema da *representação* na cultura ocidental, e as consequências políticas disto.

Ao atualizarem aquele velho recalque da representação, como se assim pudessem conjurar os seus poderes, alguns filósofos como Jean Baudrillard festejam uma espécie de “libertação da tirania do [discurso metafísico do] verdadeiro”, pela qual estaríamos nos *libertando das aparências*. Acabam se prestando ao azeiteamento de uma ordem totalitária, com um regime de visibilidade através do qual cada coisa tenderia a ocupar o seu devido lugar, sem margens para divisões, litígios e novos aparecimentos (RANCIÈRE, 1996, p. 106-109). O debate que alguns críticos antes faziam no terreno das promessas de emancipação e suas desilusões com a história deslocou-se para uma denúncia da “crise da arte ou sua captação fatal pelo discurso”, e de que a ideia de autoemancipação da humanidade conduzia inevitavelmente a campos de concentração, caso de um Jean-François Lyotard, a fazer da estética um espaço (neokantiano) de pensamento do luto e do “irrepresentável que

<sup>72</sup> Que independe, inclusive, de ocuparem ou não seu posto na produção, como bem expressado na letra de *Sombra Líquida*, de Marcelo Yuka (grupo F.Ur.t.o): “porque lá em casa, mesmo quando não tinha trabalho, só tinha trabalhador”.

desconcerta todo o pensamento” (RANCIÈRE, 2005, p. 11-12; p. 42-43). Outros filósofos, como Gilles Deleuze, anunciam com entusiasmo que não haveria mais representação, somente ação<sup>73</sup>, frente ao que a pesquisadora indiana Gayatri Chakravorty Spivak acusa o francês de agrupar dois sentidos distintos de *representação*: “falar por”, como ocorre na política, como se dá numa procuração, e que em alemão refere-se ao termo *vertreten*; e “re-presentar”, como aparece na arte ou na filosofia, como num registro estatístico ou fotográfico, e que em alemão aponta para o termo *darstellen* (SPIVAK, 2010 [1985], p. 31-33). Tal diferença é substancial para desfazermos qualquer rebaixamento quanto à noção de representação e todos os seus termos e conceitos correlatos, inclusive o de discurso, que no senso comum aponta para a região do vazio, da falsidade, da formalidade, etc. Ao mesmo tempo, essa diferença remete-nos diretamente à compreensão das classes sociais, os sujeitos por excelência numa investigação marxista da história, livre de qualquer determinismo.

É justamente nas pegadas d’*O 18 Brumário* que Gayatri Spivak (2010 [1985], p. 31-43) – estando aí muito próxima da teorização de Jacques Rancière acerca da subjetivação, como veremos adiante – propõe pensarmos a descontinuidade fundamental entre os aspectos descritivos dos sujeitos/classes sociais e seus aspectos propriamente políticos, de subjetivação, agenciamento de interesses e transformação. A distância entre a representação como *darstellen* (ao lado dos interesses de classe determinados pelas condições objetivas de vida) e a representação como *vertreten* (ao lado da prática política, do desejo e do desvio) aponta para uma diferença substancial que também toca a relação e a descontinuidade irreduzível entre os campos de referência das expressões do inglês *consciousness* e *conscience* – estar ciente, ter acordado, a capacidade de perceber, de um lado; e por outro, ter senso moral, ter o senso de certo ou errado. Por mais que um dos termos venha a se apoiar no outro, como a objetividade e a subjetividade, a assinatura como representação e a representação do abaixo-assinado, é fundamental não diluir essa diferença. Segundo Spivak,

Marx não está trabalhando [em sua obra] para criar um sujeito indivisível, no qual o desejo e o interesse coincidem. A consciência de classe não opera com esse objetivo. Tanto na área econômica (capitalista) quanto na política (histórico-mundial), Marx é compelido a construir modelos de um sujeito dividido e deslocado cujas partes não são contínuas nem coerentes entre si. (SPIVAK, 2010 [1985], p. 34).

---

<sup>73</sup> De modo análogo e complementar aos discursos filosóficos de que tudo é ação prática-empírica, ou tudo é contingência e força etc., temos o movimento historiográfico do *linguistic turn*, com destaque para as apropriações discursivistas feitas da obra de Hayden White. Seja pelo lado que afirma que nada é representação, seja pelo lado que afirma que tudo é representação, termina-se por amalgamar e confundir fatos sociais e linguagem. Ver o comentário crítico de Jacques Guilhaumou em *Linguística e História*. São Carlos: Pedro e João, 2009, p. 32-33.



Outra forma de nomear esta diferença é distinguir *posição de classe* e *consciência de classe*, estando este segundo termo ao lado do que Edward P. Thompson dedicou-se a pesquisar enquanto o *fazer-se* da classe operária inglesa, e muito distante daquilo que Michel Pêcheux (1997 [1975], p. 172) criticava enquanto o “poder sintético unificador” da tomada de consciência, mera reduplicação de uma identificação. Marx, quando explora os elementos objetivos/diferenciais que conformam as classes em seus aspectos descritivos – e que não são apenas econômicos, como vimos acima – detém-se naquilo que designa enquanto uma classe-em-si: “a dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, esta massa já é uma classe no que diz respeito ao capital, mas ainda não é uma classe para si” (MARX, 1981 [1947], p. 141).

Desse modo, nossa resposta à pergunta do determinismo é *não*. A representação enquanto *darstellen*, enquanto classe-em-si, é apenas a primeira parte do “problema” (do processo de conhecimento, diríamos com Althusser): a sujeição *ao capital*, às condições produzidas pela expropriação/proletarização operada pela acumulação de capital (MARX, 1982 [1867]). Para avançarmos em direção à segunda parte do “problema”, à representação enquanto *vertreten*, ao agenciamento revolucionário de uma posição à qual importa suplantar, deve-se considerar que a classe não se torna “para si” por “revelação”, nem simplesmente *pela conscientização* de suas condições de vida (afinal sempre se poderá ser masoquista ou frustrado). O processo da consciência de classe, da classe para si, define-se não simplesmente por *saber* as condições objetivas, mas pelo insurgir-se contra tais condições, por afrontar a lógica policial que naturaliza seu lugar social, subjetivando-se contra o seu próprio ser de classe (contra o capital, a sua causa *presente*) e pela abolição de todas as classes, ou seja, da sociedade de classes – de modo perfeitamente análogo ao que foi a abolição da sociedade estamental pela revolução burguesa: a eliminação/superação da contradição fundante da ordem feudal.

Diante disso que (em alguns casos) pode ser pensado como embaraço dos partidos comunistas em relação ao processo autoformação da classe trabalhadora, Michel Pêcheux carrega nas tintas nomeando-o “metafísica marxista ortodoxa do realismo de classe” (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 116). Preferimos nomear simplesmente de determinismo, ou ainda de politicismo, objeto de crítica do jovem Marx. Mas o enquadramento que Pêcheux faz dessa questão é bastante revelador: a MMORC (não escreveremos novamente o palavão por ele criado)...

[...] subordina uma identidade estável (com fronteiras definidas) às ideologias e principalmente às ideologias políticas. Mas essa metafísica, que nunca arrisca nada, sempre significou um perigo para os movimentos populares e de trabalhadores: o papel nunca explicado do “populismo” foi tratado no âmbito dessa metafísica. [...] o mesmo marxismo ortodoxo se mostra incapaz hoje em dia de pensar, em seu próprio espaço do “socialismo existente”, os efeitos de uma luta de classes, cujos atores lhe ficam invisíveis. Enquanto isso, se reproduzem as condições de um sistema de exploração original sem “capitalistas”, principalmente por meio da divisão técnico-social-política do trabalho, garantida por um populismo de Estado [stalinismo], com efeitos retroativos imprevisíveis. (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 116)

Considerando a classe trabalhadora um objeto – e um objeto de identidade estável – seus autoproclamados representantes nas lutas ideológicas e políticas – de fronteiras supostamente definidas *ad eternum* desde o Livro (e uma bibliografia celibatária) – puderam na maior parte de sua atuação deixar de trabalhar “no interior” da classe, de modo orgânico, sendo o recrutamento partidário pouco mais do que uma renovação de quadros<sup>74</sup>, e se acomodaram numa representação “objetiva”, pela qual falam (de fora/acima) para a classe, o que, nos termos empregados por Mónica Zoppi-Fontana (1997, p. 128), representa “uma dominância dos processos metafóricos sobre os processos metonímicos da enunciação política”. As palavras dos partidos comunistas nem coincidem nem traduzem as palavras do proletariado, elas as substituem. Tem-se assim um efeito oposto-complementar àquele produzido pelos intelectuais que, recusando a representação (e o comprometimento político), defendem que a classe fala por si, que ela é idêntica a si mesma – é uma das críticas de Gayatri Spivak (2010 [1985]) a Foucault e Deleuze. Referindo-se aos dois polos, e avançando sobre o campo da MMORC (que ela chama, também de modo pouco econômico, de *marxismo intelectual “internacionalista” ortodoxo*) a pesquisadora indiana escreve:

No cenário francês, há uma mistura de significantes: “o inconsciente” ou o “sujeito em opressão” ocupa clandestinamente o espaço da “forma pura da consciência”. No marxismo intelectual “internacionalista” ortodoxo, quer seja no Primeiro ou no Terceiro Mundo, a forma pura da consciência continua sendo um fundamento idealista que, descartado como um problema de menor importância, frequentemente ganha a reputação de ser racista e sexista. (SPIVAK, [1985] 2010, p. 62-63)

Vale aqui retomar e reformular uma passagem nossa da Introdução: esse lugar de atuação sobre as superestruturas deve ser sempre – e infinitamente – construído. Ele é sempre instauração, é sempre um lugar-outro, demandando deslocamentos por parte do agente político. Não é onde se mora ou onde se fecha/protege, ficando-se “finalmente livre do

<sup>74</sup> Tudo isso podendo e devendo ser pensado também para o campo socialista, onde “a ordem social, pretensamente desembaraçada dos efeitos da luta de classes, converte-se em uma ordem natural, na qual não há lugar para contradições: quando muito ‘dificuldades de organização’” (Michel Pêcheux, *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, 1990 [1982], p. 14).

assédio das ideologias antagônicas”, ressaltando, com Derrida (2001 [1967], p. 19), que “não nos instalamos jamais em uma transgressão, nós não habitamos jamais outro lugar”. Há contingências e demandas próprias pertinentes àquilo que se busca compreender e transformar, seja uma interpretação que se faz evidente e exclusiva, seja uma prática social que se apresente circular e incontornável. Prevalece assim, numa compreensão materialista e histórica, o primado do deslocamento, do desentendimento e da desidentificação no processo de consciência de classe, *para além* das posições de classe na estrutura de uma formação social.

O proletariado enquanto “classe-para-si” é compreendido por Marx e Engels como um processo histórico, uma tendência concreta (mas não inexorável) de dissolução de todas as classes, de decomposição da sociedade burguesa, de modo que, estendendo essa consideração para o conjunto dos sujeitos históricos, torna-se *completamente impensável* qualquer divisão que se queira estabelecer entre agentes e processos, vanguarda e classe, ou qualquer consciência que se queira conceber *antes* da prática real, apenas como interesses objetivos ou materiais a serem conhecidos e representados “de fora”. A consciência que mais diretamente interessa ao marxismo são formas sociais determinadas e inscritas “no processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008 [1959]), ou seja, todo o complexo superestrutural e(m) suas lutas, seus furos e limites.

Há de se considerar a distância significativa entre a teorização inicial de Marx sobre o proletariado e os seus estudos históricos em que analisa as classes em luta. Na reflexão do jovem Marx, o proletariado aparece como o herói revolucionário, uma classe sem interesses próprios, sem conteúdo, abstrata, de modo a poder empenhar-se por todos (SAMPAIO & FREDERICO, 2006, p. 105-106). No entanto, em sua maturidade teórica, podem ser destacadas de suas obras quatro determinações (não redutíveis umas às outras) atuantes na conformação das classes, em geral, e do proletariado, em particular: sua posição diante da propriedade ou não propriedade dos meios de produção; sua posição no interior de certas relações sociais de produção; a consciência que se associa ou dissocia de uma posição de classe; a ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social (IASI, 2007, p. 107). Propomos formalizar estas quatro determinações da seguinte forma: uma estrutura objetiva (referente à propriedade dos meios de produção); uma dinâmica objetiva (referente à produção e apropriação); uma dinâmica subjetiva (referente à consciência de classe, aos agenciamentos entre interesses e desejos); e uma estrutura subjetiva (referente ao estado das lutas de classe).

Michel Pêcheux (2011 [1982]) tem uma contribuição notável que nos auxilia a apreender as classes e as ideologias enquanto fatores históricos e contingentes, e não enquanto elementos funcional e estruturalmente tomados de antemão. Partindo do que Gramsci chamou de “guerra de movimento”, Pêcheux propõe pensarmos em termos de *luta de deslocamento ideológica* para descrever uma série de choques pertinentes à reprodução/transformação das relações de classes (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 114-115). Tais choques questionam a definição e as fronteiras do “discurso político”, lidando com objetos paradoxais – sob o nome de Povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, paz, liberdade, natureza,... – em relações móveis de força que podem levar a mudanças confusas e oposições/alianças instáveis (ibidem, p. 115-116) e, acrescentamos aqui, podem levar a oposições/alianças cruzadas, aproveitando o exemplo levantado por Spivak quanto ao racismo e ao sexismo no interior do “marxismo ortodoxo”.

Jacques Rancière (1996), que buscamos fazer nos acompanhar ao longo da tese, desenvolve o aspecto propriamente político deste processo da “classe-para-si”, compreende-o como a desnaturalização do lugar ocupado, o desentendimento produzido pela comunidade dos trabalhadores em relação à sua função social, o que abre espaço para a sua subjetivação enquanto coletivo de seres desejantes da definição de seu produto social e de suas condições de produção, e, mais importante, para a dissolução das classes. O conceito rancieriano de *modo de subjetivação* está mesmo no centro de nosso empenho em promover um encontro significativo e produtivo entre as perspectivas dos estudos discursivos e as dos estudos históricos: “produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação caminha a par com uma reconfiguração do campo de experiência” (RANCIÈRE, 1996, p. 47). Quando discutirmos os *palanques de enunciação* voltaremos a essa conceituação.

Resta-nos, entretanto, observar a parte final de um dos recortes que fizemos acima, que aponta diretamente para as ideologias – “essa subsunção dos indivíduos à classe transforma-se, ao mesmo tempo, em sua subsunção a todo tipo de representações” (MARX & ENGELS, 1993 [1846], p. 84). Apresenta-se assim a mesma lógica da clássica afirmação de que as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante dessa época (cf. *O Manifesto Comunista*, MARX & ENGELS, 1998 [1848]). A nosso ver é aí propriamente que está (a) o cerne e (b) o limite da contribuição de Althusser: a) problematizando as formas pelas quais as ideias dominantes podem se afirmar e implicar em práticas sociais, afastando qualquer redutibilidade da superestrutura à estrutura e apontando para a peste do assujeitamento e para as injunções à ideologia dominante nas fortalezas da sociedade civil

(em seus exercícios de liberdade cívica), duramente renomeadas de *aparelhos ideológicos de Estado*; b) mantendo teoricamente obscuro o lugar das transformações, a passagem dos interesses de classe à consciência (e ao desejo) de classe e sua relação com os partidos e intelectuais orgânicos.

Vejam como Paul Henry<sup>75</sup>, na trilha de Althusser, formula o problema da subordinação dos dominados às ideias dominantes:

O que precisa ser compreendido é como os agentes deste sistema reconhecem eles próprios seu lugar sem terem recebido formalmente uma ordem, ou mesmo sem “saber” que têm um lugar definido no sistema de produção. [...] O processo pelo qual os agentes são colocados em seu lugar é apagado; não vemos senão as aparências externas e as conseqüências (HENRY, 1990 [1975], p. 26).

Pensamos que nessa forma de colocar o problema, já está posto o indício de uma solução que permaneceu bloqueada na teorização de Althusser. Há então, propriamente, um *processo*, uma história que nos leva a ocupar os lugares que ocupamos, mas esta é apagada. Isso que ao mesmo tempo apaga as causas, fornece aparências e se desdobra em conseqüências é justamente, na teoria althusseriana, a ideologia. Pode ser válido separar estas três “funções”, considerando que Althusser avançou mais na terceira, de cunho “sociológico” (os efeitos práticos, o assujeitamento, dentro de certa circularidade da reprodução social<sup>76</sup>), aludiu à segunda, referente à função imaginária (as aparências, a fantasia, o que se reconhece), e falhou na primeira, de natureza histórica (as causalidades, a luta de classes, o “desconhecido”).

Quanto à função imaginária da ideologia, já indicamos que Althusser não explorou suficientemente as contribuições da psicanálise, de modo a deixar passar o fato de que essa demanda por relações sociais devidamente assentidas/solicitadas pelo Sujeito (analogia à dependência em relação às ordens do Outro, e talvez também ao fato psicanalítico da transferência) *falha*. Neste ponto, temos, além da contundente retificação autocrítica de Pêcheux (1997 [1978]), alguns desenvolvimentos operados por Slavoj Žižek (1996), em que ambos voltam à Lacan, e o filósofo esloveno, em particular, à inspiração hegeliana do conceito de Outro enquanto *mediação* (também discutida por LEITE & CESAROTTO, 1985). Em síntese, Althusser pensou o sujeito como um Eu/Ego unificado, um sujeito pleno, não

<sup>75</sup> A nosso ver um dos mais importantes teóricos da AD, tendo sido responsável pela elaboração, por exemplo, do conceito de *pré-construído*.

<sup>76</sup> Sendo que Michel Pêcheux (1997 [1978]) avançou muito mais, considerando que o que está em jogo no funcionamento ideológico e seus efeitos não é apenas a reprodução das relações de produção, mas também a transformação destas.

cindido ou atravessado pelo desejo na história, e até retirando a consciência do próprio aparelho psíquico e sua conflitividade.

Quanto à historicidade das ideologias, Eagleton (1997 [1991]) nos mostra que Althusser as pensa de modo análogo ao papel do Mito no sistema hegeliano, a desfazer as complexidades e opacidades do social. Vista como fato não-contraditório, “elemento universal da existência histórica”, fator de coesão das sociedades (divididas ou não em classes), a ideologia é, para Althusser, justamente aquilo que no cotidiano desfaz imaginariamente as contradições reais<sup>77</sup>. Assim, não apenas se apoia numa releitura da ideologia enquanto categoria que apaga (ou recalca?) as contradições, como, em seu empreendimento teórico, joga as contradições para um lugar não significativo (ALTHUSSER, 1978 [1972]).

Além do próprio, um dos (muitos) autores que nos ajuda a entender por que motivos Althusser falhou na compreensão das ideologias enquanto formas de luta (e formas de consciência) é Alain Badiou (1994, p. 90-91). Segundo o discípulo (verdadeiro, pois *soube* criticar o mestre, como Pêcheux), Althusser tinha um conceito demasiadamente genérico e indeterminado da prática política, e ainda por cima o identificava à luta de classes<sup>78</sup>, pura e simplesmente.

A luta de classes é uma categoria da História e do Estado, e apenas sob condições inteiramente singulares é que ela constitui uma matéria da política. Manejada como suporte da sutura entre filosofia e política, a luta de classes se torna uma simples categoria da filosofia, um dos nomes que preenchem o vazio categorial onde ela age. (ibidem).

A crítica de Badiou inscreve-se mais diretamente sobre o salto realizado por Althusser na conferência *Lênin e a Filosofia*, de 1968, quando (supostamente) deixa de considerar a filosofia no plano da ciência e passa a considerá-la como *luta de classes na teoria*, ou ainda, intervenção política “sob a forma teórica”. Badiou tece então uma consideração para nós extremamente pertinente: a distinção entre “forma teórica” e “forma prática” seria de qualquer

<sup>77</sup> O próprio Althusser em 1972 assim resume seu desvio teoricista: “redução + interpretação: dessa cena racionalista-especulativa, a luta de classes estava praticamente ausente” (Louis Althusser, 1978, p. 80).

<sup>78</sup> Concordamos que não há identidade automática, a luta de classes é de algum modo mais social e cotidiana que a prática política. A luta de classes não é resultado da consciência e do desentendimento dos homens, e sim do próprio processo histórico e empírico de integração da humanidade pelas formas como têm se dado o desenvolvimento da capacidade de produzir (e não teleologicamente). Se, no entanto, a prática política pode ser concebida como um atentado à organização e formas de contato dos corpos (inclusive à organização que se estabelece para trabalhar e extrair a vida do trabalho), é impossível deixar de ver as muitas vias de encontro possível entre os dois conceitos. Para Rancière (1996, p. 32-33), no entanto, eles seriam indistinguíveis.

modo insustentável; “a política de emancipação é, ela mesma, de um lado a outro, um lugar de pensamento”.

Dizemos nós, trazendo um ponto que atravessa a discussão histórica presente nos capítulos seguintes: a prática política não é escrava da reprodução social, ela é sempre confronto. Tanto para respeitá-la, perseguindo o seu impossível-intolerável, visando abatê-lo onde ele se esconde ou escondê-lo onde não possa ser visto e ouvido; quanto para superá-lo, podendo aí inclusive identificar-se à luta de classes – que se é sempre uma luta política, uma desidentificação (no sentido de PÊCHEUX, 1997 [1975]), tende sempre a extrapolá-la, se inscrevendo cotidianamente nas frestas do social, na resistência dos corpos, na acidez das línguas, na insistência de gestos contra-hegemônicos. Por sua natureza, a luta de classes toca sempre (se desenvolve) no *Estado Amplo*, *Estado A*. Tais gestos não são, obviamente, a Razão da História se realizando, mas são sim conflitos de razões – e não apenas de interesses cegos, objetivos, inconscientes, inscritos nos lugares que ocupamos.

Tal como Pêcheux (1997 [1983]) criticou um determinado biologismo presente na proposta teórica de Foucault, o assédio da *ideologia da Vida* sobre sua obra (que nos acena com uma impossível revolução dos bichos), cabe assim também apontar o assédio de algo pertinente à *ideologia do Direito* no edifício teórico de Althusser, uma espécie de estrutura orwelliana, como apresentada na obra *1984*. O filósofo franco-argelino não potencializou no seu edifício teórico – nunca implodido em seu centro, mesmo na época do materialismo do encontro – o fato de que, frente às regulações sociais como o estabelecimento de uma novlíngua, os homens seguirão produzindo língua e extrapolando os códigos impostos. Tendo constituído um instrumental teórico pouco afeito aos desejos e à luta de classes, que insistentemente se expressam na realidade empírica e cotidiana (de modo a ser atropelado pela correnteza dos acontecimentos de 1968), Althusser constituiu-se concretamente em um “mau sujeito”, um pensador (crítico) da Ordem<sup>79</sup>, sobretudo da Ordem interna dos partidos comunistas e das ortodoxias obstrutoras do prosseguimento de um trabalho sempre inacabado no campo do marxismo.

O campo teórico-analítico da AD encontra-se, dessa forma, como um magnífico prosseguimento do programa althusseriano que o extrapola o tempo todo no que diz respeito aos *bons sujeitos*. Mas juntamente à consideração destes fatos, que encontramos na maior parte dos trabalhos realizados em AD, podemos ainda reconsiderar o papel dos processos enunciativos na discursividade e a sua relação com a prática política e com a práxis.

---

<sup>79</sup> Pêcheux explicitamente rejeita esta acusação, acusando os que a fazem de não considerarem a existência de “todas as retificações de Althusser” e serem tocados por ressentimento (1997 [1983]).

### 2.1.3 A AD e os sujeitos falantes na história – por uma práxis discursiva

Não chegamos ao processo social e linguageiro (tendencialmente apagado na prática discursiva) apenas cotejando a sua base simbólica com o seu resultado semântico, seu texto manifesto com o seu “conteúdo latente”, aquilo que se diz com aquilo que (não se dizendo) faz sentido. O caráter de leitura sintomal do observatório montado pela AD é análogo à investigação de Marx frente aos hieróglifos das mercadorias e a de Freud frente aos enigmas dos sonhos (tal como desenvolve Slavoj ŽIŽEK, 1996). Não se trata de desvendar-lhes seus respectivos conteúdos, o trabalho e os desejos, como na AD não se trata apenas de detectar os gestos de interpretação sob um tecido de evidências e seus pontos de deriva.

Neste sentido, parece faltar aos procedimentos de análise um terceiro elemento entre a investigação do sistema significante material (que desliza) e dos posicionamentos ou identificações imaginárias e ideológicas (que capturam). Entendemos que entre o sistema/base significante e os efeitos de significação estão os sujeitos em suas práticas linguageiras, em sua práxis, cuja consideração traz para a análise *o acontecimento e o trabalho social de enunciação*, que tendeu a ser tomado em abordagem heterogênea e secundária (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989, p. 62-63; GADET, LÉON, MALDIDIER & PLON, 1997, p. 54). A partir de 1977, porém, “a enunciação reaparecia sob a categoria da contradição que seria designada, de forma mais descritiva, de heterogeneidade e, sob outra categoria, a do acontecimento” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989, p. 64).

Buscamos neste trabalho um caminho de exploração teórica e analítica da deslocalização tendencial do sujeito na enunciação – que propomos chamar de *esquivocidade*. O sujeito histórico, enquanto sujeito enunciador, falante, tem de lidar com as relações de força que mobilizam e engendram a cena enunciativa. Frente a esta e em meio a esta, ele se desloca, se esquiva, trabalhando para que seus dizeres sejam “seus” e não somente mera reprodução dos já-ditos. Por isso, quando afirmamos que aos estudos discursivos importa investigar os processos materiais pelos quais se faz sentido, sublinhamos que *fazer sentido* toca tanto à interpretação quanto à enunciação, tanto ao “como dizer algo a partir disso que aí está dito” quanto ao “como dizer a partir de algo que não está dito”.

Para não correremos o risco de inflar subjetividades “sem exterior”, sem determinação (sem história e conflito), abordando práticas políticas que não incidem, se conformam ou se



chocam sobre ordens policiais, é que conjugamos a esta proposta a nossa preocupação quanto ao papel que os estudos históricos podem cumprir nas análises. É por este motivo que propomos procedimentos analíticos que demandem dos saberes do historiador (ao lado dos saberes sobre a materialidade simbólica), fazendo com que a presença da história no funcionamento discursivo não seja apenas pressuposta e com que “os outros sentidos possíveis” de um dizer sejam considerados enquanto real recuperável mediante pesquisa histórica.

Se com Foucault a história sempre corre o risco de se perder entre os dedos (pelas desconfianças em relação ao nível teórico, que sobredeterminaria seus objetos) e com Althusser a história não se apresenta à vista se não como já-determinada (pelas desconfianças em relação ao nível empírico, que traficaria ideologias), o mesmo não deveria ser constatado na prática da AD, pela unidade teórico-empírica que desenvolve e persegue<sup>80</sup> e seu consequente caráter dinâmico (INDURSKY, 2008). Na AD a história é constitutiva da compreensão dos processos semânticos, de modo que os funcionamentos linguísticos e languageiros não aparecem nas análises encerrados em si mesmos. No entanto, sobre esse caráter dinâmico incide também certa instabilidade própria de uma condição disciplinar “dividida entre uma função crítica e uma função instrumental” (COURTINE, 2006 [1986], p. 34). Se não cabe aos estudos históricos instrumentalizar a AD (nem o oposto), isso se deve em parte à necessidade de se teorizar nesse lugar em que os dizeres empíricos fazem discursos.

Entendemos que é exatamente sobre *esse lugar* em que os dizeres fazem discursos, lugar de duplo “enfrentamento” (em meio a relações de força e de sentido), que incide o que propomos chamar de práxis discursiva – e que se apresenta na perspectiva de um passo adiante a ser dado, ainda que modesto, nessa unidade teórico-prática da AD.

Dentre diferentes formas de conceber a práxis, há uma que poderá servir ao desenvolvimento de uma noção propriamente *discursiva* de práxis: anseio de sentido mal discernido que funciona como impulso à ação (SAMPAIO & FREDERICO, 2006, p. 59). Esse anseio tem relação com o batimento entre os já-ditos e o a-dizer (ORLANDI, 2007), com a incompletude constitutiva de todo dizer historicamente tomado, significante de experiências recortadas, em uma pulsação incessante que vai e volta entre o sem-sentido e o já-sentido, com o assédio constante do *non sens* (barulho, buraco, ruído, borrão) e de um já-sentido

---

<sup>80</sup> Há uma recusa na AD em “resolver-se teoricamente” (por cima) aquilo que precisa ser testado e desenvolvido e que depende tão intrinsecamente do desenvolvimento de campos teórico-analíticos que não são “seus”. Essa recusa nós encontramos nos analistas franceses, que passaram a rejeitar inclusive a existência ou pertinência de uma “teoria do discurso”, fato que não tem ressonância no Brasil – provavelmente pela forma não sistemática ou instrumental com que a teoria pecheutiana é aqui encarada. Nesse sentido, Eni Orlandi (2001) falará de uma “disciplina de entremeio”.

indesejado (o do outro). Por aí podemos compreender melhor o fato de que não falamos *palavras*, nem *falamos* seus conteúdos. Nós *falamos com palavras* (ibidem, p. 15). Em geral não temos esse desprendimento dos poetas e dos formalistas de entrar nas palavras para falar delas e nelas ficar, e nunca nos foi dada uma elevação divina para nos comunicarmos como os anjos, por telepatia, de modo a podermos passar por isso sem nos comprometermos com as palavras dos outros e os constrangimentos do Outro. O dizer nos serve – na ambivalência desse e de todo dizer. Ou seja: ele *nos* serve de bandeja e na bandeja.

Trabalhar essa perspectiva de práxis implica em problematizar a noção de *funcionamento*, tributária do estruturalismo saussuriano e muito trabalhada em AD, e que carrega consigo um elemento estranho à tradição teórica aberta por Marx e Engels, sobretudo se abusivamente estendida na forma de “funcionamentos sociais”. A noção de funcionamento representa um salto de grandes proporções nos estudos da linguagem, ocupando o lugar daquilo que antes da linguística apontava para a *função* da linguagem (enquanto expressão e exteriorização do pensamento). Com Saussure o foco se desloca para os funcionamentos significantes, para aquilo que a língua faz e que a faz, a sua ordem significante. As consequências negativas são apontadas por todos os linguistas que depois retornaram ao corte *língua-fala*<sup>81</sup> para problematizá-lo em favor de uma maior complexidade na relação entre sistema e liberdade e da compreensão do lugar dos homens e da história em seu interior.

É possível que a centralidade da noção de *funcionamento* no pensamento linguístico da AD explique-se pelo modo como se deu a filiação teórica ao materialismo histórico e pela manutenção da linguística no papel de ciência piloto. Tal como – no marxismo – as ideias têm sua autonomia contestada frente à práxis social, também os processos de significação foram tomados enquanto dependentes de uma base material e não transparente: a língua. No entanto, se o caráter objetivo da língua para Saussure é assegurado pela arbitrariedade do sistema (ou externalidade em relação aos referentes do mundo), para Marx toda objetividade deve ser apreendida enquanto atividade humana sensível, enquanto práxis social, objetivação – conforme a 1ª tese sobre Feuerbach, onde Marx também critica o materialismo vulgar, que não considera a atividade humana enquanto atividade objetiva (MARX, 1993 [1846], p. 11), sendo esta a base para que depois se buscasse pensar as sistematicidades da fala, das práticas languageiras. Nessa direção, para Pêcheux & Fuchs (1997 [1975], p. 227) há de se trabalhar com “a tese materialista segundo a qual os ‘objetos’ não são invariantes primeiros, mas pontos de estabilização de processos”.

---

<sup>81</sup> Que enquanto dicotomia, para Courtine (*Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCar, 2009 [1981]), obstaculizaria própria a constituição da AD.

Temos aí a impossibilidade de se tomar, em perspectiva marxista, a fala (e o discurso) como índice da liberdade humana *em oposição* ao caráter sistêmico da língua. Nada do humano ou do histórico pode ser tomado como uma abstração ideal sobre a liberdade (sem limites e mediações) ou a sistematicidade (sem falhas e materialidade), sob o risco de ignorarmos as contingências e contradições concretas e cedermos a fraseologias ideológicas grosseiras. Se falamos (e como!), não é *apesar* das regras da língua. Pelo contrário, é nelas que falamos, é por sermos capazes de (nos) jogarmos nelas e com elas. “A sintaxe é a base da criatividade histórica” (GADET, 2011 [1991], p. 102). O mesmo vale para o poder: não vivemos *apesar* dos poderes, vivemos (e lutamos) por eles<sup>82</sup>.

Como a práxis não deve ser pensada à margem do político e da luta de classes (afinal, não se pode fazer tudo, e certas coisas são impossíveis de não serem feitas em uma determinada sociedade), também a língua não deve ser pensada livre da *alíngua* (Milner *apud* PÊCHEUX & GADET, (2004 [1981], p. 52), apenas enquanto estrutura de funcionamentos ou sistema de diferenças, sob o risco de se cair em formalismo ou em funcionalismo – de modo a “entregar o ouro ao bandido”, não contestando a brecha que se deixa para que a região da semântica possa ficar sob o domínio dos estudos empiristas ou de uma “semântica geral”. Não se pode jamais dizer tudo, como é impossível não dizer de determinada maneira, e isso que falta e que excede é mesmo a razão de haver língua, é o que a move e constitui enquanto sistema, e está fora dela, é não-língua. Sendo *estrutura* de base (dos processos discursivos), eixo que lhe confere uma sistematicidade aberta, que comporta falhas, é também uma *dinâmica*, uma forma de movência e significação em meio a – e para – totalidades contraditórias (complexas) em permanente processo de reprodução e transformação. Por isso dizemos que a língua não preexiste ao discurso, tal como os meios de produzir de uma sociedade não preexistem aos produtos, sendo também eles produzidos e constantemente transformados.

Deve ficar claro que por práxis não tomamos a consciência que os sujeitos possam ter de suas ações, visto que a práxis é sempre “anterior à razão refletida e ao reconhecimento de quem a executa” (SAMPAIO & FREDERICO, 2006, p. 59), na medida em que o ser antecede e extrapola toda consciência possível. Como diz João Bernardo,

Marx procedeu a uma transformação profunda na concepção de “ação”, de conseqüências ideológicas sem precedentes. A ação deixou de ser pensada como um processo intelectual e, pelo menos no seu momento inicial, interior ao eu e, de

---

<sup>82</sup> Seria característico do idealismo em suas variações esconder as suas armas ou fingir que não as têm ou não as usa?

qualquer modo, inteiramente redutível ao modelo do eu. Marx passou a conceber a ação como práxis, ou seja, como uma prática simultaneamente material e social. [...] a redução da ação a processos mentais baseia-se na escamoteação da ação enquanto processo prático de produção material. (BERNARDO, 2009 [1991], p. 73)

Diferente da ideologia tal como concebida por Althusser, a práxis não é ou pelo menos não se encerra em uma voz-ordem-mandamento que nos interpela enquanto sujeitos, fazendo com que *assim* venhamos a ocupar um (outro) lugar previamente estabelecido. Se ela é uma espécie de (em) razão da vida que precede e extrapola a racionalização, e que nos ajuda a pensar a ação humana em sua base material e social, então nos parece válido voltar ao próprio conceito de ideologia. Devemos reter o gesto althusseriano de retirar ou expandir as ideologias tanto do *mundo das ideias/visão de mundo* quanto das *formas (distorcidas) de expressão* da base econômica – afinal, não as encontramos nem tanto ao céu nem tanto à terra –, percebendo porém que por meio das ideologias incidem sobre as nossas práticas tanto as pressões reprodutivas quanto as de transformação, tanto o apagamento imaginário das condições reais de existência quanto o desejo de eliminação destas condições, de dissolução deste lugar previamente ocupado e administrado. As ideologias atuariam assim tanto pelo *fazer ver* da ordem (que não se encerra em reproduzir o desconhecimento das causas) quanto pelo *fazer ver* de uma nova “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 1996) inscrita nas fraturas e fragmentações dessa ordem. As ideologias, nessa perspectiva, representariam as pressões da história sobre a práxis, a forma como somos arremessados e nos arremessamos em nosso tempo – nunca apenas para perpetuá-lo.

Haverá assim de se lidar antes com algumas questões da teoria do discurso, sobretudo numa tentativa de pensar o papel dos estudos históricos e seu levantamento das relações sociais no conjunto dos procedimentos de análise – mais especificamente, na consideração das condições de produção dos discursos para além da montagem do *corpus*. Entendemos que as relações sociais (as assimetrias, as relações de força) presidem a tomada da palavra, a enunciação dos sujeitos na história, em especial quando se trata, como nos casos em que analisamos adiante, de interditar temas e sujeitos de algum modo indesejados. Buscamos procedimentos que nos permitissem ir além do mapeamento de efeitos de sentido e dos efeitos-sujeito, atentando para os modos de subjetivação no interior das conjunturas, como mais adiante será exposto.

A influência do filósofo marxista Louis Althusser na constituição da teoria pecheutiana do discurso é insofismável. Foi o mestre de Michel Pêcheux que promoveu uma forma de pensar a ideologia enquanto prática ritual produtora de evidências subjetivas e

semânticas, como também foi Althusser que despertou um interesse inaudito pelas teses lacanianas no interior do marxismo. Isso após anos e anos em que o freudismo aparecia aqui e ali como simples perversão burguesa ou ideologia reacionária e mistificadora. Hoje, podemos mais tranquilamente (e com alguma malícia) carimbar: que belo recalque!

O ajuste que quisemos fazer acima com a influência do althusserianismo na AD (e do foucaultianismo, que comparece mais como assédio, nas bordas, pelas mãos mais bandeirantes) é condição fundamental para este empreendimento. Não chega a ser exagero, inclusive, dizer que a proposição de uma disciplina para analisar discursos já estivesse esboçada na própria forma de pensar do coletivo althusseriano. É o que somos levados a reconhecer quando vemos Alain Badiou, em texto de 1969 no qual inicia criticando as declarações dos partidos comunistas “ocidentais” naquela conjuntura de *coexistência pacífica*, afirmando:

[...] aquilo do qual não se fala, a não ser para dar forma ao não-dizer no palavreado das condenações – resumindo: o estalinismo e a China – estrutura totalmente aquilo de que se fala; pois é necessário preencher as lacunas e deformar todo o encadeamento para que nele possam entrar os significantes desse escamoteamento. (BADIOU, 1979 [1969], p. 7)

De modo significativo tem-se na década de setenta um engajamento de muitos analistas do discurso no estudo dos textos da União de Esquerda, aliança política entre o Partido Comunista Francês e o Partido Socialista, efetuando análises contrastivas sobre o manto de uma linguagem comum que embaçava a “natureza contraditória dessa aliança” (COURTINE, 2009 [1981], p. 126).

Pêcheux e o grupo de pesquisadores reunidos em torno das propostas da AD, no entanto, trilhamos esse caminho aberto por Althusser de modo a superá-lo dialeticamente *naquilo que implicava em teoricismos*. É o real da língua, da história e dos sujeitos, perseguido nos trabalhos de análise, que merece os “créditos” nessa superação. O que aparentemente funcionava bem demais na perseguição dos mitos da ideologia dominante, seu poder unificador e homogeneizante por detrás das superfícies, acabou transformando-se em um conjunto amplo e heterodoxo de questões e procedimentos acerca da existência das condições verbais contraditórias de um discurso, das formas de jogo e resistência nas lutas ideológicas. Uma maior compreensão da materialidade da língua, de seu funcionamento equívoco (PÊCHEUX & GADET, 2004 [1981]), pode assim ajudar a irmos além da simples consideração quanto à “autonomia relativa das instâncias”, introduzindo atravessamentos constitutivos entre língua e história, que as recompõem em seus papéis diretivos nos estudos

do discurso, e introduzindo elementos desestabilizadores à teoria althusseriana (pascalina) do assujeitamento, ainda que sigamos nos deparando em nossas investigações com os bons e os maus sujeitos. Além dos bons e dos maus vale atentar também para os *feios* (segundo proposta de Maurício BECK, 2010 para a nomeação da terceira modalidade pecheutiana de tomada de posição subjetiva no campo das dominâncias discursivas), aqueles que desestabilizam a régua normativa, ou, simplesmente, aqueles que trazem com a sua desidentidade característica a necessidade de uma postura mais aberta por parte do pesquisador dos discursos.

Quanto às superações das influências estruturalistas e teoricistas sobre a AD, do lado da psicanálise, Pêcheux (1997 [1978]) mostra que houve uma sobreposição entre as categorias de sujeito e Eu/Ego. Foi ela a que fez resvalar para a ideia da identificação plena do sujeito com os lugares sociais (à moda funcionalista) e para o poder unificador da consciência, retirando-a do aparelho psíquico, livrando-a das pressões do desejo inconsciente – e mesmo das pressões do Super-Eu, se as entendemos enquanto solicitações impossíveis.

Também pelo lado do marxismo – ou em especial deste lado – o teoricismo althusseriano demonstrou grandes limitações em sua tentativa de refazer um caminho para a obra de Marx sem passar por Hegel (como ele próprio esclarece em ALTHUSSER, 1978 [1972]). Sem passar por Hegel ou, o que é mais grave, recalando esta passagem, material e indelevelmente inscrita no marxismo, e sem a qual ficam comprometidas sua lógica dialética da contradição, suas mediações concretas e a própria forma de compreender a processualidade histórica fora de um determinismo que, “em última instância”, entrega todo o papel dinâmico à reprodução social ou ao aleatório de um encontro entre *afinissáveis* que pode ou não acontecer (ALTHUSSER, 2005 [1982]).

Jean-Jacques Courtine, com grande sagacidade, manifestou-se sobre algumas dessas limitações, expressando o diferencial implicado na análise por meio de um trabalho efetivo com a categoria da contradição, numa passagem que pedimos licença para reproduzir aqui pela segunda vez:

O tema da contradição atravessa dessa forma nossa pesquisa em diferentes níveis, de maneira recorrente, com insistência; desejamos que produza um efeito de conhecimento, que seja um testemunho da presença do marxismo como corpo teórico real e não como uma expressão não significativa. (COURTINE, 1981, p. 12. Tradução nossa).

A tripla presença do marxismo, da psicanálise e da linguística na AD, com todas as dificuldades que advêm desse encontro, deve ser realmente significativa, consequente e

profícua. Além do reconhecimento de sua presença na constituição epistemológica da teoria do discurso, devemos ser desafiados a mostrar em nossas análises a sua contribuição para a produção de conhecimento. Para seguir fazendo da AD um conjunto de princípios e procedimentos afeitos a essa ambição de conhecimento, para fazer com que juntamente ao seu crescimento e difusão institucional não se instaurem esquecimentos fragilizadores e adaptações suicidas, temos diante de nós todo um trabalho de retificações e, sobretudo, de superação. Mas como diria Althusser, este é um trabalho sem fim.

Sendo impossível (e até desonesto) negar as contribuições da leitura althusseriana do marxismo, consideramos, porém, que as faltas cometidas com os campos de questões representados pelas categorias do *trabalho* e da *práxis* não apenas comprometem o alcance da AD, como desarmam toda a “periculosidade” do materialismo histórico, restringindo suas “problemáticas” à consideração de um novo continente científico e seu corte epistemológico.

O fogo do trabalho crítico, que não faz só fumaça, nem apaga vestígios comprometedores, algumas vezes voltou-se ao peso do teorismo althusseriano na AD de forma enviesada, segundo o nosso julgamento, na crítica ao “projeto voluntarista de uma ‘teoria do discurso’”:

Não pensamos igualmente que essa intervenção [do marxismo] possa se reduzir ao projeto voluntarista de uma “teoria do discurso”. A referência a esta última expressão denota, no campo da Análise do Discurso, uma atitude *teoricista* que consiste em substituir o trabalho necessário de uma contradição pelo enunciado de uma resolução teórica, em que o marxismo venha novamente, em uma versão de “esquerda” da interdisciplinaridade, “articular-se” à Linguística e a uma teoria freudiana do sujeito. (COURTINE, 2009 [1981], p. 35)

Estando do outro lado do oceano e sob algumas novas pressões deste século, passados trinta anos, nos baseamos numa AD a qual nos brinda e nos demanda “um quadro teórico que gera reflexão, que se interroga constantemente e para o qual a análise não implica a aplicação mecânica de conceitos, noções e modelos já formulados anteriormente” (INDURSKY, 2008, p. 9).

#### **2.1.4 Avançar na consideração do deslocamento tendencial do sujeito enunciadador**

No espaço de investigação desta tese o que logramos fazer foi indicar um programa de leituras e de questões abertas (ou que abrimos) favoráveis à compreensão materialista do

trabalho de deslocamento do sujeito enunciador no espaço das filiações discursivas. Esse trabalho de deslocamento nos parece mais complexo que “a capacidade do ator [histórico] de agenciar configurações significativas de palavras e de enunciados em torno de enredos” (GUILHAUMOU, 2008, p. 175), dado que os *enredos* e suas capacidades enunciativas (pensando sujeitos e temas conjuntamente) necessariamente lidam com objetos paradoxais sempre em disputa e desentendimento no campo da interdiscursividade. Ou seja, para trabalhar a perspectiva do deslocamento tendencial do sujeito enunciador de modo a tirar proveito da teoria do discurso (e não se desvencilhando dela), julgamos importante manter a compreensão – com os desenvolvimentos que isso exige – de que a ideologia é o critério para se pensar as formações discursivas, as suas repartições e as suas relações (INDURSKY, 2007, p. 185). Assim, e retomando o que dissemos há pouco sobre as ideologias, pensamos o deslocamento tendencial do sujeito enunciador a partir das pressões da história sobre a práxis, e o modo como a práxis reage.

Tomando por práxis discursiva o fator histórico-concreto que faz dizer, o anseio de sentido mal discernido que empurra um sujeito histórico para uma ação enunciativa, com seus comprometimentos e constrangimentos, será o caso de retomar uma série de indicações dispersas na teorização da discursividade que apontam, invariavelmente, para a consideração da enunciação desde uma perspectiva materialista histórica e discursiva. Esta é a região propícia para o desenvolvimento do conceito de práxis discursiva, considerando que este “mal discernido” não é aqui tomado como algo interior a um indivíduo, mas a relação do sujeito enunciador com o interdiscurso, com aquilo que se quer falar (enunciado, memória virtual) num dizer (formulação, prática concreta), podendo assim ser reduplicado, mas também podendo ser contraditado ou interditado, promovendo o dizer de/como/por um desvio, um silêncio, uma interdição, uma subtração, uma esquiva. É justamente nessa relação (contingente e necessária) de sujeitos históricos com o impossível de ser dito e o impossível de não ser dito, com o interdiscurso, enfim, que são produzidas, atualizadas e transformadas em suas dinâmicas e estruturas as regiões de sentido que chamamos formações discursivas no interior das práticas e das formações ideológicas.

São referências fundamentais destas formulações teóricas algumas considerações do próprio Pêcheux, tais como aquelas referentes às modalidades de tomada de posição (PÊCHEUX, 1997 [1975]), à agitação nas filiações do sentido (idem, 1997 [1983]), e, como já referimos, ao deslocamento tendencial do sujeito enunciador (idem, 1981). Consideramos em especial, na reflexão pecheutiana, os sujeitos que “comparecem” em suas últimas intervenções na teoria: moventes, excedentes, ardentes, desviantes – sem que jamais possam



ser considerados *bon schizos*, visto que todo desvio só pode ser assim concebido em função das (frente às) formas históricas de assujeitamento e luta ideológica.

Outras referências fundamentais (e complementares) que apontamos neste empreendimento em prol de uma conceituação da práxis discursiva – que nesta tese apenas começamos a tecer, não explorando tudo o que imaginamos ser possível – consistem na proposta de Maldidier, Normand e Robin (1994 [1976]) para um enfoque discursivo da enunciação, a consideração dos *lugares de enunciação* enquanto “emergência de novas instâncias de circulação e legitimação do dizer” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 248) e a forma particular como Jacques Rancière (1996) entende os processos de subjetivação, que mais adiante será discutida.

Entendemos que, através de uma conceituação da práxis discursiva, se conseguirmos atestar sua contribuição para o conhecimento efetivo dos processos discursivos, poderemos superar dois pontos frágeis (ou no mínimo produtores de leituras indesejáveis) da teoria do discurso, os quais são explorados por seus críticos externos: 1) o assujeitamento sem resistência aos *já ditos*; e 2) a resistência como fator exclusivamente imanente, acidental, inconsciente e pontual.

Não se trata, por certo, de “regredir” a uma posição que jogue fora as descobertas da psicanálise em relação ao inconsciente, como seria no caso de concebermos os processos de subjetivação de modo centrado, completo, interior (sem exterior). Tudo isso implicaria na consideração de sujeitos a-históricos, não determinados, vazios e indiferentes. E como desenvolvemos acima, é preciso dizer que a concepção althusseriana (pascalina) da interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia é muito mais sociológica que histórica. Esvazia as ideologias de sua característica mais pertinente à compreensão da discursividade, o impulso e chamamento à ação sócio-histórica, ao exercício de uma luta que não pode ser previamente conhecida – nem suas modalidades, e menos ainda os seus resultados. Os processos discursivos, afinal, não devem ser dissociados da prática política, em seu sentido rancieriano, de prática de deslocamento e desentendimento.

Através da práxis discursiva poderá se tornar mais clara a razão pela qual nenhuma formação discursiva simplesmente *baixa* em subjetividades inertes e/ou indiferentes, motivo do qual toda formação discursiva é um modo de relacionar-se com a ideologia vigente (INDURSKY, 2008), que se realiza através de um trabalho dos (e nos) sujeitos. Até mesmo para sermos dominados, explorados e alienados *temos que trabalhar* – muitas vezes exatamente para isso, muitas vezes apenas para isso.

Michel Pêcheux (1997 [1975], p. 160) sintetiza este processo de um modo para nós bastante esclarecedor: “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições *sustentadas por aqueles que as empregam*”<sup>83</sup>. Ou seja, a discursividade não se restringe ao sofrimento dos efeitos ideológicos por “se usar” uma palavra, expressão, proposição, etc., nem ao encontro fortuito com aquilo que elas podem dizer pelo Outro, no jogo das não-coincidências do dizer (segundo a rica proposta investigativa de AUTHIER-REVUZ, 1998). A discursividade se realiza através de todo o trabalho (histórico-subjetivo) advindo da sustentação de uma posição – trabalho do qual nem sempre colhemos os frutos, e que tendemos a ignorar (apagar, recalcar) seu caráter de produção social.

Por certo não estamos tratando aí do *efeito-sujeito*, resultado da captura pelas redes de memória. Remetemos a uma região teórica que nos parece ainda pouco desenvolvida diante do que representa e que toca, conjuntamente: a) ao *deslocamento tendencial do sujeito enunciator* (PÊCHEUX, 1981); b) à prática política enquanto resistência e subjetivação, deslocamento e interrupção dos efeitos de uma dominação que constitui uma instância enunciativa (RANCIÈRE, 1996); e c) à partilha do sensível trabalhada pelos sujeitos históricos em sua práxis, por gestos que traçam fronteiras entre o visível e o invisível, entre o que é palavra e o que é ruído, o que se dá a sentir e a quem – “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2005, p. 17).

Se “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”, parece-nos que ao analista (como ao historiador) do discurso cabem duas ordens de investigações: 1) a primeira, consagrada no interior dos princípios teórico-metodológicos da AD, referente à primeira parte da sentença de Pêcheux, à *mudança dos sentidos das palavras etc.*, remete ao levantamento das formações ideológicas nas quais as posições sustentadas se inscrevem e à pesquisa e configuração das formações discursivas (FDs) que as representam na ordem do dizível; o levantamento de uma determinada ordem de esquecimentos e mascaramentos de lugares que implicam em formas de atualizar e parafrasear dizeres; ou ainda, a consideração dos aspectos linguísticos-estruturais da determinação histórica de certos processos semânticos; 2) a segunda

---

<sup>83</sup> Temos aí uma retomada do texto de 1971 *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*, de Pêcheux, Haroche e Henry (publicado em português na revista *Linguagem*, São Carlos (3): 13-31, out./nov. 2008). Na primeira formulação, considerando os problemas de tradução (entre duas ou mais línguas, mas também no interior de uma mesma língua), afirmam: “Se considerarmos, por exemplo, o domínio da política e da produção científica, *constataremos que as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam*” (p. 18). Tal formulação, por sua vez, retoma uma reflexão de Lênin sobre os diferentes sentidos de *liberdade* para as classes.

investigação é fruto dessa intro-missão historiadora que buscamos realizar sobre a teoria da AD, implicando em trazer propriamente o trabalho sócio-histórico (dinâmico) de *sustentação de posições* pelos sujeitos enunciadoreis. Esse trabalho, “mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes” (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 56), é considerado tanto o de sustentação de posições quanto o de deslocamento na ordem do dizível, apontando para o fato de que além da captura por (e da filiação a) redes de memória há investimento histórico-subjetivo, militância e engajamento pelo sentido.

Para dar maior visibilidade, retomamos as duas ordens de investigação:

AQUILO QUE (SE) CAPTURA	AQUILO QUE (SE) ESQUIVA
<p><i>A mudança dos sentidos das palavras, expressões, proposições, etc., implicando o trabalho de levantamento das formações ideológicas nas quais as posições sustentadas se inscrevem e no trabalho de pesquisa e configuração das FDs que as representam na ordem do dizível.</i></p>	<p><i>A sustentação de posições pelos sujeitos enunciadoreis, fato “mais ou menos consciente (...) mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes”, deslocamento na ordem do dizível, implicando o trabalho de investigação das práticas discursivas dos sujeitos.</i></p>

Trabalhando a subjetivação enquanto fenômeno da ordem do acontecimento e do político, que pressupõe um trabalho de deslocamento e separação dos corpos de seu *ethos*, da “voz que supostamente exprime sua alma”, *cabe assim ao historiador do discurso a pesquisa de experiências singulares do litígio em torno da palavra e da voz*. Cabe ver de que modo os sujeitos históricos se esquivam dos efeitos-sujeito, das capturas e filiações da memória, de modo a *interromper os simples efeitos de uma dominação* (RANCIÈRE, 1996, p. 26-27; p. 103), em meio a contingências desvirtuadoras de um determinado ordenamento social. Ou ainda, dizendo-o com Michel Pêcheux (1990 [1982], p. 17): “toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica”. Não estamos certos de que se possa falar de *um* discurso revolucionário sob diferentes formas históricas, tanto que estendemos a nossa reflexão para o conjunto dos processos conflitivos que constituem e transformam as formações discursivas, determinados por acontecimentos históricos, discursivos e enunciativos (INDURSKY, 2003, p. 107; 2008, p. 22-30). Mas estamos atentos às muitas modalidades de resistência à dominação ideológica e a seus efeitos históricos, como as que Pêcheux cita:

[...] não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litánias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como

uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo a que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido.

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: [...] o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17).

Parece-nos, no entanto, necessário abrir um parêntesis no texto e criticar o mestre, e exatamente aqui onde ele tanto avança – ao menos no que diz respeito à nossa proposta de investigação e análise. Em primeiro lugar, fazemos notar que neste texto, como em outros ao longo de sua produção, Michel Pêcheux busca enunciar de um outro lugar que não propriamente o da Análise do/de Discurso. A nota 12 é suficientemente clara para demonstrarmos esse esforço do autor (que não apontamos aqui por ser *a razão* da crítica, de modo algum, mas por implicar num desembaraço do texto frente a um desenvolvimento possível da AD):

[...] o estudo dos mecanismos discursivos deste duplo entendimento ideológico sobre uma base lingüística tendencialmente unificada constitui, nos confins da história e da lingüística, uma tentativa que por vezes tem sido designada com o nome de “análise de discurso”. (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 22)

Ou seja, ainda que depois da publicação de *Semântica e Discurso*, em 1975, Pêcheux tenha continuado a pesquisar e a pensar uma série de questões fundamentais para o desenvolvimento dos dispositivos de análise e da teoria do discurso (como apontamos em nossa seção “A AD e as tarefas deixadas por Pêcheux”), de forma quase análoga à relação de Althusser com o seu legado não encontramos nenhum retorno crítico de fôlego ao edifício teórico por ele erigido – da parte dele, é claro, pois não podem ser ignorados os trabalhos neste sentido de Jean-Jacques Courtine e de Eni Orlandi.

Em segundo lugar, indo além dos efeitos de tais desembaraços (produzidos em vários textos), interessa-nos apontar a lógica algo foucaultiana que preside a apresentação dos acontecimentos enquanto resultado de efeitos individuais acumulados, imprevisíveis, inconscientes, etc<sup>84</sup>. Somente a terceira e última parte desse recorte nos autoriza a identificar

---

<sup>84</sup> Que talvez nem seja foucaultiana, e sim freudo-lacaniana e althusseriana, se a entendermos como tributária dos processos de sobredeterminação – que, no espaço do inconsciente, representam um acúmulo de sintomas em parte independentes, em parte ligados entre si, que produzem um trauma; e, no espaço da estrutura social, representam um acúmulo de circunstâncias contraditórias heterogêneas, de diferentes níveis e origens, que produzem uma ruptura (cf. Freda Indursky, *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 194-195).

esta lógica. No entanto, considerando outros textos de Pêcheux, como *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, vemos que Jacques Guilhaumou tem alguma razão ao afirmar que a recusa inicial de Pêcheux e dos linguistas marxistas quanto ao gesto foucaultiano de substituir o movimento dialético pelo *movimento de interpretação* seria, nos anos 1980, “fortemente corrigido”, abrindo com atraso a análise de discurso ao questionamento hermenêutico (GUILHAUMOU, 2009, p. 23).

Diferentemente do modo como Guilhaumou concebe o materialismo histórico – em uma pressuposição da existência de uma formação social pré-construída, “uma de suas concepções previstas” (onde?) – parece-nos que a falta com a dialética nos condena a um mapeamento infinito de microfissuras e micropoderes de modo a ficarmos oportunamente (para as classes dominantes) cegos para a macrologia da exploração econômica e da dominação política. O modo dialético como Gayatri Spivak entrelaça os dois níveis merece ser trazido: para ela, a relação entre o capitalismo global e as alianças entre os Estados é tão macrológica que...

[...] não pode ser responsável pela textura micrológica do poder. Para se compreender tal responsabilidade, deve-se procurar entender as teorias da ideologia – de formações de sujeito, que, micrológica e, muitas vezes, erraticamente, operam os interesses que solidificam as macrologias (SPIVAK, 2010 [1985], p. 42-43).

Assim, não vemos absolutamente nenhum benefício político ou científico em atentarmos às diversas formas de resistência ideológica cotidiana – tais como não “escutar” as ordens, não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, tomar os enunciados ao pé da letra etc. – ao passo em que desatentamos aos processos dialéticos pelos quais o irrealizado advém formando sentido no interior do sem-sentido. Não existe espontaneidade pura na história, o que faria coincidir com uma mecanicidade pura (GRAMSCI, 2002 [1929-35], p. 194). Entendemos que toda prática de resistência *pode* ser agenciada num processo interior às relações sociais – que não são “pressupostas” ou “pré-construídas”, segundo uma leitura indesejante do materialismo histórico, mas são relações que existem objetivamente sob formas históricas de divisão, coerção e interesses materiais, e que existem também sob as formas históricas de representação e enfrentamento subjetivo. É dessa forma que, assim como a sociedade não é um somatório de indivíduos, a transformação não se configura jamais como somatória de resistências individuais e pontuais, ela é sempre fruto da práxis dos sujeitos, e nesse sentido nos batemos em propor e produzir algo novo no quadro teórico e analítico da AD, os palanques de enunciação, assunto da seção seguinte.

\* \* \*

O efeito-sujeito está ao lado dos efeitos de sentido na discursividade – aquilo que é constituído pelo esquecimento de que determinados dizeres vêm de outro lugar, sendo independentes, anteriores e exteriores à sua enunciação. Em síntese, o efeito de um imaginário interior sem exterior, no esquecimento daquilo que o determina (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 152-164). Parece-nos fundamental agregar e sublinhar a essa concepção (materialista e histórica) da discursividade o fato de que esse “outro lugar”, de determinação e descentramento, é historicamente localizável em meio à investigação dos traços sociais e linguageiros que tendem a ser apagados nos processos discursivos. Podemos encontrá-lo em meio às relações sociais estabelecidas entre os “agentes do sistema de produção”, na expressão de Pêcheux, que preferimos chamar de sujeitos históricos, os que realmente fazem a história de modo não arbitrário<sup>85</sup>. Dizendo isso buscamos ultrapassar qualquer simples alusão à história, permitida por uma recorrência errática às condições de produção do discurso – ora apontando para o estado do interdiscurso, ora para a exterioridade sócio-histórica dos dizeres e os lugares sociais.

Parece-nos fundamental estabelecer como problema para a AD não apenas os efeitos (de filiações, de identificações, de sentido) e as aparências (o imaginário, as identidades), mas o processo histórico tendencialmente apagado e a prática social na qual ele se insere de modo não indiferente nem puramente objetivado (neutralizado, automático). Que o contexto e os interlocutores apareçam no discurso através de formações imaginárias (respectivamente enquanto *referência espaço-temporal* e *identidades*), esta é uma perspectiva que não devemos abandonar, sobretudo quando há interesse em analisar as estratégias discursivas em jogo. Acontece que o contexto histórico e, sobretudo, as relações sociais de poder e produção também incidem de outras formas (não imaginárias/unitárias) sobre as práticas discursivas e na produção de efeitos de sentido.

Assumimos aqui o mesmo desafio de Zoppi-Fontana (2003, p. 21):

[...] pensar a “eficácia ideológica” (possibilidade de dizer, eficácia do dizer) de um discurso sem cair nas armadilhas de reduzi-la a um puro efeito de linguagem, no seu funcionamento genérico-retórico-enunciativo (apagamento da história) nem

---

<sup>85</sup> “Os homens fazem a sua própria história mas não a fazem arbitrariamente, em condições escolhidas por eles, mas sim em condições diretamente herdadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações pesa muito sobre o cérebro dos vivos. E mesmo quando parecem ocupados em transformar-se, a eles e às coisas, em criar algo absolutamente novo, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que evocam respeitosamente os espíritos do passado, tomando-lhe de empréstimo os nomes, as palavras de ordem, as roupagens, para surgir no novo palco da história sob esse respeitável disfarce e com essa linguagem emprestada”. Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Editora Ventos do Leste, 1975, p. 17.

descrevê-la como projeção (imediata ou mediada) de uma topografia de lugares sociais institucionalmente definidos.

Com uma diferença sutil, no entanto: nosso universo textual de investigação, através de nosso arquivo de historiador, com fontes primárias, secundárias, discussão historiográfica, etc., foca na concomitância íntima entre subjetivação, no sentido rancieriano, e enunciação, como atualização de fronteiras entre o que se diz e o que não se diz. A diferença entre os *lugares de enunciação* tal como trabalhados por Zoppi-Fontana, e os *palanques de enunciação*, tal como será exposto, é que no caso presente, as instâncias enunciativas que investigamos, ainda que mediadas por uma documentação que permite erigir/destacar e compreender “sujeitos em processo de texto” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989, p. 66), são pensadas ao lado do acontecimento histórico de práticas enunciativas e discursivas pontuais, sem o denso trabalho de *corpus* sobre série arquivísticas que sustenta a configuração dos lugares de enunciação. Melhor dizendo, nos servimos de textos e estruturas sintático-enunciativas para perceber um determinado modo de ação sobre a realidade dos sujeitos, dando ênfase aos deslocamentos, desentendimentos, desidentificações – que os destacam, na superfície dos dizeres, de modo a optarmos pelo termo “palanque”.

Concordamos, inclusive, em considerar os *palanques de enunciação*, tal como Zoppi-Fontana (2003) considera os *lugares de enunciação*, definidos em relação ao funcionamento do Estado e de suas instituições, divergindo, entretanto, do *porém* que a analista acrescenta: “consideradas as regras de projeção pelas quais as posições de sujeito, das quais esses lugares são parte integrante, se delimitam no interdiscurso, no processo contínuo de sedimentação das condições de produção” (ibidem, p. 23). Em nossa proposta, o palanque é a própria instituição de uma posição, em relação tensa diante da conjuntura dos dizeres e do interdiscurso. Nesse aspecto, o palanque aponta não para um *efeito-sujeito*, mas para um *trabalho-sujeito*.

Em meio às práticas sociais, que nunca são apenas discursivas, há coisas que não são ditas ou que se expressam por outras vias, com outras materialidades (simbólicas ou não). Não atentar para esta questão é um convite à sobredeterminação das relações sociais pelas práticas discursivas, permitindo metodologicamente que a formação social, suas formações ideológicas e a conjuntura política possam aparecer apenas enquanto “fontes” pressupostas, ou determinações “em última instância”, não sendo consideradas no processo de análise senão como quadro de fundo.

Se as superestruturas não podem ser vistas como um simples reflexo ou expressão do modo de produção, por outro lado não ganhamos nada esquecendo o modo como Marx pensa

o sujeito histórico, *entre* a base social e a sua superestrutura, em unidade dialética. As disputas históricas travadas pelos sujeitos se dão nas relações sociais de produção e nas práticas discursivas – de modo contingente, necessário, possível e impossível, de modo real, multiplamente determinado e complexamente constituído. E não há campo simbólico (nem mesmo no mais utópico assujeitamento à letra ou à lei, apagadores de verdades) sem trabalho e investimento histórico e subjetivo, sem atuação dinâmica e errante dos sujeitos históricos.

Michel Pêcheux e os trabalhos da chamada (por ele) terceira época da AD trilharam um caminho (auto)crítico, e promoveram aproximações difusas com os campos e temas da memória, da leitura, do cotidiano, da heterogeneidade, do equívoco, da enunciação. Não deixamos de perceber o quanto esta transição se relaciona ao processo que, no meio dos historiadores, se entende por viragem em direção ao empirismo e ao abandono da perspectiva de história-problema, história-síntese. Mas como já dissemos, acreditamos que a tendência é de incorporação, pelos “modernos”, das questões e pesquisas inovadoras e desafiantes desenvolvidas no espectro dos “pós-modernos” (e apenas estas), retrabalhadas em perspectiva investigativa que não abdica dos sentidos estacionando em descrições ou na desconstrução e incineração do trabalho dos outros.

Nas fases anteriores, todo o funcionamento discursivo era pensado numa relação bastante desigual onde há uma espécie de supremacia do significante sobre o significado, da constituição sobre a formulação, do inconsciente sobre a consciência, do enunciado sobre a enunciação, da reprodução sobre a transformação, da memória sobre a atualidade, da estrutura sobre a dinâmica, do cânon sobre o ordinário, ou dos mortos sobre os vivos (nos termos precisos de Auguste Comte!). Já em sua última obra (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 51), esta relação é apresentada de forma distinta:

O objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.

Rompendo efetivamente com o estruturalismo, Pêcheux diz que todo discurso é *ao mesmo tempo* **feito** de filiações sócio-históricas de identificação e **trabalho** de deslocamento no seu espaço – “mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes”. No marxismo althusseriano a categoria *trabalho* é algo inexistente, mas será fundamental resgatá-lo para a AD enquanto atividade



transformadora, numa perspectiva dialética e materialista. Só assim nos aproximamos mais generosamente do sentido de considerações (dialéticas, materialistas e revolucionárias) como esta: “Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes”. (MARX & ENGELS, 1998 [1848]).

Restituir a centralidade das relações sociais na compreensão dos processos discursivos é, para nós, uma excelente oportunidade para superar qualquer dicotomia entre estruturas e acontecimentos, produtos e processos, efeitos e causas, dinâmica e estrutura, enunciação e discurso. Faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que as relações sociais não são um campo inerte sobre o qual estes processos se inscreveriam, meros suportes de algo que se daria (com “autonomia relativa”) fora deles, em outro tempo, lugar ou instância. A despeito de toda a desigualdade constitutiva das condições para produzir, da predominância de um desposseimento dos meios e dos fins, os riscos de apropriação (desapropriação) no interior das relações sociais são permanentes: o que define os processos de reprodução e transformação social é obviamente coagido por condições materiais, mas estas últimas não são realidades exteriores à práxis, pelo contrário, são resultado de determinadas relações sociais contraídas e testadas, perseguidas e combatidas.

Propomos que se reflita sobre o discurso em relação a este sujeito das relações e práticas sociais, que, mesmo não sendo a origem de seus dizeres<sup>86</sup>, é historicamente levado a trabalhar sobre eles. Afinal, que sujeito é este do qual as relações sociais exigem que tome a palavra<sup>87</sup>? Para nós há de ter clareza de que este não pode ser o efeito-sujeito, imaginário. Ele é o sujeito enunciador, que de alguma forma se apresenta no seu discurso concreto, sem deixar de ser também o sujeito do desejo, que irrompe nos jogos do Significante, nas propriedades da língua de falhar, sem deixar de ser o sujeito que luta para borrar o heterogêneo, o descentramento, o discurso (do) outro que incide no fio do discurso. Aí está, a nosso ver, a própria insistência do outro, de que Pêcheux nos indicava como “lei do espaço social e da memória histórica”. Esse sujeito da prática languageira (ou sujeito enunciador), sujeito histórico (não o indivíduo, pelo menos não necessariamente este), sofre essa insistência do outro e se impõe a ela, ao mesmo tempo em que a realiza, já que ele também

---

<sup>86</sup> Questão estéril esta. Também o discurso não é *origem* do discurso (ainda que seja sua “matéria-prima”), nem a linguagem *origem* da linguagem. Por que essa necessidade de afirmação contra o pobre sujeito? Assim o Narciso não apenas aparece ferido como se esvai em sangue, e se já não vemos seu reflexo límpido, também não vemos nada além do seu sangue.

<sup>87</sup> Sujeito que se exige não deixar de ingressar no processo simbólico, que tem de fazê-lo (porque ainda haverá sempre o que dizer), mas que ao tomar a palavra tenha ao mesmo tempo a sua palavra tomada (igualmente já preenchida e a preencher, remetida ao já-dito e ao *non sens*).

pode ser outro, também pode figurar e transfigurar a realidade sustentando posições que lhe sejam interessantes. Afinal, não só os analistas do discurso tiramos proveito das relações de sentido e nos esforçamos em trabalhar a reflexividade em universos de questões complexos e essenciais.

Um pequeno trecho de um dos manuscritos encontrados nos pertences de um dos envolvidos na Conjuração Baiana ilustra que questionamentos acerca das metáforas e da equívocidade dos dizeres também podiam aparecer no interior de seus estudos.

E três cauzas [ilegível]pas Concorrerão para esta Confusão de ideias, a primeira forão as expreçoens figuradas peLos quaes a lingoa nascente foi constringida a pintar as relaçãoens dos objetos; expressoens que passando depois de hum Sentido proprio a hum Sentido geral, do Sentido phisico ao Sentido moral, cauzarão pelos seos equívocos e Sinonimos huã multidão de enganos e iluzoens. (ADCA, 1998, p. 270).

Todo o desenvolvimento teórico e científico vivido em nossa época deve atuar em favor, e não contrariamente, a uma postura mais humilde do pesquisador e a um respeito maior diante de seus objetos que se transformam ganhando maior complexidade. É o que diz Luiz Costa Lima, em um notável artigo de 1973 sobre a Análise do Discurso, comentando a entrevista de um matemático para a revista *Time*: “a ciência moderna deveria despertar em todos nós uma humildade diante da imensidão do inexplorado e uma tolerância para com as hipóteses malucas” (LIMA, 1973, p. 46). Lembramos também a consideração de Jacques Guilhaumou em levar a sério o movimento dos atores sociais e suas justificativas (GUILHAUMOU, 2009, p. 28).

Entendemos que é no campo da enunciação que poderemos tocar mais diretamente a práxis, tomada aqui enquanto o trabalho de deslocamento em meio às filiações de sentido, ação impulsionada por um sentido mal discernido e por um determinado modo de subjetivação. Quem mais pode ser esse sujeito falante que intervém em seu próprio discurso, algumas vezes compelido a enfrentar suas condições de vida e relações com seus (des)semelhantes, “olho no olho”? Quem mais pode ser esse sujeito que por vezes finge não saber com quem está falando e explora “a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante” (RANCIÈRE, 1996)?

A proposta de conceituação de subjetivação de Jacques Rancière nos é preciosa: “formas de produção de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação caminha a par com uma reconfiguração do campo de experiência” (RANCIÈRE, 1996). Acrescentamos aqui a

profícua proposta do historiador Reinhart Koselleck (2006 [1979]), de articular esse agenciamento do passado no presente – enquanto campo de experiências – ao agenciamento do futuro no presente, enquanto horizonte de expectativas.

Essa reconfiguração do campo de experiência nos soa bastante familiar, próxima à reformulação de fronteiras do dizível e à re-investigação da zona do rejeitado por parte do sujeito da enunciação, tal como falam Pêcheux & Fuchs (1997 [1975], p. 176), em citação que já fizemos (na página 54). Se eles não se referem a uma “série de atos”, no entanto falam de uma “série de determinações sucessivas”, o que em tese nos permite tomar os sujeitos enunciadorees como afetados pelo inconsciente e pelas ideologias, e não como sujeitos plenamente centrados e conscientes de seus atos (e sobretudo dos sentidos e consequências destes).

Por outro lado, essa proposição de Rancière não é apenas uma abstração, mas historicamente sustentada, de modo que para se entender os modos de subjetivação tal como eles se efetuam (e contra *o quê* eles se efetuam) importa perceber que determinadas parcelas sociais/classes, ao se subjetivarem através de “uma multiplicidade de fraturas que os separam de seu *ethos*”, produzem e atualizam litígios:

A massa dos homens sem propriedades identifica-se à comunidade em nome do dano que não cessam de lhe causar aqueles cuja qualidade ou propriedade têm por efeito natural relançá-la na inexistência daqueles que não tomam “parte em nada”. É em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que o povo se identifica com o todo da comunidade. Quem não tem parcela – os pobres da Antigüidade, o terceiro estado ou o proletariado moderno – não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo. Mas é também mediante a existência dessa parcela dos sem-parcela, desse nada que é tudo, que a comunidade existe enquanto comunidade, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem de suas partes antes mesmo de afetar seus “direitos”. O povo não é uma classe entre outras. É a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como “comunidade” do justo e do injusto. (RANCIÈRE, 1996, p. 24).

Assim, por mais que Rancière refira-se a enunciação e a atos, seria bem difícil desenvolver sua tese (sobre a prática política em seus elementos essenciais e condicionantes) segundo as perspectivas formalistas ou pragmáticas respectivamente trabalhadas por Benveniste e Austin. A produção de uma instância enunciativa é pensada em sua contingência desvirtuadora de um determinado ordenamento, fazendo-se de tal modo que não são distinguíveis os objetos e os sujeitos desse processo. A forma de identificar-se (de se subjetivar) não é o descortinamento ou reconhecimento de um lugar prévio, não é uma readequação do corpo, da fala e dos dizeres para esse lugar, nem o acionamento de um aparelho formal inscrito na língua. É mesmo o oposto. Identificar-se nesse caso, é algo que

toca radicalmente o solo da história<sup>88</sup>, não tem parentesco com o trabalho taxionômico do botânico ou do astrônomo, nem mesmo com as homenagens deliberadas nas Câmaras Municipais, que (re)definem nomes de praças e ruas. Subjetivar-se é reagir a um dano instaurando um litígio, o que Rancière sintetiza na imagem da instituição do partido/parcela dos sem-parcela.

Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política – ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos – que faz os pobres existirem enquanto entidade. A pretensão exorbitante do *demos* a ser o todo da comunidade não faz mais que realizar à sua maneira – a de um *partido* – a condição da política. A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. (...) Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta. (RANCIÈRE, 1996, p.26-27).

Essa existência enquanto entidade a partir da interrupção de uma dominação sugere-nos uma ordem histórica (ou ontológica?) análoga à proposta de Antonio Gramsci de se pensar a história de um partido enquanto a história de um determinado grupo social, seguida pela seguinte advertência: “esse grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal [...] é que resultará a história de um determinado partido” (GRAMSCI, 2002 [1929-1935], p. 87). O fundamental da intervenção de Gramsci acerca da história das classes é a unidade dialética, contraditória, entre os fatores objetivos e subjetivos de um determinado grupo social.

Nossas apropriações de Antonio Gramsci e, sobretudo, de Jacques Rancière, visam sublinhar o aspecto conflitivo, dinâmico e necessariamente político da discursividade, sobretudo quando esta é pensada para além dos efeitos de filiação ao estabilizado, quando à sobredeterminação dos dizeres pelos já-ditos trazemos ao campo de investigação aquilo que Pêcheux nomeou enquanto deslocamento tendencial da enunciação, fenômeno contingente que nos obriga a olhar não apenas para a estrutura do todo com dominante das formações discursivas no interdiscurso, mas também para a dinâmica desta dominância e suas resistências, para os danos e os litígios da história.

---

<sup>88</sup> É de algum modo ilustrativa a luta de algumas comunidades proletárias fluminenses (moradores do Morro do Caju, Rocinha, Manguinhos, Acari e Borel) contra as incursões policiais nas favelas, que muitas vezes resultam em assassinato sumário de moradores, além de diversas humilhações, agressões físicas, invasão de domicílio e outras barbaridades cometidas cotidianamente pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Esse movimento se constituiu em 2004 sob o nome *Posso me Identificar?*, liderado por militantes de esquerda e parentes de vítimas da violência policial no Morro do Borel. Vanise Medeiros publicou recentemente um artigo em que analisa a cobertura midiática sobre esse movimento: “Posso me identificar?": mídia, violência e movimentos sociais. In: ZANDWAIS; ROMÃO (orgs). *Leituras do político*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011, p. 201-219.

Parece-nos até redundante falar em discurso político, sendo necessário, entretanto, trabalhar uma concepção de política diferente da althusseriana – lugar por excelência da reprodução social da produção econômica. Trata-se aqui de buscar ver o seu oposto, ainda que a nosso ver Rancière erra a mão ao afirmar que “o partido dos ricos encarna nada mais que o antipolítico” (RANCIÈRE, 1996, p. 29) – ou seja, somente haveria política enquanto negação da dominação. Mantemos a perspectiva rancieriana de ver a prática política enquanto “interrupção de simples efeitos”, mas não a de que ela seja exclusividade das classes dominantes. Preferimos aqui a compreensão sugerida por Pêcheux (1990 [1982], p. 12; e, sobretudo, 1997 [1975], p. 120-121; 203) de que a burguesia efetivamente faz política, mas a faz de modo dissimulado, sob as formas da ficção e do jogo eleitoral-parlamentar (fingindo que *tudo* pode acontecer) ou da denegação de viés científico e jurídico (fingindo que *apenas aquilo* pode acontecer)<sup>89</sup>. No quarto capítulo estaremos efetivamente envolvidos com o tema das formas pelas quais as classes dominantes (também elas) fazem política, enquanto interrupção de efeitos de filiação – no caso, a impossibilidade de que os comunistas pudessem filiar-se à democracia brasileira.

\* \* \*

Denise Maldidier, Claudine Normand e Regine Robin (1994 [1976]), ao buscarem uma definição do sujeito da enunciação, criticam o desvio que a sociolinguística promove *da causalidade à homologia entre universos paralelos* (o da língua e o da sociologia). Se este campo de estudos tem o mérito de sair do mecanicismo, por outro lado, é justamente neste ponto que a sociolinguística mostra-se incapaz de fundar uma teoria materialista do discurso.

As três autoras postulam o sujeito da enunciação como aquele do processo de tomada de posição *em relação* às representações/pré-construídos dos quais ele é o suporte. Partindo dessa compreensão, estaríamos aptos a constituir “uma teoria das práticas discursivas ligadas ao conjunto das outras práticas de uma formação social” (ibidem, p. 94). Mas além de reafirmar o papel do sujeito da enunciação enquanto *suporte* das práticas discursivas, as autoras propõem quatro “bases” desse sujeito: sua história na formação social; a economia dos processos inconscientes; a estrutura da língua; e o campo discursivo. Estas quatro bases conformariam as representações diante das quais o sujeito da enunciação se posiciona e efetua diferentes trabalhos na produção discursiva.

---

<sup>89</sup> Pêcheux, em outra obra (1997 [1983]), refere-se a duas práticas políticas fortes na esquerda francesa: uma que incide sobre a negação da opacidade de um acontecimento (“em verdade, o que aconteceu foi nada mais que isso”) e outra que nega o próprio estatuto de acontecimento a um determinado acontecimento (“em verdade, não aconteceu nada”). Respectivamente temos assim os reformistas, em seu pragmatismo desmobilizador, e os esquerdistas, em seu sectarismo igualmente desmobilizador, duas posturas na esquerda diante da vitória do socialista François Mitterrand em 1981.

Lidando conjuntamente com a história, a língua, o inconsciente e o campo discursivo, fica difícil pensar os sujeitos foucaultianamente enquanto “pura descontinuidade” ou althusserianamente como univocamente determinados/plenamente identificados. Por sua vez, assume grande importância o tema das representações sociais<sup>90</sup>. Mas será que podemos de fato identificá-las aos *pré-construídos*? Talvez, mas com a condição de não tomá-los como conjuntos estáticos de sentidos que “vêm lá de fora”. Temos no trabalho da dupla Collinot e Mazière (1994, p. 185-186) uma boa discussão do conceito de pré-construído enquanto reinscrição sempre dissimulada dos elementos do interdiscurso, oferecendo-se como o elemento central e “mestre organizador” da constituição do *corpus* discursivo, a partir do qual se tece o fio do discurso que torna possível o trajeto temático e o evento semântico<sup>91</sup>. Seria aquilo que, propriamente, obriga o analista a sair do texto. Mas perguntamos: e na perspectiva do sujeito das práticas languageiras, o pré-construído, esse elemento não assertado, vindo de outro lugar, que tece o fio do discurso (!) e torna possível o evento semântico (!), poderá ele ser apenas sofrido, de modo inconsciente? Uma imagem como essa não reduziria o interdiscurso – a totalidade concreta (com dominante) das possibilidades de sentido – a uma única (e internamente harmoniosa) formação discursiva dominante? Por certo tal concepção não tem lugar na teoria do discurso de Pêcheux, teria de pressupor sujeitos sem resistência, história sem outro e língua sem impossível; teria de abrir mão do real, cedendo aos mitos de uma repetição qualquer do Sentido sempre-já dado.

Voltemos ao início da questão, ou pelo menos à obra em que Michel Pêcheux desenvolve o conceito de pré-construído (a partir de Paul Henry), *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 98-99). O lógico Frege teria trabalhado – e se restringido a – a relação formal entre a “proposição em seu todo” (enquanto pensamento) e a subordinada que nela se inscreve como objeto de pensamento. A “ilusão” a que ele se referia era a ilusão por meio da qual esse objeto de pensamento induz no pensamento a existência de algo/alguém, não de um modo geral, mas como objeto/sujeito absolutamente único. Pêcheux então pergunta se, desse modo, deveríamos ter como absurda e desprovida de qualquer sentido uma frase como “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, onde o discurso do ateísmo militante nega, na “proposição em seu todo”, a existência daquele mesmo que ele

<sup>90</sup> Conceito explorado pelo analista do discurso João Carlos Cattelan no artigo Matrix!?, in BARONAS & GREGOLIN (orgs.) *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 83-94. Em síntese o autor define a representação social como um conhecimento partilhado socialmente, que forja evidências da realidade e permite a inserção social, sendo assim tributária de uma certa posição social.

<sup>91</sup> Pela definição de Eni Orlandi, o pré-construído é “o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”, a forma concreta pela qual o saber discursivo/interdiscurso “retorna”, aparece. Em *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, 2001, p. 31.

pressupõe como existente na subordinada. É quando afirma perguntando: Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há *separação, distância e discrepância* na frase entre *o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?* Nos perguntamos se não há aí alguma espécie de galhofa contra o ateísmo, que para negar Cristo (por *x* vezes) teria de o pressupor enquanto existência, para além de reconhecê-lo enquanto “realidade” produtora de efeitos políticos – a exemplo de como Pêcheux reconhece a existência histórica de Deus através da existência do aparelho ideológico Igreja.

Não questionamos o fato de haver tensão entre uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, e aquilo que é construído pelo enunciado. O fato de que os dizeres são tomados pelos outros e por sua incompletude, na própria base de sua interpretação. O interdiscurso pode até ser “cruel” em muitos casos. O que nos parece importante (e politicamente estratégico) de ser ressaltado é que essa relação não é sempre de oposição, podendo ser também de aliança, de modo que o sujeito da enunciação eventualmente pode tirar proveito das relações de sentido e fazer política com sua discursividade. Isso vale tanto para a disputa pelos sentidos entre formações discursivas quanto para aquela disputa que se dá no interior de uma formação discursiva, visto que jamais se diz tudo aquilo que pode ser dito – o que não é apenas um fator de economia e de sintaxe, mas também de política e de semântica. Todos os outros exemplos trazidos por Pêcheux em *Semântica e Discurso* nos autorizam a pensar dessa forma.

Que esse efeito discursivo (do não assertado, do enunciado que se apresenta verticalmente numa formulação) esteja ligado ao encaixe sintático, isso não nos faz afirmar que todos os homens são gramáticos, e sim de que eles também são levados a ponto de jogar com os funcionamentos morfossintáticos. Que esse elemento não assertado venha de outro domínio de saberes e posicionamentos, irrompendo “como se já se encontrasse aí”, ou como quem não quer nada, quase em estado de suspensão, nos leva a pensar se nas práticas enunciativas, além de se trabalhar insistentemente sobre a zona do rejeitado, sobre aquilo que poderia ser dito mas não é, não pode incidir também outro tipo de rejeição, a daquilo que talvez pudesse ser assertado mas não é. Índice de saber discursivo, de jogo com as relações de sentido, que não é monopólio da AD.

Para que não haja o risco de hipertrofia do linguístico (da “genialidade” ou da capacidade de jogo dos funcionamentos morfossintáticos em si) na compreensão dos processos discursivos, muitos têm sido os teóricos que buscam extrair mais destes pelo lado da história e da psicanálise. Em seu trabalho sobre a reflexividade na enunciação, Authier-

Revuz (1998) segue a compreensão lacaniana de um sujeito-efeito produzido pela linguagem, sem domínio sobre o seu dizer. Os fatos de auto-representação dos dizeres mostrariam que as palavras não falam por si mesmas, mas sim pelo Outro, que não coincide com o que queremos dizer. Voltamos sobre os dizeres para vigiar e tentar administrar estas intrusões de outros sentidos, de outras vozes (do desejo, da falha, da falta, de um outro de nós mesmos), *assim como* para reforçar a eventualidade de encontros felizes com esse Outro, até então impensados. Não intervir implicaria em permitir a dispersão do dizer no jogo de não-coincidências. Na reflexividade metaenunciativa o enunciador *sente* a falta, a não coincidência e a opacidade de seu dizer (a falha na captura do real pela letra), e retorna sobre ele com um comentário que preenche e “sutura esta ferida”.

Todo esse processo para Authier-Revuz não é um ornamento ou preciosismo de alguns em sua prática enunciativa. Seria o próprio *testemunho* da relação do humano com a língua, tocando o coração do sujeito e do sentido, chamando a atenção para a “relação íntima de um enunciador com as condições reais de sua enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 190). A forma pela qual estas falhas são negociadas na enunciação constituiria/manifestaria uma *posição enunciativa específica*, ligada a um gênero, a uma regularidade discursiva, a uma singularidade de sujeito (ibidem, p. 21; p. 28; p. 191). Todo enunciador sofreria a injunção de negociar com essas não-coincidências que atravessam seu dizer.

Pensamos que essa posição enunciativa específica é, antes de qualquer coisa, histórica. E o trabalho de Claudine Haroche (1992 [1983]) sobre os fundamentos históricos da subjetividade nos parece contribuir sobremaneira para esse entendimento. A estruturação da subjetividade estaria, em cada época, associada a um regime (jurídico, religioso, político) de desambigüização. Com relação a este regime, a autora critica em Benveniste e em Milner a falta de consideração do político e do histórico, colocando seus trabalhos no campo do formalismo e do logicismo. Como concordar que apenas a língua teria como propriedade “limitar a existência do discernível” (Milner), do articulável, do representável? Por outro lado, os sujeitos seriam apenas “figuras de agentes”, efeitos de um significante-mestre encarnado (Lacan)? São construções teóricas que, hipertrofiando a lingüística e a psicanálise, distanciam-nas “de qualquer contingência ou pelo menos da variabilidade histórica e ideológica” (ibidem, p. 175). Seriam indicações do posicionamento destes autores na luta de classes teórica, através da profusão de escritas herméticas, codificadas, que inibem o debate e asseguram recursos e espaços institucionais. Como se já não estivesse de bom tamanho, Haroche também se manifesta contrariamente à tese de um assujeitamento pleno:



Reconhecendo a justeza evidente do “eu que não é mais mestre de si”, não podemos entretanto contornar a realidade daquilo que se poderia designar como “margem de autonomia”, aparecendo aqui sob a forma de uma crítica, ali de uma resistência, e mais além de uma revolta. (ibidem, p. 208).

Pois bem, a seguir, veremos alguns percalços para se recuperar essa *margem de autonomia* enquanto elemento a ser incorporado às análises de um processo discursivo.

## 2.2 EM BUSCA DE PROCEDIMENTOS HISTORICIZANTES NO INTERIOR DA ANÁLISE DISCURSIVA

Só vendo como é que dói. Só vendo mesmo como é que dói. Trabalhar em Madureira, viajar na Cantareira e morar em Niterói.  
*Gordurinha, Mambo da Cantareira.*

Na perspectiva do entendimento da determinação histórica dos processos semânticos, chama-nos a atenção certo desnível na prática da AD quanto aos procedimentos de de-sintagmatização discursiva (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p. 181-183), aqueles que nos permitem atingir as formações discursivas e ideológicas pela exploração do recalque de que o sentido não é apenas um e o sujeito é determinado. Como esse é justamente o processo analítico que demanda a mobilização dos funcionamentos sócio-históricos, das contradições não linguísticas, é possível que haja aí algo como um efeito de negligência com o materialismo histórico na AD atual<sup>92</sup>.

Na de-sintagmatização linguística, procedimento anterior, de construção de um *objeto discursivo* (*objeto de conhecimento*, em linguagem althusseriana), buscamos neutralizar os efeitos do esquecimento enunciativo, tomado enquanto consciente e pré-consciente, passível de modalização autonímica, de retornos, reflexividade, etc., percebendo de que modo determinados mecanismos sintáticos e funcionamentos enunciativos trabalham a relação dizer-não-dizer, extremamente significativa. Trata-se de explorar famílias parafrásticas de um dizer empírico e operar relações de substituição. Por exemplo, nesta formulação de uma patroa para a sua faxineira, analisada por Suzy Lagazzi (1988, p. 72-74):

---

<sup>92</sup> Fato este bem analisado pelo nosso camarada Helson Sobrinho em seu trabalho apresentado no II SEAD, 2005: *Trilhar caminhos, seguir discursos: aonde isso poderá nos levar?* Suas provocações estão na raiz da formação do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação (Contradit).

*A senhora acha que eu estou pagando pouco pra senhora?*

Pela de-sintagmatização linguística explora-se outras formas virtualmente possíveis e pertinentes (no interior das condições de produção de sentido que tocam a enunciação) de um dizer, de modo a jogar luz sobre a forma concreta (multideterminada) pela qual algo foi dito. Assim podemos chegar a reformulações como: A senhora acha que ganha pouco? O que a senhora ganha é pouco? A senhora gostaria de ganhar mais? A senhora precisa de um aumento? O que a senhora acha de ganhar mais pelo serviço? Como afirma Lagazzi, centrar o discurso em si é uma estratégia da patroa, que deixa a faxineira na delicada iminência de julgá-la, e não propriamente o valor pago.

Um procedimento clássico de deslinearização ou de-sintagmatização linguística incide sobre as orações relativas – desde “Construções Relativas e Articulações Discursivas”, profícuo estudo de Paul Henry (1990 [1975]). Imaginemos um enunciado tal no estilo da revista Veja:

*O presidente Lula, que foi peão até os 27 anos, quando virou dirigente sindical, lembra quando lhe convém seu curto passado de trabalhador.*

Mediante a oração relativa explicativa “que foi peão...” incide sobre o dizer diretamente assertado (referente à conveniência de Lula em recordar uma parte de seu passado) um outro dizer, na forma de discurso transversal, lateral, através do qual um dirigente sindical é algo distinto de um trabalhador.

Outros muitos fenômenos sintáticos e enunciativos podem ser analisados no tratamento linguístico inicial de um *corpus*, considerando-se o domínio próprio dos esquecimentos enunciativos (de que o dizer pode ser outro) e das estratégias discursivas, como a interrogação retórica, a reformulação tendenciosa, o uso manipulatório das ambiguidades etc. (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], nota 28). Temos aí o ponto de articulação da linguística com a teoria do discurso, correspondendo ao funcionamento das paráfrases “sintáticas” e das sinonímias linguisticamente “naturais”, isto é, cuja orientação foi objeto de um apagamento (ibidem, p. 230).

No segundo momento da análise, caracterizado enquanto de-sintagmatização discursiva, tendo já reunidos os objetos discursivos – os processos de direcionamento dos sentidos encontrados e analisados a partir do material empírico –, passa-se a investigar suas determinações históricas, mobilizando o seu exterior específico, seu interdiscurso, e as

formações ideológicas em relação às quais caberá configurar, para os processos semânticos e as famílias parafrásticas analisadas, uma ou mais formações discursivas.

No projeto original de Michel Pêcheux com a análise automática do discurso (AAD), o momento da intervenção de cada saber era muito bem marcado: o saber sócio-histórico aparecia na montagem do arquivo e recorte das sequências discursivas autônomas (ou constituição do *corpus*); o saber linguístico aparecia no trabalho de de-sintagmatização linguística; o informático no tratamento estatístico dos enunciados-proposições; e o discursivo na interpretação dos dados finais.

Nada mais distante do que realizamos hoje. O saber discursivo avançou sobre todas as etapas. Seleção, recorte, descrição, montagem e compreensão integram um procedimento repleto de idas e vindas. Curiosamente, entretanto, as anteriormente chamadas hipóteses sócio-históricas, os saberes extra-discursivos que deveriam dirigir a formulação de questões e a mobilização de materiais empíricos para a análise, nem sempre aparecem de modo explícito. Muitas vezes, quando aparecem, se dão na forma de contextualizações a justificar o *corpus*, apontando para as condições de produção do discurso. Estas, entretanto, muitas vezes ocupam, na prática, um papel exterior, anterior e independente (inconsciente? sobredeterminante?) em relação ao trabalho específico da análise.

Não defendemos aqui o abandono da noção de condições de produção do discurso, mas há de se chamar a atenção para o fato de que os fantasmas teóricos que a assombam desde o início estão aí. Não são fantasminhas camaradas, e sim os velhos e íntimos adversários do psicossociologismo<sup>93</sup>, que tendem a tomar o imaginário e a dinâmica social enquanto funcionamentos ideais, não contraditórios. É por essa razão que Jacques Guilhaumou justifica o fato de a noção ter sido abandonada pelos historiadores do discurso, pois ela trazia como seu corolário a “situação de comunicação” e descambava para uma investigação analógica de tipo sociolinguístico (GUILHAUMOU, 2009, p. 31).

As condições de produção do discurso (ou do sentido), por trazerem os lugares sociais e suas representações (quase sociologicamente falando, com COURTINE, 1981), por trazerem as relações de força e as relações de mundo inscritas na sociedade (dizendo-o mais como historiador, com Jacques RANCIÈRE, 1996, p. 54)<sup>94</sup>, seja em que panorama for, devem, por todo esse leque de tensões e contradições que mobilizam, aparecer não apenas na

---

<sup>93</sup> Que seguirão nos acompanhando por muito tempo, visto que, de acordo com Paul Henry, a psicanálise e o materialismo histórico tendem a não encontrar lugar no regaço da universidade. *In A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992 [1977], p.141.

<sup>94</sup> “A política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundo”.

conformação do *corpus linguístico*, e não como pano de fundo, segundo plano, condições de felicidade etc.

A noção de condições de produção nos remete para as relações de força presentes na e constituintes da prática discursiva, para *o conflito de razões que demanda dizeres e sustenta posições*. Mas como compreender estas relações de força? Na base de sua compreensão está aquela já referida constatação de uma desigualdade real, da assimetria na relação entre os homens, do desnível entre os lugares que ocupamos e os poderes que exercemos no todo da produção social. Vale a pena destacar que isso que está em jogo, seja num texto ou num discurso, nunca são apenas relações entre sujeitos e temas ou entre sujeitos e objetos. O que está em jogo são, sobretudo e essencialmente, relações entre sujeitos. Se o discurso é – entre outras coisas – efeito de sentido entre interlocutores, a tensão constituinte e mobilizadora da relação entre estes interlocutores não é estranha aos sentidos aí produzidos.

Ao tomarmos a noção de condições de produção do discurso, explicitamos que, na base dos processos discursivos, além da materialidade simbólica há também uma materialidade histórica, formada pelas relações sociais de uma determinada formação social, em meio às quais (e para as quais) os sujeitos históricos trabalham a formulação dos “seus” dizeres, provocando agitações nas filiações dos sentidos e, como aqui é proposto conceituar, produzindo uma práxis discursiva, através de novas referenciações e de um deslocamento (tendencial) do sujeito enunciativo. Uma consideração como essa pressiona para que seja relativizada a separação radical – herdada da epistemologia althusseriana-bachelardiana – entre objeto empírico e objeto de conhecimento, posição essa indicada por Ana Zandwais quando afirma que

Ao tratar [...] do modo como a ideologia “apreende” o sujeito e se corporifica na materialidade discursiva, Pêcheux entende também que o componente sintático precisa adquirir um outro estatuto bem diverso do que teria na Lingüística, precisa deixar de ser apenas formal para constituir uma nova materialidade – a base lingüística – que integra os processos discursivos e que se ressemantiza a cada instância de inscrição no discurso e na história. *Eis que a distância entre o que se pode denominar discurso, como objeto teórico, e discurso como objeto empírico, começa a tornar-se menos visível e a relação entre ambos mais concreta.* [...] as relações do sujeito com a história e com os sentidos não podem mais ser tomadas como “representações” subjetivas que os sujeitos constroem sobre o real, mas, ao contrário, é o campo da prática concreta, da experiência, do vivido, que determina como o real precisa ser representado e significado como discurso (ZANDWAIS, 2009, p. 25-27. Grifo nosso).

Temos assim oportunidade de perceber uma das muitas consequências do avanço de um campo teórico-analítico sobre alguns de seus pressupostos formais dos primeiros experimentos. A confusão, no campo althusseriano, entre o (necessário) trabalho com o *nível empírico* e as abordagens empiristas (a serem contestadas), implicava num processo de homogeneização ou purificação dos objetos em análise que os distanciavam de sua dimensão histórica, contraditória, concreta, heterogênea. É por isso que um procedimento tal como o da de-sintagmatização discursiva, se é impossível de ser realizado no nível empírico – pois a rede interdiscursiva que sustenta os efeitos semânticos não pode ser configurada nesse espaço – ao mesmo tempo, não promover retornos (da ordem do dizível e do indizível) ao nível empírico das práticas enunciativas dos sujeitos históricos, compromete a possibilidade de compreender como um determinado objeto discursivo se constitui efetivamente enquanto *um discurso* tanto no campo da interdiscursividade (nas formações discursivas) quanto no campo da prática sócio-política (nas formações ideológicas) e sua relação com a lógica policial da organização dos corpos.

Por certo não há fórmulas ou equações para neutralizar o esquecimento subjetivo e conhecer aquilo que desde o lugar do sujeito enunciador não lhe é acessível. Mas pode-se perceber que os procedimentos linguístico-discursivos são quase sempre feitos de modo explícito, enquanto que os procedimentos histórico-discursivos tendem a se parecer demais com os *princípios*. Se os sujeitos não são a origem dos seus dizeres, se eles tendem a fazer sentido e se posicionar evocando saberes de modo inconsciente (em práticas atravessadas por processos inconscientes, nos parece mais justo), não seria justamente aí o momento chave para retomar, sob a forma de procedimentos, as hipóteses sócio-históricas que presidem o início do trabalho de análise? Quais são os nossos modos de interrogação de dados (de fatos) e formas de raciocínio (conjunto de questões) a incidirem sobre o *real da história*?

### **2.2.1 Os palanques de enunciação e as condições de produção dos sentidos**

Uma solução para esse desnível – entre o tratamento dado às equivocidades da língua e o tratamento dado às contradições da história – pode ser encontrada numa caracterização mais historicizante ou processual da subjetivação, permitindo-nos ir além das considerações quanto aos assédios das posições-sujeito dominantes das FDs, e a irrupção (acidental) de

posições-sujeito no discurso. Além de considerar as regiões mais cristalizadas da discursividade, buscamos assim produzir uma escuta capaz de compreender gestos de deslizamentos e práticas de resistência que, afinal, constituem e conformam a própria dinâmica das cristalizações no campo do interdiscurso – ou seja, a formação de pontos de estabilização de objetos ideológicos jamais idênticos a si mesmos, e nunca descritíveis por si mesmos, ao contrário do pressuposto pela arqueologia foucaultiana.

Assim, pensamos no que se ganha em termos de compreensão de um processo discursivo ao, já no processo de deslinearização das formulações, descrever e organizar as unidades de sentido afins a um determinado campo de referencialidade de uma prática política informada pelos estudos históricos. A compreensão de mecanismos sintáticos e funcionamentos enunciativos de um determinado dizer-não-dizer adquire espessura semântica e histórica frente ao *campo de experiência* e ao *horizonte de expectativas* dos sujeitos históricos – utilizando aqui os conceitos desenvolvidos por Reinhart Koselleck (2006 [1979]) para problematizar as formas como o passado e o futuro são mobilizados em um determinado tempo presente, sendo que, no nosso caso, os pensamos ao lado das práticas agenciadoras de desejos e interesses que conformam ação dos sujeitos históricos, e, mais eespecificamente, no bojo de seus *modos de subjetivação*:

[...] produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação caminha a par com uma reconfiguração do campo de experiência (RANCIERE, 1996, p. 47).

Campo social rico de possibilidades e impossibilidades, estas experiências (e expectativas, acrescentamos) não desenham um pano de fundo ou uma moldura dentro da qual se dão as ações dos sujeitos, mas sofrem reconfigurações a partir de uma práxis e intervêm no *fazer sentido* através de relações de reprodução-transformação da ordem do visível e do dizível em suas muitas regiões – as formações discursivas, campos de saber e dizer, de reconhecimento e captura das práticas discursivas em meio às relações sociais. Contra a falsa (ou apenas óptica) relação frente-fundo, que domina a compreensão de “situações de comunicação”, aqui entra em questão o trabalho sempre incompleto dos sujeitos históricos de construção dos seus *palanques*, de onde podem “finalmente” falar, *fazendo-se* visíveis e audíveis.

Estes *palanques* são ao mesmo tempo a instância e a capacidade dinâmica que condicionam as práticas discursivas dos sujeitos históricos, em meio às relações de força e às formas de combate nas quais os discursos ecoam ou não.

É na forma de modos de subjetivação que compreendemos, por exemplo, o que Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier (1994 [1986]) analisaram na apropriação da língua política dos jacobinos pelo povo pobre e faminto de Paris. A partir desta prática, promoveram o ingresso do conflito social no interior do conflito político, com palavras e um palavrear característicos da Assembleia Nacional, mas com uma nova referenciação. O tema da subsistência pôde, a partir de certos rituais da palavra, emergir no interior da Revolução Francesa, desvirtuando a retórica jacobina das assembléias. Analisando o trajeto temático da coordenação *pão e X*, Guilhaumou e Maldidier compreenderam que a referenciação para a palavra *pão* de início estava inserida na discursividade conceitual dos direitos fundamentais do homem, e depois passou a ser outra, inserindo-se na discursividade das palavras de ordem vindas das ruas, apontando para reivindicações concretas.

Veremos este mesmo tipo de situação no próximo capítulo, em relação a alguns dizeres da Conjuração Baiana de 1798, quando a apropriação da língua revolucionária francesa por trabalhadores mulatos de uma formação social escravista e colonial fez com que aquelas palavras e aquele palavrear produzissem outros sentidos e outras consequências. Outros entendimentos e desentendimentos – a historiografia ainda discute, por exemplo, se o abolicionismo fez ou não fez parte do programa político daqueles revolucionários baianos. Sintetizando, temos aqui mais um exemplo do princípio leninista de que as palavras mudam de sentido de acordo com aqueles que as empregam. Este quase consenso no campo teórico da AD não pode ficar restrito a uma consideração das formações imaginárias, visto que o “quem sou eu para lhe falar assim sobre isso” (dentre outras imagens que intervêm na prática discursiva) não incide apenas na (re)formulação dos saberes, na atualização dos discursos, mas intervém com força na produção social e histórica dos sentidos.

A constituição de *palanques enunciativos* não é obra de genialidade, mas condição para que os sujeitos possam falar fazendo-se visíveis e audíveis, em meio às relações de força e às formas de combate nas quais ecoam os discursos, forma material concreta sob as quais as ideias entram em luta na história (PÊCHEUX, 1980 [1977]). Não se trata do descortinamento ou reconhecimento de um lugar prévio, uma readequação do corpo, da fala e dos dizeres frente a esse lugar (administrado pelos poderes dominantes ou mesmo pelas hipóteses sócio-históricas do pesquisador), nem o acionamento de um aparelho formal inscrito na língua. Trata-se mesmo do oposto a quaisquer mecanismos de adequação, apontando para formas de

reação a um dano ou a um efeito indesejado causado pela incidência paradigmática e assediante daquela voz ordenadora, o que poderá sempre instaurar litígios e desentendimentos, valendo-se de modo especial da equivocidade dos dizeres, suas ambivalências e pontos de deriva.

Propomos, afinal, que além de se buscar os efeitos de sentido e os encontros fortuitos com o dizer do Outro<sup>95</sup> e dos outros, também se investigue a práxis, aquilo que se experimenta “como um impulso de realização ou de ação, um anseio de sentido mal discernido” (SAMPAIO & FREDERICO, 2006, p. 59), a ser pesquisado junto ao exterior específico de um conjunto de dizeres na história, que pode de alguma forma ser mapeado pela configuração de uma rede de dizeres formulados em uma formação social, desenhando um “sujeito em processo nos textos” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989, p. 66), tomado enquanto trabalho de constituição de uma instância enunciativa, e não uma entidade psicossociológica ou um sujeito pleno. Tal compreensão nos leva a pensar o trabalho dinâmico dos sujeitos com a sua língua, e nos isenta de qualquer formalismo linguístico que apele à história somente para contextualizar dizeres desencarnados, esquecendo ou tonando improdutiva (não consequente) a dupla materialidade do discurso, histórica e languageira.

Concordamos com todos aqueles pesquisadores (como ORLANDI, 2001; e MAYAFFRE, 2007) que recusam a categorização das formações e dos funcionamentos discursivos a partir de tipologias institucionais, disciplinares, estilísticas, temáticas, de gênero, de registro, etc.

Uma formação discursiva é precisamente o que faz com que de um lado e de outro do domínio, do gênero, do registro ou do tema, [...] dois discursos se assemelhem e que essa semelhança linguística testemunhe o posicionamento ideológico-social da instância enunciativa. (MAYAFFRE, 2007, p. 47)

No entanto, pensamos que o posicionamento ideológico-social nunca é apenas algo a ser testemunhado ou sofrido passivamente, visto que todo discurso é sempre, e ao mesmo tempo, *efeito* de filiações a redes de memória e *trabalho* de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX (1997 [1983], p. 56), devendo assim se extrair mais da consideração de que “não há identificação plenamente bem sucedida”. Seria cômico pensar que os rituais falham por alguma condenação divina ou porque Ele, o Sujeito, gosta de brincar de esconde-esconde. Os rituais falham porque os sujeitos não cabemos nas camisas (como as de grife e de força) que

---

<sup>95</sup>Concordamos com a proposta apresentada por Fabio Tfouni (em recente exposição oral durante o IX Congresso da ALED, em Belo Horizonte, 02/11/2011) de que o Capital deve ser considerado o Grande Outro de nosso tempo, tendendo a nos tornar desejantes e potenciais exploradores do trabalho alheio.



nos solicitam caber. E se não cabemos, há pelo menos dois motivos: 1) a identificação à Forma-Sujeito é apenas uma ilusão necessária à ordem dominante (seja à ordem social, como um todo, ou a uma de suas regiões), um mascaramento do lugar dos sujeitos na divisão social do trabalho ou apagamento de suas desigualdades e contradições, mas um apagamento que efetivamente não os apaga, apenas os fantasia; 2) tal identificação (assujeitamento) é social e materialmente perseguida, experimentada, sofrida e enfrentada, produzindo processos de conhecimento e transformação, de modo que há deslocamentos contingentes dos sujeitos, *subjetivação*, resistências sócio-históricas às coerções do ser. É o caso de lembrar Alain Badiou (1994, p. 114) quando diz que “só há uma questão na ética das verdades: como vou eu, enquanto alguém, continuar a exceder meu próprio ser?”.

Visamos dialogar aqui com a proposta de Indursky (2003; 2008) acerca dos acontecimentos (enunciativos, discursivos e históricos) que conduzem à constituição de novas posições-sujeito e de novos sujeitos tomados em sua FD, acrescentando-lhe a ideia de “sujeito em processo nos textos” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989, p. 66), através deste trabalho de constituição de uma instância enunciativa - a constituição de palanques – que atesta a equivocidade (o real) dos sujeitos na *sustentação de posições* e na sua militância pelos sentidos. Isso que chamamos de militância pelos sentidos deve ser pensado entre os efeitos de uma filiação e os trabalhos de deslocamento contingentes e necessários que operam contra e a favor de tal filiação. Estaremos assim lidando com o desafio colocado por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs da falta de uma “teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador”, para além de sua descrição enquanto sujeitos-efeitos das relações de lugar (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p. 171), mobilizando um sujeito que transborda, transforma e desliza no tecido social.

Pode ser descrito enquanto palanque de enunciação, por exemplo, para o caso do discurso comunista na França...

a) acobertamento de um enunciado no interior de outro, com o assédio de uma interpretação determinativa por trás da interpretação apositiva (cf. PÊCHEUX, 1981b).

Incidindo sobre o *mesmo* sujeito histórico, os comunistas franceses, e sendo o funcionamento analisado extraído de outro texto e autor, apontamos um segundo palanque de enunciação, analisado por Damon Mayaffre:

b) apagamento do locutor real e da audiência e forte distanciamento do locutor de seu enunciado (ausência de performatividade) (cf. Courdresses *apud* MAYAFFRE, 2007);

Por que razão podemos considerar a estes dois funcionamentos discursivos sob a categoria do palanque ou modo de enunciação? É a partir de funcionamentos como esses que os sujeitos em questão podem – em (b) – se projetar no horizonte da história, de onde tiram sua legitimidade em função da compreensão de um processo inexorável de superação do capitalismo; e por meio de (a), os sujeitos esforçam-se por dizer e não dizer o que se espera de sua instância enunciativa – no caso específico analisado por Pêcheux neste texto, trata-se do apoio do Partido Comunista Francês a um determinado conjunto de greves. É a própria condição histórica dos comunistas neste dentro-fora do Estado e da política institucional que tende a os levar a instâncias enunciativas carregadas de ambivalências nos modos de compromissar-se.

Considerações como estas precisam ser controladas, demandando a investigação continuada das condições de produção dos sentidos, das relações de força nas quais os temas e os sujeitos se configuram no campo da discursividade. Dizemos *continuada* porque que não nos parece suficiente que tal investigação se dê apenas antes do trabalho de análise linguística-discursiva, na formulação das hipóteses e nos recortes textuais dos quais se montam *corpora*. Seguindo as orientações de Guilhaumou e Maldidier (1994 [1986]), o *corpus* deve permanecer aberto para retornos ao arquivo, retornos estes que podem ser provocados pelo próprio material linguístico analisado. Consideramos, para além das indicações destes autores, que o momento de configuração das FDs, momento da deslinearização discursiva, de enfrentamento aos esquecimentos subjetivos, é o mais propício para a consideração (ou reconsideração) destas relações de força no interior da totalidade da produção social, cabendo ao analista compreender de que forma determinadas relações sociais intervêm em determinadas relações de sentido. Ou seja, o analista-historiador do discurso busca compreender como as regularidades do fazer sentido se constituem (se bifurcam, se encontram, se sobrepõem, se interditam,...) nos textos e deste modo fazem história. Mais do que (ou antes de) mapear efeitos de sentido e efeitos-sujeito, atenta-se assim para os modos de subjetivação no interior das conjunturas do dizer.

Acompanhamos a compreensão de Eni Orlandi (2001, p. 95) de que “a linguagem é uma prática; não [apenas] no sentido de efetuar atos mas porque pratica sentidos, intervêm no

real. Essa é a maneira mais forte de compreender a práxis simbólica”. Buscamos somente propor um suporte analítico a tal afirmação desde o lugar dos estudos históricos. A equívocidade simbólica ou sígnica, real específico da língua, só faz discurso quando e porque os sujeitos não são indiferentes ao que se diz, tocando assim o real específico dos sujeitos históricos. Enquanto sujeitos falantes somos inconscientemente capturados e filiados à força às FDs – e os gestos de interpretação inscritos nesta tese estão aí para atestar tal consideração antinarcisista. No entanto, também fazemos política, de modo que toda leitura sintomal sucumbe à ingenuidade ou à obsessão quando não percebe que determinadas faltas e apagamentos merecem ser vistas não como falhas ou acidentes de percurso, mas enquanto materializações de um outro ritual que nos remete à esquivocidade dos sujeitos, à sua prática política.

Esses rituais heréticos fazem-nos retornar aos estudos históricos e considerar a descontinuidade fundamental entre os aspectos descritivos dos sujeitos/classes sociais e seus aspectos propriamente políticos, de subjetivação e transformação – do mesmo modo como Spivak (2010 [1985], p. 31-43), nas pegadas de Marx e próxima à teorização de Jacques Rancière acerca da subjetivação. Se além da investigação das condições objetivas (econômicas e culturais) que conformam as classes (em-si), ou seja, da investigação das formas concretas de assujeitamento em uma determinada formação social, pesquisarmos a dinâmica dos seus conflitos, os modos pelos quais (se) representam, se fazem sujeitos políticos e reagem aos danos de um assujeitamento/coerção, poderemos perceber como os modos de subjetivação e a luta de classes determinam as próprias formas de uma dominância, de modo a perceber também como se passa de uma ordem de relações a outra. Compreendendo tanto a dinâmica da reprodução quanto a da transformação numa determinada formação social, poderemos trabalhar em prol de “um pensamento não apenas do que é, mas do que surge” (BADIOU, 1994, p. 17).

### 3 A CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 E A DILUIÇÃO DO OUTRO

É sempre a relação direta dos donos das condições de produção com os produtores diretos [...] que revela o segredo mais íntimo, a base oculta de toda a estrutura social e, com ele, a forma política da relação de soberania e dependência, em suma, a correspondente forma específica de Estado. Isso não impede que a mesma base econômica – do ponto de vista de suas principais condições – devido a inúmeras circunstâncias empíricas diferentes, meio ambiente, relações raciais, influências históricas externas, etc., apresente infinitas variações e gradações de aspecto, o que pode ser avaliado tão-somente através da análise das circunstâncias conhecidas empiricamente.

*Karl Marx, O Capital.*

[...] não podem Supportar em pás a diferença de condiçoens, e desigualdade de fortunas, de que se Compoem a admiravel Obra da Sociedade Civil, Compensada por reciprocas Vantagens, e generalidade de Direitos: atrevendo-se já de longo tempo a apprezentar ao Governo o audacioso requirimento [...]; desenvolvendo nella os mesmos principios antisociais de igualdade absoluta, que pouco depois o precipitarão na infame Conjuração, de que se Constitui Cabeça.  
*Termo de conclusão da Devassa da Conspiração dos Alfaiates.*

Ano de 1798, Bahia de Todos os Santos. A América portuguesa vive certas inflexões que só puderam ser grosseiramente resolvidas ou abafadas com a remessa da família real dez anos depois, com tudo o que isso implicou para a interiorização da metrópole/do Estado em suas possessões do lado de cá. Nessa última década do século XVIII, a conturbada conjuntura internacional de guerras e revoluções estimula um novo ciclo de alta da economia colonial de exportação, com especial destaque para o impacto da revolução haitiana em curso, que favoreceu diretamente a recuperação da indústria açucareira baiana pela desorganização das plantações em São Domingos, maior fornecedor à Europa naquela altura de solução para as suas amarguras. Mas a revolução negra do Caribe produziu também ventos de esperança e choques de pavor. O historiador Robin Blackburn (2002, p. 408) nos informa que em 1792 “a maioria dos proprietários de escravos e brancos foi tomada do medo das consequências de qualquer desafio revolucionário à metrópole”, e relata o comentário de um viajante inglês que teria observado no Rio de Janeiro o fim da “magia secreta que faz o negro tremer em presença do branco”.

Some-se a isso o fato de que o apelo do aumento da lucratividade do açúcar baiano levou imediatamente à redução do cultivo de mandioca, que transformada em farinha fazia o alimento básico em quase toda a colônia. Resultado: desabastecimento de víveres e fome, fortemente sentidos na negra cidade mercantil de Salvador, a maior do império ultramarino português em população depois de Lisboa, sede da Capitania da Bahia – tendo ainda sob sua

jurisdição as do Sergipe e do Espírito Santo –, e teimosamente considerada capital da América (portuguesa)<sup>96</sup>.

Seria apenas mais um ciclo de fome em Soterópolis, não fosse a conjuntura ímpar, na qual saía mais açúcar e chegavam mais escravos e mais notícias de levantes (reais, possíveis e imaginados), vindas da França, das Minas, da Índia, de todo lado, dando mais trabalho às forças de repressão, compostas em sua maioria por soldados mulatos livres ou libertos, ocupantes de um lugar *coringa* naquela sociedade escravista. Nem senhores, nem escravos. Revolucionários, alguns.

Há muitos indícios de que a Conjuração Baiana, movimento republicano e anticolonial, ainda que sob a liderança destes soldados mulatos, tenha contado com a participação de diferentes classes e segmentos. Ao longo de um ano e pouco foram investigados trabalhadores livres (brancos, mulatos e negros), alforriados (mulatos) e escravizados (mulatos e negros). Considerando as suas ocupações, havia de cabeleireiros a lavradores, de oficiais superiores a... professores de gramática! (TAVARES, 1975). Pesquisa recente confirma as teses de István Jancsó (1996) e aponta para a participação de membros da elite econômica e administrativa, que teriam oferecido escravos à justiça como demonstração de fidelidade à Coroa, de modo a saírem ilesos da investigação (VALIM, 2006).

As tensões e os traumas daquela formação social escravista ficam assim à flor da pele, sendo potencializadas ainda pelas notícias de levantes contra as estruturas de dominação em diferentes cantos do mundo, da América Inglesa às Minas Gerais, da França a Santo Domingo, da Índia ao Rio de Janeiro, com diferentes cores e intensidades. Forma-se em Soterópolis um caldo político de humores e predisposições a *arruaças*, *conjurações* e *inconfidências*<sup>97</sup>. Como parte dessa atmosfera peculiar à “era das revoluções” (HOBSBAWM, 1982) e seus transbordamentos atlânticos, desenvolve-se na Bahia um novo conjunto de comportamentos desviantes e práticas de enfrentamento, do oferecimento de *jantares de carne* em dias santos aos *francesismos* no modo de vestir, da misteriosa destruição do patíbulo real à afixação de *papéis incendiários* pela cidade. Novo conjunto, visto que todo o

---

<sup>96</sup> Como o faz o advogado de defesa dos réus do movimento de 1798, José Barbosa de Oliveira (Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates, 1998, p. 953), reproduzindo um provável costume que era o de referir-se à capital do Estado do Brasil como capital da América, podendo acrescentar “portuguesa” entre parêntesis, como também encontramos nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (1977) em referência àquela que, capital desde 1763, tornar-se-ia a mais populosa cidade portuguesa da América a partir de 1808, o Rio de Janeiro.

<sup>97</sup> Arruaça era todo o tipo de desordem no espaço público, em geral pequenos protestos localizados, sem organicidade/direção política, enquanto que as conjurações e as inconfidências constavam dentre os piores crimes na ordem colonial, marcando a conspiração e a falta de fidelidade ao rei, crimes de lesa-majestade. As arruaças, quebra-quebras, motins exigindo comida, eram a tônica dos protestos, tanto na Bahia com fome de farinha quanto na França com fome de pão. Seus sujeitos são sempre as multidões, a massa.

processo de conquista portuguesa na América e sua manutenção foi atravessado por frequentes sublevações dos povos (FIGUEIREDO, 2003, p. 7), sendo a característica ímpar dessa quadra final do século a afetação por outras culturas políticas europeias (além da ibérica) e suas consequências em razão das implicações para a relação com a metrópole.

A fim de apreendermos as relações de força e de sentido que sustentam a interpretação em um destes papéis incendiários – também chamados de pasquins e boletins sediciosos – que vieram a público na manhã de 12 de agosto de 1798 em Salvador, traçaremos o universo social e sua prática política impossível (jogando com a expressão de JANCSÓ, 1996) nesta formação escravista.

### 3.1 FORMAÇÃO SOCIAL E CONJUNTURA NA BAHIA DO FINAL DO SÉCULO XVIII

Quem diz açúcar, diz Brasil, quem diz Brasil, diz Angola.  
*Antonio Vieira.*

Branco diz o preto furta  
Preto furta com razão  
Sinhô branco também furta  
Quando faz a escravidão

*Canção brasileira que circulava à época da escravidão*

A despeito da consagração de expressões como *Brasil Colônia* ou *período colonial do Brasil*, deve-se ter cuidado para não se promover aí algum anacronismo, projetando sobre o passado uma realidade política, econômica e mesmo territorial que só começaria a se desenhar de modo efetivamente unitário no século XIX e após o famoso grito de 1822 – e ainda mais tarde se formos pensar em termos de uma *nação brasileira*, visto que essa unidade política, econômica e territorial somente começa a se legitimar socialmente após o enterro da república oligárquica em 1930, sendo a rebelião paulista de 1932 um canto de cisne. Mesmo com todo o impacto das grandes inflexões históricas sobre o projeto colonial<sup>98</sup>, o desenvolvimento de processos de integração econômica dos domínios portugueses na América só tem início no século XVIII<sup>99</sup>, enquanto que a integração política propriamente dita se efetiva no II Reinado,

<sup>98</sup> Dentre as quais podem ser citadas sumariamente a necessidade de um governo-geral após o relativo fracasso do sistema de capitânicas hereditárias (1534-1549), a quase dilaceração do império ultramarino português no seu período Habsburgo (1580-1640), os desafios representados pela exploração aurífera no século XVIII e o revisionismo ilustrado pombalino (1750-1777).

<sup>99</sup> Esta é a posição de muitos historiadores, como Caio Prado Jr., Fernando Novais, István Jancsó e Luis Felipe de Alencastro. Este último vai ainda mais longe ao apresentar, já para o século XVIII, a passagem da identidade

em torno de 1850 e da extinção do tráfico negreiro, quando tem fim uma série de confrontos políticos regionais detonados pela montagem de um novo aparelho de dominação imperial – confrontos aqueles que só puderam ser vencidos militarmente, é bom não esquecer.

### 3.1.1 O sentido da colonização e os deslocamentos colonizadores

Filiamo-nos (de um modo particular, como se verá) a uma perspectiva historiográfica que reconhece o *sentido da colonização*, isto é, o fato de que a formação social do que veio a constituir-se enquanto Brasil só pode ser compreendida no conjunto da expansão europeia e do longo processo de dissolução da medievalidade em seus modos de governar e produzir. Ou seja, a colonização portuguesa da/na América insere-se na ordem pré-capitalista, que não designa apenas um antes nem refere a alguma condenação teleológica, mas o processo na qual uma infinidade de formações sociais iam se dissolvendo *na medida em que* aumentavam as dependências estimuladas pelo capital comercial no mercado mundial que vai sendo montado a partir do século XV. Vale chamar de modernidade “pré”-capitalista, pois ainda que seja o capitalismo um determinado modo de produzir, e não um *resultado* do desenvolvimento comercial, aquela criação de dependências estimuladas pelo mercado mundial favorece duas condições essenciais ao capitalismo: a concentração de capital (ou de cabedais) e a proletarianização, expropriação crescente que torna grupos humanos inteiramente dependentes do emprego de sua capacidade de trabalho para sobreviverem.

Não temos como aprofundar aqui, mas para a compreensão desse mercado mundial e seu vínculo com o desenvolvimento das condições propícias ao capitalismo, são importantes os estudos de Marx condensados no volume 3 d’*O Capital* (publicado após a sua morte, em 1894) e mais especificamente o capítulo *Observações históricas sobre o capital comercial*. Quanto ao processo de acumulação primitiva de capital, no volume 1 (de 1867), ele é desenhado como resultado de um parto violento operado sob os auspícios do Estado através da colonização, do regime da dívida pública, da modernização das finanças e do

---

dos *brasílicos* (portugueses nascidos e/ou estabelecidos aqui) a de *brasileiros* (com o sentido atual). Para Alencastro a exploração aurífera provocou uma “divisão inter-regional do trabalho e um mercado interno na Colônia, fazendo assim emergir a idéia de filiação a uma comunidade supra-regional dotada de uma mesma língua e vivendo num mesmo território”. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 28. Em termos jurídicos da época, a figura do brasileiro era a de todo aquele filho e neto de alguém nascido nas possessões portuguesas da América, mesmo se este em questão tivesse nascido no Reino (como explica Tarquínio Oliveira em nota dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, vol. 9, p. 65).

protecționismo. Essa conjugação de fatores é que vai impondo o capitalismo contra a ordem feudal:

A descoberta das minas de ouro e de prata da América, o extermínio das populações indígenas, sua escravização ou seu enterramento nas minas, a conquista e o começo da pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África num vasto cercado onde se caçavam negros, tudo isso caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses procedimentos idílicos são os fatores importantes da acumulação primitiva. Logo depois começa a guerra comercial das grandes nações européias tendo a terra inteira como campo de batalha. (MARX, 1982 [1867], p. 183).

Estes procedimentos “idílicos”, em verdade cobertos de sangue e vertigem, representam a terceira grande expansão europeia da história – as outras foram a do Império Romano e a das Cruzadas –, sendo, no entanto, a primeira a liberar as fúrias do interesse monetário abstrato, para usar a expressão de Robert Kurz (1997, p. 40), impulsionando deste modo o desenvolvimento do capital comercial e de um mercado mundial (MARX, 1982 [1894]) pela ação direta de empreendimentos comerciais, o que permite entender o motivo de se batizarem alguns domínios ultramarinos com nomes de produtos: Costa da *Malagueta*, Costa dos *Escravos*, Costa do *Marfim*, Costa do *Ouro* (atual Gana), *Brasil*. Além disso, esta lógica se intensifica progressivamente no tempo, na medida em que “o desenvolvimento capitalista na Europa gerou novas *necessidades* que não poderiam ser atendidas com recursos europeus” (BLACKBURN, 2002 [1988], p. 25. Grifo nosso). Estamos assim com a escola pradiana (ou “externalista”), em referência à profícua vertente de leitura inaugurada por Caio Prado Júnior para o desenvolvimento histórico brasileiro.

Há de se ressaltar, no entanto, que esse sentido (moderno e produtivo, escravista e agroexportador) da colonização se realiza e *se impõe* ao longo do tempo e de modo contraditório, não podendo ser tomado de maneira teleológica, afinal

[...] a economia colonial brasileira foi montada no século XVI tendo em vista não aquilo que viria a ocorrer fora de Portugal dois séculos depois, mas sim a dinâmica interna e parasitária de uma metrópole que em nada se assemelhava a um país em processo de acumulação de capital. (FRAGOSO, 1998, p. 83)

Por este viés, sendo *arcaico* o pólo determinante e dominante da conquista e da colonização portuguesa na América, impõe-se a consideração de outros sentidos ao longo do processo histórico, o que nos permite compreender o motivo de ele precisar ser constantemente lembrado aos próprios colonos – afinal, também eles, ou sobretudo eles, tinham de ser dirigidos e colonizados, de modo a assegurar que nas *conquistas ultramarinas*



efetivamente se pudesse realizar *exploração colonial* (ALENCASTRO, 2000). Não bastava ser pai e protetor (como devia ser El-Rei), tinha que participar, aliviando certas dores desse aprendizado e produzindo outras para o bem comum da nação portuguesa e o de sua casa real. No mais, há de se considerar um conjunto de aspectos subjetivos deste processo, como o fato de que os colonos, os agentes privados e locais do empreendimento colonial, resistiam à sua designação de *colonos*, enunciando-se *vassalos do rei*, súditos portugueses na América, detentores de direitos naturais diuturnamente violados (FIGUEIREDO, 2003).

O sentido da colonização faz com que a grande propriedade na América portuguesa – ademais o fato de se constituir enquanto fonte maior de *status* da classe senhorial ou nobreza da terra que aí se forma – designe prioritariamente um negócio (SCHWARTZ, 1988, p. 177) e um encargo (MOURA, 1996), visto que a manutenção do direito de propriedade é condicionada à sua produtividade, o que leva os proprietários/agentes locais a manterem um “vínculo de alma” com o projeto colonizador do império ultramarino português, e o que desbanca qualquer interpretação de um “feudalismo americano”. Em contrapartida, a Coroa busca oferecer proteção aos seus mais caros e estimados colonos, os senhores de engenho, contra aqueles que representam mais diretamente a acima referida fúria moderna, os credores e comerciantes privados, agenciados pelo (e agenciadores do) projeto colonizador português. Dificuldades impostas à execução de hipotecas e demais formas de cobranças aos eternamente endividados senhores de engenho – sinal até de *status* no ambiente colonial pré-capitalista, se bem que os pobres da colônia também vivessem espalhando dívidas pelos armazéns e botequins – favorecem a manutenção de suas terras e engenhos (SCHWARTZ, 1988; JANCSÓ, 1996, p. 89), assim como permitem à produção colonial reproduzir-se sem sucumbir à acumulação capitalista. E, por tabela, a produção colonial, pelo que gera de renda tributária, comercial, etc., permite à sociedade estamental portuguesa reproduzir-se sem sucumbir ao poderio dos banqueiros europeus (AMADO & FIGUEIREDO, 2001, p. 33). Atuando como empresário ou gestor da montagem e manutenção dos negócios coloniais, o Estado português esforçava-se para perpetuar no tempo a estrutura arcaica e senhorial de sua formação social (FRAGOSO, 1998).

Mas vejamos: o novo nasce do velho, que por sua vez luta para se reproduzir. O velho permanece no novo, que luta para extirpá-lo. A polêmica categoria da *transição*, que reveste a compreensão marxiana da modernidade pré-capitalista, período de intensos deslocamentos entre as esferas privada e pública, a produção e o mercado, as classes e os estamentos, os direitos e os privilégios, o moderno e o arcaico, etc., merece um cuidado especial dos historiadores para não dar margem às teleologias, por um lado, e para não simular o

apagamento do lugar do qual se investiga, por outro, lugar este que deve ser assumido e do qual necessariamente deve se tirar partido:

Um dos eixos centrais da metodologia de Marx é a “centralidade do presente” para o conhecimento dos fenômenos históricos. Com essa expressão, entende-se a história como um processo em permanente desenvolvimento e o presente como momento privilegiado para se entender o passado. É a anatomia do homem que permite conhecer a anatomia do macaco – e não o contrário. É também a existência do capitalismo plenamente consolidado que possibilita ao estudioso olhar para as sociedades pré-capitalistas e captar os sinais indicativos da desintegração daquela formação social e anunciadores das possibilidades de desenvolvimento futuro. Não se trata, evidentemente, de projetar o presente no passado, o que faria da história um presente permanente, uma entidade atemporal. O que interessa a Marx é atentar para o processo histórico como um fluxo formado por continuidades e descontinuidades, em que o mais desenvolvido serve para compreender o menos desenvolvido e as tendências que anunciam a sua transformação. (FREDERICO, 2010, p. 7-8)

Marx e Engels são enfáticos contra as teleologias ou determinismos históricos, identificando explicitamente o lugar estruturante e imanente do fazer histórico:

A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado, prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa. O que pode ser especulativamente distorcido, na medida em que se converte a história posterior em finalidade da anterior, na medida em que, por exemplo, é atribuída à descoberta da América a finalidade de auxiliar a erupção da Revolução Francesa – com o que a história recebe finalidades à parte, tornando-se uma “pessoa ao lado de outras” (tais como: “autoconsciência, crítica, Único” etc.), enquanto que o que se designa com as palavras “destinação”, “finalidade”, “núcleo”, “idéia”, da história anterior nada mais é do que uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior. (MARX & ENGELS, 1993 [1846], p. 70-71).

Há de fato uma relação dinâmica e conflitiva entre sentidos e experiências históricas, os fatos reclamam sentido (HENRY, 1994) e nisso não há univocidade; a existência de um projeto, de um sentido propulsor, que se inscreve de um modo particular na concretude histórica em suas muitas determinações e tendências, e as transformações contingentes que sofre<sup>100</sup>. Podemos aí tomar as capitânicas hereditárias como um bom exemplo de *realização concreta do sentido da colonização*. Elas não fracassaram por sua idealidade, seja em função

<sup>100</sup> Lembramos aqui uma citação já referida acima de Thompson (1978, p. 48): “[a história] oferece evidências de causas necessárias, mas nunca [...] de causas suficientes, pois as “leis” (ou, como prefiro, a lógica ou as pressões) do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências”.

de algum aspecto feudal ou arcaico que pudesse recobrir suas formas<sup>101</sup>, seja mesmo por seus avançados propósitos e mecanismos de garantia da produtividade econômica e da defesa militar do empreendimento colonizador – que absolutamente nada tem de feudal, podendo, inclusive, ser comparado, *avant la lettre*, às modernas companhias coloniais britânicas e holandesas (ALENCASTRO, 2000, p. 22). Enfim, não foi por falta de sentido (uma modernidade aqui impossível) ou por algum sentido já desbotado (um arcaísmo limitador) que projetos colonizadores como o das capitanias hereditárias se mostraram dados a falhas (considerando-se que de um total de doze unidades apenas São Vicente e Pernambuco vingaram). A questão de fundo é que – sem que se abdique dos sentidos dominantes, das variáveis que interferem na variação de todas as outras (JANCSÓ, 1996, p. 35) – haverá sempre de se considerar os outros sentidos que são determinados e determinam as próprias formas de dominância. Dizendo ainda de outra forma, quase foucaultiana, pelas descontinuidades poderemos perceber também o que permanece e se permanece (MATTOS, 1999, p. 34).

Se há algumas linhas acima afirmamos que “a formação social do que veio a constituir-se enquanto Brasil só pode ser compreendida no conjunto da expansão europeia e do longo processo de dissolução da medievalidade em seus modos de governar e produzir”, temos agora a necessidade de ir adiante e afirmar que *a formação social do Brasil não pode ser compreendida somente no conjunto da expansão europeia etc.* É preciso considerar e incorporar o conhecimento histórico produzido pelos pesquisadores da chamada vertente “internalista” (como Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender e João Fragoso), que analisa os elementos propriamente endógenos no processo de nossa formação social, de modo a compreender os sentidos feitos dominantes – disputados e impostos – desde a região colonial, mesmo que associados, mas também de modo a compreender os sentidos dominados, contidos, surrados, emudecidos. Os sentidos da resistência não são menos reais, inclusive o oposto seria mais exato.

É Jacob Gorender (2010 [1985]) quem nos alerta para o fato de que a influente interpretação inaugurada por Caio Prado Júnior faz emergir a figura do *empresário colonial* como demiurgo da formação social brasileira. Este é um fator que nos ajuda a entender a dupla subalternização dos escravizados (e do escravismo) nela, pelo seu lugar social na história e enquanto categoria explicativa na historiografia, por vezes aparecendo como

---

<sup>101</sup> Aspectos que impressionaram ao historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), talvez o primeiro a apontar para a incoerência de tantos privilégios concedidos aos colonos num momento em que “os reis tentavam concentrar cada vez mais autoridade” (citado por ALENCASTRO, 2000, p. 21-22).

simples fator contingente da produção colonial, milhões de braços para o trabalho, ao custo de algum sangue para o látigo.

No tradicional debate da historiografia marxista da colonização, o da conceituação da formação social brasileira como *capitalista* ou como *escravista colonial*, percebemos uma manifestação daquelas desavenças entre o marxismo (ortodoxo) das forças produtivas e o marxismo (heterodoxo) das relações de produção, como expusemos acima, adotando a conceituação de João Bernardo (2009 [1991]).

Extrapolando a historiografia marxista, tentamos tirar partido das verdades enunciadas pelas macrovertentes “externalista” e “internalista”, com o entendimento de que a segunda deve ser incorporada e sintetizada pela primeira, posição esta que parece também ter sido compartilhada por Jancsó (1996, p. 94) ao afirmar que a tese de Frago, querendo refutar a linha pradiana, mais ainda a enriquece, conferindo-lhe maior densidade. Já o desenvolvimento “internalista” mais recente e político-culturalista, que pode ser representado por António M. Hespanha, parece resvalar para uma historiografia pós-modernista, que desconhece (?) causalidades estruturantes e se encerra em descrições pontuais.

É absolutamente certo que “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros” (PRADO JR., 1956, p. 23). O problema é que o atacante não combina suas jogadas com o beque, e nem sempre consegue ou pode fazer o que o técnico lhe solicita. No caso das capitânicas hereditárias, não se entende a sua história negligenciando o papel da resistência dos ameríndios contra os enclaves europeus, o assédio de outras empresas comerciais (sobretudo francesas) e a própria incapacidade de muitos dos colonos (“vassalos leais”) para realizar as jogadas solicitadas pela metrópole – tanto pela insuficiência dos capitais, em grande parte captados junto a investidores flamengos e italianos (SCHWARTZ, 1988, p. 179), como pela referida falta de colonização destes sujeitos e mesmo a novidade do viver em região de conquista, em um processo bastante complexo de colonização, sob um “notável esgarçamento nas condições do bom governo na república desses príncipes de virtudes excelsas e perfeitas” (FIGUEIREDO, 2003, p. 6).

Também no terreno do desenvolvimento histórico, há diferentes e encarnadas formas de luta pelo sentido e pelos sentidos, como há os desentendimentos. No aspecto propriamente econômico do empreendimento colonial é impossível fixar-se apenas no sentido dos interesses metropolitanos. É o que defende Frago (1998), ao ressaltar a força da produção voltada ao mercado interno e a acumulação endógena, caracterizando outros modos de produção em nossa formação social, além do dominante. Não seria outra a razão de que a economia brasileira tenha atravessado períodos de alta em épocas de depressão mundial.

Esta linha de interpretação, aberta por Ciro F. Cardoso e desenvolvida por Jacob Gorender, explora o materialismo histórico sem dogmatismos, indo na contramão das leituras ortodoxas e revisionistas (como a que considera a existência de um “capitalismo comercial”). Se no aspecto estritamente econômico é assim, o sentido da colonização não dorme no berço esplêndido dos sonhos metropolitanos, nem se reduz a estes, quando buscamos mais detidamente a compreensão dos elementos sócio-políticos da realidade colonial, como é o caso deste capítulo, a complexidade e a disputa pelos sentidos se elevam a um patamar muito mais elevado. Por isso mesmo, concordamos com István Jancsó ao afirmar que

[...] a organização social, nascida, desde o início, em função, e ao mesmo tempo, com base numa dimensão tendencialmente crítica do Antigo Regime (o processo de acumulação nos moldes do capitalismo comercial), produziu livremente realidades totalmente novas, sem paralelo com processos similares na Europa, colocando questões teológicas, legais e políticas de novo tipo. (JANCÓS, 1996, p. 69. Grifo nosso).

Nessa mesma linha de reflexão trabalha o historiador Fernando Novais (1998), que concebe a colônia como prolongamento da metrópole, e ao mesmo tempo a sua negação, tendo assim, de todo modo, um referencial comum que representa a sua peculiaridade<sup>102</sup>.

No século XVIII, quando a população colonial decuplica em função da exploração aurífera – que, no entanto, jamais desbancou o papel do açúcar na economia de exportação (SCHWARTZ, 1988) –, o projeto metropolitano tem de passar por uma série de ajustes. Com justiça esta série pode ser agrupada sob o nome de reformas pombalinas. O ilustrado e todopoderoso ministro Marquês do Pombal, com o propósito de retomar e intensificar com maior racionalidade o sentido da colonização nas novíssimas macrocondições da crise do Antigo Regime, pôs-se a enfrentar no seu governo (1750-1777) grandes interesses internos e externos ao império ultramarino, tais como os da velha nobreza lusitana de sangue (ligada à terra), dos jesuítas e, em especial, dos ingleses, que emergiram da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) praticamente sem concorrentes no Atlântico (ibidem, p. 339). Por outro lado, apoiou os grandes comerciantes e a nova nobreza que, como ele, era formada essencialmente na prática do serviço público real.

<sup>102</sup> Essa articulação dialética tende a ser mal compreendida e obstruída por aqueles pesquisadores que cedem às teorias positivas (das identidades e definições) e escolhem um campo de investigação qualquer *contra* um outro – a história econômica *no lugar* da história política, a história cultural *no lugar* da história conceitual, etc. A perspectiva totalizante dos primeiros Annales e do marxismo serve de antídoto e/ou ameniza os efeitos de desconhecimento produzido pelas especializações acadêmicas. Concordamos aqui com Louis Althusser ao contrapor o trabalho próprio da filosofia e o da ciência: enquanto a filosofia divide, a ciência une (*Lenin y la filosofía*, México, DF: Era, 1970, p. 12). Se a riqueza das descobertas possibilitadas pelas especializações não retroalimenta e não dá trabalho aos estudos totalizantes, perde-se o sentido e esmigalha-se o saber.

O Marquês, que tinha sido embaixador em Londres durante sete anos, pode ali bem perceber a performance distinta das duas potências marítimas nas suas trocas mercantis e na consequente acumulação de capitais. Fernand Braudel (1987, p. 37-38), no entanto, nos chama a atenção para o fato de que se, por um lado, a economia de mercado já é então espetacularmente *extensa* e *exitosa*, por outro, falta-lhe até o século XVIII o que se pode chamar de *espessura*. É o caso, a nosso ver, de lembrarmos aqui que independentemente da sagacidade de Pombal e sua tentativa de “copiar uma página do próprio texto inglês” (SCWHARTZ, 1988, p. 338), Portugal está muitíssimo distante da Inglaterra no que diz respeito ao caráter total das duas formações. Ele ainda é nesta época um país assentado em relações senhoriais, com uma sociedade de ordens/estamental, característica geral do Antigo Regime, e que se constituiu enquanto um Estado mercador, “atravessador de mercadorias” (FRAGOSO, 1998) entre suas regiões coloniais e para a Europa – onde também se capitalizava, junto às casas de crédito holandesas, alemãs, florentinas, genovesas, inglesas e portuguesas para a *montagem e manutenção* das economias agroexportadoras e do tráfico negreiro. Inclusive, além de ressaltar o aspecto ativo e gestor do empreendimento ultramarino (que a expressão acima emprestada de Fragoso pode esconder), o mais correto e esclarecedor será inverter esta ordem de apresentação das duas grandes tarefas atlânticas do império português, pondo primeiro o tráfico negreiro, do qual Portugal foi pioneiro (BLACKBURN, 2002 [1988], p. 22), e depois as economias agroexportadoras.

Mais do que qualquer outro, o trato negreiro é um comércio administrado. [...] *o controle metropolitano sobre a reprodução da produção americana – ou melhor, a instância política do sistema colonial – tem um papel decisivo na organização econômica do Atlântico. [...] o trato de africanos atingia um volume importante e, sobretudo, um alto grau de integração ao mercado atlântico, antes mesmo de estar conectado à agricultura comercial da América portuguesa. Submetido durante três séculos à potência europeia que maneja o maior mercado de africanos, o Brasil converte-se no maior importador de escravos do Novo Mundo...* (ALENCASTRO, 2000, p. 41-42. Grifo nosso).

Este foi o principal motivo de Portugal não ter feito dos seus domínios africanos outros *Brasis* (ibidem, p. 34-35). O interesse comercial precede a necessidade de colonizar e coordenar a montagem da produção agroexportadora, o que fica claro quando constatamos que o Tesouro régio lucra mais com os ganhos fiscais do tráfico negreiro do que com os ganhos econômicos da escravidão (ibidem, p. 30). Nesse aspecto, Fernando Novais (1995, p. 67) considera que houve uma transição imperceptível do comércio para a colonização e para a produção, a colonização vindo como forma de assegurar a manutenção de suas conquistas e a

produção como meio de torná-las viáveis e rentáveis. Mas – e aí reside a força da contradição intrínseca a este processo histórico – os mecanismos de tal empreendimento comercial transatlântico foram gradativamente sendo interiorizados e geridos a partir da própria região colonial americana, num processo cujo lampejo (político) inicial pode ser retrospectivamente pontuado nas divisões internas da alta nobreza lusitana (AMADO & FIGUEIREDO, 2001) que levaram ao fim da Dinastia de Avis e ao início da conturbada integração ao império dos Habsburgos em 1580 (até 1640) e as conseqüentes guerras com os holandeses<sup>103</sup> (até 1654). (D)Escreva-se e interprete-se como se puder a este processo, importa ressaltar, como o faz Alencastro na passagem acima, que a metrópole portuguesa segue sendo um polo decisivo da reprodução da produção americana, a instância *política* do sistema colonial (no sentido rancieriano, dir-se-ia *policial*), instância organizadora do sistema, no qual o fornecimento de trabalhadores escravizados cumpre um papel insofismável.

Estes acontecimentos transformaram/transtornaram radicalmente o colonialismo lusitano, mexendo a fundo com as relações de poder do império português e com todo o seu domínio colonial no ultramar. Tendo a elite portuguesa da metrópole experimentado ela mesma um processo de emancipação do domínio Habsburgo, conhecido como a Restauração de 1640, o que lhe facultou uma discursividade favorável a rebeliões restauradoras de “liberdades tradicionais”, a transposição dessa discursividade para as colônias mostrava-se incendiária, sobretudo no período pombalino posterior de absolutismo ilustrado. A Inglaterra progressivamente foi se tornando a grande fiadora da monarquia portuguesa, através da assinatura de tratados cada vez mais prejudiciais aos lusitanos, e o Brasil começa a se tornar a peça principal do império e a merecer – ou melhor, a demandar – uma presença mais ostensiva da metrópole e mais diretamente estatal (fiscal, tributária, administrativa, religiosa<sup>104</sup>, policial).

---

<sup>103</sup> De parceiros, grandes financiadores do empreendimento colonial português e principais compradores do açúcar, que refinavam em seu país, os holandeses, ao se libertarem do jugo espanhol, encontraram Portugal do lado oposto e seus negócios na América embargados. Transformaram-se, assim, nos maiores adversários dos domínios portugueses. A maior parte das possessões lusitanas no Oriente – responsável por 40% das suas receitas em 1619 segundo João Fragoso (1998) – foi perdida para as forças batavas. Além disso, com o aprendizado das técnicas da indústria açucareira no Nordeste do Brasil (controlado entre 1630 a 1654, de Pernambuco ao atual Ceará) e o aprendizado do trato escravagista na África portuguesa (tomada em 1641), os holandeses puderam desenvolver a indústria canavieira nas Antilhas, fazendo com que o Brasil jamais voltasse a ocupar o posto de principal produtor mundial de açúcar.

<sup>104</sup> Aqui no sentido da instauração local do aparelho ideológico de Estado *Igreja*, o mais importante da época, que também cumpria funções administrativas (afinadas com a Coroa, detentora do direito de padroado) e creditícias (ao menos no caso da Bahia, através da irmandade da Santa Casa da Misericórdia, cf. SCHWARTZ, 1988). No ano de 1676 a diocese da Bahia foi transformada em arcebispado (arquidiocese, província eclesiástica), tendo sob sua jurisdição as dioceses de Olinda, Rio de Janeiro e São Tomé (que englobava a Costa da Mina), e os bispados de Angola e do Congo (cf. ALENCASTRO, 2000, p. 342). Claro sinal da interiorização

Três motivos podem ser destacados para esta “ascensão de posto” do Brasil: 1) as imensas derrotas portuguesas sofridas no quadrante oriental de seus domínios (para os holandeses e também para os povos nativos do Japão, da Etiópia e outros, cf. AMADO & FIGUEIREDO, 2001); 2) o papel estratégico que as famílias senhoriais mais antigas do Rio de Janeiro, apoiadas pela Coroa, passaram a exercer no empreendimento da defesa dos negócios e da integração comercial das regiões coloniais portuguesas (cf. ALENCASTRO, 2000; FRAGOSO, 1998); e 3) a constância e a radicalização das rebeliões nas regiões coloniais da América portuguesa a partir da segunda metade do XVII, com o adensamento, no território colonial, da cultura política portuguesa característica da Restauração de 1640, onde seus efeitos eram ameaçadores, sobretudo quando contavam com forte presença de grupos subalternos (FIGUEIREDO, 2003).

No século XVIII a população fluminense cresce vertiginosamente em função da posição do Rio como escoadouro das riquezas das minas gerais e receptor e distribuidor americano dos produtos importados – em especial, das mercadorias viventes adquiridas em Luanda, os africanos escravizados que, desde 1648, passaram a ser negociados diretamente por mercadores fluminenses após terem ali derrotado os invasores holandeses (ALENCASTRO, 2000). A retomada de um dos principais pontos do trato negreiro, além de um dos fatores importantes na derrota dos holandeses no Nordeste brasileiro, também devolvia ao império português, através de seus agentes fluminenses, o acesso à prata da América espanhola, com que os homens de negócio de Buenos Aires pagavam pelos trabalhadores importados pelos traficantes brasílicos. Nas palavras entusiásticas de Antonio Vieira pouco depois da retomada, “o que se recuperou em Angola foram duas cidades, dois reinos, sete fortalezas, três conquistas, a vassalagem de muitos reis e o riquíssimo comércio da África e da América” (ibidem, p. 231).

Na Bahia, grandes comerciantes tornaram-se senhores de engenho, o que lhes rendia *status* no sistema colonial mas os colocava na situação de sofrerem com as condições impostas pelo monopólio reinol do trato negreiro (JANCSÓ, 1996, p. 93-94). Quando enfim se viram livres da terrível ameaça de invasão holandesa<sup>105</sup> (a qual já haviam experimentado em 1624-25), conseguiram estabelecer o seu próprio controle comercial sobre outro domínio da África portuguesa, a Costa da Mina (cf. SCHWARTZ, 1988). Diferentemente dos seus

---

da metrópole nas regiões coloniais, que se dá pelo estabelecimento de relações internas não necessariamente mediadas em Lisboa.

<sup>105</sup> No plano imediato eles se beneficiaram enormemente da invasão holandesa em Pernambuco, não só pelo aumento do preço do açúcar como, em especial, pela intensa migração de proprietário pernambucanos com seus escravos e capitais para a Bahia. Salvador será assim, até o século XIX, o principal porto açucareiro do Brasil (SCHWARTZ, 1988)



congêneres do Rio, esse “tesouro” monopolista será interrompido cem anos depois pelo Marquês de Pombal, que buscou baratear a força de trabalho empregada na indústria colonial baiana pela abertura forçada do negócio a outras companhias. Entretanto, não houve barateamento algum (ibidem), terminando por facilitar o controle econômico fluminense de mais essa feitoria africana. Para se ter ideia do que isso representava, trazemos abaixo o quadro do valor das importações/exportações da Bahia em 1797, organizado pela procedência/destino dos produtos<sup>106</sup>.

<i>Procedência</i>	<i>Valor das importações (em mil réis)</i>	<i>Valor das exportações (em mil réis)</i>
Portugal (Lisboa e Porto)	2.054.129\$560	2:195.733\$350
Costa da Mina	412.020\$000	413.064\$220
Rio Grande do Sul	345.250\$000	34.525\$000
Angola	67.400\$000	31.488\$766
Ilha da Madeira	1.566\$500	18.326\$500

Vale notar o déficit comercial de Portugal em relação à Bahia. Esse déficit não ocorria apenas com a Capitania baiana, mas no conjunto do território português na América, sendo que 60% de todas as exportações portuguesas para a Europa (entre 1796 e 1811) provinham do Brasil, o que lhes assegurava uma balança comercial favorável desde 1790, mas uma dependência crescente (e déficit interno) das relações com sua colônia americana (BARICKMAN, 2003, p. 52). No entanto Luís Carlos Villalta (2000, p. 22), informado pela bibliografia lusitana recente, destaca que se fossem retiradas das mercadorias os metais preciosos a balança comercial viraria a favor de Portugal.

Outra mostra da importância desse comércio pode ser vista também no depoimento de José Venâncio Seixas, provedor da casa da moeda em Salvador: “a pedra fundamental da prosperidade da capitania da Bahia, e ainda da de parte de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá, é o comércio da costa de Minas” (citado por TAVARES, 1975, p. 13).

Além da perda do controle do negócio com essa rentável feitoria, teve descomunal impacto sobre os agentes baianos do império português a transferência, em 1763, da capital do Brasil para o Rio de Janeiro. Os senhores de engenho fluminenses já contavam desde 1751

<sup>106</sup> A partir de dados levantados por Luís Henrique Dias Tavares em *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 (“A Conspiração dos Alfaiates”)*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975, p. 12.

com um Tribunal da Relação<sup>107</sup> – o segundo da América portuguesa, e que reduzia bastante o poder da Relação da Bahia (SCHWARTZ, 1988, p. 338). Mesmo sendo ainda a segunda maior cidade do império ultramarino em termos populacionais (com 60 mil habitantes frente aos 180 mil de Lisboa), Salvador perderá para sempre o seu *status* político de capital portuguesa na América (vigente desde 1549 com a instauração do Governo Geral), sem nem ensaiar protestos, dada a forma autocrática com que o governo pombalino já se notabilizara no realizar de suas decisões. Esta medida, em especial, é ao mesmo tempo um "coroamento" da liderança fluminense na América portuguesa e no Atlântico Sul, e uma solução para a manutenção da soberania lusitana sobre seus territórios e negócios coloniais<sup>108</sup>.

A orientação pombalina – em linhas gerais continuada no reinado de D. Maria I (1777-1792) e no período de regência do príncipe D. João (1792-1816) – empenhou-se na centralização e modernização em todos os ramos, da educação à diversificação produtiva, da gestão à tributação e fiscalização, passando pelo estímulo à produção manufatureira, que se tornou expressiva no período mariano. Até mesmo o fim da escravidão chegou a ser cogitada em meio às reformas pombalinas (VAINFAS, 1986), o que provavelmente teria antecipado o processo de independência na América portuguesa, demonstrando que o sucesso da colonização e a interiorização da metrópole não podem ser traduzidos por atrelamento automático e dependência absoluta entre os agentes deste processo. Em relação à escravidão, o que de fato foi implementado por Pombal foi o decreto de 1761 que proibia novas importações de escravizados para a metrópole portuguesa, e outro de 1773 que dava liberdade aos cativos de Portugal cujos pais, avós ou bisavós tivessem sido escravos portugueses (BLACKBURN, 2002 [1988], p. 76).

O processo colonizador português esteve até então basicamente assentado no elemento particular-privado (IGLÉSIAS, 1993; NOVAIS, 1998). O Estado se empenha em desenvolver, como jamais tinha sido feito, um sólido instrumental público de gestão

---

<sup>107</sup> Os Tribunais da Relação, ou apenas Relações, eram peças importantes da estrutura jurídico-administrativa metropolitana. Segundo o historiador português Hespanha, “as suas decisões têm a mesma dignidade das decisões reais, não podendo, no entanto, ser revogadas ou restringidas por atos régios”. Na América a Relação se constituiu em espaço de forte solidariedade entre desembargadores e senhores de engenho na interpretação dos dispositivos jurídicos, também exercendo controle sobre os funcionários civis e militares. António Manuel Hespanha, “A constituição do império português: revisão de alguns enviesamentos correntes”, in FRAGOSO et al (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 180-181.

<sup>108</sup> Solução bastante provisória, que seguiu sendo perseguida na espetacular transferência da Corte para o Rio e, de forma contraditória, mas pertinente, com a própria independência dirigida pelo principal herdeiro da dinastia dos Bragança.

imperial<sup>109</sup>, o que desagradou parcelas consideráveis das classes dominantes, resistentes à novidade. Mas se a razão para haver Estado e dominação são estas próprias resistências, o Estado português fez-se ainda mais pesado e vigilante, especialmente após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando todos os sistemas coloniais foram atravessados por pressões de maior autonomia e projetos de reformas (BLACKBURN, 2002 [1988], p. 16), o que veio a tornar-se especialmente delicado a partir da Revolução Francesa e seus transbordamentos atlânticos.

Não foi outro se não o interesse público (do interior da agroexportação colonial, evidentemente, e da dependência absoluta de todos os agentes da extorsão de sobretrabalho dos trabalhadores escravizados) que motivou a instalação das mesas de inspeção nos principais portos brasileiros. Mais uma medida pombalina que desagradou aos senhores de engenho baianos. Seu objetivo era o de garantir a qualidade dos produtos exportados e sua notoriedade, em função das fraudes de classificação e outras que vinham minando a imagem do açúcar brasileiro nas praças europeias. Medida que, a longo prazo, tenderia a beneficiar o valor da produção colonial, mas que foi percebida como mais um gesto de tirania despótica do governo pombalino contra a boa sociedade.

Começamos assim a ver o enfraquecimento daquela tradicional cumplicidade, daquele “vínculo de alma” que unia a classe senhorial da colônia aos agentes metropolitanos, especialmente fora da região colonial do Rio de Janeiro. Não que os senhores de engenho, com sua incapacidade intrínseca de se tornarem capitalistas – pela natureza escravista de seu empreendimento, com a necessária imobilização de capital e seus maiores gastos em ostentação de nobreza do que em novas técnicas produtivas (JANCSÓ, 1996) – tenham se libertado das redes fornecedoras de escravizados e de distribuição de suas mercadorias. Basta ver que no rol das “medidas satisfatórias” do governo pombalino para os baianos esteve o abandono do projeto de instituição de uma companhia monopolística com atuação no porto de Salvador, nos moldes daquelas instituídas para o Grão-Pará e o Maranhão (1755) e para as capitanias da Paraíba e de Pernambuco (1759). Estas asseguraram a diversificação da produção colonial e restabeleceram o controle português sobre o comércio feito ao Norte, medidas indesejadas pelos senhores baianos, que junto aos comerciantes lutavam pela “liberdade de propriedade”. Ao não vingar a companhia monopolista da Bahia, fazia-se sentir

---

<sup>109</sup> Mesmo o historiador português Antonio Manuel Hespanha (2001), que representa bem a vertente revisionista no propósito de radicalizar a idéia de descentramento do império ultramarino português – da falta de controle da metrópole sobre as regiões coloniais, da heterogeneidade (e quase esfumamento, no modo como ele apresenta) dos laços políticos estabelecidos entre reinóis e colonos, etc. – sustenta suas teses somente para o período anterior ao governo pombalino. Nessa linha de pensamento, seria de se pensar que a proibição de escravização dos ameríndios nas regiões canavieiras teria sido uma decisão dos coloniais...

já a pressão dos capitais ingleses, com grandes interesses no porto baiano (SCHWARTZ, 1988). O mesmo se deu para o Rio de Janeiro, pelos mesmos motivos, sendo que ali uma solução “definitiva” estava para vir em 1808. É um sinal do lento processo de transferência das vantagens do exclusivo colonial para a Inglaterra (NOVAIS, 1995), que tenderá a monopolizar a comercialização e as redes de crédito da produção brasileira a um ponto de, no futuro, poder abrir mão de qualquer mediação colonizadora portuguesa. E segundo Nelson Werneck Sodré (1963, p. 173),

[...] a eliminação da função intermediária das metrópoles, e a conseqüente derrocada do regime de monopólio comercial a que se reduzira seus domínios sobre as áreas coloniais americanas interessava tanto à expansão inglesa quanto à classe senhorial daquelas áreas coloniais.

Já nos referimos, com base nas pesquisas de Alencastro e Fragoso, ao fato de que o monopólio comercial também foi realizado a partir da região colonial fluminense, o que permite radicalizar ainda mais a leitura classista (e não nacionalista) feita por Sodré<sup>110</sup>.

Há apenas um pequeno detalhe nessa relação com os capitais ingleses que, no entanto, faz toda a diferença e nos ajuda a sintetizar o nosso entendimento do sentido da colonização, na forma contraditória e movente pela qual ele se realizou – e que explica as nossas convergências e divergências cruzadas entre externalistas (como Jancsó) e internalistas (como Fragoso). Fossem qual fossem os agentes empíricos do sistema, estivessem eles alocados na Europa, em África ou na América, adotassem medidas arcaizantes ou racionalizadoras da organização da produção colonial, o que se mantém na diferença é justamente o *segredo interno* dessa organização: o escravismo, verdadeira moeda colonial (MATTOS, 1999) que faz tudo girar, que une a cidade ao campo, o crédito à produção e ao mercado. No interesse das classes dominantes coloniais (já bem educadas no longo aprendizado da colonização<sup>111</sup>), a

<sup>110</sup> Mas este fator também nos leva a “perguntar”: o que teria ocorrido com a América portuguesa sem a transmigração da família real em 1808? Foi justamente no início do XIX que a América hispânica iniciou seus processos de independência, essencialmente distintos do brasileiro, mesmo que a sombra inglesa tenha sido fator comum. Mas a sombra destes interesses não pode ser superestimada, bastando ver o quanto que o novo aparelho de dominação imperial que começa a ser montado em 1822 a partir do Rio de Janeiro só pode ser compreendido sob o signo da *moeda colonial*, o escravismo, para o desgosto do capitalismo inglês (MATTOS, 1999).

<sup>111</sup> O que talvez tenha escapado a Hespánha (2001), pois que o autor ressalta a *autonomia* dos coloniais, sem dizer que esta se instituiu como forma de um melhor servir; ressalta a liberdade dos governadores das capitanias, sem dizer que esta era uma liberdade para melhor realizar o que fora definido alhures (onde?); lembra que, assim como na colônia, “mesmo na Europa”, “as justiças locais eram freqüentemente iletradas e incapazes de usar o sistema jurídico real/oficial e letrado”, mas não tira considerações dessa comparação, como o fato de que a periferia inculta não se liberta do centro ilustrado pelas deformações que impõe às normas. Em síntese, o autor entende por “periferização do poder” o seu apagamento, e não o seu aprendizado, no caso, o aprendizado da colonização (ALENCASTRO, 2000). Apesar de tudo, como ele defendemos a alteridade e do cuidado para compulsar as fontes, e entendemos a crítica que faz aos exageros das interpretações unilaterais do colonialismo,

realidade poderia ser transformada desde que a forma de produzir fosse mantida. Desde que as regiões coloniais pudessem seguir consumindo e até se empapuçando de africanos.

O quadro dessas transformações lentas era ressaltado em função da conjuntura explosiva do final do século XVIII e da crise do Antigo Regime, o que para Mota (1996) implica num verdadeiro despertar da consciência daqueles sujeitos em situação colonial, e que entendemos caracterizar-se melhor enquanto processo (social e material) de subjetivação, de modo a não ceder à imagem de que as identidades dormem esperando que as crises estourem e o *telos* se realize, ou pressupor que haja coincidência entre o desejo e os interesses de classe (nos termos de SPIVAK, 2010 [1985], p. 34). Como, então, se moviam e se subjetivavam as classes e estamentos soteropolitanos em meio a essa realidade?

### 3.1.2 Classes, estamentos e a prática política (im)possível na colônia

Traçamos agora as linhas gerais das principais macro-posições de classes e interesses conflitivos que tecem a trama histórica na Bahia, seus projetos/projeções enquanto agenciamentos políticos, e seus limites, determinados pela formação social escravista-colonial. Partimos da proposta de Ilmar R. Mattos (1999) de caracterização dos três sujeitos essenciais à produção colonial – o colonizador, o colono e o colonizado –, “preenchida” com os estudos realizados por Jancsó (1996) e Tavares (1975), mas ressaltamos antes de tudo que a relação senhor-escravo (ou escravizador-escravizado) é aquela balizadora das relações sociais dominantes de produção. É através dela que se produzem os valores nessa sociedade, sendo também um elemento que se destaca no quadro dos mecanismos nobiliários da colônia. Ou seja, para além da propriedade de escravizados propiciadores do sobretrabalho útil à economia agroexportadora (seu sentido dominante) e a todas as outras que lhe são subsidiárias, era condição indispensável de nobreza colonial ter homens e mulheres escravizados sob seu controle, o que ademais representava a constituição de um *dominus*, um universo particular estruturado em torno de um certo cabedal: dinheiro, bens e pessoas

---

que muito bem serviram às elites e nacionalismos de lá e de cá, de um lado inflando o gênio inaudito do conquistador, de outro a sua burrice, atraso, violência, ganância, etc. (estes não são os termos usados pelo historiador português, que fique claro). Mas chega verdadeiramente a nos impressionar a disposição que Hespanha tem para reiterar a tese do descentramento (falando de *monarquia corporativa*, *direito pluralista*, *flexibilidade*,...), chegando ao incrível ponto de duvidar da existência de um projeto colonial. Suspeitamos até de algum racismo ou má fê por parte do autor (oxalá seja uma leitura equivocada) ao acusar a historiografia brasileira de promover um “exorcismo historiográfico” que “permite um branqueamento das elites coloniais”. Não eram brancas as elites?

(escravos, oficiais e lavradores arrendatários) sob seu controle (VAINFAS, 1986, p. 134). Ideologicamente esse fator se intensifica quando falamos não do espaço rural, produtivo, e sim de Salvador, essa sistemática passarela para desfiles ostentadores dos poderosos, por se constituir em espaço urbano, mercantil e administrativo estratégico ao império. Cidade-porto que, se não produz os valores daquela formação social, os realiza exemplarmente.

Começamos então o desfile com os *colonizadores*, os agentes públicos por excelência do sistema colonial, que dividimos em quatro ordens, todas elas encabeçadas ou por detentores de títulos de nobreza em busca de postos de comando ou por profissionais de carreira que acabam adquirindo títulos de nobreza<sup>112</sup>. Na frente vêm os integrantes do topo da administração civil: Governador, Chanceler, Ouvidor Geral do Crime, Tesoureiro Geral, Deputado da Junta de Arrecadação da Real Fazenda, e mais uma grande lista de cargos, divididos em três níveis de responsabilidade e rendimentos (JANCSÓ, 1996, p. 77-78).

Ainda na série dos colonizadores, temos os membros da corporação militar, divididos em exército e milícias – estas, em verdade, eram forças auxiliares, paramilitares. No primeiro grupo, dirigindo a tropa (paga) de primeira linha, estão os coronéis, tenentes-coronéis e sargentos-mores, cujos nomes eram submetidos à aprovação da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Seguem outras patentes até a base da pirâmide onde estão os cabos e soldados, dentre os quais era muito comum a busca de atividades empregatícias complementares, dada a miséria que recebiam. No grupo das milícias, dirigindo as tropas (não pagas) de segunda linha, estão alguns dos detentores de fortunas da capitania, interessados no prestígio e no posto de comando representado pela patente. Na base da pirâmide restava aos soldados compulsoriamente recrutados a reduzida esperança pelos lentos processos de promoção e se capacitarem para o exercício de outros ofícios. (JANCSÓ, 1996, p. 80-81). Em geral, sua condição objetiva de vida, tal como a dos oficiais mecânicos, era igual à dos escravos urbanos (BARICKMAN, 2003; JANCSÓ, 1996, p. 97-98), o que não nos permite inferir que o *ser escravo* pudesse ser transfigurado ou maquiado de alguma forma naquela sociedade.

Em terceiro lugar, passam os membros da burocracia eclesiástica. Além do prestígio político e da boa condição econômica, eles contam com foro especial de justiça. Encabeçados pelo arcebispo, recebedor de um dos mais altos salários do funcionalismo público colonial, os outros da hierarquia não ganhavam tanto, mas quase sempre eram filhos de famílias nobres, o que lhes dava a garantia de poderem aparentar o viver em nobreza. (JANCSÓ, 1996, p. 85).

---

<sup>112</sup> O caso do Marquês de Pombal, mesmo distante e extremo, é exemplar. De simples fidalgo passou a Marquês a partir de seus serviços à Coroa.

Em quarto lugar, e de certa forma deslocados neste bloco dos colonizadores, estão os comerciantes. Resolvemos incorporá-los aqui, ainda que sejam agentes privados do sistema, pelo fato de que lhes cabe um papel chave na reiteração do sentido (público/geral) da colonização e ao mesmo tempo exterior à produção de mercadorias para exportação. No topo estão os negociantes de grossa aventura, os que realizam negócios interprovinciais e atlânticos, que levam bastante tempo para o seu fechamento e representam grandes riscos – com a contrapartida, certamente, de imensos lucros. A baixa circulação de moeda nas regiões coloniais implica no desenvolvimento de uma cadeia de créditos e endividamentos que, além da capitalização, configura uma rede de poder. A taxa de juros baixa e controlada pelos poderes públicos serviu para ir afastando progressivamente os capitais estrangeiros das praças comerciais brasileiras. E a acumulação endógena retroalimentou o sistema de produção colonial agroexportadora, na medida em que não bastava a detenção de capital para efetivar a o ser nobre, era preciso tornar-se senhor de engenho. Na base desse grupo, um número notável de pequenos comerciantes com suas boticas, botequins e armazéns.

Remetendo aos projetos e projeções politicamente atuantes no interior deste campo social, o dos *colonizadores*, temos

[...] a proposta dos setores ilustrados da elite metropolitana, que se define de aliança entre os segmentos dominantes do sistema vigente, enfatizando a estabilidade, nos marcos do Império português. Procura contemplar, em maior ou menor escala os interesses das elites coloniais, mas exclui a massa de escravos, o povo mecânico e, em geral, a plebe urbana e os pequenos proprietários rurais. (JANCSÓ, 1996, p. 191).

Como expressões deste *partido* destacamos duas figuras centrais do *Estado R* imperial-colonialista, D. Fernando José de Portugal e Castro, governador da capitania entre 1788 e 1801, e D. Rodrigo de Souza Coutinho, afilhado do Marquês de Pombal, ministro da Marinha e do Ultramar português entre 1796 e 1801, e um dos primeiros leitores de Adam Smith em Portugal. Influente sobre os círculos ilustrados na América portuguesa, D. Rodrigo alimentava o sonho de um império luso-brasileiro, um grande Estado atlântico federativo que, contudo, não romperia com o mercantilismo, com a divisão internacional do trabalho nos dois lados do oceano, nem com a centralidade política do lado europeu, idealizando apenas um quadro político-identitário futuro no qual “o português nascido nas quatro partes do mudo se julgasse somente português e não se lemb[ass]e senão da glória e da grandeza da Monarquia” (citado por VILLALTA, 2000, p. 31).

No segundo campo social, o dos colonos, temos os agentes privados por excelência deste sistema. De arrendatários a lavradores e senhores de engenho havia uma linha que era o próprio sonho de ascensão na colônia. Significava a posse de muitos escravos, de um grupo de plantadores dependentes de si (em função da posse de engenho para lhes moer as canas), e a aquisição de patentes militares – origem do nosso conhecido *coronelismo*, decorrente da constituição de um *dominus*. Estes são os que mais desfilam e podem desfilar, os que promovem festas, esbanjam, se endividam e hipotecam várias vezes a mesma propriedade.

Podemos considerá-los o grupo social que passa pelo processo mais avançado em direção à constituição de um bloco histórico, que vai lentamente se conformando na oposição e negociação dos interesses conflitantes com a nobreza de sangue e as burguesias comercial e manufatureira metropolitanas (JANCSÓ, 1996, p. 184). Cumprindo o papel de projeto constituinte e cimentador dessa consciência de classe, temos

[...] a proposta da grande maioria da elite colonial, que contempla interesses da administração, mas exclui as classes que se beneficiam, na metrópole e na colônia, do exclusivo colonial, assim como exclui a escravatura, incluindo, entretanto, o povo mecânico e os pequenos lavradores, configurando uma variante da [proposta] anterior quanto à organização do Estado (ainda o Império português), mas indicando o deslocamento do eixo da aliança de classes a sustenta-lo. (JANCSÓ, 1996, p. 191-192).

Trata-se deste modo do projeto político de uma parcela social que, para além de uma identidade em torno das condições de vida e de interesses objetivos e conflitantes no interior do sistema colonial (podendo ser analisados mediante as figuras descritivas de representação *darstellen*, da *consciousness* e da *classe-em-si*), começa lentamente a movimentar-se e a deslocar-se no todo social diante do que pode ser considerado o início do fim do “pacto colonial” - o monopólio das transações comerciais atlânticas por parte dos agentes metropolitanos e seus escolhidos (nem sempre portugueses) – no conjunto das possessões portuguesas da América. Mas não em razão direta de qualquer crise econômica, muito pelo contrário, por motivos essencialmente políticos que agenciavam a crise internacional do Antigo Regime e o bom momento da economia agroexportadora:

Na América portuguesa, na virada do século XVIII, período de euforia econômica e de alta de preço dos produtos coloniais, esteve-se longe de atenuar a tensão entre fazendeiros e os comerciantes ligados à metrópole e de evitar-se um questionamento do exclusivo colonial: assistiu-se a uma *crise sociopolítica* do sistema, dada por manifestações pontuais, ocorridas em regiões demarcadas, comportando projetos políticos distintos. (VILLALTA, 2000, p. 36. Grifo do autor).



Mas este campo social não agencia em seu projeto apenas a crise contemporânea e os ideais da ilustração, mesmo em suas versões mais moderadas. Sem configurar qualquer crise sociopolítica, desde o início da colonização portuguesa da América, e mais ainda após a libertação do domínio Habsburgo em 1640 (eufemisticamente chamado de *União Ibérica*) e da luta contra os holandeses no Nordeste brasileiro até 1654, era reproduzida nas revoltas coloniais a ideologia *pactista* da Segunda Escolástica, uma revitalização da escolástica medieval-tomista. Remetendo a um suposto pacto original, os colonos, na condição de vassalos, reclamavam da usurpação dos direitos naturais da comunidade portuguesa nas mãos de “ministros ruins”, agentes públicos que agiriam em benefício próprio e menosprezariam “o sangue, as vidas e as fazendas” dos primeiros súditos que na colônia asseguraram a conquista, aumentando ainda mais o *estado de miséria* em que os descendentes daqueles se encontravam (FIGUEIREDO, 2003). Os súditos portugueses deste outro lado do Atlântico buscavam assim meios para incidir sobre a escolha e o envio de ministros e o seu comportamento no cargo, de modo a que “tudo não seja tirania, interesses e aumento da fazenda própria, em grande prejuízo dos vassalos de Vossa Majestade” (carta do provedor-mor da fazenda do Estado do Brasil, de 1661, citada por FIGUEIREDO, 2003, p. 9). Também em relação aos tributos queriam os *homens de negócio* da Bahia ter voz ativa, julgando a sua legitimidade, afirmando em 1728 que deveriam ser “convocados e ouvidos os povos” (ibidem, p. 13). Por meio desta lógica *pactista* e corporativa, aos deveres de lealdade dos súditos, corresponderiam os deveres de amparo e proteção do rei para com eles, numa equação sempre tensa a qual o reformismo ilustrado português não pretendia (e provavelmente não podia) dar contas.

A singularidade do reformismo ilustrado português – que, como referimos acima, contempla uma agenda modernizadora, chegando ao ponto de cogitar o fim da escravidão nas colônias (e efetivando-o no reino) – passa pela neutralização e enfrentamento a estas teorias corporativas, entraves à centralização absolutista na medida em que alguns de seus teóricos defendiam até mesmo o regicídio para que a comunidade “retomasse” o seu poder em caso de *tirania* (VILLALTA, 2000, p. 15).

Os colonos, autorreferidos enquanto súditos e vassalos, prometiam lealdade ao rei, mas para isso “Sua Majestade [...] os devia amparar e não destruir”, esperando dos “senhores reis de Portugal [...] tratarem os seus vassalos como pais e não como senhores” (citado por FIGUEIREDO, 2003, p. 10). À rotineira alegação de miséria, somava-se a retórica de comparação com a condição dos seus cativos, comum tanto na América portuguesa quanto na inglesa – os produtores de tabaco da Virgínia, por exemplo, diante das restrições

mercantilistas sentiam-se, nas palavras de George Washington, “tão miseravelmente oprimidos quanto nossos próprios negros” (citado por BLACKBURN, 2002 [1988], p. 26).

Na Bahia, antes de estourar a crise internacional dos sistemas coloniais, os colonos são atingidos com a obstrução absolutista de seus antigos espaços de partilha do sensível, como a Câmara local, enfraquecida desde 1750, e a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763. Os proprietários baianos perderam importantes espaços de reivindicação, solidariedade e conformação de uma identidade comum com os agentes metropolitanos, potencializando assim a tradicional tensão entre senhores de engenho e comerciantes de grosso trato. A relação das classes dominantes baianas com Portugal jamais seria a mesma. Mas de qualquer modo, mesmo nas suas expressões mais radicalizadas, como aquela que pode ser considerada a pequena burguesia política, com relativa independência e gigantescos serviços prestados à luta democrática, como o revolucionário Cipriano Barata, é de se notar os limites ideológicos. Quarenta anos após a Conjuração Baiana, Cipriano refere-se a esse passado como “tempos de cativo, [quando] só os fidalgos malcriados e bestiais, tiranos e ladrões, e também muitos desembargadores desse caráter, eram as figuras que representavam na cena política” (citado por MOREL, 1986, p. 18). Ou seja, em pleno vigor da escravidão enquanto sistema predominante de trabalho, Cipriano Barata referencia escravidão à forma política restrita do *Estado R*. Vemos assim como o absolutismo produziu estragos na sua direção de classe, mas ao mesmo tempo como certos limites não são transpostos – destaque-se que Cipriano não pode ser considerado um moderado para a sua época, consagrou-se como um dos mais combativos deputados e jornalistas que o século XIX brasileiro conheceu, sendo diversas vezes preso pela sua língua de fogo – na última prisão ele já contava com 71 anos, e mesmo extremamente debilitado da saúde, continuou a escrever o seu jornal *Sentinela da Liberdade*, considerado o precursor do *jornalismo de cárcere*, e que, mesmo de forma irregular, circulou de 1923 a 1936. (ibidem).

A obstrução absolutista sobre os poderes coloniais reforça a hipótese de que tenham se constituído espaços de outra natureza, como as sociedades secretas, forma política e de sociabilidade característica da crise do Antigo Regime. Os salões ou repúblicas das letras e as lojas maçônicas eram gêmeos históricos que, paralelamente, respondiam às pressões do absolutismo (KOSELLECK, 1999 [1973], p. 56-57). No caso da Bahia existem relatos acerca da existência de uma loja maçônica fundada em 1797 e chamada *Os Cavalheiros da Luz* (RUY, 1942; TAVARES, 1975, 1999), que poderia ter sido a promotora das primeiras

articulações políticas que terminariam por influenciar indiretamente – e não mais que isso – o movimento da Conjuração de 1798<sup>113</sup>.

Falando na Conjuração Baiana, é o caso de passarmos para o terceiro e último grupo, o dos *colonizados*, campo em que a heterogeneidade é muito maior do que nos outros dois grupos anteriores de interesses e posições de classe. Dissemos acima que também os colonos deveriam ser colonizados, mas aqui a expressão toma aspecto mais grave, pois de absoluta subordinação e instabilidade. Dos escravizados aos libertos/alforriados, dos pedintes aos oficiais mecânicos/artesãos, dos profissionais liberais aos letrados, toda uma gama de atividades e distintas faixas de renda é homogeneizada pela ausência de nobreza, que os coloca (do ponto de vista dos seus interesses objetivos, da *darstellen*) enquanto potenciais adversários do sistema colonial *in totum*, mas que em função do regime de aparências e movimentações no quadro social cotidiano (ao lado dos desejos, da subjetivação e da *vertreten*) tendiam para um confronto no interior do seu próprio campo social, destacando-se aí os livres e alforriados (ex-escravos):

Entre os escravizadores e escravizados, subsistiam os homens livres pobres, com escassas possibilidades de ascensão social, mesmo quando possuíam “sangue limpo”. Eles empregavam-se como administradores, mascates, marinheiros, caixeiros, ingressavam no baixo clero, ocupavam cargos civis e militares inferiores, disputavam com os cativos ganhadores e de aluguel algumas “profissões mecânicas” e atividades artesanais. As sinecuras e colocações de prestígio eram privilégios dos portugueses natos, bem recomendados. (MAESTRI, 2008)

O caráter escravista e racial do sistema joga fortemente contra a identificação entre trabalhadores livres e escravizados, e entre brancos, mulatos e negros. Além disso, há também tensões entre os brancos pela maior dificuldade de acesso às benesses públicas por parte dos brancos pobres e destituídos de nobreza, geralmente “brancos da terra”, que se indispunham com os “marotos” (ARAÚJO, 1999), também chamados de “reinóis” por virem da metrópole e manterem acesso privilegiado aos postos de comando. E isso acontecia numa cidade com cerca de apenas 20% de brancos – a historiadora Kátia Mattoso (1986, apud ARAÚJO,

---

<sup>113</sup> Essa sociedade secreta, supostamente fundada em 14 de julho de 1797 (o relato é de Brás do Amaral, médico, político e sócio fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), contaria com uma bandeira azul, vermelha e branca contendo o curioso lema *Surge, nec mergitur*, “apareça, não se esconda”. Luís Tavares (1999, p. 30-42), sem poder confirmar ou negar a existência desta sociedade, remete, no entanto, aos vários fatores que mostram que, mesmo não existindo para o século XVIII lojas sediadas na América, certamente circularam por diversas capitanias do Brasil muitos maçons e as suas ideias.

ibidem) apresenta as impressionantes cifras de 37,3% de escravos e 41,8% de livres de cor num total de 50 mil habitantes<sup>114</sup>.

Ao lado dos fatores objetivos, as condições de vida (moradia, alimentação, cultura, etc.) eram bastante comuns entre soldados, oficiais mecânicos e escravos (BARICKMAN, 2003, p. 91; JANCSÓ, 1996, p. 97-98). O historiador brasileiro Bert Jude Barickman relata que os soldados aquartelados de Salvador recebiam uma ração de 567 gramas de farinha por dia, exatamente o mesmo que recebiam os escravos empregados no Celeiro Público e os presos pobres das cadeias da cidade. Porém, a despeito dessa e de outras “afinidades”, o caráter racial e estamental da sociedade os desunia, o que representa uma tendência de longo prazo do papel do Estado: promover determinada consciência de classe e obstruir a formação de outras, unir determinados interesses particulares e promover a divisão de outros (cf. BALIBAR, 1977, p. 34). Neste sentido, a observação de Stuart Schwartz (1988, p. 378) é salutar:

Conquanto em termos de condições materiais muitas vezes poucas distinções houvesse entre escravos e forros, crioulos e africanos, negros e pardos ou mesmo pardos e brancos pobres, as separações jurídicas e as distinções perceptíveis serviam para dividir e, com isso, consolidar a base [escravista] da ação social.

Um caso curiosíssimo que ilustra a dramaticidade de tais “distinções” é o de um dos escravos que, convidado a juntar-se aos partidários do levante republicano de 1798, respondeu que não o faria pois não era francês e sim português (citado por JANCSÓ, 1996, p. 105).

Disputando politicamente no interior deste campo vasto e heterogêneo, temos a luta permanente dos escravizados pela sua libertação e aquela que sobre a qual se debruçará o nosso trabalho de análise discursiva, a luta dos republicanos de 1798, que István Jancsó apresenta como proposta de “aliança de classes [que] inclui a totalidade da população colonial (*ambiguamente* no tocante ao estatuto da escravidão), excluindo os representantes do poder metropolitano e os beneficiários do exclusivo colonial” (JANCSÓ, 1996, p. 192. Grifo nosso).

A luta direta dos escravizados contra seus senhores é constante e “endêmica” na Bahia, havendo relatos, já para a década de 1580, da existência de mocambos, comunidades autônomas de fugitivos que, em geral, se mantinham relativamente próximas a centros populacionais e propriedades agrícolas onde podiam realizar ações de guerrilha

---

<sup>114</sup> Há controvérsia em torno destes números. Barickman, citando o censo de 1780, fala em uma população de 40 mil habitantes, e, citando o censo posterior, de 1807, fala em 45 mil habitantes. Deste total, 28% seria de brancos. Muito mais importante, no entanto, é afirmar a negritude característica das ruas e da cidade de Salvador: segundo um viajante português de passagem pela cidade em 1788, uma população como aquela “dá logo nos olhos a quem não está acostumado a ver colônias” (Barickman, 2003, p. 100).

(SCHWARTZ, 1988, p. 377-378). Dentre as formas mais comuns de resistência sempre esteve a fuga – e a cidade de Salvador, paradoxalmente, era um bom esconderijo em função da imensa circulação de negros e mestiços nas ruas. Se havia casos de soldados famosos por serem contumazes desertores – é o caso de um dos revolucionários de 1798, Luís Gonzaga das Virgens –, muito maior era o número de escravos considerados *fujões*, em relação aos quais era normal serem avaliados como “doentes”. No avançar do escravismo colonial, entretanto, com o aumento constante da transmigração de africanos, as formas de luta foram se radicalizando e superando a simples (?) perspectiva de fuga. Em 1767, por exemplo, os escravos de um dos muitos mucambos baianos marcharam sobre o centro de Sergipe agitando bandeiras, rufando tambores, e exigindo cartas de alforria do capitão-mor, que alegou não contar com tropas o suficiente para combatê-los e prendê-los (ibidem, p. 379).

Em Ilhéus, quando do estouro de uma revolta escrava no ano de 1789, não apareceu de modo explícito a luta contra a instituição da escravidão propriamente dita. Os trabalhadores de uma grande propriedade açucareira fugiram para a mata e ali produziram um “programa mínimo” de reivindicações a serem atendidas pelo senhor como condição do retorno à *propriedade*. Dentre estas reivindicações, exigiam que as sextas e sábados fossem dias livres em que pudessem trabalhar para si próprios (mas não no santo domingo), e que lhes fosse permitido dançar, relaxar e cantar sem terem de solicitar permissão antes, que pudessem vetar a escolha dos feitores e que fosse aumentado o número de trabalhadores no engenho! (CONRAD, 1984, p. 400).

Mesmo extrapolando um pouco o período abordado, parece-nos válido mostrar que, a partir de 1807, alguns dos maiores pesadelos das classes dominantes portuguesas (atestados nas investigações sobre o movimento de 1798) se materializaram. Em novembro desse ano as autoridades de Salvador descobrem os preparativos para um grande levante de escravos que se estenderia da capital ao Recôncavo. Conhecida como Revolta dos Haussás/Hauçás pela origem étnica de seus organizadores, o movimento estava programado para acontecer durante a procissão de Corpus Christi, de modo a aproveitar o momento de distração dos colonos. Alguns dos seus líderes foram presos enquanto promoviam talvez a última reunião antes do levante, sendo apreendidas com eles flechas, varas para os arcos, fios, facas, pistolas e um tambor (MOURA, 1988, p. 157). Apesar do baque, esta mesma articulação de escravizados pouco tempo depois demonstraria força ainda maior, ao organizar uma fuga em massa – somente de Salvador foram cerca de 400 cativos africanos (SCHWARTZ, 1988, p. 386) – responsável por reunir um grande contingente nas matas da região, e empreender, a inícios de

1809, um ataque generalizado em que matam colonos, incendiam seus canaviais e atacam a vila de Nazaré (MOURA, 1988).

Os conjurados de 1798 estiveram distantes desse nível de organicidade, mas não necessariamente distantes de planos de execuções de opositores e “pessoas de bens e de consideração” – o que pode ou não ter sido plantado nas investigações, visto que não sabemos em que condições se davam os depoimentos e nem a sinceridade dos seus registros. O que, sim, é possível ver com clareza é que, à exceção da luta dos escravos, todos os outros três *partidos* disputam a elite colonial, que “passa a ser percebida como o dado fundamental de qualquer proposta política viável” (JANCSÓ, 1996, p. 192). Para termos maior clareza disso que István Jancsó aponta como politicamente viável, no interior do que ele chama de “universo da prática política possível”, trazemos um pouco mais da sua escrita, grifando as passagens mais substanciais à discussão que propomos.

O universo da prática política possível variava grandemente para os indivíduos que constituíam as formações sociais coloniais, a depender da posição que ocupavam no interior destas, diversas entre si, mas *todas, à sua maneira, referidas ao ordenamento estamentário metropolitano*. Dessa forma, o universo da prática política possível para os integrantes coloniais da aristocracia imperial espanhola era o todo do Império, assim como o era para aqueles que, na América portuguesa, chegassem a integrar as ordens hegemônicas (nobreza e clero).

[...] Aqui, raça e cor representavam sinais diferenciadores de condição social, e delimitavam, a priori, o espaço da prática política possível, que variava entre a sujeição absoluta e o mando incontestado. Daí porque os primeiros movimentos a sinalizarem o esgotamento do Antigo Sistema Colonial no universo americano tenham *especificidades sociais tão marcantes no tocante à sua abrangência social*: assim ocorreu no Peru e Charcas com os levantes de Tupac Amaru e Tupac Catari (1780-1781), assim se desenhou na rebelião dos comuneros na Nova Granada (1781), assim se configurou, ainda que abortado, no eixo Minas Gerais-Rio de Janeiro (1789) com a Inconfidência Mineira. (JANCSÓ, 1996, p. 45. Grifos nossos).

Nestes exemplos levantados por István Jancsó, não temos a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, para usar a expressão de Antonio Gramsci (2002 [1932-34], p. 17); não temos também processos de dissolução de um todo dominante em torno de novos projetos e práticas de Estado e em torno de novas partilhas do sensível: prevalecia, no conjunto das práticas toleradas e produtivas junto ao *Estado R*, a remissão e reprodução das distinções estamentais, raciais e de cor. Por isso, quando estouraram os primeiros movimentos contestadores no período de crise internacional do colonialismo, estes se marcaram mais pela afirmação de particularidades e resistências do que pela projeção revolucionária de novas universalidades e partilhas. Podem ser considerados movimentos de resistência. Ainda nas palavras de Jancsó (1996, p. 46),

[...] os episódios do primeiro ciclo de contestação da dependência colonial não trazem dentro de si o esboço de uma nova forma e organização política do Estado, construído sobre um consenso ou *construindo o consenso* no interior de uma classe com pretensões de hegemonia, e com aptidão para conquistar essa hegemonia.

Quais então as possibilidades de subjetivação na colônia, nessa perspectiva da (contra)hegemonia? Se as classes dominantes soteropolitanas são disputadas por três dos quatro partidos com atuação local (reformismo metropolitano, autonomismo colonial e republicanismo revolucionário), por que não estariam elas livres para engajar-se em qualquer um dos projetos? Como temos desenvolvido, o *ser de classe* é uma realidade social no mínimo<sup>115</sup> duplamente determinada: de modo objetivo, enquanto classe-em-si, pelas formas históricas de coerção e subsunção, de assujeitamento e enquadramento a um lugar prévio e administrado; e de modo subjetivo, enquanto classe-para-si, pelas formas históricas de enfrentamento a esse lugar prévio administrado (e por isso, desfazimento de um *ethos*, desclassificação). As classes dominantes na Bahia colonial constantemente investiram sobre os furos e instabilidades daquela formação social, o que não significa dizer que elas fizessem avançar – no bojo do desentendimento constitutivo de uma nova partilha do sensível – um processo de constituição independente do (ou contrário ao) lugar administrado desde a metrópole, o que equivaleria a vê-las investindo no seu desfazimento não apenas como peça subjetivamente dominada no todo da reprodução sistêmica, mas quanto à própria “forma interna de organização da sociedade e da vida produtiva que resultaria da superação do estatuto colonial” (JANCSÓ, 1996, p. 47).

Vale a pena refletir sobre a segurança demonstrada pelo governador D. Fernando de Portugal e Castro quando, em carta de 1798 para o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, busca tranquilizar o reino frente a denúncias de que a elite local baiana estaria envolvida nos planos de levante. A causa revolucionária não lhes seria nada conivente:

[...] a revolução, temida pelas autoridades metropolitanas, aterrorizava também aos “homens empregados e estabelecidos” na própria colônia, com “bens e propriedades”, donos de escravos, pois uma conspiração contra a Coroa e a soberania portuguesas exporia tais homens ao risco de “serem assassinados pelos seus próprios escravos” (VILLALTA, 2000, p. 29).

---

<sup>115</sup> Dizemos “no mínimo” porque, como sugerido no capítulo anterior, também poderíamos explorar quatro ordens de determinações (não redutíveis umas às outras) atuantes na conformação do ser de classe: uma estrutura objetiva (referente à propriedade dos meios de produção); uma dinâmica objetiva (referente à produção e apropriação); uma dinâmica subjetiva (referente à consciência de classe, aos agenciamentos entre interesses e desejos); e uma estrutura subjetiva (referente ao estado das lutas de classe).

Não podemos esquecer que desde a revolução negra em São Domingos, iniciada em 1792, “a maioria dos proprietários de escravos e brancos foi tomada do medo das consequências de qualquer desafio revolucionário à metrópole” (BLACKBURN, 2002 [1988], p. 408). Mas indo um pouco além desse aspecto mais imediato e rotineiro que afetava aos grandes e médios gestores do *Estado A* – o medo de morrer nas mãos de seus homens-peças sob cativo – vale salientar a necessidade econômica constantemente renovada (em especial naquele período de alta do açúcar) de importação de escravizados da África e de exportação da produção para outros centros de consumo, dentre os quais cresce cada vez mais em importância o Rio de Janeiro e o comércio intercolonial como um todo, antes mesmo da chegada da família real portuguesa em 1808. Por mais que as classes dominantes locais tivessem criado meios pelos quais puderam driblar o (e/ou compartilhar do) exclusivo colonial metropolitano, tendo formas próprias de acesso ao crédito e, num passado remoto, a redes de comercialização e aquisição de trabalhadores africanos, a criação de uma *República Bahinense* (na forma como consta nos panfletos da Conjuração de 1798) certamente traria sérias complicações para manutenção daquilo que as asseguravam em seus postos de dominância local. Repetimos: a realidade poderia ser transformada de muitas formas, desde que a forma de produzir fosse mantida e, aqui acrescentamos, desde que fossem asseguradas as formas de realizar o valor da produção, a garantia do acesso aos mercados. A França, mergulhada nas contradições de seu processo revolucionário, poderia ser, além de provedora de leis e fiadora política dessa República Bahinense (poderia?), a restauradora dos caminhos para os elementos vitais da produção e reprodução “bahinense”? Ou será que toda revolução é sempre revolução contra as classes dominantes (sejam elas locais ou não)?

Em síntese, enquanto prevaleceu a economia de exportação como setor dinâmico e principal, enquanto o Brasil manteve a condição de espaço social historicamente produzido por europeus para europeus (*habitantes* da América, inclusive), a burocracia estatal, os comerciantes e os proprietários souberam construir uma unidade pragmática em torno dessa produção mercantil. A partir dessa unidade estratégica, onde num momento a Coroa pendia mais para os proprietários (até 1750) e no outro mais para os comerciantes (durante e após Pombal), tratou-se sempre de revitalizar e fortalecer uma sociedade e uma economia escravista-colonial.

As grandes mudanças representadas na vinda da família real aceleraram as contradições do sistema colonial, reforçando a identidade europeia das classes dominantes locais e constituindo uma esfera pública urbana – espaço social aberto tanto ao debate político quanto ao refinamento dos “grosseiros” modos tropicais – necessária à constituição de um



novo *Estado R*. Uma nova classe dominante mercantil, que abastece o mercado interno e se associa aos comerciantes ingleses – portadores de uma nova civilidade e exemplaridade –, de forma alguma rompe com o padrão colonial e com o *Estado A*, e reinveste seus lucros no *mesmo* empreendimento agrícola, escravista e exportador, constituindo-se também em classe senhorial renovada. Muda muita coisa nesse processo de instituição de um império nos trópicos, mas não muda a moeda colonial, as relações de produção internas e internacionais: prevalece assim o mesmo abismo escravista entre o trabalhador e sua liberdade, suprimida em favor de terceiros; e prevalece o abismo colonial entre a sociedade e sua principal produção, voltada para o exterior – ainda quando esse *exterior* encontra-se no mesmo continente.

Aí estavam os limites da prática política de então. Ou melhor, segundo propomos reformular, aí estavam *os elementos condicionantes para uma prática política efetiva*, contrária a isto que era o próprio cerne dessa ordem policial/Estado em formação e constante atualização desde o século XVI, a cunhar sua negra moeda de troca e perseguindo alternativas de transformação ou melhoramento da ordem estatal-administrativa. Sempre de modo a preservar (e mesmo intensificar) a forma escravista de produção e do sobretrabalho por ela gerado, a partir do quê todos os habitantes da América portuguesa sobreviviam. A população urbana de Soterópolis, sem nenhuma relação direta com a produção agrícola, estava completamente subordinada aos e dependente dos rumos da grande lavoura de exportação que se espriava pelo recôncavo naquele momento de alta do açúcar e redução da produção de mandioca, o principal item alimentício – e já considerado *gênero de primeira necessidade* – de todos os segmentos sociais da colônia (BARICKMAN, 2003, p. 89).

Ao apontarem suas penas agenciadoras para o *Estado R*, promovendo um discurso republicano e igualitário, terão os revolucionários baianos de 1798 ignorado o campo referencial do *Estado A*, as relações mais cotidianas e substanciais de poder? Se “a rejeição dos regimes *políticos* do Velho Mundo não pressupunha mudanças fundamentais nas instituições *sociais*” (BLACKBURN, 2002 [1988], p. 16) é uma sentença correta para os colonos na conformação de um novo bloco histórico escravista, teriam os revolucionários baianos condições efetivas (objetivas e subjetivas, interesses e desejos, quanto às coerções e aos agenciamentos) para enunciar desse mesmo lugar, preservando/renovando as relações de poder próprias ao *Estado A*? Outra forma de perguntar o mesmo: poderia não ser abolicionista ou não despertar o abolicionismo a prática política dos mulatos?

Na avaliação de István Jancsó (1996, p. 193), a perspectiva da aliança de classes defendida naufraga justamente com a divulgação dos pasquins, “neutralizando, na prática, a sua capacidade de gerar ações coerentes com a proposta de aliança de classes da qual o *grupo*

se postava como portador”. Vejamos a seguir o que efetivamente naufragou, entrando no universo factual e ideológico interpelava os sujeitos da Conjuração Baiana e frente ao qual eles se subjetivaram de modo esquivo ou... “doentio”.

### 3.2 A CONJURAÇÃO BAIANA ENTRE O REPUBLICANISMO FRANCÊS E O ABOLICIONISMO HUMANO

Não eram os patriotas norte-americanos que serviam de exemplo a João de Deus e a seus companheiros: eram os *sans culottes*. E não eram os requintes constitucionais dos Estados Unidos que os inspiravam, mas as palavras de ordem da multidão parisiense.  
*Keneth Maxwell, A devassa da devassa*

[...] manda o Povo que seja punido com pena para sempre todo aquele Padre regular, e não regular que no púlpito, conficionario, exortação, conversação por qualquer forma, modo, emaneira persuadir aos ignorantes, fanaticos, e ipocritas; dizendo que he inútil aliberdade  
Popular  
*Avizo ao Cléro, eao Povo Bahinense indouto – assinado O Povo*

O movimento conhecido como Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (nomeação que visa rebaixar o acontecimento, delimitando o quadro de seus participantes a uma categoria específica de artesãos/oficiais mecânicos) ou ainda Revolta dos Búzios (que ressalta uma dimensão negra e africana a nosso ver exagerada) contou provavelmente com a participação de diferentes classes e segmentos de classe. Trabalhadores livres, alforriados e escravizados, constando profissionais liberais e oficiais superiores no primeiro segmento, foram arrolados nas investigações sobre o movimento, tanto naquelas feitas sob a autoridade dos administradores coloniais quanto nas conduzidas por historiadores como Luís Henrique Dias Tavares (1975) e István Jancsó (1996) – este aponta ainda para a participação de membros da elite econômica e administrativa, que teriam oferecido alguns de seus escravos à justiça como demonstração de fidelidade à Coroa portuguesa, de modo a saírem ilesos da investigação. A historiadora Patrícia Valim (2006) ressalta, inclusive, que dos treze escravos investigados como participantes da conjuração, doze pertenciam a famílias detentoras das maiores fortunas da cidade. No entanto, como fica patente em seus depoimentos, o que também é ressaltado por Marco Morel (1999), todos os escravizados presos fazem a leitura do levante projetado como promessa de fim do cativo. Informação esta que, para nós, é salutar, por incidir sobre o campo dos *elementos condicionantes para uma prática política efetiva*.

Mas a presença do abolicionismo no programa dos revolucionários ainda é uma questão não resolvida nos estudos históricos, demarcando dois campos: o que afirma que a abolição dos escravos estava “estampada nos ideais dos panfletos” (ADCA, 1998, p. 6); e o que afirma que “os objetivos abolicionistas não apareceram nos cartazes públicos” (SCHWARTZ, 1988, p. 384). Nossa posição, outra vez, visa trabalhar a verdade dos dois partidos, pois que a nosso ver o abolicionismo não aparece nos panfletos (ou pelo menos não aparece naqueles panfletos anexados ao inquérito do movimento), mas *é dado a aparecer* através deles, dá-se a “estampar” a partir não exatamente de suas unidades linguisticamente descritíveis, mas no real de sua história, uma história de sujeitos que através de discursividades em disputa, em meio a conflitos de direcionamento dos sentidos, sobreposições e interdições, exploram a equivocidade da escrita dos panfletos, o seu real da língua. Nossa hipótese é de que sob a superfície do discurso republicano e francês trabalham-se pontos de deriva (e desentendimentos) a favor do abolicionismo interdito.

Não entraremos ainda na tessitura linguística e discursiva dos panfletos, traçaremos antes as linhas da Conjuração Baiana enquanto acontecimento histórico. Qual a novidade ou as novidades deste movimento frente a outros que precederam a remessa da família real e a dura conformação de um *Estado R* brasileiro no século XIX? Contra que práticas e formações ideológicas, a partir de que projetos de agenciamentos de interesses e alianças de classes, os revolucionários baianos de 1798 se insurgiram?

Começemos falando das lutas sociais na Salvador colonial. A populosa cidade comercial é movimentada por uma “maioria de homens e mulheres que vive do transporte de mercadorias, do comércio ambulante, de suas artes mecânicas e de serviços domésticos” em situação “extremamente vulnerável” (MATTOSO, 2004, p. 319). A falta de estabilidade no bojo de uma economia predominantemente de exportação, com grande variação dos preços internacionais, e no bojo de relações sociais dominantes escravistas, alimentava um conjunto de tensões, as quais o historiador István Jancsó (1996, p. 115-116) considera predomirem as de natureza *pré-políticas*, tangenciadoras do ordenamento geral das estruturas de poder: “as revoltas de escravos, a indisciplina urbana, as manifestações cotidianas de desafeição à hierarquia ainda podiam ser absorvidas por estas”. Estas acabariam se revertendo na “busca de soluções específicas para os diversos grupos”, e em relações clientelísticas que resultavam em vantagens pessoais. Do ponto de vista da manutenção da ordem, tratava-se, inclusive, de mostrar que, no regime de liberdades diferenciadas do absolutismo (privilégios), com seu regime de visibilidade e adequação das partes sociais aos seus lugares prévios específicos, “os interesses sociais somente poderiam ser preservados e atendidos mantendo-se intocada a boa

ordem social” (JANCSÓ, 1996, p. 155). Tal engenharia de dominação conseguiria lidar razoavelmente com as constantes manifestações de desapeço pelo poder, sobretudo no período em que o ilustrado D. Fernando José de Portugal e Castro esteve à frente do governo da capitania (1788-1801), quando a sua administração foi criticada por ser demasiadamente tolerante.

Tendemos a não concordar totalmente com István Jancsó quanto ao poder de absorção das revoltas de escravizados, da indisciplina urbana e do conjunto de manifestações que, como ele mesmo relata, podiam atingir símbolos essenciais das instituições dominantes, como a Igreja, ou tocar em questões da vida cotidiana, como o desabastecimento de víveres e/ou a elevação de seus preços, dramática a partir de 1787 (MATTOSO, 2004, p. 319; BARICKMAN, 2003), motivo de saques, arruaças e colagem de cartazes abusados:

[...] ha couza de seis semanas pouco mais ou menos vio elle testemunha hum Pasquim pregado na porta do açougue da Praia, o qual em nome do Povo mandava a Camara que puzesse a Carne a seis tostoens... (João Lourenço Seixas, branco, boticário (dono de farmácia), 43 anos – depoimento de 29/08/1798 – ADCA, 1998, p. 47).

[...] estando fixado na porta do açougue da praia, hum Edital da Camara desta Cidade sobre o preço, porque se havia de vender a vaca no mesmo açougue, no mês de Julho desapareceu o dito Edital, que foi arrancado e em lugar d'elle appareceu outro, não da Camara, que principiava = Nos Bahinenses, Republicanos para o futuro queremos, e mandamos, que a inutil Camara desta Cidade mande por a carne a seis tostoens, e assim tenham entendido... = e depois se seguirão outras palavras de que elle testemunha não se lembra... (João Lourenço Seixas – depoimento de 22/09/1798 – ADCA, 1998, p. 334).

[...] hum pesquim, que por esse tempo (...) tinha apparecido, a respeito do preço da carne, de cujo conteúdo não está certo... (Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, branco, tenente do segundo regimento de linha, 28 anos – ADCA, 1998, p. 849).

A despeito da assinatura *Bahinenses Republicanos* no referido edital rebelde, de sua proximidade temporal com os boletins de 12 de agosto de 1798, e da enunciação em nome do Povo, István Jancsó (1996, p. 122; p. 158-159) considera que tal demanda estaria no “universo do tolerável, do assimilável pelo poder”, e que não haveria ali nenhum convite à ação, “esgotando-se na denúncia e na reivindicação”, voltada, afinal, a uma instância menor de poder, a Câmara, esvaziada de suas prerrogativas do passado. Já a misteriosa destruição, em princípios daquele mesmo ano, da força utilizada para as execuções oficiais (tornando-se o que sobrou dela superfície de pasquins dos quais não sabemos o seu conteúdo), é considerada um extravasamento das práticas *pré-políticas* por atingirem um símbolo do poder. Entendemos que o panfleto com o tabelamento da carne, mesmo com a ressalva de Jancsó,

pode sim ser considerado político, por duas razões. Uma é que o tema da subsistência foi um dos que apareceu na leitura dos boletins revolucionários por parte dos segmentos populares:

[...] ouvira falar a respeito dos papeis sediciosos (...) em que elles aparecerão disendo algumas pessoas que eles falavão sobre por-se a farinha mais barata, e dar dous tustoens aos Soldados... (Manoel da Silva, pardo, branco [na correção], soldado do 1º regimento, 32 anos – ADCA, 1998, p. 67).

O fato de não constarem referências diretas ao tema da subsistência nos pasquins anexados à devassa, mas apenas no relato de testemunhas diretamente envolvidas ou não no movimento e representantes dos segmentos empobrecidos da cidade, faz-se inclusive revelador, dado aí o espaço de inscrição dos desejos e das reivindicações daqueles sujeitos no bojo da publicação e interpretação dos boletins. Como diz o historiador Mário Maestri:

Nos depoimentos, tomados a seguir, de testemunhas que ouviram falar dos manifestos, mas não os viram, emerge comumente uma clara reelaboração do conteúdo dos escritos que certamente apresentam reivindicações das classes subalternas não presentes nos textos, como a do tabelamento do preço da carne. Essa reconstrução dos conteúdos das mensagens era absolutamente normal em uma sociedade em crise em que o principal veículo de socialização das informações era a comunicação oral interpessoal. (MAESTRI, 2008).

O aparecimento do tema da subsistência de fato atesta a presença popular no caldo da cultura política vigente. A instituição de um celeiro público era uma política europeia comum para aplacar o problema rotineiro da fome e dos subsequentes protestos populares. O de Salvador foi fundado em 1785, sendo o primeiro e único de todo o território brasileiro até meados do século seguinte. Acabou não funcionando como depósito de alimentos, mas apenas como mercado oficial, nos moldes do que havia em Lisboa, onde os funcionários atuavam como fiscais da venda de farinha para evitar práticas monopolistas e desvios de produtos para outros mercados e revendas. O transporte de farinha dentro do Recôncavo obrigatoriamente tinha que passar pelo Celeiro de Salvador, para pagar a “contribuição” – e talvez deixar a carga/vender lá, em caso de ameaça de escassez na capital (BARICKMAN, 2003, p. 134-137). Praticamente metade da farinha baiana escapava deste destino.

O problema do desabastecimento, dos preços e da fome gerava constantes manifestações. A oscilação dos preços era intensa. Num intervalo de apenas duas horas um alqueire de farinha podia subir de 960 réis para 1\$280 réis, numa variação de 30% (BARICKMAN, 2003). Vimos anteriormente que, na França, a politização do problema da fome foi um modo privilegiado de apropriação da linguagem dos jacobinos pelo povo pobre

de Paris (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994 [1986]), desvirtuando e tornando mais concretas algumas reivindicações.

Mesmo concordando com Mário Maestri quanto à centralidade da comunicação oral interpessoal, assim como das relações sociais de tipo primário, familiar ou associativo (MATTOSO, 2004, p. 318), não podemos, entretanto, descartar a possibilidade de terem circulado pasquins com tais conteúdos juntamente aos que foram preservados – “os pasquins certamente foram bem mais numerosos do que os que chegaram até nós” (JANCSÓ, 1996, p. 119). Ao longo do texto dos autos a referência é a “vários” e não a um número determinado qualquer de papéis sediciosos difundidos na manhã de 12 de agosto de 1798. Sabe-se inclusive que um dos papéis foi deliberadamente queimado pelo coronel Francisco José de Matos Ferreira e Lucena após recebê-lo do seu filho, Antonio José, que declara às autoridades ter lido no tal pasquim que a revolução daria liberdade aos escravos (ADCA, 1998, p. 63).

A segunda razão para considerar o tabelamento da carne uma prática política pode ser bem ilustrada através de um contraexemplo, a comparação com o caso de uma petição intitulada “dos moradores do sertão da América à rainha Dona Maria I”, de 1776, produzida por moradores do interior da Bahia, Pernambuco e Goiás (o que revela um processo de integração notável), na qual eles reclamam da falta de representatividade dos seus interesses junto ao trono, afirmando que “choram os miseráveis vassalos de Vossa Majestade nesta longínqua conquista, sem haver um ministro que o[s] represente [n]o Conselho, e lhe acudir com pronto remédio” (citado por FIGUEIREDO, 2003, p. 11).

Endereçada ao centro do poder, nem por isso esta manifestação pode ser considerada política – em contraposição ao cartaz da carne –, visto que tem no seu horizonte a manutenção e o resgate de um vínculo essencial entre governados e governantes, do pacto entre rei e comunidade – seguindo o modelo próprio das teorias corporativas de poder da *Segunda Escolástica*. Segundo estas teorias, o poder régio teria origem popular e “se transmitiria de Deus ao soberano pela mediação da comunidade, cabendo ao monarca exercê-lo respeitando a religião católica e o bem comum, distribuindo com justiça ‘prêmios’ e ‘castigos’” (VILLALTA, 2000, p. 14). A máxima ameaça que se desenhava nessa petição de 1776 (pelo menos enquanto tópica de efeito retórico) era a da troca de soberanias, a busca de outra sujeição, e não uma busca do exercício de cidadania, característica das revoluções burguesas europeias. Por outro lado, ao tabelarem eles próprios o valor da carne de vaca no lugar do poder instituído, os Bahinenses Republicanos de 1798, na condição de porta-vozes dirigindo-se ao próprio povo, estão realizando uma prática política, recusando um determinado

ordenamento social, sobrepondo-se de modo explícito e direto aos aparelhos constituídos do *Estado Restrito/Estado R* imperial-colonialista.

Também em relação às ofensas dirigidas à Igreja, não nos parece tão simples o seu descarte no rol das práticas políticas. Difícil tomar como acaso o fato de que muitos dos conhecidos revolucionários baianos de 1798 fossem acusados de “desabusados” em matéria de religião.

[...] quazi todos estão desabusados ; como Se mostrava dos successos ultimamente acontecidos, quais forão a da negação da Pureza de Maria Santissima, que fes o Soldado do Segundo Regimento de linha Manoel de Santa Anna, de que rezultou ser castigado pelo seo Coronel; a falta de respeito de hum cabo de Esquadra, que deixou de tirar o chapeo ao Santissimo Sacramento; o desprezo com que o Tenente Hermogenes de Aguillar, na occazião do Seo casamento, que foi por este tempo, desprezando as ceremonias da Igreja, com que o Paroco cumpria neste acto, lhe disse que tudo aquillo era abuzo, que bastava elle declarar, que tomava a espozada por sua mulher o arzoamento contra a Religião que tivera o Cirurgião Cipriano Joze Barata, com hum Padre Barbadinho, que pregava nos districto do Engenho do Bolcão, arzoamento tão escandaloso que delle rezultou ser despedido o mesmo Barata de lavrador do dito Engenho, por insinuação do Excellentissimo, e Reverendissimo Arcebispo: a grande cea de carne, que na Sexta Feira da Paixão da Quaresma passada, se deo por huma grande parte dos officiaes da Tropa paga da primeira idade; alem de outros (...) de que elle declarante não se lembra. (José de Freitas Sacoto, pardo, negociante de ouro e prata, cirurgião, 32 anos – ADCA, 1998, p. 756).

O movimento republicano de 1798, ainda que não possa ser pensado de modo alheio ao quadro do regime de liberdades diferenciadas e das tensões pré-políticas que acabavam renovando e reforçando supostos pactos antigos, conta com uma novidade e singularidade insofismável, que se pauta em três pontos insuspeitos: 1) a busca de interlocução ampla; 2) o afrontamento à ordem instituída; e 3) a proposição de uma outra ordem, que aniquilaria o regime de liberdades diferenciadas. Aí estaria colocado o próprio cerne da prática política e dos modos de subjetivação dos revolucionários baianos.

Quanto à interlocução ampla, nos pasquins os soldados parecem ser os interlocutores mais cortejados: a medida de aumento do soldo aparece em quase todos os cartazes. No pasquim de número 1 (*Avizo*), na listagem dos 676 partidários da liberdade (cujo resultado alcança 660<sup>116</sup>) constam 340 soldados, o que representa mais da metade do total – se bem que, 233 destes são soldados milicianos, logo, não regulares nem pagos, vivendo de outras

<sup>116</sup> Os estudiosos do movimento não demonstram interesse nesse erro de cálculo. Poderá representar algo mais que um déficit em operações matemáticas? Foi suprimida da listagem alguma categoria com 16 integrantes? Evitou-se o número 660 (ou foi escolhido o 676) por alguma superstição? Novamente lembramos o filme *A Vida de Brian* (Terry Jones, 1979), agora da cena em que o soldado romano corrige os erros de ortografia da pichação de um militante revolucionário judeu. Estamos convencidos de que todo erro é revelador, ainda quando aquilo que se revela é algo profundamente banal. Seja pelo menos marcado o erro.

atividades “mecânicas”. Incluindo-se os números de oficiais superiores e inferiores (presentes no topo da lista), o total de militares atinge a soma de 513 pessoas. Como aponta Katia Mattoso (2004, p. 322), devemos crer que eles estavam cientes de que sem homens e(m) armas não haveria revolução.

Ainda nesse pasquim, *Avizo*, vale destacar a presença de 95 religiosos de diferentes ordens listados – incluídos 8 auxiliares do Santo Ofício –, mais 20 “homens do commum”, 13 “homens graduados em Letras” (sic), 11 “homens graduados em postos e cargos” (estes comparecem em 3º lugar na lista, após os oficiais), e 8 “homens do comércio”. Quais classes e segmentos de classe não encontram representação? Basicamente, os escravizados e os escravizadores.

No entanto, em dois dos boletins os fabricantes de açúcar aparecem contemplados pela revolução vindoura, o que *em tese* inclui os senhores de engenho – não podemos obscurecer a importância econômica e social dos plantadores/lavradores de cana, em geral dependentes dos proprietários de engenhos. Teriam os senhores de engenho algum interesse em enfrentar a tirania da monarquia portuguesa, alvo-chave nos panfletos? Antes que a discursividade revolucionária francesa viesse a circular abertamente ou à boca miúda na capital baiana, o enfrentamento à tirania era uma tópica bastante presente na tradição política dos colonos leais à Coroa, como vimos na referência ao pactismo da escolástica. A diferença é que, nesta tradição mais antiga e mais sedimentada, os confrontos diziam respeito a uma relação “direta” entre o rei e *seus súditos portugueses* engajados na constituição de poderes locais autônomos e espaços de mediação para as classes dominantes na América. O republicanismo dos papéis incendiários se dirige ao povo baiano e acusa a Coroa de indignidade, para ficarmos no mais cordial dos ataques. Mas é possível estabelecer uma relação indireta: quando o reformismo ilustrado português agigantou a presença e a visibilidade (policial) das instituições estatais na colônia, produziu-se um descompasso e uma abertura para a radicalização ideológica em todos os segmentos. Ainda que, no plano social, uma das características essenciais do absolutismo fosse o empenho na manutenção da divisão estamental tradicional, no plano político ele buscava extinguir ou neutralizar todas as instituições autônomas (KOSELLECK, 1999 [1973], p. 20), o que pode ter sido menos dramático na Europa do que na Bahia pela forma vertiginosa com a qual se produziu um vazio na articulação entre instâncias social e política – fator pertinente ao rumo dos acontecimentos em Soterópolis que gestaram o movimento republicano de 1798. Na verdade, esse vazio contribuiu para uma fragilização das barreiras entre as classes, em geral pequena, mas suficiente para o transbordamento de ideias



e projetos que, num primeiro momento, eram nutridas com alguma distância das classes subalternas.

Entremos assim no tema não só da interlocução ampla almejada pelos pasquins, mas da própria participação de classes potencialmente antagônicas no movimento e o republicanismo. Ainda que algumas testemunhas na devassa acusassem a presença de *peessoas de consideração* em reuniões suspeitas de francesias e a sua inserção dentre os apoiadores do levante, raramente os investigadores as chamavam para depor e poucos foram investigados. É suficientemente claro o esforço empreendido pelas autoridades coloniais durante o inquérito/devassa em apagar essa participação do movimento de 1798, asseverando de antemão a tese enunciada por D. Fernando para o ministro do ultramar: os homens estabelecidos na colônia jamais atentariam contra a sua vida e propriedade. Mas a historiografia aponta que estas pessoas podem ter sido as responsáveis pelas primeiras reuniões políticas em Salvador, entre o final de 1793 e setembro de 1797, nas quais, sem a presença dos *colonizados*, se discutiram os acontecimentos da Revolução Francesa, as ideias democrático-burguesas, e se alimentaram planos de libertação da tirania lusitana e da miserabilidade da condição colonial (TAVARES, 1975, 1999).

A precisão quanto ao encerramento desta “primeira fase” de articulações em setembro (ou agosto) de 1797 deve-se às advertências feitas pelo governador D. Fernando de Portugal a alguns expoentes de tais reuniões, como o tenente Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, que é “dado por doente”, ficando recluso em casa (prisão domiciliar), e o professor de gramática Francisco Muniz Barreto de Aragão, que imediatamente retorna para Rio de Contas, vila no centro-sul baiano onde lecionava. Barreto seria responsável por reuniões onde expunha que “se satisfazia muito do Systema dos Francezes” (ACDA, 1998, p. 765). O tenente Hermógenes é um dos responsáveis para que as ideias revolucionárias extrapolassem o círculo das camadas altas e intermediárias. O coronel Ferreira de Lucena (amigo e protetor de Hermógenes), sabendo que o tenente andava divulgando “francesias” junto à tropa, denuncia-o ao governador e ordena que o soldado Manoel de Santa Anna, de todos o mais próximo de Hermógenes, sofresse uma “roda de pau”, surra característica da época, que o levou à deserção (TAVARES, 1975, p. 98).

O cirurgião e lavrador Cipriano Barata, que entrará para a história como um dos mais combativos jornalistas da primeira metade do século XIX, é outra figura de destaque nesse transbordamento ideológico. Colega de José Bonifácio e de José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu) quando esteve entre 1786 e 1790 na Universidade de Coimbra, ao retornar para a Bahia mostrou ter sido muito mais impactado pelos acontecimentos em França do que

pelos projetos de reforma correntes nos círculos letrados lusitanos. Afinal, Cipriano foi denunciado à Coroa por expor os “sucessos da França”, em pregações “arrasadoras” a um grupo de lavradores e por praticar discursos para “rústicos povos” (MOREL, 1986, p. 15-18; TAVARES, 1999, p. 144).

Mais denúncias chegavam aos ouvidos do governador D. Fernando José de Portugal (e também aos do ministro do ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho) falando da promoção dos escandalosos jantares de carne em dias santos com a presença de franceses – não sabemos se naturais deste país ou partidários das *ideias francesas*. O tenente Hermógenes seria um dos que pretendiam promover tais encontros, sendo advertido antes. Francisco Agostinho Gomes, ao mesmo tempo diácono e rico comerciante, herdeiro de uma das maiores fortunas da Bahia (JANCSÓ, 1996, p. 144), foi denunciado mais de uma vez à Coroa por manifestar simpatias pela Revolução Francesa e patrocinar um destes banquetes sacrílegos, numa quinta ou sexta-feira santa. Descobriu-se depois que ele e o tenente Hermógenes dedicavam-se à tradução de textos franceses e à elaboração de cadernos manuscritos para “dezabuzar os rapazes religiosos” (ADCA, 1998, p. 753). Quanto às medidas tomadas em relação ao padre Agostinho Gomes, chegou a se realizar uma breve devassa que, ao final, terminou inocentando-o – o que, como indica István Jancsó (1996, p. 145), parece ter sido mesmo o propósito da investigação. Aliás, quanto a Agostinho Gomes e outros nomes graúdos, a suspeita é de que tenham comprado as autoridades e entrado em acordo (JANCSÓ, 1996; VALIM, 2006). Nas investigações sobre os planos de levante em Salvador, o termo de conclusão diz apenas que, em referência à suposição de que participavam pessoas com “autoridade e honra”, estiveram os conjurados

[...] debaixo de ardilozos, e sagazes estratagemas (...), inculcando ao mesmo tempo sabedores, e interessados na sua execução, pessoas de tal preheminencia, autoridade e honra, que estas mesmas qualidades as excluem do mais leve pensamento de infidelidade (Termo de Conclusão da Devassa, ADCA, 1998, p. 1123).

A comprovada passagem por Salvador de um revolucionário francês em fins de 1796 e início de 1797 pode ter sido outro fator decisivo para o transbordamento daquelas articulações iniciais, independentemente de qualquer suporte de sociedades secretas e de reuniões entre reformistas ilustres e sacrílegos. Antoine René Larcher era o comandante de uma fragata que em 1795 levava às Ilhas Maurícias ordens do Estado francês de abolição do trabalho escravo nas colônias (TAVARES, 1975, p. 80-83, 1999, p. 42-45). Enfrentou três naus portuguesas, sofreu péssima recepção por parte dos colonos franceses e foi despachado para a Europa

numa nau espanhola, comandante sem posto e sem navio. Acabou aportando em Salvador alegando necessidades de consertos na embarcação – o que foi desmentido por uma vistoria realizada pelas autoridades portuguesas da Bahia. Como Portugal e França haviam recentemente negociado a paz, e como Larcher e o comandante do navio espanhol tinham acolhido 29 náufragos portugueses derrotados pela fragata francesa, D. Fernando de Portugal permitiu a arribada da embarcação e a estadia por um mês da comitiva francesa – Larcher, esposa, duas filhas e mais sete franceses, de novembro de 1796 até janeiro do ano seguinte. Esteve o tempo todo sob vigilância das autoridades militares locais, tarefa esta incumbida ao... tenente Hermógenes!

Através de uma correspondência de Larcher para o governo francês (na época o Diretório) datada de agosto de 1797, ficamos sabendo da excelente recepção das ideias francesas na Bahia, do entusiasmo com que os franceses eram recebidos em Salvador, do impacto positivo da declaração dos direitos do homem, da libertação das “velhas superstições” pelos habitantes locais, ávidos leitores de “livros franceses”, e que teriam manifestado ao comandante francês grande disposição para lutar pela independência e pela proclamação de uma república nos moldes da francesa, pedindo pra isso 4 mil fuzis – os baianos estariam dispostos a enfrentar todos os sacrifícios possíveis, tão fatigados que estavam do governo real e teocrático (TAVARES, 1999, p. 44). Nessa mesma carta Larcher propõe ao Diretório um plano de ataque fácil e barato, com o envio de 1800 homens para apoiar a revolução dos baianos, aos quais também iriam garantir a volta da capital do Brasil para Salvador.

O plano proposto não foi encampado, mas a ênfase e a insistência das autoridades portuguesas na perseguição das práticas de “francesias” eram grandes, havendo efetivamente aí nesse ponto um modo de subjetivação característico daqueles que, a despeito das advertências em 1797, estavam atrás de apoio à causa da liberdade. Em uma das muitas de suas abordagens para conseguir gente disposta a lutar para viver “em igualdade e abundância”, João de Deus, alfaiate pardo, um dos acusados de ser *cabeça* do movimento, teria dito a Joaquim José da Veiga (um dos denunciantes), que ele

[...] tinha cara de Francez = ao que respondeo elle denunciante, que tal não suppozesse ; porem continuou o dito João de Deos = Que se calasse, que elle denunciante era esperto, e agil para hum negocio, e acção, que com elle queria tratar, pois convinha, que todos se fizessem Francezes, para viverem em igualdade, e abundancia, a cujo efeito tinha projectado de acordo com duzentas, e tantas pessoas, que tinha já chamado seo partido formar huma rebelião por meio da qual conseguiria os seos dezejos (Joaquim José da Veiga, pardo, oficial de ferrador – ADCA, 1998, p. 284).

Essas abordagens representam o que podemos considerar a terceira e última fase do movimento, após o aparecimento (a 12 de agosto de 1798) de vários boletins espalhados pela cidade anunciando uma revolução para breve, contra “o pecimo jugo reinavel da Europa”, e pela qual “todos seremos iguaes”. Soldados e artesãos, de modo pouco cuidadoso – como depois se mostrou, em função das delações – intensificaram o seu trabalho de arregimentação de mais pessoas para a causa, visando antecipar os planos de levante, sobretudo em função da prisão de Luís Gonzaga das Virgens, acusado de redigir os pasquins. Tanto para esse momento quanto para a segunda fase, entre as repreensões de 1797 e os boletins de agosto do ano seguinte, não temos notícias da participação direta daqueles integrantes dos primeiros círculos de reuniões e leituras, a não ser a do tenente Hermógenes: os planos de levante teriam começado por ocasião do batizado de uma filha de Lucas Dantas, soldado e marceneiro mulato, no final de 1797, que contou com a presença do tenente, irmão do padrinho – por aí podemos sentir o peso das relações primárias e dos espaços privados nas articulações.

Lucas Dantas, a partir desta ocasião, inseriu-se no movimento que, em suas palavras, se propunha a “fazer uma guerra civil entre nós para que não se distinga a cor branca, parda e preta”. Não sabemos o número de pessoas mobilizadas para o levante e revolução, o contingente de partidários que João de Deus e outros chamavam simplesmente de *franceses*<sup>117</sup>. Mas o alfaiate de 27 anos ia mais longe nessa referência, talvez para revestir-se melhor da forma-sujeito que o permitiria atuar *na* história, adotando – ou pensando adotar – vestimentas características da França, “traje ridículo e abandalhado de que uzava, mostrava ser homem de muito pouca concideração”, para um dos depoentes na devassa (ADCA, 1998, p. 335). Temos também este outro rico depoimento sobre o estilo assumido:

[...] o dito João de Deus trazia calçados uns chinelines com bico muito comprido, e a entrada muito baixa, e calçoens tão apertados, que vinha muito descomposto, lhe extranhou elle testemunha, ao que respondeo, = cale a boca, este trajar he Francez, muito breve verá Vossa mercê tudo francez; [...] = o que ouvindo elle testemunha lhe respondeo, = Eu sou Portugues, e jamais serei Francez, vâ-se com os diabos = e dito isto se retirou, e o dito João de Deus ficou rindo-se: E passados poucos dias se fes publico, e notoriamente sabido, que em alguns Lugares públicos, e nas Igrejas desta Cidade apparecerão papeis sediciosos... (Francisco Xavier de Almeida, branco, procurador de causas, 57 anos – ADCA, 1998, p. 318)

<sup>117</sup> “E perguntando-lhe elle declarante [a Luis Pires, pardo, oficial de lavrante] pelos sinais distintivos de todos aquelles que se alistavão no partido da revolução, lhe respondeo que todos os que visse com brinquinho na orelha, barba crescida, até o meio do queixo, com hum buzio de Angola nas cadeas do relógio, este era Francez, e do partido da rebelião” (José de Freitas Sacoto, pardo livre, negociante de ouro e prata e cirurgião – ADCA, 1998, p 753).

Além de designar o revestimento das ideias e o do corpo dos partidários da conjuração, uma terceira referência à França/franceses aparece diretamente associada às ideias do movimento:

[...] contra o Estado [os discursos se reduziam a] negar a subordinação e obediência ao Rei e suas Leys, exaltando e louvando o *systema Francez* e a sua legislação como também a sua forma do Governo, prifferindo-a ao deste Reino debaixo do principio de ser melhor a regencia de muitos do que de hum só (Manuel de Santa Anna, pardo, soldado do 2º Regimento, 30 anos – ADCA, 1998, p. 878).

Tal remetimento às leis francesas também se fez presente no movimento conhecido como Inconfidência do Rio de Janeiro, de 1794. Francisco Antônio Lisboa, um dos acusados de traição à Coroa (*inconfidência*), teria dito que os fidalgos e os reis eram uns ladrões, e que isso só seria resolvido quando “chegassem ao Brasil as novas leis de França”, fazendo “os bens comuns e não admitindo fidalgos” (extraído dos Autos da Devassa do Rio de Janeiro, citado por VILLALTA, 2000, p. 88). Outro acusado, o entalhador Francisco Antonio, teria dito que “as leis francesas eram boas pela igualdade que introduziam entre os homens, e que só quando os franceses chegassem se poriam as cousas direitas” (*ibidem*, p. 90). E ainda João Antunes, marceneiro, “dizia aos seus escravos que, se a esta terra viessem os franceses, se lhes haviam de dar alguma cousa”, e também que “o governo de muito era melhor porque sabiam mais várias cabeças do que uma só” (*ibidem*, p. 91).

Além do dizer(-se) *francês* associa(n)do(-se) à revolução de 1789 e ao igualitarismo republicano, deve-se ter em conta outro elemento importante: o alcance do que significava não dizer-se ou ser dito *português* em meio ao projeto imperial lusitano e sua formação ideológica dominante. Lembremos aqui o desejo do ministro da marinha e do ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, de ver a todo português, independentemente do território no qual tivesse nascido, julgando-se simplesmente português. Os colonos de fato identificavam-se como paulistas, mineiros, pernambucanos, baienses,... mas todas estas eram formas específicas de ser português na América (JANCSÓ & PIMENTA, 2000). Essa pequena especificidade parecia descabida no interior do reformismo ilustrado de Coutinho, ciente dos acontecimentos no norte da América que atropelaram a mais poderosa nação da época, a Inglaterra. A falta de lealdade com a soberania portuguesa era caminho para outra. Tanto que, no dizer de um dos oficiais encarregados da repressão a uma revolta no sertão das Minas Gerais, em 1736, “esta gente não são vassallos del rei de Portugal, mas Turcos” (FIGUEIREDO, 2003, p. 22). Vale também trazer a reação enfurecida de um antigo oficial do exército prussiano que se rebela contra o internacionalismo da sociedade secreta maçônica da

qual fizera parte, os Iluminados: “sentimento cosmopolita, que é isso? És cidadão ou rebelde. Não há terceira alternativa” (citado por KOSELLECK, 1999 [1973], p. 119).

Desse modo, a referência a *francês* é opaca, sendo campo de disputa entre memórias discursivas antagônicas (e *enunciados divididos*, cf. proposta conceitual de COURTINE, 1981): igualdade, república, liberdade, abundância x caos, ruína, traição, violência, tirania. Ao narrar os acontecimentos da França revolucionária, a imprensa portuguesa, que circula sem entraves em Salvador, acusa à Convenção e à própria revolução de *tiranía*, carregando nas tintas ao falar do estado de violência em diversas cidades, projetando a imagem de ruas inteiras “juncadas de cadáveres”, demonstrando também uma preocupação estratégica em qualificar como “exógeno à gente portuguesa o que se julgava nocivo nos acontecimentos franceses” (VILLALTA, 2000, p. 25). O maior risco percebido pelas autoridades metropolitanas era justamente a difusão dos “clubes jacobinos franceses” e seus ideais revolucionários pelas colônias. Segundo D. Rodrigo de Souza Coutinho, em carta de 1792 para os governadores do Brasil, “tinham sido esses abomináveis princípios a causar o fogo da revolta e insurreição que fizera os escravos erguerem-se contra seus senhores em S. Domingos” (citado por VILLALTA, 2000, p. 28), processo este também acompanhado pela imprensa metropolitana portuguesa com grande ou até maior preocupação. Afinal, temos, nesse plano dos acontecimentos da colônia de São Domingos, futuro Haiti, uma primeira relação direta entre o republicanismo revolucionário francês, luta anticolonialista e abolição da escravatura - articulação ideológica esta que, originalmente, apontavam para projetos “dessemelhantes e distintos”, como escreve Robin Blackburn (2002 [1988], p.15) referindo-se ao entrelaçamento entre as contestações do domínio imperial por parte dos colonos e as da escravidão pelos próprios escravizados, que se aproveitariam do enfraquecimento dos aparatos de controle social.

Antes do início da revolução haitiana, o medo de uma rebelião escrava generalizada já estava disseminada entre as classes dominantes do império português. Depois, virou pesadelo. Em 1792, Manuel José de Novais de Almeida, médico residente em Lisboa e muito amigo de um dos acusados de inconfidência no Rio de Janeiro (1794), manifestou-se assim em carta ao amigo: “estou com muito susto a respeito das Américas; as de França me trazem à lembrança o que pode um dia suceder às nossas; que permita Deus que eu nunca veja, porque sou amigo da humanidade”, aconselhando em seguida ao amigo residente no Rio de Janeiro que alforriasse os seus escravos, passando a ser servido “com gente forra e livre”, de modo a ter “menos inimigos” (VILLALTA, 2000, p. 74). Conselho de amigo, mesmo. Diante desses temores, o alfaiate baiano João de Deus não fazia por menos, dizendo que os inimigos da

liberdade não teriam nenhuma saída, pois nem mesmo trancados em casa estariam seguros: “fia-Se Vossa mercê, e os mais em feixar as portas das suas cazas, dentro haverá quem as abra”. Os escravizados, esses que não estão diretamente referidos nos pasquins republicanos, saberiam como atuar na hora da revolução.

Dentre os presos e condenados, o responsável pelo maior número de abordagens a escravizados era o alfaiate alforriado Manuel Faustino dos Santos Lira. A Ignacio Pires, de 17 anos, Lira disse que o levante “consistia em huma sublevação geral, pela qual havia de estabelecer hum novo Governo de igualdade, ficando extinto o cativoiro, e todos em liberdade” (ADCA, 1998, p. 794), e que visava “o estabelecimento do Governo de igualdade e a liberdade para todos os escravos” (ibidem, p. 797). Em junho, Lira teria anunciado a outro escravizado que o levante deveria ocorrer em breve:

[...] a fim de serem libertos todos os pretos e pardos cativos e viverem em huma igualdade tal, que não haveria distinção de ceres , e assim vivirão todos contentes; e devia elle declarante [Luís França Pires] ter huma espada, para nesse dia defender o partido do levante; e que a cauza da escravidão, em que vivião os pretos e pardos, nesta Cidade nascia da Igreja, de quem devião se queixar; e que o grande Bonaparte não tardaria aqui quatro mezes a defender com grande armada o partido da liberdade (Luís França Pires, pardo, escravizado, alfaiate, 32 anos – ADCA, 1998, p. 386).

Lira teria falado muitas vezes do “grande Napoleão”, e também falava que “tinha muita gente rica e boa que entrava no levante” (ADCA, 1998, p. 389). Lira foi preso no engenho pertencente ao proprietário de sua mãe, para onde tentou fugir; ele próprio morava na casa de sua madrinha, uma rica senhora ligada a uma das mais tradicionais famílias baianas, os Pires de Carvalho e Albuquerque. Esses e outros escravizados chamados por ele para o levante eram pertencentes à sua madrinha ou a José Pires de Carvalho e Albuquerque, detentor do posto (vitalício) de Secretário de Estado da capitania, todos eles foram entregues por seus senhores às autoridades.

São elementos como esses que têm alimentado a historiografia (a partir de JANCSÓ, 1996) no questionamento da versão oficial de que apenas as classes subalternas foram ativas na articulação do movimento. No caso deste estudo a questão posta não é contrária, mas é outra: como a abolição aparece e não aparece nos pasquins de 12 de agosto. Se o abolicionismo foi “plantado” no movimento pelas autoridades, de modo a se investir no terror dos proprietários e dissuadi-los que qualquer aliança e ação contrárias aos interesses

metropolitanos<sup>118</sup>, não teremos como responder. O que nos propomos e acreditamos ser viável explorar e conhecer mediante a pesquisa histórica e a análise do discurso são as práticas de interdição de temas (como a abolição e a fome) materializadas nos pasquins de um modo a permitir alguma viabilidade no campo do discurso para tal aliança. Aliança esta que, virtualmente, enlaçaria as duas pontas extremas da sociedade colonial: escravizados e escravizadores.

Não foi o republicanismo francês uma via de agenciamento para a luta anticolonial? Por que razão a libertação do jugo europeu, o fim da tirania monárquica, a abertura dos portos e a melhoria dos soldos imiscuíram-se com propostas de caráter social tão arrebatadoras e contrárias ao ordenamento social? Afinal, as referências à *escravidão* nos diferentes textos franceses que circulavam entre os revolucionários baianos referenciavam a negação da liberdade natural dos povos, ao direito natural dos homens, não remetendo senão metaforicamente à cena do trabalho compulsório e da propriedade do outro.

Uma diferença drástica entre os efeitos de tais discursos na América e na Europa é que o colonialismo e o escravismo modernos estiveram, desde o princípio, enlaçados na própria raiz do sistema. Sempre foi muito difícil tocar um polo sem chegar ao outro, e a partir de meados do XVIII, com a expulsão dos jesuítas e o endurecimento do Estado, o tema da escravidão subordina-se de modo pleno à crítica e à reforma do sistema colonial (VAINFAS, 1986, p. 21), tornando-se lhe equivalente. Até então, intelectuais do porte de Antonio Vieira podiam tecer críticas ácidas aos funcionários enviados por Portugal – “alguns ministros de Sua Majestade não vem cá buscar nosso bem, vem cá buscar nossos bens” (citado por FIGUEIREDO, 2003, p. 9) - e à escravidão<sup>119</sup>, à transmigração forçada, às desigualdades absolutas entre senhores e escravizados e à tirania – como as críticas que Vieira fez em pregação para escravos devotos de Nossa Senhora do Rosário em 1680 (VAINFAS, 1986, p. 125-127). No quadro da crise do sistema colonial e na nova conjuntura explosiva do final do

---

<sup>118</sup> Outro tema constante dos Autos da Devassa – diante do qual que julgamos válido manter acesa uma especial desconfiança – são as persistentes referências às intenções dos conjurados em matar os brancos da cidade.

<sup>119</sup> A escravidão no catolicismo era considerada um pecado tradicional do qual a comunidade cristã devia se libertar. Coube à Igreja em seu trabalho ideológico e discursivo, como talvez caiba a qualquer aparelho de Estado, alegorizar o conjunto de promessas de sua doutrina – como o igualitarismo e o Reino de Deus –, livrando os fiéis de qualquer materialização destas promessas na história. E coube às seitas purificadoras do cristianismo (como os anabatistas e os quacres), como talvez caiba a qualquer grupo dissidente, reconsiderar temas esquecidos pelas conveniências, de modo que a luta abolicionista teve nas seitas cristãs radicais um suporte importante (DAVIS, 2001, p. 331-332). Alguns destes protestos como o de Antonio Vieira são prontamente desarmados, sob as alegações as mais pragmáticas possíveis, como se pode ver na resposta de um secretário de Estado do Vaticano ao procurador (leigo e mulato) de uma irmandade religiosa brasileira de que “o comércio de escravos era uma fonte de receitas e um interesse imperial vital para as Mui Católicas Majestades os Reis de Espanha e Portugal” (BLACKBURN, 2002 [1988], p. 56).



XVIII, o controle das autoridades sobre a esfera pública portuguesa e seus intelectuais orgânicos torna-se férreo.

\* \* \*

Comumente nos toca aos historiadores uma dependência extrema das fontes oficiais, em muitos casos as únicas existentes, e mesmo a historiografia mais atenta, criteriosa e crítica pode ceder a avaliações já inscritas nos documentos – se não em seu conjunto, ao menos em um ponto ou outro. Teremos outros remédios para além da desconfiança diante do que se diz e do que não se diz, para além da suspeita (herdada de Freud e referida por Althusser no início de *Ler O Capital*) do “querer dizer” do falar e do escutar sob a inocência da palavra e da escuta? Não sabemos em que condições se deram os depoimentos, se houve tortura, combinação de repostas etc., mas sabemos muito bem de que modo os poderes policiais/constituídos de Soterópolis se esforçaram em significar a plataforma da Conjuração de 1798, incluindo uma (des)qualificação de que ela disseminava sentimentos *antipolíticos*. Para além das suspeitas contamos com alguns dispositivos de escuta materialista e configuracional a mostrar que a interpretação é da ordem do político. Como último passo antes de adentrarmos os palanques de enunciação e as práticas e formação discursivas do movimento revolucionário que estudamos, trazemos uma passagem que, apesar de longa, mostra-se rica por representar uma boa síntese da discursividade oficial sobre o movimento, o modo como o Estado colonial pretendeu encerrar o assunto:

Alguns dos habitantes desta Cidade esquecidos dos primeiros e mais essenciais deveres da [de] Cidadão e Vassalo fiel se propozirão á perfida, infame e horrivel tentativa de disporem e executarem nesta Cidade huma sublevação, para se subtrahirem ao Suavissimo, e Illuminadissimo Governo da dita Senhora, e das suas sabias Leis, pelos mais exacrandos e depravados, que talvez portão em pratica, a não serem oportunamente obviados com as immediatas, prontas, e eficazes providencias, que de ordem do Governo se applicarão, e com as quaes, muito a tempo se dissipou pela raiz todo o veneno proveniente de semelhante Conspiração Para conseguirem aquelles sacrilegos fins, se erigirão em Chefes, e Cabeças, individuos da mais baixa, e infima Ordem, tanto pelas suas pessoas, como pelas suas representaçoens, e poses [posses], que bem manifestão os sequestros coligidos no ultimo apenso; da classe dos homens pardos, qualidade, que lhes era odioza pretendendo por isso extingui-la por meio da indistincta igualdade, a que aspiravão; e derão principio a esta abominavel empresa, fazendo desseminar, com muita antecipaçoão ideas Livres e sentimentos antipolíticos entre aquelles, que suppunhão mais capazes, e dispostos à segui-los, e em cujo espirito consideravão os mesmo motivos impulsivos de huma tão absurda, e inconsequente resolução, empenhando-se, ja, a Convence-los de que o Governo, e Leis debaixo das quais vivião, erão de um pezo e jugo insuportável, que devião lancar de si, ja a representar-lhes as imaginarias ventagens, e prosperidades d’huma Republica Democratica, onde todos serião iguaes onde acessos a Logares representativos serião Communs sem diferença da cor nem condiçoão, onde elles occuparão os primeiros Ministerios, vivendo debaixo d’huma geral abundancia, e contentamento, trazendo-lhes á lembrança para mais os iludir, e surpreender, o exemplo do infeliz, e desgraçado povo Francez, sem contudo ponderarem as

funestas Consequencias da sua indiscreta, e mal entendida liberdade, a cujo impulsos tem sido Sacrificados os patrimonios publicos, e particulares com ruina total da Nação... (ADCA, 1998).

No dia 08 de novembro de 1799 as penas foram pronunciadas e quatro dos acusados são enforcados e decapitados: Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, Lucas Dantas do Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento, dois soldados e dois artesãos, quatro mulatos. Outros seis revolucionários foram banidos para a costa ocidental da África, degredados para regiões fora dos domínios portugueses, o que também significava uma espécie de pena de morte: os soldados Romão Pinheiro e Manuel de Santa Ana, o cirurgião prático e negociante de ouro e prata José de Freitas Sacoto, o alfaiate José do Sacramento e os escravos José Félix da Costa, sem ofício, e Luís de França Pires, alfaiate. Todos mulatos. Dois escravizados foram açoitados publicamente no pelourinho com 500 chibatadas cada um e vendidos por seus donos para proprietários do Rio Grande do Sul, Inácio Pires e Manuel José da Vera Cruz, os dois mulatos. O escravo Cosme e Damião foi condenado a banimento para Angola, mas acabou no Rio de Janeiro, também ele mulato. Somam assim nove vítimas do desentendimento (e) da desigual divisão social do trabalho também nas lutas de libertação e nas suas consequências. Nos dizeres da época, era “gente ordinária”, “pardinhos” que pagaram caro o saber ler e projetar rupturas numa sociedade em que outros, “de consideração”, também o sabiam, mas nada fizeram pra evitar aquelas penas além de fugir, dissimular e/ou colaborar com as autoridades constituídas (lhes entregando os seus escravos envolvidos, por exemplo).

Outros cinco julgados, ocupantes de um extrato social intermediário, o mascate José Raimundo Barata de Almeida, o professor de gramática Francisco Muniz Barreto de Aragão, o cirurgião Cipriano Barata<sup>120</sup> e os tenentes Hermógenes e José Gomes, revolucionários de primeira linha, chegaram a ser presos e julgados, mas acabaram recebendo penas leves – condenação, depois perdoada, a seis meses de prisão, no caso dos três últimos, um ano, no caso do professor, e três para o mascate. Todos os cinco eram brancos.

Ouvida a voz, as ordens e a “filosofia” das camadas dominantes, ouçamos agora a destes que lhes resistiram.

---

<sup>120</sup> Os meses de prisão não esmoreceram a atividade política de Cipriano Barata, como tivemos oportunidade de dizer algumas páginas atrás. Além da atividade jornalística e política, Cipriano passou grande parte da sua vida no meio das classes populares, sendo por isso ainda mais odiado pelas classes dominantes. Visconde de Cairu teria o chamado de “demônio”, porque frequentava “imundos candomblés” acompanhado de “fedorentos negros de Angola” (citado por Marco Morel. *Cipriano Barata: o panfletário da independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 66).

### 3.3 OS PALANQUES DE ENUNCIÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS BAIANOS

[...] porém, os filhos dos homens de bem, que têm a desgraça de nascerem e serem criados no Brasil, não herdaram de seus pais os estímulos de honra, mas adotam de boa vontade os costumes dos negros, mulatos, gentios e mais gente ridícula que há nesta terra e de que está cheia.

*Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.*

[...] o dito João de Deus trazia calçados uns chinelines com bico muito comprido, e a entrada muito baixa, e calçoens tão apertados, que vinha muito descomposto, lhe extranhou elle testemunha, ao que respondeo, = cale a boca, este trajar he Francez, muito breve verá Vossa mercê tudo francez; [...] o que ouvindo elle testemunha lhe respondeo, = Eu sou Portugues, e jamais serei Francez, vâ-se com os diabos

*Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*

Cabe agora nos darmos ao exercício de recuperar o trabalho dos sujeitos históricos desejantes da conjuração, na sua constituição enquanto instância enunciativa, tal como discutimos teoricamente na seção 2.1.4, de modo a poderem sustentar (e interditar) posições referidas às ideias-força do republicanismo/francesias, a uma determinada região do interdiscurso que caracteriza uma formação discursiva. Esse trabalho dos sujeitos representa um conjunto de *experiências singulares do litígio em torno da palavra e da voz*; experiências estas que nos permitem ver de que modo os sujeitos históricos são interpelados e se esquivam dos efeitos-sujeito, das capturas e filiações da memória, de modo que possam, a partir de uma “multiplicidade de fraturas”, *interromper os simples efeitos de uma dominação* (RANCIÈRE, 1996, p. 26-27; p. 103), e ir produzindo o sentido do interior do sem-sentido (PÊCHEUX, 1990 [1982]). Não se trata de conceber uma prática social qualquer que não faça sentido e não pressuponha sujeitos, como num “estágio social” livre de assujeitamento histórico, das coerções herdadas que nos colocam em determinados lugares antes mesmo que a gente abra a boca e depois mesmo que a gente fale contra elas. Trata-se de retomar a reflexão teórica e política referente à terceira modalidade de tomada de posição, aquela da desidentificação – mas uma retomada livre do “fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua a ‘apropriação subjetiva da política do proletariado’ [...] cuja simetria tendencial com o sujeito da prática política burguesa não era questionada!” (PÊCHEUX, 1997 [1978], p. 298). Entendemos que esse “campo do sem-sentido” e da “multiplicidade de fraturas” deve ser seriamente considerado como aquilo que está sendo jogado na história, as muitas brechas e vãos que fazem com que a história e os sentidos se realizem à distância de qualquer inexorabilidade socioeconômica (*em última instância*) e de uma exterioridade qualquer dos

sujeitos (mesmo os do *partido portador da teoria revolucionária*), o que no projeto original de Pêcheux implicava no primado da teoria sobre a prática (ibidem, p. 299). Nenhuma prática política é apropriada ou apropriável, ela é sempre desenvolvida a partir do desentendimento e da desidentificação com as suas coordenadas prévias, com a implosão de determinados pré-construídos e a abertura de novas possibilidades de (se) deslocar, subtrair, subjetivar e fazer sentido.

Os dois palanques enunciativos que identificamos remetem a dois trabalhos sobre o campo do *non sens* ou do impossível naquela formação social: a enunciação de ruptura num horizonte de expectativas dominantes que tecia continuidades quanto à fidelidade dos vassalos portugueses americanos/baianos<sup>121</sup>; e o erigir de um *nós* que recorta o tecido social num tal sentido que desfaz as ordens e os regimes diferenciais de direitos. Tais trabalhos dos sujeitos em torno destas duas esquivas tornam problemático e não eterno o lugar do sujeito universal de uma formação discursiva já dada numa determinada conjuntura dos dizeres, um determinado *como todos sabem que*, “ponto onde se ancora a estabilidade referencial dos elementos de um saber” (COURTINE, 2009 [1981], p. 87). E isso incide tanto sobre o dizer(-se) bahinense quanto sobre o dizer(-se) republicano, considerando-se neste segundo aspecto que os revolucionários baianos que projetam o levante em agosto de 1798 instituem uma nova prática e posição-sujeito no interior da discursividade republicana que vinha sendo trabalhada anteriormente nos círculos fechados formados por cidadãos ilustrados.

Realizado este trabalho, acreditamos poder avançar na compreensão da formação discursiva em seu processo mesmo de constituição/atualização e as posições-sujeito que lhe são pertinentes aos direcionamentos de sentido materialmente inscritos nos panfletos revolucionários de 1798 e suas leituras. E mais: lidaremos com o desafio colocado por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs da falta de uma “teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador”, para além de sua descrição enquanto sujeitos-efeitos das relações de lugar (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p.171), mediante uma abordagem histórica.

Para poder levantar (e dar forma a) tais acontecimentos – que concebemos enquanto suportes na configuração de uma formação discursiva e suas posições de sujeito – circunscrevemos determinados modos ou palanques de enunciação na forma de recursos

---

<sup>121</sup> No quadro ideológico dominante do Antigo Regime “a vida [era concebida] como uma *liturgia*.uma encenação permanente dos mesmos gestos e atitudes tomados pelos antepassados, num mundo que permanecia *encantado*, dominado por forças misteriosas” (*Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808*, direção de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 45) – esclarecendo que no verbete os autores falam em “mentalidades dominantes do Antigo Regime”, que foi um modo desenvolvido pela historiografia francesa para seguir abordando os processos ideológicos sem as necessidades de investigação do seu campo associado complexo.

sintáticos e enunciativos trabalhados em textos constitutivos de sua prática política. Não se trata, neste caso, de operar sobre a base de *termos-pivô*, “apanágio do historiador linguista”, fazendo com que a seleção de termos repouse sobre um saber histórico anterior, cabendo ao saber linguista um segundo momento para aplicação de regras de equivalência gramatical e obtenção de um conjunto de predicacões para os termos (GUILHAUMOU, 2009, p. 20-21). Os recursos sintáticos e enunciativos que consideramos operarem enquanto palanques de enunciação foram descobertos no decorrer de nossa pesquisa histórico-discursiva, em meio à compreensão da discursividade na conjuntura dos dizeres e nas relações sociais de produção e interpretação. Nossa sequência discursiva de referência (SDR) é o conjunto dos pasquins apensos à devassa da Conjuração Baiana, com destaque para um deles sobre o qual foram realizados recortes que serão analisados na próxima sessão em alguns de seus funcionamentos discursivos. Neste momento apresentaremos as pistas descobertas em nossa pesquisa que traçam: a) um horizonte de expectativas de ruptura; e b) a configuração de uma instância política (porta-voz). Entendemos que aí estão palanques de enunciação através dos quais os sujeitos históricos militaram contra o assédio da ideologia dominante e os efeitos de sentido que os colocariam num *ethos* destituído de voz e legitimidade política, pelo qual lhes seria impossível tomar parte dos assuntos e propósitos trabalhados no movimento baiano de 1798.

### 3.3.1 O horizonte de expectativas de ruptura

a) a utilização de expressões que anunciam um novo tempo:

*Está para chegar SN1, em que SN3; O tempo é chegado para SN2;*

- Animai-vos Povo Bahinense que está para chegar o tempo feliz da nossa Liberdade; o tempo em que todos seremos irmaons: o tempo emq̃ todos seremos iguaes (PASQUIM 1)
- Homens, o tempo he xegado para a vossa ressurreição, sim para ressussitais do abismo da escravidão, para levantais a Sagrada Bandeira da Liberdade. (PASQUIM 3)

Pela estrutura frasal *Está para chegar SN1*, temos a notícia ou o anúncio de um futuro próximo, impessoal em sua vinda (pela forma verbal), e pessoal em seu conteúdo (“o tempo feliz da nossa liberdade...”). Duplo horizonte de acontecimentos: *Está para chegar SN1* que fará com que SN3, sob um registro que Benveniste (1995 [1966]) talvez viesse a chamar de “enunciado histórico”, destituído de responsabilidade pela sua enunciação, mas que ao representar uma primeira pessoa plural (*nossa liberdade, seremos irmãos...*) no complemento

nominal na predicativa, produz um efeito de apagamento da primeira pessoa do singular contida na forma plural. Não se trata nem de efeito de solenidade ou de *atenuação* da autoridade (ibidem, p. 258), e sim de um palanque enunciativo pelo qual a liberdade e igualdade de um determinado coletivo ganham uma legitimidade no universo da história, para onde são arremessados. Desenha-se assim um horizonte de expectativas em dois tempos, duas ordens de acontecimentos a serem nutridas (agenciadas) *pelo* desejo dos interlocutores.

Não é pouca coisa em termos de enfrentamento às coerções do ser e do dizer na conjuntura presente, em primeiro lugar porque esse coletivo contido em SN1 e SN3 é nomeado e referenciado de forma determinada (*povo bahinense, vítima da desigualdade, dado como morto, caído no abismo da escravidão*), e em segundo lugar porque o enunciador promove “o contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 8): liberdade, fraternidade e igualdade são significantes corrosivos no ambiente colonial.

Já em *O tempo é chegado para SN2*, temos um funcionamento muito parecido com aquele analisado por Elsa Maria Nitsche Ortiz (1999) para estruturas do tipo “*É hora de +*”. Estruturas frasais como essas abrem espaços para pontos de deriva, atualização de enunciados do interdiscurso: “existe uma ação inscrita em um tempo e que *deve ser realizada*. Entretanto tal ação é hipotética, latente, virtual. [...] *É hora de* preconiza a entrada do virtual na esfera do acontecimento” (ibidem, p. 233. Grifo nosso). Ressaltamos o fato de que, neste caso, está explicitado que uma ação deve ser realizada, não se tratando do anúncio de um acontecimento – como em *Está para chegar SN1* – mas sim do “primado da ação sobre o dizer”, a exemplo também do que Bernard Conein (1981, p. 156) analisa para os atos discursivos dos porta-vozes petionários na Revolução Francesa. Essa ação deve ser realizada agora, no tempo presente do verbo do anúncio – que funciona como conclamação, sobretudo pelo fato de que neste caso, em SN2, está sendo interpelado um *tu*. *O tempo é chegado para a vossa ressurreição, para (tu) ressuscitares do abismo da escravidão, para (tu) levatares a Sagrada Bandeira da Liberdade*.

Nesta variação do palanque horizonte de expectativas, temos mais do que a enunciação da força de uma história/tempo – inexorável na sua forma de ser/vir e positiva no seu conteúdo tra(du)zido –, dirigida a um interlocutor virtualmente passivo que deve, no entanto, ficar feliz com os 676 partidários da liberdade listados por categorias na continuação do primeiro pasquim. Neste caso são anunciadas condições maduras para a ação de um interlocutor que, no fechamento do pasquim, insere-se também no dizer do sujeito

enunciador: *vossa* liberdade, *nossa* revolução, *nossa* liberdade, *nossa* felicidade, *sereis* feliz para sempre.

Ambas as modalidades desse palanque projetam uma ruptura histórica no horizonte de expectativas, caracterizando um modo de subjetivar(-se) frente a e no interior da história. Recursos sintáticos como *O tempo é chegado para* ou *É tempo de* também estão presentes nos textos revolucionários franceses traduzidos que circulavam em cópias manuscritas pelos (e entre os) republicanos de Salvador. É o caso do *Orador dos Estados Gerais de 1789*, caderno manuscrito encontrado dentre os pertences do pardo requerente de causas Domingos da Silva Lisboa, na sua biblioteca com 280 livros (ADCA, 1998, p. 140), o primeiro a ser preso sob suspeita de ter escrito os pasquins de 12 de agosto, e também encontrado dentre os muitos papéis do soldado pardo Luís Gonzaga das Virgens, o segundo a ser preso pelo mesmo motivo:

[...] emfim *he chegado* o dia em que a ordem ha de nascer da dezordem em que o Imperio Francez sahira do cahos. O seu destino esta nas vossas maons... (ADCA, 1998, p. 209).

Tremão esses ignimigos fujão das nossas terras; as suas iniquidades estão conhecidas: o dia das vinganças *he chegado*: a França humilhada a muito tempo agora levanta sua cabeça. (ADCA, 1998, p. 213).

[...] temos tido ministros sonhadores, ministros prevaricadores. Esses são a cauza de todos os males: He preciso denuncia-los a nação: he preciso que esses Representantes fação delles justiça exemplar. Sim sem duvida he necessario hum exemplo: hum exemplo terrivel e memoravel: *he tempo* emfim. [...] Pays da Petria, *he tempo* o de abrir os olhos. Acostumado a muito tempo ao exercicio da escravidão, e a linguagem do temor o Frances deve lembrar emfim que pior que elle é homem (ADCA, 1998, p. 217).

Também é o caso do texto *A Fala de Boissy d'Anglais sobre a política da República Francesa para com as nações estrangeiras*, de 1795 – manuscrito encontrado nos pertences de Luís Gonzaga das Virgens.

[...] eu repetirey as atrozes Caluniaz daquelles Oradores Selarados [celerados] pellos tiranos, que não tendo mais esperança alguma de nos fazer escravos pelas Armaz; excitam ainda Contra nós tantos inimigos, quanto são os governos que existé[m] na Europa [...]. *He tempo* que as formulas de huma antiga e mal aconselhada pulittica de [dê] Lugar as francas e cincerias experiencias dos homens livres, *he tempo* que a verdade da Tribuna do Legislador resuma aquella influencia que ella nunca devia ter perdido. A lingoage que eu tirey, formará hum notavel contraste as insidiosas palavras com que as sessoens de Outra Assembleia, que se diz representativa ressóa neste momento (ADCA, 1998, p. 202) .

Enquanto recurso sintático e enunciativo, essa estrutura frasal demarca uma fronteira histórico-temporal pela qual um interlocutor é instado a agir em seu próprio interesse, assegurado pelo enunciador de que agora é a hora propícia/favorável para isso. Tal funcionamento é mais forte no texto francês de 1789 e a partir da estrutura frasal (conjugada no presente) *o tempo é chegado para a vossa ressurreição*. No texto de 1795 predominam expectativas já internas ao Estado R, enquanto que na estrutura frasal *Está para chegar SN1, em que SN3 (Está para chegar o tempo em que todos seremos iguais)* trata-se de noticiar um horizonte preñado de novidades e de rupturas mais radicais, fortalecendo a irrupção do irrealizado no interior do sem-sentido (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17) ou a irrupção do concreto no interior do “mais” metafórico: escravidão e igualdade na França x escravidão e igualdade na Bahia.

Quanto a essas duas modalidades de palanque horizonte de expectativas, arriscamos uma analogia com a diferença da enunciação política revolucionária na França a 14 de julho de 1789 e a 10 de agosto de 1792: a primeira insurreição foi *anunciada enquanto acontecimento* por um discurso prévio; a segunda já não é mais um acontecimento, ela se torna diretamente uma *ação* – o povo já pode salvar-se a si mesmo (CONEIN, 1981, p. 156-157).

Parece-nos pertinente apontar nesse palanque de enunciação dois modos de subjetivação distintos<sup>122</sup> em termos de envolvimento prático e político nos processos de contestação e transformação social: a figura do porta-voz orgânico, portador efetivo, e a do analista da história, conselheiro do povo ou profeta. Ou seja, estamos considerando aqui a existência de *duas posições-sujeito interiores à formação discursiva trabalhada pelos republicanos franceses*.

Seja o falar no modo do futuro seja o falar no modo do presente, tanto dos desejos mais substanciais (um tempo em que todos seremos irmãos/iguais) quanto dos desejos mais corriqueiros (abrir os olhos; vingar-se; levantar a bandeira da liberdade) ou mais político-administrativos (as francas e sinceras experiências dos homens livres substituindo a tirania), os sujeitos agenciam e instituem a legitimidade e inexorabilidade de uma mudança revolucionária. São agentes enunciadores de determinados interesses objetivos e seu lugar no tempo da história, num tempo que lhes permitirá ascender ao ponto de realização, *mediante* a ação do Povo Bahinense. Demonstração de que “a eficácia concreta das abstrações, inscrita no

---

<sup>122</sup> A diferença entre os dois modos pede um projeto de investigação futuro de dois grupos de enunciados articulados em um mesmo *trajeto temático* (GUILHAUMOU, 2009, p. 29) de recorrências sintáticas, apontando procedimentos discursivos ora de conclamação para a ação, ora de anúncio de um futuro que está para estourar.



exercício mesmo de toda língua, é marcada precisamente nos deslocamentos e disfarces que afetam a representação de um processo revolucionário para seus próprios atores” (PÊCHEUX: 1990 [1982], p. 9).

Mediante tais disfarces e deslocamentos, a subjetivação dos revolucionários baianos permite que seus palanques não desabem sob a fragilidade de vigas erigidas na base de um simples voluntarismo corajoso. Reforçando estas vigas, temos, além dos enunciadores em seu papel, os interlocutores particularizados e... a história! Além de sua capacidade enunciativa, tradutora e indutora dos tempos, tal modo de subjetivação nos permite “observar como a encenação do mundo em representação – sua cena de escrita, sua *Darstellung* – dissimula a escolha e a necessidade de ‘heróis’, procuradores paternos e agentes de poder – *Vertretung*” (SPIVAK, 2010 [1985], p. 43). O que não lhes tira o heroísmo, evidentemente. O discurso frente ao qual eles se esquivam, produzem desidentificação, interditam parte de seus saberes, é poderoso:

[...] não podem Supportar em pás a diferença de condiçoens, e desigualdade de fortunas, de que se Compoem a admiravel Obra da Sociedade Civil, Compensada por recipocas Vantagens, e generalidade de Direitos: atrevendo-se já de longo tempo a apprezentar ao Governo o audacioso requirimento [...]; desenvolvendo nella os mesmos principios antisociais de igualdade absoluta, que pouco depois o precipitarão na infame Conjuração, de que se Constitui Cabeça. (Termo de conclusão da Devassa. ADCA, 1998).

No campo do saber dessa discursividade dominante, existem lugares prévios para a captura dos *perturbados, antissociais, atrevidos...* No campo da resistência e transformação, o discurso de seu antagonista não terá lugar diante do tempo que é chegado ou está para chegar, enunciado do interior de uma estratégia e de uma estética de vanguarda, com sua inteligência política peculiar e a invenção de formas sensíveis de uma vida por vir (RANCIÈRE, 2005, p. 43-44).

### 3.3.2 A instituição de um porta-voz

b) o relato das decisões de uma outra instância/3ª pessoa (instituição de um porta-voz):

*Quer NI que se faça SNI; NI ordena, manda e quer que seja SNI; NI ordena, manda e quer que para o futuro seja feita SNI; NI considerando SN2 ordena, manda e quer SNI;*

- Quer o povo q̃ sefaça nesta Cid.□ e seu termo a sua memoravel revolução eq o soldado perseba 200 reis de soldo cada dia (PASQUIM 2)
- O Povo Bahinense, e Republicano ordena manda e quer q̃ seja feita nesta Cid.□ eseo termo para ofuturo a sua memoravel revolução. (PASQUIM 4)
- manda o Povo que o Sacerdote que concorrer para a dita revolução seja reputado concidadão como condigno. (PASQUIM 4)
- O povo Bahinense Republicano ordena manda e quer que para o futuro seja feita a sua dignissima revolução nesta Cidade e seo termo. (PASQUIM 5)
- quer o Povo que cada soldado perseba 200 reis desoldo por cada dia (PASQUIM 5)
- O Povo Bahinense Republicano para o futuro pertende, manda e quer que seja feita para o futuro a sua revolução nesta Cidade e seo termo para o que faz que seja sienta o Comersio desta Cidade outrosim ordena que qualquer commissário, mercador, mascates, lavradores de mandiôcas, fabricantes de açucar etabacos hajão de ter todo o direito soubre as suas fazendas com auxilio do Povo. (PASQUIM 6)
- O Povo Bahinense Republicano ordena manda e quer que seja feita para o futuro a sua digna, ememoravel revolução nesta Cidade e seo termo; portanto manda que seja punido com morte natural para sempre todo aquele equalquer sacerdote que no púlpito, conficionario, exortação, conversação, modo, forma, maneira etc. persuadir aos ignorantes fanaticos com o que for nocivo, e inutil a liberdade, ebem comum do Povo: manda o Povo que o Sacerdote que concorrer para a dita revolução seja reputado concidadão (PASQUIM 7)
- O povo Bahinense Republicano ordena manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade esseo termo a sua memoravel revolução; portanto manda que seja punido com morte natural para sempre todo aquele equalquer padre que no púlpito, conficionario, exortação, conversação; que por qualquer modo, forma, emaneira se atrever apersuadir aos ignorantes, e fanaticos com o que for contra a liberdade, igualdade e fraternidade do Povo: outrosim manda o Povo que seja reputado Concidadão aquele Padre que trabalhar para ofim da Liberdade Popular. (PASQUIM 8)
- Quer que cada hum soldado tenha de soldo dous tostoens cada dia de soldo. (PASQUIM 8)
- O Poderozo, eMagnifico Povo Bahinense Republicano desta cidade da Bahia Republicana considerando nos muitos latrocinios feitos em ostitulos, imposturas, tributos, e direito que são celebrados por ordem da Rainha de Lisboa, e no que respeita a inutilidade da escravidão do mesmo Povo tão sagrado, e Digno de ser Livre; com respeito aliberdade e igualdade ordena, manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o pecimo jugo reinável da Europa. (PASQUIM 9)
- faz saber, e dá ao prélo que se axão as medidas tomadas para o socorro Estrangeiro, e progresso do commercio deAçucar, Tabaco, e pau-brazil, e todos os mais generos do negocio, e mais viveres. (PASQUIM 9)
- Outrosim manda o Povo que seja punido com pena para sempre todo aquele Padre regular e não regular que no pulpito, confisionario, exortação, conversação por qualquer forma, modo, emaneira persuadir aos ignorantes, fanaticos, e ipocritas; dizendo que he inutil a liberdade Popular (PASQUIM 9)
- Quer o Povo que todos os Mémbros militares deLinha, milicias eordenanças; homens brancos, pardos, epretos concorrão para aliberdade Popular (PASQUIM 9)

- manda o Povo que cada hu soldado perseba de soldo dous tostoens cada dia, alem das suas vantagens que serão relevantes (PASQUIM 9)
- O povo Bahinense Republicano ordena manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade eseo termo sua muito memoravel revolução. Portanto invôca atodos aqueles que donde perante quem cada hu emparticular assim militares, homens pardos, epretos sejam constantes aobem commum daliberdade, igualdade. (PASQUIM 10)
- outrosim quer o Povo que cada hum soldado tenha de soldo dous tostoens por cada dia alem das suas vantagens que serão relevantes. (PASQUIM 10)

Presente em todos os pasquins anexados à devassa, à exceção dos de número 1 e 3, o palanque de enunciação pelo qual se encena o relato das decisões tomadas por outro sujeito em outra instância, momento e lugar, é aquele que nos remete à figura do *porta-voz*. Os recursos linguageiros mobilizados nos pasquins não diferem de um dos palanques exaustivamente trabalhados na França revolucionária a partir da radicalização de 1792: *le peuple demande* (CONEIN, 1981, p. 154). No entanto, para além da equivalência formal, deve-se considerar outros fatores, como o fato de que o período de 1792 a 1794, característico do aparecimento dos porta-vozes no interior do processo revolucionário francês, também é marcado por uma institucionalização de sua função, medida que ajudou a “resolver” a guerra de discursos entre dois lugares oratórios [*places oratoires*], o dos peticionários anônimos e o dos deputados da Assembleia Nacional (*ibidem*).

É em referência a esse segundo espaço, mais estabilizado, interior à Assembleia Nacional (ao novo *Estado R* em formação), que Michel Pêcheux desenvolve a sua reflexão sobre os efeitos enunciativos e discursivos do porta-voz:

[...] ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. [...] centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17).

Em função da inexistência da Assembleia ou Dieta soteropolitana à qual os pasquins reiteradamente se referem, essa dupla visibilidade discutida por Bernard Conein e, posteriormente, por Michel Pêcheux (leitor de Conein), não pode ser caracterizada nem na práxis discursiva (frente às relações de sentido que tocam o discurso republicano) nem no palanque enunciativo (frente às relações de força que constituem a enunciação) dos

revolucionários baianos. A maior relevância para o nosso caso é a consideração do porta-voz enquanto centro visível de um *nós* em formação. A visibilidade desse *nós*, porém, é de extrema complexidade, sendo um dos elementos complicadores à compreensão deste processo enunciativo a tripla presença de *Povo* – como representado (origem das decisões), como representante (porta-voz que assina os Prelos e Avisos) e como interlocutor (a quem eles se destinam).

Através do quadro abaixo com os títulos e as assinaturas dos dez pasquins sobreviventes do dia 12 de agosto de 1798, vemos que do número 4 ao número 8 simula-se a existência de uma Assembleia, com seus 676 deputados (também nomeados *entes*).

(1°) Aviso – assinado <i>O Povo Bahinense</i>	(2°) sem título – assinado <i>Povo</i>
(3°) Aviso ao Povo Bahinense – não assinado	(4°) Prelo – assinado <i>O Povo N.º 676 Entes daliberdade + Do Povo Bahinense emconsulta dos deputados e Representantes que são 392 Entes</i>
(5°) Prelo – assinado <i>Do Povo Bahinense Entes daliberdade + Do Povo Bahinense emconsulta dos Representantes que são 392 Entes</i>	(6°) Aviso ao Povo – assinado <i>Do Povo Bahinense Republicano em consulta dos Deputados</i>
(7°) Prélo – assinado <i>O Povo N.º 676 Entes da Liberdade + Do Povo Bahinense emconsulta dos Deputados, e Representantes que são 392 Entes.</i>	(8°) Prélo – assinado <i>O Povo N.º 676 Entes da Liberdade + Do Povo Bahinense emconsulta dos Deputados, e Representantes que são 392 Entes.</i>
(9°) Aviso ao Cléro, eao Povo Bahinense indouto – assinado <i>O Povo + Do Povo Bahinense emconsulta dos Deputados, e Representantes que são 392 Entes.</i>	(10°) sem título – assinado <i>Do Povo</i>

Tal simulação de institucionalização do processo revolucionário e republicano, sobretudo nos pasquins intitulados “prelos”, também ocorre no interior de alguns dos seus textos, sob a forma de anúncio das decisões tomadas na Assembleia<sup>123</sup> e de que os deputados

<sup>123</sup> É Katia Mattoso (em “Bahia, 1798: os panfletos revolucionários – proposta de uma nova leitura”. In: *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XX*. Salvador: Corrupio, 2004, p. 325) que nos esclarece a diferença entre Avisos e Prelos: “*Avizo* ou *aviso* significa, na linguagem contemporânea, ‘notícia, comunicação’, mas a palavra tem também outros sentidos como os de ‘conselho, admoestação, opinião’. Quanto a *prelo*, denomina a máquina tipográfica de impressão, diz-se que está *no prelo* um documento em processo de

da liberdade frequentarão todos os atos da igreja “para que seja tomado inteiro conhecimento dos delinquentes” (pasquim 8).

Fruto – e meio – de uma simulação ainda maior, essencialmente discursiva, pois nem no alhures francês existe, está a representação d’*O Povo*, presente em *todos* os cartazes na forma de assinatura. Instituído-se concomitantemente ao palanque do porta-voz, essa “outra” instância representada é sempre a mesma, com ou sem determinação: em um dos pasquins aparece simplesmente como *Povo*, sem a marcação do artigo determinante, e em outros chega à impressionante saturação lexical de *O Poderoso, eMagnífico Povo Bahinense Republicano desta cidade da Bahia Republicana*, que dobra o dizer(-se) republicano, sendo ao mesmo tempo sujeito e lugar. Cabe considerar aí uma interpretação dêitica, *esse* povo republicano da Bahia, poderoso e magnífico; uma interpretação constativa, *há* um povo republicano da Bahia, poderoso e magnífico; e uma interpretação contrastiva, *o* povo republicano da Bahia, *não* *aquele* outro.

Sendo o item lexical *Povo* parte essencial desse palanque, torna-se, no entanto, difícil chegar aos mesmos funcionamentos que os analisados por Conein com relação à “presença de um orador separado, seja por representação eleitoral, seja por uma representação discursiva sob a forma do porta-voz” (CONEIN, 1981, p. 133. Tradução nossa). A espécie de separação que podemos pensar acaba remetendo para outro universo de questões, uma separação interna e própria das modalidades de ação política daqueles sujeitos históricos. Pensamos aqui na *determinação interdiscursiva* (INDURSKY, 1997, p. 185-190) que em alguns pasquins funciona através de uma “fisionomia” polêmica para esse Povo, não apenas no que se refere às demandas apresentadas/construídas, mas principalmente no que se refere a uma saturação discursiva e a um corte triplamente político: *bahinense*, que potencialmente exclui aos marotos/reinóis; *republicano*, que implode num só golpe o regime político monárquico e a subordinação colonialista, tocando o *Estado R*; e o quadro de “aprisionamento civil” tematizado nos panfletos, que toca o *Estado A*, relativo às vexações sofridas, as imposturas e tributos, a falta da liberdade.

Explicuemos. Essas determinações de *Povo*, inferidas a partir das determinações linguísticas enunciadas, devem ser consideradas frente ao interdiscurso que domina as condições de produção do sentido – o que também chamamos de conjuntura dos dizeres –, pelo fato de que elas estabelecem (e demandam) relações com exterior constitutivo da

---

impressão, prestes a ser publicado. O *aviso*, que é notícia ou comunicação, *informa*, enquanto o *prelo anuncia*. No contexto da época, a palavra *aviso* tem conteúdo menos forte que a palavra *prelo*, pois se limita a informar o que se pretende realizar, enquanto *prelo* anuncia algo que já está ocorrendo”.

enunciação, com elementos que *poderiam aí ser ditos no interior da discursividade republicana, mas não são*, permanecendo recalcados e fazendo sentido sob essa modalidade. Freda Indursky (1997) desenvolve o conceito de determinação interdiscursiva de forma a mostrar que não é todo o saber de um domínio ou formação que se desdobra em dizeres formulados, visto que os efeitos de sentido produzidos por essa atualização do recalcado podem ser indesejáveis à prática discursiva.

Pois bem, vimos algumas páginas antes que no trabalho de arregimentação para o partido da liberdade a discursividade tocava na identidade política *fazer-se francês* e no programa da *libertação* do cativo. São saberes e dizeres que, efetivamente, “habitam” a formação discursiva trabalhada pelos republicanos baianos. Por que não são enunciadas nos pasquins? Por que permanecem recalçadas ou simplesmente silenciadas na instância enunciativa/modo de subjetivação do porta-voz? No que diz respeito aos desafios de constituição de uma instância enunciativa com legitimidade e capacidade para a promoção de uma aliança tão ampla como essa que se desenha para o levante, em meio a relações de força desfavoráveis, respondemos que à atualização do saber republicano em Salvador coube trabalhar muito mais as suas virtudes ideológicas (francesas) do que enunciar temas ou “capítulos” dos embates previstos no desenrolar de um processo como o que estava sendo projetado ou, pelo menos, implicado, de transformação radical da organização dos corpos na sociedade. Eis uma consideração central em nosso trabalho.

É também ao lado da determinação interdiscursiva de *Povo* – que nos cartazes é dito *bahinense*, mas não antiportuguês ou *Francez*, que é dito *republicano* e sonha com a igualdade, mas não é dito *antiescravista* – que podemos avançar na compreensão acerca de um questionamento de Luís Tavares (1975, p. 34-35): Por que interesses e classes tão díspares como os comissários, mercadores, mascates, lavradores de mandioca, fabricantes de açúcar e tabacos são postos no mesmo plano pela ordem (do Povo Bahinense Republicano) de que eles haverão de ter “todo o direito sobre as suas fazendas com auxílio do Povo”?

Uma ocorrência desse mesmo fenômeno discursivo (e enunciativo) na prática política dos presidentes militares do Brasil no regime de 1964, analisada por Freda Indursky, se deu da seguinte forma: ao passo em que se realizava a “operação limpeza” no país, num período de endurecimento da repressão aos movimentos de resistência política, concomitante à difusão do *slogan* oficial “Brasil: ame-o ou deixe-o”, alguns determinantes lexicais para *brasileiros*, comuns em conjunturas anteriores, deixam de ser enunciados – o caso de *maus* brasileiros. Não se tratava, evidentemente, de alguma transformação no interior da FD do regime, mas de um “*silêncio que determina internamente o recalçamento de um dizer*”

*autorizado, mas não desejável*: o que pode, mas não deve [naquela ocasião] ser dito” (INDURSKY, 1997, p. 187. Grifo original).

Dito isso, somos levados a considerar que o palanque do porta-voz, seu modo específico de agenciamento mediante determinados recursos linguageiros, configura *uma posição-sujeito distinta daquela atuante nas práticas discursivas de arregimentação*, tais como elas aparecem nos ADCA.

Funcionando como um operador que agencia e amarra de modo complexo este universo de questões, o porta-voz projeta(-se) na prática de encenação e representação (de) uma série de demandas que trabalham a captura de sujeitos incapturáveis por uma ação dirigida desde o lugar social subalterno de onde os revolucionários baianos não falam. Isso acaba tocando na discussão que fizemos no capítulo anterior quanto à “metafísica marxista ortodoxa do realismo de classe” e seus efeitos em termos de representação dos/pelos sujeitos metonimicamente representados/traduzidos *x* representação para sujeitos metaforicamente representados/substituídos (cf. a distinção analisada por ZOPPI-FONTANA, 1997). Qual o nível de organicidade, de partilha do sensível, de reconfiguração comum de um campo de experiências e horizonte de expectativas que toca e atravessa o palanque de enunciação desse porta-voz? Mais essencial ainda será tentar responder: que espécie de visibilidade e projeção é essa a qual ele institui?

Lembremos o cartaz da carne, do qual discutimos anteriormente o seu caráter político. Sua assinatura é justamente a referência a um sujeito coletivo em formação, os Bahinenses Republicanos, de modo que aquela demanda aparece sem rosto, sem nomes próprios e sem nenhuma possibilidade de enxergar a cor da mão que produz a escrita. Que (in)visibilidade é essa?

Este apagamento é dos mais perigosos ao ordenamento social de Soterópolis, sendo, ao mesmo tempo, próprio da escrita pública, que “destrói todo fundamento legítimo da circulação da palavra, da relação entre os efeitos da palavra e as oposições dos corpos no espaço comum” (RANCIÈRE, 2005, p. 17), ao que acrescentamos, busca produzir outros fundamentos, outras visibilidades, efeitos, oposições, partilhas. Quais fundamentos? Que visibilidades e partilhas? O cartaz diz que a Câmara é inútil, e institui, em nome do Povo, que a carne não pode custar mais de seis tostões. Os Bahinenses Republicanos emprestam/traduzem ou conduzem a voz “do Povo” até o lugar previamente definido para os editais do Estado, operando aquilo que Zoppi-Fontana (1997, p. 74-75) – a partir de estudo de Guilhaumou – apresenta como *a retórica do povo em ato*, elaborada e defendida por Robespierre. Mediante o funcionamento de processos metonímicos, a palavra do

representante é definida como “tradução imediata da palavra inteligível, mas não articulada, do povo representado”.

Diferentemente das análises discursivas de porta-vozes realizadas por Indursky (1997) – onde os enunciadores são os presidentes militares do regime de 1964 – e por Zoppi-Fontana (1997) – onde o enunciador é o presidente argentino Raul Alfonsín – no nosso caso, a visibilidade produzida faz com que todo o peso recaia sobre o ato da colagem e difusão dos pasquins em si mesmo e de seus impactos na negra, mulata, agitada, faminta e populosa cidade de Salvador...

É o caso também de tecermos um contraponto com outros porta-vozes analisados, os do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, (INDURSKY, 2000). O MST já conta com visibilidade social antes de estabelecer qualquer interlocução discursiva e prover-se de voz própria (resultado de suas lutas diretas de ocupação, que retiram da invisibilidade os latifúndios improdutivos e o drama de milhares de famílias do campo), de modo que o trabalho dos porta-vozes incide sobre a politização de acontecimentos passados e futuros (as ocupações ocorridas e as previstas) e sobre a legitimação dessa visibilidade, em tensa disputa pelo direcionamento dos sentidos na opinião pública. No caso dos revolucionários baianos, visibilidade, legitimação, acontecimentos passados e futuros (as deliberações dos 392 deputados representantes e a revolução projetada), tudo se encontra amalgamado nos dizeres dos pasquins, que representaram o lance mais ousado e arriscado do movimento, sendo concebido por István Jancsó (1996) justamente como aquele que teria precipitado uma resolução que sepulta as articulações políticas entre os distintos segmentos republicanos de Soterópolis.

Dos dois palanques, a instituição do porta-voz – pensada em sua especificidade naquela conjuntura do dizer e do fazer sentido – é o que parece atestar de modo mais significativo e tenso a relação do sujeito histórico com as relações de força que constituem a cena da enunciação, pela via de um embaralhamento complexo dos lugares e das visibilidades do tecido social. É este palanque enunciativo que entendemos melhor sustentar, através das análises que aqui realizamos, a reflexão precedente em torno do conceito de esquivocidade dos sujeitos históricos no campo da discursividade, sua resistência às capturas pelas redes de memória do dizer – o que não necessariamente implica em desidentificação, na migração para outra formação discursiva ou constituição de uma nova (mediante um acontecimento discursivo, como proposto por INDURSKY, 2008), mas certamente configura uma relação de deslocamentos do sujeito enunciador frente às regiões estabilizadas no interdiscurso, o exterior específico foracluído naquilo que ele diz e naquilo que ele está determinado a não



dizer – pela atualização de uma determinada “zona do rejeitado” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975]).

### 3.4 ANÁLISE DO DISCURSO DE ALIANÇA DE UM DOS PAPÉIS INCENDIÁRIOS

Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos de ser, modos de fazer e modos do dizer. Definem variações das intensidades sensíveis, das percepções e capacidade dos corpos. Assim se apropriam dos humanos *quaisquer*, cavam distâncias, abrem derivações, modificam as maneiras, as velocidades e os trajetos segundo os quais aderem a uma condição, reagem a situações, reconhecem suas imagens. Reconfiguram o mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão. O homem é um animal político porque é um animal literário, que se deixa desviar de sua destinação “natural” pelo poder das palavras.

*Jacques Rancière, A partilha do sensível*

Diretamente influenciado pelos acontecimentos na França, mas inserido numa realidade por demais diferenciada, o que permite imaginar e fazer com que um tão amplo leque social seja projetado e irmanado discursivamente na linguagem dos boletins? Soldados, oficiais, mascates, lavradores de mandioca, mercadores, fabricantes de açúcar, clérigos leais à revolução. Para consumir tal projeto de aliança e adaptar a discursividade republicana aos trópicos escravistas, não seria necessário esquecer algumas diferenças e reconfigurar o “mapa do sensível”? Não seria necessário *interditar* determinados saberes? Mas o que precisaria ser *interditado*? E de que forma? Reformulamos uma pergunta feita acima, que contém o cerne da hipótese trabalhada: de que modo suas penas agenciadoras apontaram para o *Estado R*, promovendo um discurso republicano, e de que modo não apontaram para campo referencial do *Estado A*, as relações mais cotidianas e substanciais de poder? Tiveram de dobrar ou desdobrar a língua para tentar fazer ecoar o que diziam?

Nesta seção buscamos compreender as margens de interpretação inscritas nas lacunas de um dos boletins. Tais lacunas funcionam discursivamente como pontos de deriva (PÊCHEUX, 1997 [1983]), não são vazios semânticos, mas incompletudes que demandam e produzem tomadas de posição e abertura para redes de memória como condição mesma do *fazer sentido*. Foram feitos quatro recortes (r1, r2, r3 e r4) de um dos pasquins, o de número 3, *Avizo ao Povo Bahinense*, não assinado. A seleção destes recortes, e não de outros, para a

análise que segue, deve-se a termos aí encontrado quatro funcionamentos discursivos distintos, quatro modalidades de pressão histórico-discursiva sobre a interpretação. Com grifos nossos, estes são os recortes:

r1 - **O' vós Pôvo ãnascesteis para sereis Livres**, e para gozares dos bons efeitos da Liberdade;

r2 - O' vós Pôvos ã viveis flagelados com o pleno poder do **Indigno coroado, esse mesmo rei ã vós creasteis**; esse mesmo rei tirano he quem se firma no trono para vos veixar, para vos roubar, e para vos maltratar.

r3 - Homens, o tempo he xegado para a vossa ressurreição, sim para ressuscitareis do **abismo da escravidão**, para levantareis a Sagrada Bandeira da Liberdade

r4 - A Liberdade consiste no estado felis, no estado livre do abatimento: aliberdade he adoçura da vida, **o descanso do homem com igual palallélo de huns para outroz**, finalmente aliberdade he **o repouzo**, e bema venturança do mundo.<sup>124</sup>

Às armas. Em r1, a oração adjetiva restritiva *que nascestes para seres livres* remete a interpretação para a existência de povos que não são livres e/ou para a existência de outros povos que não nasceram com este desígnio<sup>125</sup>. É uma formulação que faz sentido numa interpretação constativa (*há povos que nasceram para ser livres, mas não são, ou não são ainda*) assim como numa interpretação contrastiva (*vocês que nasceram para ser livres, diferentemente daqueles outros povos que nasceram para ser escravos*). Naquela formação social escravista, onde o trabalho compulsório e a propriedade sobre seres vivos são o segredo interno de seu funcionamento, a condição de nascimento e a cor da pele são características fundamentais na reprodução das relações de subordinação prevaletentes sob os desígnios do *Estado A*. Por outro lado, esta formulação reverbera a discursividade do republicanismo francês, da liberdade abstrata “original” dos homens a ser “resgatada”, numa releitura desviante do pactismo medieval. Naquelas condições de produção do sentido, com o

<sup>124</sup> (r1) Ô vós Pôvo nascesteis para sereis livres, e para gozares dos bons efeitos da Liberdade; (r2) Ô Vós Pôvos que viveis flagelados com o pleno poder do Indigno coroado, esse mesmo rei que vós creasteis; esse mesmo rei tirano he quem se firma no trono para vos veixar, para vos roubar e para vos maltratar. (r3) Homens, o tempo é xegado para a vossa ressurreição; sim para ressuscitareis do abismo da escravidão, para levantareis a Sagrada Bandeira da Liberdade. (r4) A liberdade consiste no estado felis, no estado Livre do abatimento: a Liberdade he a doçura da vida, o descanso do homem com igual palallélo de huns para outroz, finalmente a Liberdade he o repouzo, e a bema venturança do mundo.

<sup>125</sup> As posições dos mulatos, forros ou nascidos livres, variam bastante na formação social, desde o desajustamento, o sem-lugar no interior da relação senhor-escravo, até a posição estratégica na manutenção da escravidão, enquanto capitães do mato e imagens-modelo dos segmentos subalternos. Há uma quantidade razoável de materiais para uma análise dos modos de subjetivação dos mulatos no sistema. Por exemplo, um dos dizeres populares produzido na América Portuguesa do século XVII, com grande alcance e circulação, foi o de que a colônia seria *paraíso dos mulatos, purgatório dos brancos e inferno dos negros*. A análise dessa discursividade que afasta ideologicamente a segmentos em condições materiais de vida similares poderá mostrar-se um ponto estratégico no prosseguimento da compreensão do discurso de aliança.

ambiente colonial atravessado por tensões revolucionárias, com a interlocução à boca pequena ou nem tanto de sujeitos desejosos de *igualdade* – fosse por meio da alforria ou do acesso a postos de comando exclusivos aos brancos –, é compreensível que sobre o ritual discursivo republicano tenha se produzido o desentendimento. Afinal, quem é o interlocutor na formulação, o que jamais poderia ter sido escravizado (o colono em relação metafórica com a metrópole, o vassalo vítima de violações e usurpações de seus direitos junto ao soberano), ou o que foi escravizado e que não deve permanecer assim (o africano ou descendente em sua condição jurídica e mercantil de objeto)? Pois ambos encontram-se amalgamados no imaginário *Povo Bahinense*, que não deve ser pensado somente na condição de figura retórica, e sim enquanto um modo de partilha do sensível em relação ao fardo imperial-colonialista, projetando uma experiência comum (ou dupla) e antecipando uma *comunidade* por vir (RANCIÈRE, 2005, p. 43-44).

Lembremos aqui o conceito de desentendimento de Rancière (1996): não um mal-entendido ou o desconhecimento e a imprecisão<sup>126</sup>, não um problema de comunicação, mas uma questão política, na qual se percebe uma razão distinta a partir de um mesmo argumento, evocando um litígio, a própria situação dos que falam – eles podem falar? O que eles podem falar? Temos assim uma chave de compreensão diante da insistência com que, nos depoimentos dados ao processo de devassa, apareceram leituras do movimento e dos boletins enquanto propagandistas do abolicionismo. Falando desde um lugar não estabelecido na ordem do dizível e do visível, sua enunciação potencializa pontos de deriva para a inscrição dos medos e dos desejos à flor da pele naquela conjuntura do dizer.

Voltemos à análise do boletim para seguir explorando o desentendimento característico da prática discursiva de aliança. Em r2, na incisa utilizada para “indigno coroadado”, *esse mesmo rei que vós criastes*, recupera-se um saber das tradições de lutas *dos colonos*: a imagem de reis criados/legitimados pelos povos caracteriza menos um saber iluminista do que referência ao pactismo medieval, atualizado pela segunda escolástica. No contexto de crise global do colonialismo e do Antigo Regime, o que é feito desta tópica de um pacto original? Fica claro que não se trata de nenhum pedido de clemência com efeitos de um reforçamento dos laços corporativos e de sangue.

---

<sup>126</sup> Para esta interpretação, que ressoa uma concepção de língua transparente e de sentidos fixos, e reproduz aquilo que Hespanha escreve da incapacidade da periferia em entender as letras do centro, temos o trabalho de U.C. Araújo (A Bahia no tempo dos alfaiates, in Araújo et alli, *II Centenário da sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo; Brasília: MINC, 1999, p. 15): “o modo como [estas palavras] foram usadas demonstra que os revolucionários populares que as utilizavam não entendiam muito bem o seu significado”. E também o verbete *Conjuração dos Alfaiates* do *Dicionário do Brasil Colonial* (direção de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000), referido no primeiro capítulo da tese.

Diferentemente da equivocidade vista em r1, a incisa de r2 pontua uma interdição discursiva às classes brasílicas e seus temas/litígios, privilegiando os colonos marotos/reinóis como *tu*, a 2ª pessoa imaginária do discurso, o destinatário constituído pela enunciação, buscando convencê-los para a ação. Os escravizados são mercadorias viventes, não súditos “do rei” (da rainha) e nem patrícios – aqueles que poderiam, em alguma medida, ser responsabilizados pela subida ao trono da rainha (não há razão aparente para terem escrito “rei”, no masculino, além da relação de extravasamento e transferência quanto ao processo revolucionário francês<sup>127</sup>). Compreendendo os boletins como instrumentos de promoção de uma aliança entre diferentes classes e segmentos daquela formação social, vemos que não basta indicar os pontos de deriva que capturam e trabalham as subjetividades subalternas/dominadas dos colonizados – numa discursividade que institui *sujeitos que nasceram para ser livres*. De modo mais claro, aqui faz efeito a invisibilidade das mãos mulatas e negras buscando a conformação de uma frente única contra Portugal, invisibilidade de algumas mãos e penas que, no entanto, *pesaram* sobre a escrita e sobre a leitura dos pasquins, ainda quando por nada se projetassem nos dizeres.

Estratégia discursiva, própria da habilidade e reflexividade política daqueles sujeitos históricos? Equivocidade, própria da incompletude e da opacidade do dizer? Experiência sensível de uma comunidade e uma vida por vir? Seja como for, a construção textual em r2 funciona como base para um processo discursivo de interdição (como contenção, diluição e invisibilização) das classes dominadas e seus temas.

Um terceiro funcionamento discursivo está em r3. O sintagma *abismo da escravidão* é aquele que pode remeter a uma ambivalência: o abismo da escravidão que é o colonialismo / o abismo da escravidão que é a mercantilização de homens. Não é demais lembrar que esta segunda interpretação encontra-se latente na conjuntura dos dizeres, em função do estado da luta abolicionista no quadro internacional. Além do fim da escravidão na Europa Ocidental e nas colônias francesas, a revolução negra haitiana foi um caso especial que conseguiu espalhar o pavor entre as elites escravistas<sup>128</sup> e uma forte esperança entre os escravizados. Espalharam-se entre os escravizados americanos medalhinhas de Toussaint Louverture, o

<sup>127</sup> Podemos pensar aqui em falha da repetição? Como vimos, os republicanos faziam circular entre si textos revolucionários franceses, que podem ter servido de matriz direta para os boletins sediciosos. É verdade que a rainha do império ultramarino português, D. Maria I, já tinha sido afastada de suas funções por loucura, mas D. João VI ainda era o príncipe regente, muito distante da condição de se “firmar no trono”, pois não havia ascendido à condição de rei, o que aconteceria apenas no Rio de Janeiro.

<sup>128</sup> Trazendo mais um dos elementos que ilustram este impacto: a partir da década de 1790 há relatos de senhores que sofrem pesadelos terríveis com negros que destroem suas propriedades e lhes ceifam a vida. Ver, por exemplo, Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

controverso líder que derrotou o governo colonial francês e comandou a eliminação física de milhares de brancos.

Assim, na memória do dizer que sustenta as interpretações de *abismo da escravidão* haveria tanto saberes republicanos como saberes abolicionistas, caracterizando formações discursivas e ideológicas próximas, mas que não se recobrem. A formação discursiva republicana suprime (e/ou metaforiza) os aspectos sociais da (des)igualdade em prol dos seus aspectos políticos mais abstratos, fenômeno característico, por exemplo, do funcionamento discursivo do item lexical “povo”.

Por outro lado, a esta ambivalência, dentro da perspectiva de que os boletins produzem um discurso de aliança, e que tal discurso só é possível por meio de certas interdições, também podemos concebê-la como desdobramento de um saber revolucionário (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994 [1986]). Como vimos acima, é possível que alguns soldados e artesãos tenham se apropriado das discussões e expectativas republicanas e anticoloniais moderadas de um primeiro círculo conspirativo, formado por brancos nascidos na colônia em sua maioria. O trabalho sobre esta discursividade “aprendida” investe-se sobre o campo de interpretação e configura um determinado palanque enunciativo, em busca de uma visibilidade legítima/qualificada. Guilhaumou e Maldidier falam do uso<sup>129</sup> da língua política dos jacobinos pelo povo pobre e faminto de Paris, o que teria promovido o ingresso do *social* no interior do *político*, com uma nova referenciação das palavras. Nesse sentido, Marco Morel (1999, p. 92-93) nos fala da articulação de dois conceitos de *povo* no movimento baiano de 1798, o político e o social, articulação pela qual...

[...] elementos das camadas pobres assumem a idéia de revolução no sentido moderno e contemporâneo oriundo da Revolução Francesa, na perspectiva de tentar resolver, na prática, problemas sociais e étnicos que não foram resolvidos e ainda hoje desafiam as idéias e os projetos de Revolução no mundo atual.

Um parêntesis. Trazendo a reflexão precedente, realizada no primeiro capítulo, quanto às duas ordens estatais, o *Estado Amplo* e o *Estado Restrito*, este “ingresso do social no interior do político” aponta para a articulação de demandas em princípio estranhas ao Estado Restrito agenciadas nos espaços próprios de luta e resistência ao Estado Amplo – onde cotidianamente se vivem estes problemas sociais e étnicos – que por vezes, nas formações capitalistas mais desenvolvidas, são *formalmente* resolvidos na melhor das hipóteses. Caberia

<sup>129</sup> Preferimos falar em *trabalho* no lugar de “uso”, de modo a não superestimar a consciência dos sujeitos nem conceber a língua como mero instrumento.

pensar, no entanto, toda uma série de questões quanto ao *alcance* de uma tal politização do social e de uma tal ampliação dos direitos do homem (tal como exposto por Derrida em nossa epígrafe da seção 1.2), ou ainda, a imposição de uma agenda “humana” aos gestores da “máquina”, sem ruptura revolucionária. Não foi esse o caso dos republicanos baianos de 1798, mas parece ser o de muitos ativistas hoje. É nesse ponto que entendemos fazer toda a diferença o trabalho político nos marcos do *possível* e aquele que toca e força o *impossível*. O segundo caso é o *único* que nos permite de fato desdizer a meta-política marxista no seu pressuposto de que tudo o que parece acontecer no campo da política (como no da filosofia, da religião, da moral, das superestruturas, enfim) em verdade acontece fora dela. Fecha parêntesis.

O ritual discursivo dos boletins sediciosos é marcadamente republicano, prevalecendo o conceito político-abstrato de *povo*. Seu léxico é fortemente discursivizado, saturado de sentido naquelas condições de produção: *tiranias, franceses, monarquia*. E não vemos, por outro lado, formulações apontando para o campo referencial do cotidiano dos escravizados, como seria o caso de *chibatadas, fugas, senhores, quilombos, mucambos, África, cativo, alforria* etc.

Há proprietários desgostosos com a submissão ao exclusivo colonial como há também dois terços da população de Salvador formado por classes e segmentos desgostosos com as relações de subordinação aos senhores brancos. Não uma ou outra, mas ambas as “audiências”, ambos os sujeitos passíveis de captura pela(s) discursividade(s) dos boletins, estão em pleno processo de *tomada de consciência da crise do sistema colonial* (MOTA, 1996) – o que preferimos conceituar como *processo de conscientização*, visando escapar da imagem de reduplicação de uma identidade prévia (PÊCHEUX 1997 [1975], p. 172) ou reencontro com um Sentido e um Sujeito. Nessa conjuntura explosiva – que será estrategicamente abafada com a primeira migração na história de uma família real para este outro lado do Atlântico – as tensões e os traumas daquela formação social escravista ficam à flor da pele, o que, contraditoriamente, dificulta a realização daquilo que promove, atrapalha a consumação daquilo que ajuda a produzir, comprometendo a efetivação de um discurso de aliança. No entanto, entendemos que tal discurso foi produzido e praticado.

Lidando com a questão acima levantada - o que precisa ser *interditado* para consumir-se ali o discurso de aliança – começamos a perceber em nossa investigação uma (historicamente) contraditória, (simbolicamente) equívoca e (subjetivamente) desejante presença do abolicionismo como efeito de sentido dos boletins sediciosos. Não uma presença explícita, mas uma presença interditada, entredita, diluída.

Além desta ambivalência que em r3 toca o item lexical *escravidão*, trazendo um recorte de outro boletim, o de número 9, vemos um trabalho de diluição sintaticamente desenvolvido e comum ao de r3:

[...] no q̃. respeita a inutilid. □ da escravidão do mesmo Povo tão sagrado, e Digno de ser Livre.

Aqui nos parece ainda mais clara a militância pelo direcionamento dos sentidos por parte dos sujeitos enunciadore. Ao mesmo tempo resistem ao assédio de uma captura semântica e discorrem sobre o tema mais delicado à instituição de um sujeito com legitimidade para falar a todas as classes de Soterópolis: a escravidão. Quais as implicações discursivas dessa determinação via adjunto adnominal sobre o tema? Compreendemos aí o desenho de uma definição fraca e indireta para escravidão, e a possibilidade de uma transformação sintática e parafrástica por onde *o abismo* e *a inutilidade da escravidão* tornam-se *a escravidão é abismal* e *é inútil*, que remete respectivamente a um campo moral e a um campo pragmático de qualificação do tema.

Tal recurso sintático permite uma esquiva que des-compromete a sua subjetivação – em sua situação concreta de sujeitos enunciadore – no interior do interdiscurso daquela conjuntura daquela formação social. Essa esquiva, materializada por definições fracas, se caracteriza enquanto *interdição* ao tema, mas uma interdição que não o apaga/suprime, nem o recalca/desdiz. Se sempre há interdição na atualização da lógica administrativa-policial, de ordenamento e contagem dos corpos, somos aqui convidados a ver interdição também na atualização da igualdade, pela lógica política de enfrentamento e rejeição de uma determinada partilha: nós, Republicanos Bahinenses, também podemos falar de escravidão – sem que para isso tenhamos de descer ou cair de cima dos nossos palanques republicanos.

Conscientes de que toda “reconstrução do interdiscurso tem sempre um caráter hipotético pelo fato de que os elementos que permitiriam marcar o interdiscurso não figuram no *corpus* discursivo” (COURTINE, 2009 [1981], p. 81), ainda assim nos parece fundamental apresentar distintas incidências semânticas de escravidão naquela conjuntura dos dizeres.

[...] aquelle Lucas Dantas há tempos a esta parte lhe andavà fallando, em revoluçoens, e systemas de liberdade, persuadindo-o a segui-lo, representando-lhe a escravidão, em que viviam sujeitos aos seus Coroneis e seos Superiores, e a Severidade dos seos castigos. (José Joaquim de Siqueira, branco, natural do Porto,

soldado granadeiro do 1º regimento, 23 anos – depoimento 27/08/1798 – ADCA, 1998, p. 295. Grifo nosso)

[...] não devemos depender nem de sua estupidez nem da Babel de idiomas dentre eles; a liberdade usa um capuz que pode, sem língua alguma, conclamar todos os que desejam sacudir as penas da escravidão (governador da Virgínia, 1710, citado por BLACKBURN, 1988).

A escravidão na voz dos soldados mulatos, vítimas de preconceitos, vexações e castigos próprios aos sofridos pelos escravizados, ou na voz dos agentes do poder colonial, vítimas das ações subversivas de seus cativos e dos temores que elas geravam, não é a mesma. A voz não ouvida aqui é a dos próprios escravizados, metaforizados/substituídos no primeiro caso, metonimizadas/traduzidas no segundo. Mas ao entredizer que a escravidão é inútil é como estender um tapete para que aquela fala se instaure ou, ao menos, que essa prática se extinga.

Tal interdição diluidora do abolicionismo é o funcionamento que mais nos remete à *práxis discursiva* do sujeito histórico, sua esquivocidade frente às relações de sentido, para além das relações de força que constituem a cena enunciativa. A interdição do abolicionismo representa uma atuação direta dos sujeitos sobre o interdiscurso, o que não implica em dizer que tenham sido exitosos em sua práxis.

Nos autos da devassa feita a mando da metrópole, muitos depoimentos creditam a pregação do fim da escravidão aos panfletos, do mesmo modo que alguns réus afirmam a existência desse propósito no projeto inconfesso dos revolucionários. Manuel de Santa Anna, soldado mestiço, afirma, sobre os fins do movimento:

[...] consistião elles em huma formal, e inteira sublevação, que se pertendia executar nesta Cidade, matando a todas as pessoas da sua Governança, a fim de passar para as mão dos ditos confederados, saqueando os cabedaes das pessoas opulentas, e os corres da arrecadação publica, dando liberdade a todos os escravos, e estabelecendo uma Republica de igualdade. (ADCA, 1998, p. 78).

O fato de tal programa não se manifestar explicitamente nos boletins e a controvertida participação indireta da plutocracia soteropolitana nos remetem à problemática da interdição. O abolicionismo não é efetivamente formulado. É dificilmente inferido no fio do discurso, na sua costura estratégica. Entretanto, se constituímos um dispositivo de escuta discursiva e voltamos para os recortes, vemos que em r4 (*A liberdade consiste no estado felis, no estado Livre do abatimento: a Liberdade he a doçura da vida, o descanso do homem com igual palallélo de huns para outroz, finalmente a Liberdade he o repouzo, e a bemaventurança do mundo*) existem duas palavrinhas que possivelmente nos lançam para o cotidiano do desejo



dos escravizados: *descanso* e *repouso*. No trabalho textual que o boletim se dá de descrever o que é a liberdade, as definições abstratas do direito dos povos são extravasadas em favor de imagens bastante concretas e efetivas do universo social, da ambição mais imediata que um trabalhador escravizado poderia ter naquela formação social, além da própria alforria. Podemos dizer o mesmo para a insígnia *paz, pão e terra* da Revolução Russa, que se liga quase que diretamente aos três sujeitos convocados para a revolução: soldados (*paz*), operários (*pão*) e camponeses (*terra*). Desse modo, *descanso* e *repouso* numa sociedade de trabalho compulsório, onde há propriedade sobre os homens, podem ser aqui concebidos como *pontos de deriva da discursividade republicana em direção a uma discursividade abolicionista*.

Seria impossível (ou enganador) trabalharmos aqui qualquer busca de uma univocidade transparente ou de uma lógica disjuntiva do tipo “ou... ou...” (PÊCHEUX, 1997 [1983]), processos estes essenciais às tarefas de contagem, ordenamento e administração dos corpos no tecido social. Tanto o republicanismo quanto o abolicionismo trabalham no discurso da Conjuração Baiana, sem que haja qualquer espécie de conjugação (não foi produzido nenhum “abolicionismo republicano” ou “republicanismo abolicionista”), visto que os modos de direcionar a interpretação dos dizeres são desiguais e tocam de modo desigual diferentes sujeitos daquela formação social.

Partindo destas contradições, equivocidades e desejos, com seus inter-ditos (ditos no meio e pela metade), percebemos de que forma a discursividade dos boletins funciona a partir da injunção ao trabalho do sujeito com a língua e com a história. Dizer que a língua política dos boletins comunica e não comunica seria pouco aqui. Ela comunica distintamente a sujeitos sociais distintos, e mais que isso, ela produz diferentes sentidos que só podem ser concebidos em sua diferença a partir das formações ideológicas da época, das formações discursivas que as representam na ordem do dizível/interpretável e do trabalho de sustentação de posições no campo do dizer e fazer sentido. Discursivamente, estas formações ideológicas inundam de sentidos os pontos de deriva presentes e trabalhados nos boletins, aos quais os diferentes sujeitos daquela ordem social não eram indiferentes.

Em relação a estes pontos de deriva, podemos falar de ambiguidade, desentendimento e interdição diluidora em *abismo da escravidão*. Podemos falar em apropriação e trabalho da língua política dos colonos em *que nasceste para seres livres*. De todos os modos, prevalecerá o entendimento de que sobre uma mesma base textual instauram-se distintas discursividades, e que é justamente isso o que virtualmente permite (no horizonte de expectativas) o discurso de aliança entre sujeitos tão díspares. De todos os modos, estaremos

nos contrapondo ao cânon explicativo inaugurado no julgamento dos revolucionários baianos em 1799, que nega a possibilidade daqueles sujeitos projetarem tal aliança<sup>130</sup> anticolonial e antiescravista.

Como vimos antes, tanto o governador D. Fernando José de Portugal, ícone do reformismo ilustrado português na Bahia, quanto as investigações feitas sob seu mando, esforçam-se para minimizar o alcance dos acontecimentos: a articulação devassada estaria restrita a um grupo de homens de poucas posses e poucas luzes (JANCSÓ, 1999, p. 52). A própria defesa dos réus (ADCA, 1998, p. 956-961) fez uso destas imagens como forma de inocentá-los ou reduzir suas penas:

[...] Porque nunca podião os Embargantes [réus] terem intenção alguma de promoverem hum levantamento, e Sedição contra o Estado, com o fim de estabelecerem hum Governo Democrático; pois que se os Embargantes erão huns Officiaes de alfaiate; outros de pedreiros; outros Soldados Razos; escravos, e de menor idade, todas pessoas de baixa-Relé, faltava-lhes as Luzes necessárias, e Sabedoria, ou conhecimentos, para poderem estabelecer hum Governo daquela qualidade, que pede Leys especiais, e a cujo estabelecimento não podia chegar a inferior qualidade, e abjeta condição dos Embargantes.

[...] era necessario que os Embargantes tivessem previsto, e ordenado antes a divizão das Claces d'onde deverião Sahir os eleitos, assim como praticou Sólon em Athenas; [...] não se descobre cauza alguma nos mesmos Embargantes, que os obrigasse á hum tal excesso de atrocidade de delicto, tendo a Nossa Soberana, e Augusta Raynha beneficiado, e enchido de honras aos habitantes desta cidade, e ainda aos da clace dos homens pardos, de cujo mayor número são os Embargantes.

[...] além de se fazer inverosimel, que huns poucos de individuos indigentes, sem armas, sem poder, sem Respeito, nem authoridade, mas antes quazi todos de humilde condição, e captiveiro (...) fossem tão insensatos, e temerários, que destituídos assim de tudo, houvessem de querer intentar uma empreza, que nunca poderia ter effeito, como era, a de se fazerem Senhores de huma Cidade como esta tão populoza

[...] Porque por esses mesmos Editaes, e Cartas, se faz evidente, que tudo isto era producto de huma ociozidade, e vadiação, para por esse modo inquietarem, como costumão fazer os ociozos, e vadios, o Socego publico desta Cidade, e dos Seus moradores, e não porque quizessem, nem ainda podessem Realizar o que neles se continha.

---

<sup>130</sup> Aqui o pessimismo da razão nos fala aos ouvidos e solicita uma breve consideração quanto à distância (real, mas não intransponível, pelo que supomos) entre a proposição de uma aliança qualquer, a sua realização enquanto aliança e, não menos importante, a sua realização enquanto programa que contemple todas as partes integrantes de um determinado bloco de forças. Cada um destes três processos conta com dificuldades particulares, e um sucesso não implica automaticamente em outro. Como há algumas páginas tomamos como exemplo o lema *paz, pão e terra* enquanto elemento discursivo cimentador da unidade entre soldados, operários e camponeses na Rússia em 1917, cabe acrescentar que na sequência do processo os camponeses perderam espaço político para os operários que perderam espaço político para o Exército vermelho – que, contraditoriamente, foi um fator essencial para a *resistência* da revolução, frente aos múltiplos ataques do imperialismo e do nazismo, ao mesmo tempo em que, internamente, era um dos fatores da “divisão do processo revolucionário contra si mesmo” (PÊCHEUX & GADET, *A língua inatingível*. Campinas, Pontes, 2004, p. 94), com um papel simbólico notável desde a violenta repressão à Revolta de Kronstadt em 1921, cujo comandante da operação, subordinado de Trotsky, terminou condenado e executado nos “processos de Moscou” em 1937.

Não foram poucos os historiadores que total ou parcialmente reproduziram estes primeiros gestos de leitura sobre o movimento, represando a possibilidade de se realizarem investigações como esta, que parte da compreensão da difícil busca de aliança entre classes e segmentos antagônicos daquela formação social. Sendo a primeira a analisar e consolidar uma leitura questionadora dos boletins sediciosos, Katia Mattoso (2004) é bastante dura ao configurar o movimento como revolta de segmentos médios em busca de ascensão social. A busca de aliança por parte dos “revoltosos” só é admitida numa única direção:

[...] o conteúdo dos avisos se constitui numa clara e indiscutível proposta de aliança política entre as categorias média e média baixa e aquelas que compõem a elite na sociedade de Soterópolis. Para este fim, vários são os argumentos usados, mas a tática utilizada para atrair os refratários ora se mostra sedutora e conciliante, ora violenta e ameaçadora. (ibidem, p. 327).

De fato, em nenhum momento, a fala dos revoltosos deixa transparecer vontade de mudanças radicais, como seria, por exemplo, a abolição do sistema escravista. Pelo contrário, o discurso dos revoltosos “homens livres numa sociedade escravocrata”, mas homens desprezados pela sua pele negra ou mestiça e pelo desprestígio de suas funções sociais, demanda e exige sua promoção social, isto é, seu reconhecimento como cidadãos *à part entière*. Por isso, o Povo deseja [referência a um dos boletins] que todos os que portam armas, soldados ou milicianos, quer se trate de brancos, pardos ou pretos, se unam para concorrer à liberdade popular. Liberdade que é, porém, liberdade sua e não a dos cativos, não reconhecidos nem como irmãos nem como iguais. (ibidem, p. 328).

[...] a fala revolucionária, no seu papel de atrair o público para as novas idéias que procurava difundir no bojo de uma sociedade na qual tudo e todos se opunham, tinha como intento resolver unicamente as contradições existentes entre coloniais e reinóis, entre brancos, mulatos e pardos livres. É por isso, talvez, que a projetada revolta nasceu, viveu e morreu no primeiro ato desse vasto cenário teatral, o ato da palavra. E esta palavra nunca pretendeu se dirigir nem em favor dos povos escravizados, nem contra eles. Foi uma palavra que os ignorou. Simplesmente. (ibidem, p. 330).

Uma pausa para o café. Ou melhor, para o tabaco, cultivado originalmente pelos indígenas e depois produzido em larga escala no Recôncavo Baiano à época da Conjuração, sendo o principal produto utilizado pelos mercadores brancos para os negócios ultramarinos com os africanos fornecedores de africanos.

Pois bem, como sempre nos filiamos a posições, inclusive no trabalho científico, compreendemos o trabalho desta historiadora como prolongamento do gesto oficial que rebaixa o programa dos (e “a tática utilizada” pelos) revolucionários – e não *revoltosos*, como ela os caracteriza na passagem. Fazemos questão de esclarecer que a compreensão mais alargada e generosa da aliança projetada pela Conjuração Baiana não se deve exatamente à consideração de uma genialidade tática dos seus sujeitos, mas sim à própria conjuntura dos

dizeres, minada de desejos e pavores. Caso fosse diferente, seria muito mais lógico que os panfletos abordassem explicitamente uma defesa do escravismo.

Poderíamos discutir mais as formas como Mattoso desconsidera a possibilidade daquela política de aliança e daquele programa comportarem aberturas para o abolicionismo<sup>131</sup>, mas fico apenas com as seguintes ponderações: os sentidos não “transparecem nas falas”, eles se apoderam destas, a partir do real da história (a contradição) e do real do simbólico (a equivocidade). Toda história é passível de tornar-se outra, justamente porque ela não está “resolvida”, havendo conflitos e diferenças que funcionam como “motor” de seu desenvolvimento dialético. Em relação à equivocidade do simbólico, muitos linguistas (pelo menos a partir de Milner, que desenvolve as posições de Lacan no terreno da linguística) vêm pensando a língua pela sua negatividade, no sentido de que não se pode dizer tudo, de que sempre nos faltam palavras para dizer algo, e que essa incompletude é de fato o que rege o funcionamento da língua. A metáfora, a polissemia e o equívoco são o próprio real da língua, sua singularidade, e não meros “acidentes”<sup>132</sup>.

Com todo o levantamento histórico possível de ser realizado, é certo que nunca chegaremos àquilo que os sujeitos exatamente “pretenderam” fazer e dizer, de tal forma que somos forçados a nos contentar com as cicatrizes e vestígios deixados pelas suas batalhas, nos esforçando para significar e compreender tais batalhas – numa relação dialética entre a estrutura (dos conflitos) e os acontecimentos (os seus vestígios), ou ainda, entre estrutura objetiva (a propriedade dos meios de produção), dinâmica objetiva (referente à produção e apropriação social), estrutura subjetiva (o estado da luta de classes) e dinâmica subjetiva (a consciência de classe, os agenciamentos entre interesses e desejos). Julgamos que os fatos de linguagem apontados enquanto *pontos de deriva* são vestígios da pressão histórica daqueles conflitos e daquela aliança almejada sobre a escrita e a leitura dos boletins, que nem mesmo aos seus autores eram transparentes.

Outro historiador que nos faz sentir desafiados e propõe uma visão de aliança exclusiva dos mulatos em direção aos brancos, e não em direção aos negros e escravizados, é Araújo (1999, p. 16):

---

<sup>131</sup> Em outra passagem, Kátia Mattoso (2004) destaca a ausência de escravos na lista dos partidários da liberdade – boletim nº 1. Acontece, porém, que nesta listagem (que afirma existirem 676 pessoas no movimento, listando 660 divididos em categorias) também não estão presentes os senhores de engenho e a burocracia estatal, setores que a historiografia recente tem conseguido mostrar o envolvimento pelo menos indireto com os acontecimentos. Mattoso ainda faz referência à expressão “povo indouto”, utilizada em outro boletim, que ela compreende como mais uma prova de que o movimento teria ficado restrito a segmentos médios, e distante dos escravizados.

<sup>132</sup> Podemos ver o desenvolvimento destas considerações em Pêcheux & Gadet, *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, [1981] 2004. E também em M<sup>a</sup> Cristina Leandro Ferreira, *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2000.

[...] por mais que se superinterprete cada palavra para identificar a importância das idéias francesas como alimentadoras da revolta contra um estado absolutista, o bom senso do pragmatismo indica o esforço que homens letrados fizeram para se apropriar de uma linguagem de comunicação que lhes permitisse dialogar com os brancos da terra descontentes, estes sim bem informados das idéias filosóficas, políticas e econômicas do Iluminismo e do Liberalismo.

Tal asserção é efetivamente mais fácil de ser contestada, sem entrar na discussão acerca do bom senso do pragmatismo. Não nos interessa superinterpretar e nem mesmo reinterpretar os boletins sediciosos. Interessa-nos é, isto sim, compreender como foi possível realizarem-se interpretações abolicionistas a partir de sua textualidade concreta. No que diz respeito à *apropriação de uma linguagem*, temos pleno acordo, como acima já foi indicado na evocação feita ao trabalho de Guilhaumou e Maldidier. O que importa dizer, entretanto, é que toda apropriação provoca um deslocamento<sup>133</sup>, fator tendencial das práticas enunciativas e da práxis discursiva, de forma que ao se apropriar de algo, sejam quais forem as intenções, surgem grandes ou pequenas transformações, rupturas, e novas possibilidades (assim como novas contingências, necessidades e impossibilidades). A partir dos depoimentos colhidos no julgamento, vemos que a leitura do abolicionismo foi muito mais efetiva (produziu mais efeitos, tanto nos escravizados quanto nos escravocratas) do que esta leitura de uma readequação da *cidadania* colonial soteropolitana, que a nosso ver inconscientemente faz transbordar a posição de classe dos dois historiadores acima citados.

Por mais difícil que seja *hoje* a compreensão desta leitura abolicionista dos boletins<sup>134</sup>, pensamos que ainda assim ela está ali, interdita, latejando. O fato de a leitura mediada, lida em voz alta<sup>135</sup>, ser o padrão da época, autoriza ainda mais a compreensão de uma leitura intermediada por medos e desejos. Os depoimentos colhidos que atestam a presença de políticas como a taxaçoão do preço da carne e da farinha nos boletins, indicam bem a ocorrência deste fenômeno que toca a leitura e, mais amplamente, a interpretação. A maior parte dos depoentes prova que os revolucionários conseguiram dar grande publicidade ao

<sup>133</sup> Régine Robin (apud Guilhaumou & Maldidier, Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. in Eduardo Guimarães (org.), *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 64), trabalhando com a filosofia política de Rancière, considera que “no discurso político, tudo é retomada, rejeição, emissão, reformulação, desvio e distorção, mudança de pólo”.

<sup>134</sup> E muito provavelmente ficaria mais difícil ao trabalharmos com as formações ideológicas características do progressivo afastamento político entre as lutas dos mulatos e dos negros.

<sup>135</sup> Tanto publicamente quanto em práticas privadas, de reuniões políticas e exercícios de estudo solitário dos textos, as palavras são degustadas, decoradas, proferidas, tendo assim de se controlar o tom e o volume da voz. O tenente Hermógenes era um dos que orientavam aos partidários da liberdade no estudo regular dos textos, que deveriam ser repetidos muitas vezes (ADCA, 1998). Mediante tais proferimentos visava-se *apalpar* os ânimos, numa expressão que eles próprios utilizaram.

movimento por toda a cidade, quiçá pelo recôncavo, afirmando que (apenas) “sabiam por ser público”, e que tinham “ouvido dizer”.

Dadas as dificuldades na circulação de impressos e manuscritos diante da vigilância, muitos decoravam longas passagens da literatura revolucionária que chegava clandestinamente (JANCSÓ, 1996, p. 186), repassando-as oralmente em momentos de reunião nos espaços do trabalho e da residência, nos círculos predominantes das relações sociais primárias. Estas, se por um lado tornavam mais difíceis o estabelecimento de laços orgânicos no movimento, por outro dificultavam bastante o controle policial. Há de se considerar, no entanto, que o fato de os revolucionários baianos terem lançado mão de um “meio de comunicação indireta” (os boletins manuscritos) para difundirem seus propósitos, dava-lhes uma oportunidade única de apagamento de sua cor de pele em pleno trabalho de agitação e propaganda. Conseguiram?

Para responder a isso, há de se considerar seriamente a brutalidade da repressão dirigida pela própria elite local (o grupo dirigente imaginariamente projetado como interlocutor no discurso de aliança contra o “inimigo comum” metropolitano<sup>136</sup>) contra os acusados de serem os “cabeças” do movimento (pena de morte) e os de serem aderentes ao planejamento do levante (pena de degredo), todos eles mulatos, que por sua condição *sui generis* na sociedade escravista colonial, representavam um perigo potencial de desestabilização e desarranjo.

Se, como constatamos, as penas foram tão desiguais entre mulatos e brancos – e inexistentes no caso de plutocratas como o secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque e o padre e comerciante Agostinho Gomes –, se aqueles revolucionários mais despossuídos de bens e “de luzes” foram barbarizados, tendo seus corpos quebrados, estraçalhados e assim projetados como suportes sem vida para que a moral dominante da história se fizesse uma vez mais, isso mostra pelo menos duas coisas: um reinvestimento estratégico nas fronteiras sociais (ainda não invisíveis, evidentemente), atualizando uma desigualdade substancial dos regimes de liberdade e dos horizontes de expectativas entre os diferentes sujeitos de Soterópolis; e mostra também que a força das leituras feitas públicas, o impactante exemplo revolucionário a circular pelo vento sem-rostos e sem-nomes do *ouvi dizer*, ao contrário dos papéis sediciosos, não podiam ser arrancados e queimados – o que sabemos ter ocorrido com pelo menos um deles – pelos poderes metropolitanos na Bahia. Eis que a brutalidade da repressão se desnuda como alternativa de combate aos revolucionários,

---

<sup>136</sup> O que, voltamos a afirmar, é um exemplo disso que Jacques Rancière (1996) chama de *desentendimento* na atualização do princípio político da igualdade entre os sujeitos de uma experiência comum.

buscando projetar imagens ainda mais fortes que aquelas de “um tempo em que todos seremos irmãos, um tempo em que todos seremos iguais” (pasquim 1), através de um espetáculo iniciado às nove horas da manhã e terminado às três da tarde do dia 08 de novembro de 1799, do cortejo fúnebre de presos acorrentadas pelos pés e pelas mãos ou amarrados a cadeiras até a inauguração da novíssima forca na Praça da Piedade (*sic*), mais alta e imponente do que a que havia sido destruída dois anos antes, seguida pelo esquartejamento de Luís Gonzaga das Virgens (que teve as mãos e a cabeça fixadas no alto da forca), de Lucas Dantas (que teve a cabeça exposta no alto de um poste no Campo do Dique do Desterro, lugar de reuniões dos republicanos), de João de Deus (cabeça exposta na frente de sua oficina de alfaiate) e Manuel Faustino (quadris, coxas e pernas distribuídos pela cidade). Deveriam ter ficado assim até o consumo pelo tempo. A intervenção dos irmãos da Santa Casa, as preocupações quanto à saúde pública e o forte cheiro espalhado pela cidade, anteciparam o fim daquelas imagens pungentes.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERDIÇÃO DILUIDORA DO ABOLICIONISMO

Deve-se questionar essa fragilidade do pensamento, que não vem “de cima”, na consciência das “elites intelectuais”, que acredita se dirigir ao privilégio das proposições (conceituais, claras e distintas), mas sim, “de baixo” de atos incontáveis, contraditórios, que encontram sua via e sua voz nos campos intermediários... Uma roda de diferentes matérias brutas ideológicas do cotidiano, que podem trazer à tona diferentes acontecimentos, movimentos e intervenções de massa, mas que sempre fazem fronteiras provisórias, sem garantias, e sem demarcações *a priori*. Isso também pressupõe [...] verificar como eles atravessam paradoxalmente a nossa história sem nenhum “futuro brilhante” no horizonte.

*Michel Pêcheux, Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?*

A divisão de objetivos entre os conspiradores brancos e os de cor, escravos e livres, tornava qualquer esperança de sucesso uma triste utopia. [...] Investigações após as prisões revelam, de fato, que alguns dos conspiradores buscavam o fim da escravidão e o estabelecimento da igualdade independentemente da raça. Tais idéias, porém, teriam sido de difícil divulgação às claras, e provavelmente por isso *os objetivos abolicionistas não apareceram nos cartazes públicos*. Como salientaram administradores portugueses, havia pouco perigo de um movimento geral pela independência enquanto os detentores de bens e recursos não aceitassem rebeliões escravas ou transformações sociais.

*Stuart Schwartz, Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.*

As relações sociais, em suas assimetrias, fazem com que a palavra seja tomada: injunção a interpretar, injunção a dizer, dupla jornada (ou batimento) de trabalho do *fazer*

*sentido*. O potencial de deriva, a capacidade de deslizamentos de e rumo a uma (outra) língua é jogada na história. O potencial de captura, a capacidade de filiação de e a uma (outra) história é jogada na língua. Nessa tensão, muitas vidas de carne, osso e movimento se jogam, passado e futuro se (co)fundem e confundem presentificando possibilidades, necessidades e impossíveis. No caso dos papéis incendiários de 1798, as palavras e o palavrear de alguns soldados e artesãos mulatos foram tomados ao pé das suas letras tortas e sob a acústica do seu tempo grávido, desdobrando-se em leituras: apavoradas de senhores, desejantes de escravizados.

Trabalhando analiticamente o paradoxo de uma prática política impossível como a única que poderia ser considerada essencialmente política, nos ocupamos em ler essas leituras de desejos, rasuras e temores. Através de uma remissão controlada de dizeres des(a)tinosa a não-ditos sensíveis e encontrados em outras partes, quisemos compreender gestos de interpretação de captura e esquiva, de aliança e interdição. Montamos dispositivos de escuta pautados no trabalho dos estudos da linguagem e dos estudos históricos, cientes de que a balança denuncia nossos limites e limitações, mas lutando criticamente contra eles. Assim vimos o *fato* do abolicionismo (presente na memória, constituinte dos sentidos) interdito na intradiscursividade da *pregação* republicana (ou seja, naquilo que é formulado nos boletins, com seus pontos de deriva). Utilizando os conceitos trabalhados por Zoppi-Fontana (2003), pudemos observar “relações de co-referencialidade entre enunciados” que apontam para o abolicionismo, sob os “efeitos de linearidade” de um ritual discursivo republicano, produzidos via “reformulação e sequencialização na textualidade”, constituintes de uma interdição discursiva característica da esquivocidade e da práxis dos sujeitos enunciadoreis.

O mais curioso foi perceber esta interdição não como silenciamento, recalque ou supressão, e sim como diluição de um tema e seus sujeitos na prática discursiva dos revolucionários baianos, que instituíram novos palanques de enunciação, uma nova comunidade por vir, militando em prol de um futuro brilhante no horizonte desse povo bahinense republicano projetado e sem futuro brilhante no chão da história soteropolitana colonial, (a partir de 1822) imperial, e (depois de 1889 e até hoje) republicana.

Como em todo conflito, também nas alianças e seus discursos as relações não são simétricas. Extremamente desiguais, ainda assim elas são feitas, afetam, e “se” desfazem. Afinal, o sentido de nossa intervenção científica (e política) no historiografar da Conjuração Baiana é também este, o de não aceitar que as capacidades de enunciar, projetar e sonhar dos conjurados sejam contaminadas pelo destino de suas ações. Concordamos com o historiador Moses Finley de que é o mundo que precisa ser transformado, e não o passado, sendo que



uma compreensão mais justa do passado – que não projete sobre ele *ainda mais* derrotas do que as que foram real e concretamente sofridas – atua enquanto fator essencial da transformação. A despeito de todas as assimetrias, de todos os “abismos culturais” e ignorâncias quanto às francesias realizadas na França, o potencial de esquiwa e a generosidade corajosa da intervenção política daqueles sujeitos martirizados em 1798 foi algo nos tocou profundamente, a ponto de “brigarmos com a teoria” para que a história possa efetivamente nos oferecer *mais do outro* e do real, e não um imaginário *mais do mesmo*.

A palavra foi tomada na Bahia em 1798 a partir de “uma multiplicidade de fraturas [que] separam determinados corpos de seu *ethos*” (RANCIÈRE, 1996), instituindo-se um modo de subjetivação enquanto a própria manifestação e realização de uma vontade coletiva nacional-popular, um universal polêmico, de um *nós* e um *irrealizado* que não estavam dados no campo de experiências.

Até onde conseguimos ver/escutar, o abolicionismo está diluído na pregação republicana dos boletins, em discursos predominantemente voltados às classes dirigentes locais. Discursos que propiciam, entretanto e ao mesmo tempo, o estabelecimento de laços com o desejo dos trabalhadores escravizados. Os boletins jogam com as palavras e os interesses de uns – *aumento de soldos, livre comércio, direito de propriedade* –, e jogam com as memórias e as expectativas de outros – *a liberdade consiste no estado feliz, livre do abatimento, é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para os outros, é o repouzo, e bem aventurança do mundo; está para chegar o tempo em que todos seremos irmãos*. O que os boletins obtiveram enquanto resposta imediata é bastante revelador dos receios do poder metropolitano e dos poderes da equívocidade da língua na história:

É no caráter seletivo da repressão, na sua feição de pedagogia política, que os projetos adquiriram nitidez. Por maior que tenha sido a ambigüidade dos pasquins no tocante à questão fundamental do escravismo, cuja supressão não é mencionada uma única vez de forma clara nos papéis que foram preservados, para os representantes do poder é nesse ponto que residia a ameaça à qual era preciso fazer face (JANCSÓ, 1996, p. 208).

Na Soterópolis de 1798, ao apropriar-se da linguagem importada por reformistas ilustrados, os revolucionários baianos e seus textos não ficaram condenados e restritos à reprodução dos sentidos prévios. Se eles formularam dizeres saturados de discursividade republicana, e com estes puderam (puderam?) interpelar ao *poderoso e magnífico povo bahinense republicano* que imaginavam (imaginavam?) ser os senhores insatisfeitos com o exclusivo metropolitano, é de fundamental importância salientar que toda transferência falha e

que algumas falhas não podem ser consideradas apenas equívocos. É por meio das esquivas produzidas na prática enunciativa desse sujeito coletivo que concordamos com o que István JANCSÓ (1996, p. 69) afirma quanto à centralidade do escravismo no movimento baiano de 1798. A abolição não faz parte do projeto *explicitado* nos boletins, “está totalmente ausente deles”, mas “o ingresso na sociedade política de homens egressos dessa condição ultrapassava os limites do que poderia ser assimilado pelas classes dominantes no interior das formações sociais resultantes da colonização portuguesa na América”. Aí temos a *raiz* da interdição discursiva do abolicionismo, sua visibilidade, diluída (parcialmente invisibilizada) nos boletins de modo a projetar a amplitude daquela aliança almejada, na “busca de um pacto revolucionário” (JANCSÓ, 1996, p. 70) e de uma nação.

Tal projeto de nação está muito distante do simulacro desenhado com a independência de 1822, como também esteve distante das ideologias de nação anteriores à Revolução Francesa, fundadas em direitos e trajetórias ancestrais de sangue, voltados sempre a retomadas de um passado perdido, e não para rupturas revolucionárias (JANCSÓ, 1996, p. 174).

O poderoso e magnífico povo bahinense republicano seria o instituidor virtual de um novo Estado (o Restrito e o Ampliado), do qual o adversário não era uma nação estrangeira, e sim a monarquia e seu regime social de privação da liberdade *na* colônia. Por certo o desentendimento não foi burrice ou barreira, foi promessa (d)e ponte.

\* \* \*

Também as pontes implicam em interdições, ainda que subterrâneas, horizontais, entreditas e imiscuídas no solo. Mas o que dizer de um discurso que conclama diretamente a parcelas historicamente alijadas de decisão à participação política? Cabe a um discurso de promoção da participação alguma prática de interdição? E o que dizer de uma prática política que, pelo contrário, trabalha ostensivamente a atualização de um muro, a impossibilidade de o outro tomar parte? Será essa interdição – supressora de temas e sujeitos – de uma mesma espécie que a analisada neste capítulo? O que ela guarda de semelhança com os discursos de aliança, que buscam novas ou antigas lealdades no tecido da sociedade civil? É o que veremos no próximo capítulo, que visa fazer ecoar – mas também ranger – as teses que temos conduzido e desenvolvido até aqui. Pela retomada de análises discursivas da promoção do Orçamento Participativo em Porto Alegre de 1989 a 1992 e da cassação do Partido Comunista Brasileiro em 1947 buscamos a justa reflexão daquilo que permanece em nossa história e nos parece evidenciar uma estrutura e uma dinâmica de longa temporalidade em torno dos limites da prática política.

#### 4. OUTRAS FORMAS DE INTERDIÇÃO

A bem da segurança publica julgo conveniente rogar á Vossa  
Excelência que se digne representar à Camara Municipal a  
necessidade d'uma Postura que prohiba o uso do tambor na dança dos  
escravos denominada candombe, o qual deixando-se ouvir a uma  
legoa de distancia attrahe os escravos das Fazendas circumvizinhas;  
podendo de taes reuniões originarem-se males, que á Vossa  
Excelência não serão extranhos  
*Eusébio de Queirós*<sup>137</sup>, *chefe de polícia de Jacutinga, em carta para o  
presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1833).*

No início de nossa investigação, em seu projeto, previmos a análise de diferentes formas discursivas de interdição, elencando alguns momentos de inflexão política no Brasil, momentos em que se buscam novas lealdades no tecido da sociedade civil. Nossa hipótese era a de que essa busca de novas lealdades, que aparece com clareza em discursos de aliança, promove interdições que podem ser mais ou menos explícitas. E vice-versa: discursos de interdição (criminalização, marginalização) sustentar-se-iam em gestos de aliança.

Conceituamos três modalidades de interdição discursiva no projeto, a partir de três efeitos políticos: a) a interdição supressora, para casos de criminalização de partidos e movimentos populares; b) interdição recalcadora, para casos de criminalização da pobreza; e c) interdição diluidora, que estávamos considerando a partir das conclusões de nossas investigações no mestrado acerca do movimento comunitário porto-alegrense e suas transformações a partir da promoção do Orçamento Participativo (FONSECA, 2005). Entendendo haver uma complexidade maior nesta terceira modalidade, acabamos nos engajando mais nela, sobretudo porque nos interessava agora analisar a sua ocorrência na prática política direta das classes subalternas, e não a de suas representações eleitas e desgarradas de seus processos interiores, o que aumentava ainda mais a complexidade dessa modalidade de interdição.

Para além do que foi exposto no capítulo anterior, no período do doutorado tivemos oportunidade de apresentar trabalhos em congressos e periódicos acadêmicos que exploravam interdições “menos complexas”, assim como a retomada de pontos não desenvolvidos no mestrado em função de novos problemas – práxis discursiva, palanques de enunciação e o discurso por imagens. Reunimos a seguir aquilo que eles têm de comum, e sob o propósito exclusivo de oferecer um contraponto ao capítulo anterior, trazendo considerações acerca de

---

<sup>137</sup> Aqui com apenas 21 anos de idade, antes de tornar-se Ministro da Justiça e ter o seu nome ligado à lei de 1850 que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Um detalhe interessante: Eusébio nasceu em Angola.

*duas interdições discursivas promovidas desde o lugar do poder político institucional, a prefeitura de Porto Alegre (no período 1989-1992) e o Superior Tribunal Eleitoral (em 1947). Veremos que as classes dominantes (constituídas ou em processo de constituição), também elas, fazem política – uma das teses que defendemos no primeiro capítulo e que agora poderemos testar. Veremos como uma tradição – antiga ou recém-fundada, sob os efeitos de um discurso fundador (ORLANDI, 1983) reverberante – consegue desarmar bombas novidadeiras, ou, tomando as palavras de Foucault (2001 [1970], p. 9), “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.*

Estamos convencidos de que a razão de ser da dominação ideológica são as resistências e os enfrentamentos, as contraidentificações e as desidentificações, para usarmos os termos de Pêcheux (1997 [1975]), de modo que também as discursividades reformistas, conservadoras e reacionárias não escolhem o terreno de suas lutas, estando o tempo todo expostas a contingências (que implicam no mínimo em atualizações) e riscos de falhas e tropeços. Como discutimos no segundo capítulo, as ideologias têm história, e sua maior característica é a de serem formas específicas de luta (e não somente e não principalmente de esquecimento/ desconhecimento/recalque). Isso vale para as ideologias contra-hegemônicas como vale para as dominantes.

#### 4.1 A SUPRESSÃO DO OUTRO NA CASSAÇÃO DO PCB EM 1947

Se nos combatem, se pretendem cassar-nos os mandatos, é porque nos temem, porque temem nosso programa e nossas Idéias, em cujo terreno os senhores da reação são incapazes de nos combater, porque realizam uma política contrária aos interesses do povo, uma política anti-patriótica e de puro arbítrio. Mas não se pode decapitar idéias, nem fuzilar programas.

*Maurício Graboís, discurso na Câmara dos Deputados em defesa dos mandatos do PCB (1947).*

O PCB tirará como lição de sua participação nos levantes de 1935 – a “Intentona Comunista” na discursividade anticomunista – uma política conciliatória (PACHECO, 1984). Em agosto de 1943, ainda com Prestes e muitos outros dirigentes comunistas presos<sup>138</sup> e o PCB na clandestinidade, se realiza uma reunião na Serra da Mantiqueira (pomposamente chamada de *Conferência da Mantiqueira*) em que, visando acompanhar as orientações da URSS, os comunistas brasileiros deixam de considerar como *fascista* o governo de Vargas

---

<sup>138</sup> Luiz Carlos Prestes ficou preso de março de 1936 a maio de 1945.

(que já contava com mais de um ano de declaração de guerra à Alemanha e à Itália), e defendem uma política de *União Nacional* em prol da libertação dos povos oprimidos pelo fascismo, com toda a ambivalência que isso tinha ao ser defendido num país em que ainda se vivia a ditadura do Estado Novo.

Alguns membros da direção provisória do PCB, como o escritor Aydano do Couto Ferraz, parecem empolgar-se bem mais que a média no interior dessa linha. Em reunião da Liga de Defesa Nacional, principal entidade cívica de pressão pela participação do Brasil na guerra, Aydano afirmou:

A fórmula política pela qual nos batemos hoje e na defesa da qual não arredaremos um passo, a União Nacional, chave para a vitória na guerra e no pós-guerra, *tem antecedentes históricos em nosso passado, vem como um reflexo de tempos gloriosos* para se afirmar em nossos dias, sob a configuração ditada por imperiosas necessidades, no momento em que se trava a luta pela liberdade contra o nazismo opressor e sanguinário.

[...] A agitação demagógica em torno de problemas secundários, que seriam justos em outra época, mas que nesse momento não têm nenhuma oportunidade, é uma atitude de inconscientes quando não seja *uma atitude criminosa, uma atitude de lesa-pátria*. (citado por PACHECO, 1984, p. 191-192. Grifos nossos).

Para além destes excessos<sup>139</sup>, é verdade, entretanto, que a expectativa dos comunistas progressivamente vai apontando para um novo contexto mundial, que lhes propicia (e demanda) novas modalidades de intervenção no quadro político. A despeito de toda tragédia humana desencadeada, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) produziu efeitos políticos imediatos notáveis, como a oportunidade dada em vários países para que os partidos comunistas pudessem sair da clandestinidade e alimentar a perspectiva de coalizões políticas amplas e heterogêneas comprometidas com reformas sociais e democráticas (SILVA & SANTANA, 2007, p. 104). O PCB elege catorze deputados federais (dentre eles Jorge Amado, Carlos Marighela e Gregório Bezerra) e um senador (Prestes) em dezembro de 1945, quando também consegue 10% dos votos para o desconhecido Yedo Fiuza, candidato a presidente pela legenda do partido. Nas eleições estaduais e municipais realizadas em janeiro 1947, o PCB elege 46 deputados em quinze estados (SKIDMORE, 1969, p. 93) e cerca de 250 vereadores no país, formando as maiores bancadas das Câmaras Municipais do Rio de Janeiro, ainda Distrito Federal, e também de São Paulo, Santos e Recife (BRANDÃO, 1997).

<sup>139</sup> A matéria-prima dos processos discursivos são discursos-prévios (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 77), que neste caso expressam um trabalho de filiação a tradições ufanistas – forma de intervir nas relações de força que implica trabalho dos sentidos sobre os sentidos. Mas haveria efetivamente algum sentido aí? Há filiação significativa para além do gesto de subjetivação? Não haveria aí apenas o “simulacro de um objeto para o pensamento”? (MARIANI, 1998, p. 163).

No campo sindical tem-se um vertiginoso e intenso ressurgimento. Somente nos dois primeiros meses de 1946 acontecem 60 paralisações em diferentes categorias, numa onda grevista que prova existir vida fora do sindicalismo oficial. Apesar de criticar as lutas operárias por reivindicações exclusivamente “econômicas”, considerando a instabilidade política dominante, o PCB conta com um forte trabalho de sindicalização, mobilização, articulação e politização em diversas categorias, iniciado desde antes de terminada a guerra, trabalho que rompe a imobilidade imposta pelo Ministério do Trabalho estadonovista e o oficialismo pelego. Mas em abril de 1946<sup>140</sup> o governo Dutra dá início às suas ações contra o movimento operário e o PCB: as eleições sindicais são proibidas por decreto presidencial, e realizam-se intervenções nos sindicatos não alinhados ao governo. Em setembro foi a vez de, também por decreto, proibir a realização de greves, mesmo que estas fossem garantidas pela Constituição recém aprovada. Em maio, o comício no Rio de Janeiro que comemora um ano de legalidade do PCB é violentamente dissolvido pela polícia (LIMA, 2006). Antes mesmo de o macarthismo estabelecer-se nos EUA, foi desatada no Brasil uma política de perseguição a funcionários públicos comunistas (GIOVANETTI NETTO, 1986, p. 105; SKIDMORE, 1969, p. 93). As sedes regionais do partido são constantemente invadidas e reviradas e seus dirigentes vigiados, com tentativas de arrombamento das residências de parlamentares como Luiz Carlos Prestes, Maurício Grabois, João Amazonas e Trifino Correa, e a invasão da casa de Carlos Marighela. Tudo isso antes da cassação!

Parece evidente que as leis, como a da imunidade parlamentar, não se aplicam em benefício dos comunistas. Além do mais, antes de serem representantes eleitos eles são em sua ampla maioria operários – como os deputados federais constituintes Abílio Fernandes (metalúrgico), Alcides Sabença (da construção civil e carpinteiro), Claudino José da Silva (único parlamentar negro dessa legislatura, ferroviário), Agostinho Dias Ferreira (também ferroviário), Osvaldo Pacheco da Silva (estivador) e outros. Foi justamente contra essa representação inédita no cenário político nacional que se efetivou a cassação do registro do partido em maio de 1947.

Na concessão do registro provisório para participar de eleições, em outubro de 1945<sup>141</sup>, o relator Sampaio Dória pôs às claras as condições para a aceitação do PCB pelo Superior Tribunal Eleitoral, como a de estar “do lado oposto” do que se entendia por comunismo “no mundo inteiro”, devendo assim constituir-se em partido liberal e capitalista:

---

<sup>140</sup> Quase um mês após o famoso discurso de Winston Churchill em Fulton, nos EUA, considerado o marco inicial da Guerra Fria, quando é enterrada a unidade (pragmática, militar) dos Aliados (Giovanetti Netto, 1986, p. 91-92).

<sup>141</sup> O registro definitivo viera em novembro do mesmo ano, a menos de um mês das eleições.

[...] será um partido comunista sui-generis; um comunismo de que se esvaziou toda a substância ideológica; um comunismo do Brasil; um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do proletariado, sem nada do que se compreende por comunismo no mundo inteiro. Mas, um partido do lado oposto, um partido liberal, um partido capitalista, um partido democrático, pelo compromisso escrito de respeito integral aos princípios democráticos à brasileira, e respeito aos direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição, uma democracia, em suma à inglesa. (citado em meio ao voto do ministro Rocha Lagoa, PCB – PROCESSO DE CASSAÇÃO DO REGISTRO: 1947, 1980, p. 99).

Parece desse modo que a semente da cassação já estava bastante saudável desde a aceitação do registro partidário, e que a expressiva performance que o PCB teve posteriormente – em termos de filiações (mais de 180 mil oficialmente inscritos) e de votos (quase 600 mil, contando apenas aqueles depositados no desconhecido Yedo Fiúza) – poderia tanto soterrar esta semente, deixando-a mais distante da superfície, quanto diretamente nutrir seu crescimento a olhos nus.

Nos votos favoráveis à cassação do PCB no Superior Tribunal Eleitoral, a democracia brasileira é desenhada como algo plural em suas referências geográficas e temporais<sup>142</sup>, enquanto que aquilo que lhe é desenhado como o seu contrário, o comunismo, é monocórdio. O mais próximo desta outra democracia são os dizeres em registro irônico e/ou taxativo sobre *neo-comunismo*, *comunismo à inglesa* e *comunismo à brasileira*, que terminam por apontar para um vazio semântico.

r1 - Se não é a marxista-leninista a doutrina partidária do comunismo, então qual é a sua doutrina? Confesso que doutrinariamente ignoro o que seja **neo-comunismo** ou comunismo **à inglesa**.

r2 - **A doutrina** comunista, portanto, o fato é incontroverso, **é uma só** e sendo assim não pode ter no Brasil uma aplicação diferente da que tem na Rússia soviética. Para mim **não pode existir “comunismo à inglesa ou comunismo à brasileira”**.

Como vimos, a adjetivação *à inglesa* havia aparecido na concessão do registro do PCB, o que nos sugere o trabalho de interlocução discursiva (INDURSKY, 1997, p. 132-141), de retomada de uma discursividade, mas com o “detalhe” do seu deslocamento e do seu completo esvaziamento semântico.

<sup>142</sup> Ela seria a “democracia de Roosevelt, aquela que vem de Lincoln, aquela que recebemos dos nossos antepassados, aquela que o Brasil Império nos legou, aquela que o Brasil República consolidou”, segundo o voto do Ministro Cândido Lobo. *PCB – processo de cassação do registro (1947)*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980, p. 123.

Temos assim uma espécie de truculência argumentativa, que simula debater a decisão judicial anterior (usando uma de suas expressões) quando na verdade a interdita doutrinariamente, deslocando o foco do partido que está sendo julgado para o entendimento único, *incontroverso*, do que seria a doutrina comunista que ele necessariamente comunga, o marxismo-leninismo tal como *aplicado* na Rússia. Mas outros fatores são apontados na representação de uma transparência e univocidade semânticas para o comunismo e o PCB:

r3 - **o nome do Partido é um lema** cuja história resumimos e, como observa o próprio Relator Sampaio Dória, **tem um significado universal. É uma bandeira, um programa.** Não podia e não pode ser admitido entre nós.

r4 - Não encaro a acusação pelo lado da economia do Partido, pelo fato de receber ou não auxílio financeiro do estrangeiro; também desprezo a de que é ele do Brasil ao em vez de ser “Brasileiro” a fim de concluir, como fez a denúncia, que por estas razões trata-se de um partido filiado à Rússia, como as diversas filiais mundiais, embora reconheça um detalhe impressionante, o fato de ter **a mesma a bandeira com a foice e o martelo.** [...] E note-se ainda que **no Brasil não há um Presidente [do Partido Comunista] e sim um Secretário Geral...**

Em pleno processo de desenvolvimento e adequação da discursividade da Guerra Fria, o dualismo é realmente característico dos dizeres da cassação. Se a democracia do Brasil é a democracia *à inglesa*, de Lincoln, Roosevelt e Rui Barbosa, o comunismo do PCB só pode ser o da Rússia, com o seu programa (*um programa*), a sua mesma bandeira (*uma bandeira*) e talvez tenha até o seu presidente (Stálin), visto que aqui no Brasil o partido só conta com um secretário-geral. Sobre isso não há nada que o PCB possa dizer, e mesmo que diga, será alvo da recorrente desconfiança nutrida contra/sobre o lugar que ele ocupa no imaginário social.

r5 - Tudo, portanto, está em saber se, embora votando a emenda [que proíbe os partidos contrários ao pluripartidarismo], **continua** o partido **a pensar e a agir no sentido inverso.** E ao meu ver [sic] é precisamente o que está acontecendo.

No campo do interdiscurso vemos a exterioridade específica que determina e sustenta essa desconfiança:

O marxismo deixou cair a *sua máscara* de movimento proletário em busca da felicidade terrena para se apresentar o que é de verdade: organização diabólica para a conquista do domínio mundial pelos judeus. (Gustavo Barroso, *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro: ABC, 1938. Citado por MOTTA, 2002, p. 59. Grifo nosso).

Os comunistas, *já no primeiro dia* da verificação de poderes, se salientaram como elementos perturbadores da marcha dos trabalhos. [...] *Na realidade* o que demonstram é a *incompatibilidade* de seus próprios métodos e ideologia com a



prática da democracia e o respeito que se deve ao Parlamento. (O Estado de São Paulo, 05/02/1946, citado por GIOVANETTI NETTO, 1986, p. 93. Grifos nossos)

A atitude que os que não são comunistas devem ter para com o Partido Comunista Brasileiro precisa caracterizar-se pela *mais absoluta vigilância*. O Partido Comunista age dentro da *mais rigorosa disciplina* e com *a mais total frieza e raciocínio*. (depoimento do advogado Sobral Pinto, publicado em *O Estado de São Paulo*, 31/03/1946, citado por GIOVANETTI NETTO, 1986, p. 95. Grifos nossos).

Como discutimos em Fonseca (2012), através deste ritual discursivo, o comunismo só consegue adquirir face diversificada (popular, democratizante, etc.) quando mascarado. Por trás da máscara, “a mais total frieza e raciocínio”. Tal singularização de comunistas/comunismo funciona de modo estratégico, pois produz uma visibilidade e um isolamento extremos para esse lugar dos comunistas, fazendo com que se tenha o inimigo sob controle (MARIANI, 1998, p. 107). E como escreve Rancière (1996, p. 43), a exibição permanente (ao lado do regime de opinião sondada) é a forma comum da polícia nas sociedades ocidentais. Nesse trabalho de exibição e gestão dos corpos...

[...] o que nos cumpre hoje, a todos os democratas, é *estabelecer firmemente, resolutamente, a linha divisória entre o comunismo e a democracia como a entendemos*, baseada nos princípios cristãos e incompatível, portanto, com o materialismo histórico. (Diário Carioca, 07/07/1945, p. 2, “Comunismo e democracia”, editorial. Citado por MARIANI, 1998, p. 193. Grifo nosso).

Nessa vigilância, o que não se vê na imprensa são os dizeres dos comunistas. Não há, de fato, sinal de interlocução discursiva entre o discurso da cassação e o discurso do PCB. Nem ao menos se pega a palavra dos comunistas para voltá-la contra eles. Os comunistas não parecem dignos de oferecerem argumentos, o que se conjuga com a consideração de que, tomados pelo imaginário político dominante de que são invariavelmente dissimuladores, violentos, inimigos (MARIANI, 1998), acabam não sendo dignos de confiança e tolerância no cenário político brasileiro. Afinal,

r6 - O Partido Comunista **não é propriamente um Partido. É uma insurreição em marcha**, um passo para diante, um passo para trás, como diz o lema realista de Lênin. **Não é um partido. É uma confraria, uma ordem religiosa às avessas. Não é propriamente um partido. Porque é uma conjuração!...**

r7 - Permitir fosse renovada em nossa terra tal experiência constituiria **crime de lesa-pátria**, eis que possibilitaria o aniquilamento de todo o nosso patrimônio moral e colocaria o Brasil sobre a guarda de Moscou.

r8 - Penso não ser possível negar que os comunistas, eles próprios, **escapam à assertiva desta concepção democrática** [a da pluralidade de partidos]...

E ainda, pelo interdiscurso da cassação,

Verifica-se que, de 1935 para cá, o agente comunista no Brasil, capitão Luiz Carlos Prestes, nada aprendeu nem esqueceu da terrível experiência que tantos males acarretou ao país [...]. Se o Brasil, com a ditadura associada à conjuração comunista, for ao encontro de seus algozes, estará perdido. Mas se as forças permanentes e tradicionais da sociedade brasileira, se as classes armadas, se o trabalho, se a igreja, se a família [...] se as forças permanentes da sociedade brasileira, alertadas e ativas, confiantes e corajosas, se dispuserem a lutar, então todos estes problemas serão resolvidos com calma, porém com firmeza e decisão. (Diário Carioca, 16/08/1945, p.1, artigo “Atenção!”, assinado por J.E.de Macedo Soares. Citado por MARIANI, 1998, p. 171).

Assim posto, o PCB não é verdadeiramente um partido (é uma conjuração) nem é verdadeiramente brasileiro (é russo). É comunista, e, como vimos, isso também significa que deve ter o seu registro recusado. O PCB não pode não ser agente da desordem, ainda que fale aos trabalhadores para apertarem os cintos em prol da ordem e da tranquilidade. O PCB simplesmente não pode (não) ser, pelo seu “significado universal” – correspondente ao “todos sabem que” estruturante de uma formação discursiva, espaço de reformulação-paráfrase no qual “aquilo que eu digo não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 173), trabalho de deslocamento atravessado por determinações inconscientes (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 56).

Como discutimos em Fonseca (2012) o discurso anticomunista conta com dois expedientes básicos: a atualização de dizeres comuns possíveis (e necessários) aos sujeitos afetados e envolvidos na luta contra os comunistas no tecido social; e, em especial, de modo a assegurar a efetividade do confronto discursivo, uma prática de des-referenciação, apagamento e interdição que incide sobre a impossibilidade (e a contingência) de que o outro venha a significar algo com os seus dizeres. Esta incide diretamente sobre (contra) a práxis discursiva do antagonista no seu empenho em fazer-se sujeito pleno da pátria e sua ordem política-estatal, visando desarmá-la.

Vive-se nesse Brasil do pós-guerra uma conjuntura política muito sensível e exposta a pressões internas e externas, pressões antes fortemente contidas pelo Estado Novo e pela dramática conjuntura internacional da guerra. Como na crise do Antigo Sistema Colonial, abordado no capítulo anterior, também no pós 2ª guerra mundial as classes dominantes têm grandes motivos pra tomarem cuidados especiais no bojo de suas demandas por mudanças, pela forte inflexão social que se vive, com processos de reestruturação das sociedades política

e civil em que novas legitimidades são provadas, ampliando e restringindo espaços de participação que são, ao mesmo tempo, reconstituídos.

O processo de cassação do PCB é uma verdadeira arapuca, as condicionantes estabelecidas para a existência do partido são interdições que tocam o cerne de sua ideologia e prática política:

r9 - **desde que** não haja propaganda doutrinária marxista-leninista, os comícios feitos pelo Partido em foco não podem dar motivo à sua cassação.

Simula-se assegurar um lugar para o PCB, mas este é um lugar impossível, imprenhável, visto que para estar “do lado oposto” do comunismo (na forma como ele é “compreendido no mundo inteiro”), segundo a formulação contida na concessão do registro, não haveria realmente necessidade de um partido comunista; e para ser admitido num lugar de conciliação e adaptação, sendo um comunismo “à brasileira ou à inglesa”, não há permissão, por tais ajustes serem considerados um engodo. E tudo isso aparece articulado, no fio do discurso da cassação, com a defesa do pluripartidarismo - que contou com o empenho e o voto dos parlamentares do PCB. Fica assim exposto um nervo da contradição constitutiva da história política do ocidente capitalista, quando as regras democráticas valem apenas para os defensores do capitalismo – o que, à época, incluía o próprio PCB, em função da concepção etapista que vigorava e o punha na condição de entusiasta do desenvolvimento capitalista. Esta, no entanto, é uma razão desrazoada no interior da formação discursiva anticomunista. O que faz sentido no campo dessa formação ideológica é a afirmação de um estigma, de uma ignorância, de uma ausência de condições:

[...] nós vemos o fato extraordinário de eleitores desorganizados, absolutamente ignorantes, enganados pela hábil e capciosa propaganda comunista, levarem para o parlamento quatorze ou quinze indivíduos marcados com o estigma da foice e do martelo. [...] o direito de voto foi dado para aqueles que não estavam em condições de votar (depoimento do comandante da Força Naval do Nordeste, Penna Botto, em abril de 1946, para a Rádio Educadora de Natal. Citado por RODEGHERO, 2007, p. 64-65).

E o que acontece quando “esse tipo de gente” mais do que chegar ao parlamento, chega até a prefeitura de uma capital e encara o desafio de dialogar com os desorganizados, com aqueles que não compartilham um mesmo campo de experiências e horizonte de expectativas? Daremos assim mais um salto, bem menor que o anterior em termos de anos (agora será de apenas 42 anos frente aos 149 de distância dos pasquins republicanos à

cassação do PCB), mas imenso em termos ideológicos... Que inflexões isso pode representar no campo da interdição discursiva?

#### 4.2 A DILUIÇÃO DO MESMO NA PROMOÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO<sup>143</sup>

A maioria destas experiências [de “participação popular” em gestões municipais] não tem sido fruto de conquista direta do movimento popular mobilizado e organizado especificamente para tal fim, mas tem se desenvolvido por iniciativas de prefeituras, secretarias de governo, vereadores, etc. E o que existe de informação e avaliação sistematizadas vem justamente de quem tomou a iniciativa. Uma questão que se coloca é: do ponto de vista das entidades comunitárias e daqueles que estão empenhados na construção de um Movimento Comunitário autônomo frente ao Estado e aos partidos, qual o significado dessas experiências? Estas experiências têm contribuído para o avanço do Movimento Comunitário? Que dificuldades têm trazido? Quais os limites que se colocam?

*FASE-PoA. O movimento comunitário e a participação na administração municipal (1986)*

Os últimos anos do regime civil-militar instaurado em 1964 conhecem uma intensa movimentação na sociedade civil. Os movimentos de bairro nas grandes cidades brasileiras acabam sendo beneficiados por uma espécie de migração para o seu campo de militantes políticos muito visados em outras trincheiras de luta. Também produz efeitos nessa direção o brutal estreitamento (quando não fechamento) dos canais institucionais de absorção de demandas das camadas subalternas e negociação política pelo *Estado R*, dada a obstrução à existência legal de forças políticas de esquerda. Some-se ainda a esse quadro a ação de comunidades eclesiais de base, animadas pela teologia da libertação, a constituição de associações profissionais de apoio às lutas populares, que a partir dos anos 1990 se tornam as ONGs, a própria insuficiência das estruturas administrativas no atendimento dos serviços básicos das cidades, para além da característica desigualdade na prestação desse atendimento, e uma expectativa por parte da esquerda de que o futuro do socialismo pode ser jogado no espaço político das cidades – ou melhor, na politização do cotidiano e das demandas referentes à moradia, circulação urbana e serviços públicos, sob influência de algumas gestões municipais lideradas por partidos comunistas europeus, como os de Portugal, Itália e Espanha.

<sup>143</sup> Por economia de citações, referimos-nos aqui nesta seção *in totum* à nossa dissertação de mestrado sobre a história do movimento comunitário porto-alegrense e a discursividade do Orçamento Participativo (FONSECA, 2005) e às comunicações apresentadas no VIII CELSUL (FONSECA, 2008) e no VI SENALE (FONSECA, 2010), que cumpriram o papel de redirecionamento teórico inicial dos materiais anteriormente pesquisados.

Como em outras cidades brasileiras, as lutas comunitárias são intensas em Porto Alegre, com um forte trabalho organizativo em comunidades periféricas proletárias e direções e articulações orgânicas, com um viés ideológico marxista que se desdobra num programa máximo de organização de conselhos populares autônomos pela cidade. No agenciamento desse sujeito coletivo *movimento comunitário* e na proliferação do discurso participacionista, há de se destacar o trabalho da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), criada em 1983, e da FRACAB (Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro), dirigida desde 1982 por lideranças comunitárias vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>144</sup> e ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido este que, mesmo antes de sua fundação, mobiliza uma discursividade participacionista:

[...] o PT deve propor que os gastos sociais a serem custeados pelo Estado sejam decididos e administrados pelas próprias comunidades: isto significa, de um lado, construir simultaneamente a democracia e o PT, e de outro, já começar pela base a futura “desnecessidade” do Estado. O PT deve estimular a criação e/ou a transformação dos comitês setoriais de transportes, de creches, de legalização dos lotes, de custo de vida, em verdadeiros conselhos de bairro, não nomeados pelo poder burguês como pretende a Prefeitura de S. Paulo, mas eleitos pelos próprios moradores: aí será o lugar privilegiado de crescimento do movimento popular, da autogestão social do Estado, e de crescimento e enraizamento do próprio PT. (Pontos para a elaboração do programa, Comissão Nacional do Movimento Pró-PT, fevereiro de 1980. Citado por FONSECA, 2005).

Essa linha, pautada na concepção leninista de duplicidade de poderes, apresenta-se na campanha petista de 1985 à prefeitura de Porto Alegre:

A nossa proposta de governo com os Conselhos Populares significa a forma concreta de se fazer com que a democratização de gestão municipal passe efetivamente para as mãos dos moradores, dos cidadãos que são contribuintes o ano inteiro [...]. Não basta que nós recuperemos para a Câmara de Vereadores o direito de elaborar e votar o orçamento público. Nós defendemos que as associações de moradores, que correspondem hoje a uma experiência histórica em nossa cidade e em muitos municípios desse país, como uma forma de auto-organização dos moradores na defesa dos seus interesses, é a experiência mais importante e o caminho que o próprio movimento comunitário aponta de como se deve administrar uma cidade. Quando nós falamos de que é fundamental que os Conselhos Populares se transformem em parcela de poder com direito não apenas de fiscalizar e controlar o poder público, mas sim, mais do que isso, também participem da decisão de para onde vão os recursos que nós pagamos como contribuintes, nós estamos colocando uma proposta concreta de como se democratizar o poder público [...]. Nós já temos uma experiência de articulação das associações de moradores por região [...]. No momento em que uma organização dessas, um conselho diz que sua prioridade é o saneamento, o que deve fazer uma Prefeitura senão encaminhar essa reivindicação?

<sup>144</sup> A volta do pluripartidarismo no período final do regime militar foi interdita aos comunistas, que somente a partir de 1985 reconquistaram o direito à organização partidária e inscrição eleitoral.

(Raul Pont, candidato a prefeito pelo PT, intervenção no I Congresso da UAMPA, 1985. Citado por FONSECA, 2005).

Não será ainda dessa vez que o PT vencerá o pleito municipal, mas ao longo dos anos oitenta desenvolvem-se experiências participacionistas de diferentes matizes em diversas cidades do Brasil: Lages (SC), Boa Esperança (ES), Piracicaba e Diadema (SP), Recife e Icapuí (PE), Fortaleza (CE), São Félix do Araguaia e Porto Alegre do Norte (MT),... nenhuma, entretanto, ficou mais conhecida do que a experiência da capital gaúcha iniciada em 1989, que se torna uma referência mundial e serve de elemento chave na promoção ideológica do alteromundismo através das primeiras edições do Fórum Social Mundial.

Assim, com a vitória em 1988 da *Frente Popular* – coligação formada pelo PT e pelo PCB – nas eleições de Porto Alegre, toda uma memória do dizer sobre *participação popular* é posta a trabalhar desde um novo lugar social. Com anos de intensa circulação em vilas e bairros populares da cidade, a demanda de partilha da discussão do orçamento municipal somava-se (e mesmo subordinava-se) a outras duas: garantia de participação nos conselhos municipais, instância prevista pela novíssima Constituição Federal de 1988 para subsidiar as ações das secretarias das prefeituras; e a organização dos conselhos populares em todas as regiões da cidade, que era também uma solução que vinha sendo trabalhada para evitar a pulverização e o isolamento de associações de moradores de vilas (favelas) e bairros, com suas as consequências políticas. A mobilização do participacionismo agora desde o lugar da prefeitura insere-se na produção de uma nova instância e capacidade de enunciação e prática política – o que não foi conseguido na gestão anterior, do prefeito Alceu Collares (do Partido Democrático Trabalhista), também proponente de políticas de orçamentação participativa, mas que naufragou em meio a ações consideradas clientelísticas, sem empoderamento das entidades comunitárias autônomas.

Mas não se pega a língua do outro, de outra posição social e histórica, sem o risco de desentendimentos – mesmo quando o *outro* havia sido o *mesmo* por muitos anos, dado que alguns dos novos quadros da prefeitura são oriundos do movimento comunitário. A apropriação dos dizeres do movimento comunitário pela prefeitura da Frente Popular insere-se em um processo marcado pela busca de novas lealdades entre segmentos sociais e produz uma nova referenciação para palavras e sintagmas como *organização popular*, *comunidades organizadas* e *soberania popular*. Nos seguintes recortes, extraídos da sequência discursiva de referência *Orçamentação Participativa: “uma conquista”*, de 1989 (a primeira cartilha de

promoção dessa política, doravante SDR1), a atualização de tais sintagmas se dá por associação a “cidade melhor” e “compromisso da Administração Popular”.

r1 SDR1 – a construção de uma cidade melhor... passa pela organização e construção da soberania popular.

r2 SDR1 – O COMPROMISSO DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR... É COM A SOBERANIA POPULAR E COM A SOBERANIA DA COMUNIDADE.

As formações discursivas, em suas regularidades, seus rituais da palavra e do palavrear, trabalham silêncios e interdições, deixando do lado de fora (ou expulsando, sob registro polêmico) saberes que poderiam ameaçar sua coerência e unidade, que poderiam ser sintagmatizados, formulados, mas não o são – por conveniências estratégicas dos processos enunciativos, sob coerções próprias das condições de produção do sentido (o que analisamos atrás a partir da conceituação de *determinação interdiscursiva*) ou por comprometimento do fazer sentido, por serem indizíveis desde o interior de um campo ideológico de saber, o que implicaria em desidentificação com os dizeres e posicionamentos que o dominam. Por mais que a prefeitura da Frente Popular tivesse de reverberar determinados saberes como aqueles associados a *soberania popular e comunidades organizadas*, para falar com legitimidade junto aos setores que poderiam levar a cabo a política de orçamentação participativa proposta, os modos de “reproduzir” estes saberes se dobraram frente a *coerções próprias das condições de produção*, implicando assim em questões postas à nova práxis discursiva participacionista daqueles sujeitos. Vejamos o seguinte recorte:

r3 SDR1 – o engajamento da comunidade organizada [na elaboração do Orçamento-Programa do Município]... é uma experiência inovadora desta administração... visa atender mais um compromisso assumido pela Frente Popular...

O sintagma *comunidades organizadas* sai do horizonte de expectativas para ser posto a trabalhar de forma distinta, como algo já estabelecido, um campo/força exterior chamado a colaborar com o sujeito enunciador, de forma engajada e objetiva. E o sintagma *cidade melhor*, dentre outros, passa a ocupar o papel do irrealizado do discurso.

Um jornal de grande circulação no estado, dias antes do início do mandato da Frente Popular em Porto Alegre, toma a palavra participacionista e assim a publica no seu editorial:

É esse movimento que a administração municipal a empossar-se em 1º de janeiro pretende valorizar, pela *criação dos chamados Conselhos Populares, em forma não-*

*institucionalizada*, de vez que tentativa em tal sentido promovida na gestão que finda acabou obstaculizada pelos vereadores. Nada há a obstar a que *tais colegiados* definam prioridades de investimentos, de obras e de melhoramentos, que sejam ouvidos e acatados pelos governantes. Certamente esta será uma *cidade melhor*, se cada decisão do Executivo Municipal for embasada num amplo conhecimento de nossa realidade (Editorial Zero Hora, 19/12/1988. Grifos nossos. Retirado de FONSECA, 2005).

Vemos aí que não há repetição automática: naquela conjuntura anterior ao OP o modo de subjetivação participacionista ainda não havia sido desvirtuado dos desejos e interesses históricos de autonomia popular, mas a entrada do jornal na justificativa e defesa da participação popular produz reducionismos e estranhamentos (os *chamados* Conselhos Populares, os *tais* colegiados) e efeitos de sentido outros que buscam administrar a polissemia de *participação* (ao definir que os conselhos serão grupos *colegiados* e quais serão propriamente suas atribuições). O fechamento do sentido ao final, em resumo, coloca o participacionismo a ser efetivado pelo Executivo Municipal como um mecanismo de consulta em prol de um amplo conhecimento de *nossa realidade*, onde a subjetividade do movimento comunitário é silenciada, transformada em fornecimento de dados estatísticos para a promoção de uma *cidade melhor*.

A partir de 1989 então, a FD Participacionista passa a falar e reverberar também desde a posição do poder público municipal. A mobilização dos seus saberes sofre coerções das novas condições de produção desse discurso, e tem-se um contraste com a discursividade autonomista dos Conselhos Populares, que quase desaparecem *do discurso*. Os enunciados parecem continuar se estruturando e dispersando a partir dessa FD, mesmo que os pontos de deriva conduzam a uma rearticulação/reconfiguração da memória do dizer. Para além dessa apropriação, atestada pela produção de uma instância e capacidade enunciativa a partir de outro lugar, com o passar dos anos e com a normatização do Orçamento Participativo ou OP, os seus agentes passaram a ser nomeados de modo distinto, como *sociedade*, *população*, *ocê* e *qualquer um*, como podemos ver nos seguintes recortes, extraídos da cartilha de promoção do Orçamento Participativa no ano de 1992, referente ao orçamento municipal do ano seguinte (nossa SDR2):

r1 SDR2 – a população [agora/Afinal]... é... que define as obras prioritárias e mais urgentes no seu bairro.

r2 SDR2 – a sociedade / junto com o governo [No orçamento participativo]... decide... as obras e investimentos da prefeitura!

r3 SDR 2 – Você decide!



Em Fonseca (2005) deixamos claro que há nesse caso investigado um estranhamento entre as palavras e as coisas, visto que os sujeitos históricos que sustentam o funcionamento do OP (e recebem as cartilhas nas suas assembleias) continuam sendo no quarto ano de gestão aquelas mesmas comunidades organizadas, sujeitos particulares de uma experiência prévia comum com os partidos e militantes no governo. Além disso, temos aí o desenrolar de um acontecimento discursivo em meio aos dizeres participacionistas, até então muito calcados nessa experiência histórica das comunidades organizadas em seus locais de moradia, depois, no início da gestão, transfigurados num compromisso direto entre prefeitura e movimento comunitário e, no último ano do mandato do prefeito Olívio Dutra (primeira gestão da Frente Popular na cidade), deslocados para um novo campo referencial e histórico amarrado por um *discurso fundador* (ORLANDI, 1983) do OP.

A participação na discussão orçamentária – ou melhor, na discussão de uma pequena parte dos recursos da prefeitura, a ser disputada entre demandas emergenciais contra demandas mais emergenciais, entre comunidades desassistidas de bens e serviços públicos e comunidades ainda mais desassistidas de tudo – passa a ser canalizada de modo a, ao mesmo tempo, se ampliar e se enquadrar nas instâncias autorreferentes do OP. Uma lógica administrativa-policial, de contagem, agregação e consentimento das coletividades, de “distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p. 41), avançou com tudo sobre o campo anterior de atualização polêmica e litigiosa do princípio de igualdade, *trabalhando por dentro e servindo-se da discursividade participacionista* em prol de uma outra espécie de igualdade, agora descolada da história particular do movimento comunitário.

A despeito do *você qualquer um* que irrompe no discurso, no campo da história a participação no OP continuou se dando junto a setores bastante específicos da sociedade, setores que, porém, foram aos poucos perdendo o “direito” à nomeação, perdendo o direito à reverberação de sua discursividade e seus modos de subjetivação próprios. O movimento comunitário porto-alegrense, além de perder diversas lideranças para os aparelhos de gestão do Estado R municipal, foi sendo progressivamente silenciado no campo do discurso. Sua participação já não fazia tanto *sentido* (quanto antes), de modo que o OP passava a ser desenhado enquanto um mecanismo objetivo, uma tecnologia/engenharia de discussão do orçamento. Isso que antes apontava para o campo do polêmico, do contraditório e do processual, com dizeres prenhes de futuro, pautados na construção de Conselhos Populares autônomos por toda cidade, bandeira fundamental da UAMPA – o que nem a Zero Hora

escondia, a despeito da má-vontade de o dizer –, passou a legitimar algo imaginariamente consensual, harmonizante e pragmático.

O novo modo de subjetivar o agente da participação na discussão do orçamento municipal acompanhou o deslocamento do compromisso (histórico e subjetivo) com a soberania popular para o dispositivo (inovador e objetivo) do orçamento discutido com as comunidades dos bairros – com uma tecnologia de participação já estabelecida; com um conjunto já estabelecido de entidades representativas; e com um ainda irrealizado mobilizador do discurso que se caracteriza pelo *você/leitor*, que é aquele que ou não ouviu falar do OP ou não sabe como funciona ou não se sente motivado para participar, e que se caracteriza também como a promessa de uma *cidade melhor*.

A práxis discursiva do participacionismo da prefeitura, ao final dessa gestão (1992), aponta para a ampliação numérica da participação no OP, o que implica na busca de outra legitimidade, de outros laços com outros setores da sociedade civil. Ou seja, a meta, explícita até, era aumentar a participação numérica nos espaços do OP, e não algum aumento da participação popular na gestão da coisa pública e na destinação do orçamento municipais. Tal compreensão se dá de modo mais efetivo através da consideração das condições de produção daquele discurso participacionista e, logo, das relações de força em jogo na prática política daqueles sujeitos históricos. Faltava à prefeitura uma maioria parlamentar na Câmara Municipal, sobra uma hegemonia liberal e incide também nesse processo a própria guinada ideológica que o Partido dos Trabalhadores efetua em 1991, no seu I Congresso (CÉSAR, 2002), quando congressualmente abandona a concepção leninista de duplicidade de poderes, elemento norteador para a construção de poderes autônomos no tecido da sociedade civil.

É desse modo que, dos escombros de sujeitos diluídos, interditados na possibilidade de falarem em seu nome e desde seus palanques, surge na cena participacionista um novo sujeito histórico e imaginário, o *qualquer um*, o *você-indivíduo*, voluntário e cidadão, peça elementar de outra cena e de outro horizonte de expectativas, o do discursivo da cidadania liberal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política encontra em toda a parte a polícia  
*Jacques Rancière, O Desentendimento*

Povo: Que trabalho você executa na sociedade?

Classe Privilegiada: Nenhum: não fomos feitos para trabalhar.

Povo: Como então vocês adquiriram riqueza?

Classe Privilegiada: Assumindo a tarefa de governar vocês.

Povo: Governar nós! ... Nós nos esgotamos e vocês se divertem; nós produzimos e vocês dissipam; a riqueza flui de nós e vocês a absorvem. Homens privilegiados, classe distinta do povo, formem uma nação à parte e governem a si mesmos.

*Volney, As Ruínas (obra de cabeceira dos conjurados baianos)*

Sustentamos no título, do início ao fim desse projeto de pesquisa, um sintagma polêmico e problemático no campo dos estudos históricos e seu observatório – atento aos anacronismos do senso comum e às continuidades esvaziadas de pesquisa: *história política brasileira*. Uma longa série de perguntas se apresenta: pode-se falar assim de um tal campo particular, um processo específico, com “autonomia relativa” ou “materialidade própria”, que pudesse ser destacado de uma multidão aberta e caótica de estudos regionais? Projetam-se, implicitamente, linearidades e uma mesma discursividade sobre tempos tão díspares? Será mesmo pertinente trabalhar com (construir) esta unidade *regional*-temática? Pode um plano de longa duração fazer tal recorte, incidindo tão fortemente sobre o conjuntural e a prática política?

Contamos com duas referências na sustentação de uma tal unidade. A primeira é René Rémond (1999), que pensa o político, assim como o econômico ou o social, inscrito no curto, no médio e no longo prazo, não podendo ser reduzido ao acontecimento pontual e seu relato. A segunda é Francisco Iglésias (1993), que defende o erigir/destacar de uma trajetória política mobilizada para a produção de um sentido geral, de modo a podermos observar melhor um aspecto específico do real histórico. Terminamos esse percurso desafiados a mostrar que sim: há um aspecto específico do real histórico que nos oferece subsídios sólidos ao estudo dos sentidos da discursividade na história política brasileira, sobretudo em momentos de inflexão social. Levantamos indícios de que a discursividade política brasileira se vê às voltas com a interdição de temas e sujeitos que suspenderiam certas barreiras invisíveis e indizíveis desde o interior das formações discursivas dominantes e da gestão estatal dos corpos sociais.

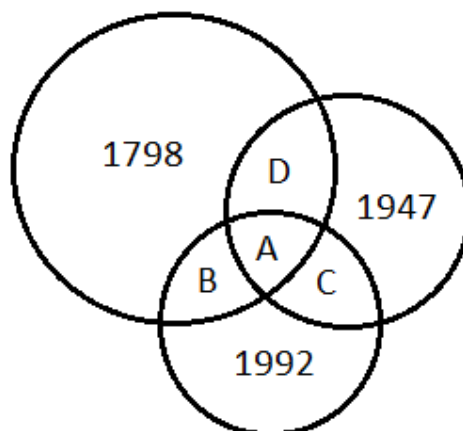
Quanto ao estudo da Conjuração Baiana de 1798, a interdição por nós analisada é trabalhada por uma *parcela sem parcela* (Rancière, 1996), em prol da resistência ao assédio

de um dizer abolicionista e a partir de uma práxis/ação promotora de uma aliança impossível – que, por sua vez, tornaria a abolição do sistema escravista inevitável.

Quanto ao nosso estudo da cassação ao PCB em 1947, sinteticamente apresentado na tese, a interdição também é política, também atua como interrupção de um efeito, daquele que apresenta os comunistas enquanto adversários de primeira hora do fascismo estadonovista e partidários da democratização das instituições de governo. Ao contrário do caso anterior, essa outra interdição por nós analisada se dá *contra* uma parcela em busca de parcela, mediante o resgate e a atualização da aliança fundadora da ideologia dominante em torno da brasilidade – cristã, ocidental, ordeira, politicamente alinhada aos de língua inglesa.

Quanto ao estudo da promoção do Orçamento Participativo em Porto Alegre entre 1989-1992 (durante a primeira gestão da Frente Popular na cidade, que seguiu por mais três períodos), que também trouxemos à tese como contraponto e sustentação de nossa hipótese generalizante (quanto ao papel das interdições discursivas na história política brasileira), a dialética participação-interdição se explicita numa práxis que trabalha a ressignificação de um compromisso e de um programa, o que resulta na derrota do modo de subjetivação e do horizonte de expectativas do movimento comunitário, substituídos por um mecanismo de participação que configura e promove outros sujeitos participantes e outras expectativas de participação.

Num esforço de síntese e sistematização, desenhamos o seguinte gráfico que explora os aspectos comuns e cruzados entre as três análises realizadas.



No **lugar de A**, no triplo cruzamento dos conjuntos, representamos a *interdição discursiva*, objeto de análise comum aos recortes da tese. No **lugar de B**, representamos os

dois casos em que a interdição trabalha uma complexa diluição de temas e sujeitos, em 1798 (*interdição diluidora* do abolicionismo) e em 1989-1992 (*interdição diluidora* do movimento comunitário). Diluição essa que trabalha enquanto modalidade contraditória de presença. Nesse quesito, em relação a 1947 (interdição do comunismo), temos um caso distinto em que a interdição se faz *supressora*, o que, como referimos no primeiro capítulo, pode ser tomado enquanto prática de criminalização e censura (no sentido trabalhado por ORLANDI, 1995). No **lugar de C**, representamos os dois casos em que a interdição é trabalhada desde o lugar do *Estado Restrito*, da administração pública dos consensos e da ordem hegemônica do dizível e do visível, o de 1947 (Superior Tribunal Eleitoral) e aquele de 1989-1992 (prefeitura de Porto Alegre). Nesse quesito, as investigações referentes a 1798 mostram uma interdição trabalhada *contra* tal administração de um consenso, contra uma ordem hegemônica a seu tempo, gerida pelo Estado português. E representamos, no **lugar de D** - fechando assim o campo de elementos comuns cruzados, que ilustra a abrangência que tentamos imprimir às investigações desta tese -, tudo o que demonstra não serem apenas semelhanças formais isso que atua na reação aos revolucionários baianos de 1798 e que encontra muitos pontos em comum com a reação materializada através do Superior Tribunal Eleitoral contra o PCB em 1947. A exploração discursiva de um aspecto intrinsecamente violento do outro, seu igualitarismo utópico, a sua irreligião (desabusada ou materialista), sua estrangeiridade essencial (francesa ou russa),... muitos são os fatores que desautorizam/deslegitimam a ascensão de sujeitos sem parcela ao universo da prática política permitida (administrativa, de dominação, estatal-policial):

Para o materialismo marxista o homem deve descer e descer cada vez mais, entregando-se aos instintos mais baixos e sanguinarios, esquecendo-se de Deus, da alma, da consciencia, da vida futura, deturpando todo sentimento de bondade e de humanidade, para poder assim realizar em pouco tempo o seu ideal tenebroso de saquear, incendiar e matar. (Artigo do Pe. Sebastião Fújol. O Diário, 1936. Citado por MOTTA, 2002, p. 63)

[...] convinha, que todos se fizessem Francezes, para viverem em igualdade, e abundancia, a cujo efeito tinha projectado de acordo com duzentas, e tantas pessoas, que tinha já chamado seo partido formar huma rebelião por meio da qual conseguiria os seus dezejões, que consistião em saquear a Cidade, constringer o Illustrissimo, e Excellentissimo Governador dela a seguir esta mesma facção, e no caso de rezistencia, mata-lo, destruir ao mesmo tempo todas as Pessoas Publicas, atacar os Mosteiros, franquear as portas aos que quisessem sahir, saquea-los de todo o precioso, arrombar as cadeas, por os prezos, e os forçados em liberdade, reduzindo tudo a huma inteira revolução, que todos ficarião ricos, tirados da miséria, em que se achavão, extinta a diferença de cor branca, preta, e parda: porque huns, e outros serião sem diferença chamados, e admitidos a todos os Ministérios, e Cargos... (Joaquim José da Veiga, pardo, oficial de ferrador – ADCA, 1998, p. 284).

Então se faz pertinente configurar, no campo do saber acerca dessa história política brasileira – que nos (i)mobiliza, que ao mesmo tempo nos torna desejantes e nos frustra – um lugar de longa duração administrado por uma lógica policial. Encontra-se na 1ª lei de imprensa portuguesa, datada de 1821 (logo após a Revolução Liberal do Porto), um grupo de quatro proibições com algum parentesco frente aos tópicos mobilizados nas interdições que incidem sobre a prática política – ou seja, tópicos que configuram assim o real da prática política efetiva, na promoção de desentendimentos, deslocamentos e desidentificações. Vale lembrar que estas proibições são impostas àquela que se constituía na principal atividade política da época: a imprensa. Por essa lei de 1821 uma publicação jornalística só poderia existir com a condição de não se manifestar contra o cristianismo, o Estado, os bons costumes e a propriedade (MARIANI, 1998, p. 78). E a 1ª lei de imprensa brasileira, de 1824, cópia da sua congênere portuguesa, alerta sobre a proibição de abusos contra a religião católica e o governo, da calúnia de particulares e das incitações do povo à desobediência civil (ibidem, p. 79).

Assim, Bethania Mariani joga luz sobre um lugar já estabelecido no imaginário político ocidental, um lugar estratégico para a captura do outro que *representa* ameaças aos valores cristãos, à propriedade, à ordem, aos bons costumes, etc.; esse outro é assim inserido no lugar do Outro, do Mal (MARIANI, 1998, p. 86), numa dramaturgia que nos interdita sair desse círculo de valores dominantes.

Em nossa pesquisa descobrimos uma formulação que ilustra perfeitamente a ocupação deste lugar prévio (pelos dizeres *sobre* os comunistas) de que nos fala Mariani: “Mouro na costa”, título do editorial de um jornal católico, O Diário, de 1936, sobre hipotético envio de agentes da Internacional Comunista para o Brasil (citado por MOTTA, 2002, p. 46) e tal como os mouros na tradição ibérica, desenha-se assim o lugar de um invasor, de um agente de assédio territorial e de costumes, língua e religião absolutamente estranhos à cristandade. Ora, o *mouro* insidioso na costa de Soterópolis em 1798 são os franceses e as francesias.

Esse outro sem parcela e impossível de tomar parte não se marca, somente, pela sua malignidade, estranheiridade, ideário delirante e inconfidente. A marca da ignorância, da incompetência, infantilidade e imbecilidade também é fortemente representada, remetendo às considerações de Freda Indurky (2003) sobre o estigma da esquerda brasileira contemporânea para o mesmo baú ideológico-discursivo de longa data das classes dominantes em nossa formação social.

O comunismo não se recruta somente no meio de obreiros illetrados, mas, também [...] no imenso exercito dos inadaptaeis [...]. Fazem parte desse grande exercito os individuos descontentes de sua sorte e as victimas de taras hereditarias: heredo-syphiliticos, filhos de alcoolicos, etc, seres incompletos, que os cuidados de uma puericultura complicada permittem vegetar ponosamente (Nicolaevicht, O Inferno Russo. O Trágico Fim dos Romanoff. São Paulo: Zenith, 1931. Citado por MOTTA, 2002, p. 54).

[...] além de se fazer inverosimel, que huns poucos de individuos indigentes, sem armas, sem poder, sem Respeito, nem authoridade, mas antes quazi todos de humilde condição, e captiveiro [...] fossem tão insensatos, e temerários, que destituídos assim de tudo, houvesse de querer intentar uma empreza, que nunca poderia ter effeito, como era, a de se fazerem Senhores de huma Cidade como esta tão populosa. [...] Porque por esses mesmos Editaes, e Cartas, se faz evidente, que tudo isto era producto de huma ociozidade, e vadiação, para por esse modo inquietarem, como costumão fazer os ociozos, e vadios, o Socego publico desta Cidade, e dos Seus moradores, e não porque quizessem, nem ainda podessem Realizar o que neles se continha. (ADCA, 1998).

Diante da existência de um tal baú ideológico como esse, tentamos demonstrar que aos sujeitos históricos em sua prática política não cabe jamais apenas administrar um patrimônio. O mesmo se mostrou no caso em que os administradores acabavam de chegar do outro lado da trincheira, caso dos gestores do Orçamento Participativo de Porto Alegre, impedidos de simplesmente administrarem sua experiência comum e impelidos a uma interdição discursiva diluidora, análoga à do republicanismo de 1798 em relação ao abolicionismo. Se dava (e como dava) um trabalho *danado* ser republicano na Soterópolis de 1798, comunista no Brasil de 1947 e militante comunitário em 1989 (e marxista na universidade de 2012), se esses trabalhos configuram práxis discursivas, atentamos para a consideração de que do outro lado também há o trabalho de resistir às contingências e furos da ordem, em prol da manutenção de um determinado estado da luta de classes, das suas conquistas alcançadas, de uma determinada partilha do sensível, sentida como dano do lado de fora do *Estado Restrito*.

Foi justamente desse modo que quisemos “por à prova” as considerações (arqueo)lógicas de Jacques Rancière (1996) quanto ao próprio da prática política, o desentendimento em torno da atualização do princípio da igualdade, a partir de análises históricas e discursivas. Pelo mesmo motivo, intercedemos em regiões da teoria do discurso. Passamos das interdições enquanto fator constitutivo dos discursos em geral ao exame de práticas de interdição discursiva na história política brasileira. Da investigação de como um dizer faz sentido (a linguagem tomada em sua historicidade) passamos à investigação de como um dizer faz história (seu papel na prática política). Da alusão teórica à história e à luta de classes nos estudos discursivos passamos ao encontro com os estudos históricos e com as classes em luta. Estes e outros foram percursos que buscamos seguir, de modo a jamais deixarmos de retornar aos pontos de partida, produzindo uma espiral nas pesquisas realizadas

e na escrita apresentada. Sem os princípios e os dispositivos da AD não faríamos este trabalho. Tampouco o faríamos apenas com eles.

A proximidade invisível do Estado no cotidiano (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 115), a ordem que faz com que algo seja visível e outra coisa não o seja, que uma palavra faça sentido e a outra apenas ruído (RANCIÈRE, 1996, p. 42), a proliferação de discursos de tolerância e (in)diferença, são todas elas questões que nos convidaram a olhar de modo estratégico para o problema das interdições, em especial para aquelas que, como vimos na Conjuração Baiana, jogam e se esquivam politicamente de capturas, sem suprimi-las de seu horizonte, fazendo com que o entredito e o dito pela metade, ou o dito pelo não-dito, sejam parte de uma práxis discursiva.

Pelo desafio de lidar com as interdições discursivas em meio ao universo da práxis, ao campo (necessariamente lacunar, multideterminado, descentrado e desejanter) da ação dos sujeitos históricos, fomos obrigados a mobilizar a teoria do discurso de um modo não convencional, visando lhe devolver questões que ela provoca e repensar o materialismo histórico no seu interior teórico-analítico.

Conscientes da tentação e do apelo instrumental (para todo investigador das ciências humanas) dos estudos linguísticos, teorizamos. Estamos cientes de que o resultado final apresenta um desequilíbrio entre teoria e análises, mas que, pelas questões que são convocadas, abrem-se alguns pontos pertinentes à constituição de um lugar de investigação histórica dos discursos, que considere uma outra relação com o material empírico mobilizado das enunciações e as narrativas dos/sobre os sujeitos históricos – a reflexividade ardente e comprometida dos agentes das práticas históricas e dos agentes das práticas historiográficas. Estas tendem a ser valorizadas de outro modo, sobretudo pelas limitações de acesso e investigação do interdiscurso de períodos mais remotos, do menor acesso ao campo do dizível não dito que faz sentido numa determinada configuração das formações ideológicas.

No entanto, falar em um lugar de investigação histórica dos discursos é seguir apostando na teoria do discurso tal como sintetizada por Michel Pêcheux em 1975, enquanto *teoria da determinação histórica dos processos semânticos*, e não implica de nossa parte em nenhuma proposição disciplinar. Incidimos sobre os próprios procedimentos analíticos consagrados na AAD, apenas reivindicando que as condições de produção do sentido, enquanto mediação concreta do extra-linguístico levantado pelo saber historiador (que não é monopólio dos historiadores de formação e carreira, que fique claro), possam ser consideradas ao longo das análises.



Trabalhamos a perspectiva de trabalho coletivo, colaborativo e transdisciplinar, que ecoa e mobiliza iniciativas como a do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação (Contradit), e temos certeza de que muitas das questões que permaneceram abertas ou escancaradas na escrita da tese, só podem ser continuadas e melhor desenvolvidas a muitas mãos e a partir de diferentes pontos de intervenção. A prática científica como a prática política não é morada do Eu, do Autor, mas trabalho social no qual cada pesquisador vai se dissolvendo frente aos desafios colocados. Dizendo ainda com o filósofo Althusser, ou quase isso: se o trabalho da filosofia é o de traçar linhas divisórias, o trabalho da ciência é promover encontros e somar.

Encerramos assim o trajeto destas linhas com um apelo visceral.

Analistas linguistas do discurso: ajudem-nos a ler e ouvir a estas vozes de outros tempos, fatores de/por outros mundos. O que elas têm no dizer? Que equívocos as desencadeiam?

Historiadores: ajudem-nos a compreender os espaços por onde essas vozes ecoam e de onde elas se des-prendem. O que elas teimam não dizer? Do que elas se esquivam?

Juntos quebraremos os espelhos<sup>145</sup>, combatendo a cegueira quanto à história e a surdez quanto à língua. Este certamente é um pacto revolucionário que não merece morrer na sinceridade e na boa intenção das palavras.

---

<sup>145</sup> Referência ao prefácio escrito por Pêcheux para a obra já citada de Courtine (1981), cujo título é “O estranho espelho da análise do discurso”.

## DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

- AUTOS DA DEVASSA DA CONSPIRAÇÃO DOS ALFAIATES. 2 volumes. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Arquivo Público do Estado, 1998.
- AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Volume 9. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.
- PCB – PROCESSO DE CASSAÇÃO DO REGISTRO (1947). Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – ADMINISTRAÇÃO POPULAR. Orçamento: uma conquista, 1989 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Orçamento Participativo 93: nada se consegue de mão beijada, 1992 (mimeo)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. [1983] Althusser, a ideologia e as instituições – introdução crítica a ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. [1964] *Freud e Lacan*. [1976] *Marx e Freud*. Tradução de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. [1968] *Lenin y la filosofía*. México, DF: Era, 1970.
- \_\_\_\_\_. [1969] Materialismo histórico e materialismo dialético. Tradução de Elisabete Pereira dos Santos. In: ALTHUSSER, L. & BADIOU, A. *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. São Paulo: Global, 1979, p. 33-58.
- \_\_\_\_\_. [1970] *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2ª edição. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. [1972] Elementos de Autocrítica. In: *Posições – I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- \_\_\_\_\_. [1973] Observación sobre una categoria: “proceso sin sujeto ni fin(es)”. In: *Para uma crítica de la practica teórica. Respuesta a John Lewis*. Tradução de Santiago Funes. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1974, p. 73-81.
- \_\_\_\_\_. [1978] O marxismo como teoria “finita”. Tradução de Márcio Bilharinho Naves. In: *Outubro*, n. 2, 1998, p. 63-73.
- \_\_\_\_\_. [1982] A corrente subterrânea do materialismo do encontro. Tradução de Mónica Zoppi Fontana. *Crítica marxista*, Campinas, n. 20, p. 9-48, 2005.

- ALTHUSSER, Louis. *O futuro dura muito tempo: os fatos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ALTHUSSER, L., BALIBAR, E. & ESTABLET, R. [1965] *Ler O Capital – volume 2*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ALTHUSSER, L. & BADIOU, A. [1969] *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. Tradução de Elisabete Pereira dos Santos. São Paulo: Global, 1979.
- AMADEO, Javier. Mapeando o marxismo. Tradução de Simone Rezende da Silva. In: BORON, AMADEO & GONZÁLEZ (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 51-97.
- AMADO, Janaína & FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *O Brasil no império português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ANDERSON, Perry. [1980] *Teoria, política e historia. Um debate com E. P. Thompson*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1985.
- ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2000.
- ARAÚJO, U.C. A Bahia no tempo dos alfaíates. In: ARAÚJO et al., *II Centenário da sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo; Brasília: MINC, 1999.
- AUTHIER-REVUZ, *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução de Claudia Pfeiffer [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- AZEVEDO, Lília Maria Marinho de. *Onda negra, Medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BADIOU, Alain. [1969] O (re)começo do materialismo dialético. Tradução de Elisabete Pereira dos Santos. In: ALTHUSSER & BADIOU. *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. São Paulo: Global, 1979, p. 7-32.
- \_\_\_\_\_. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Tradução de Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BALIBAR, Étienne. [1965] Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, L., BALIBAR, E. & ESTABLET, R. *Ler O Capital – volume 2*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- \_\_\_\_\_. [1994] *Nombres y lugares de la verdad*. Tradução de Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- BALIBAR, POULANTZAS et al. [1977] *O Estado em discussão*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BARICKMAN, B.J. [1998] *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARONAS, Roberto Leiser. Formação Discursiva e Discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. *Anais do V Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em <http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>
- BECK, Maurício. *Aurora Mexicana: processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista*. Santa Maria: UFSM. Tese de Doutorado em Letras – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM/PPGL.

2010.

- BENVENISTE, Emile. [1966] *Problemas de Lingüística Geral*. 2 v. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Moisés e Ana Mª Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNARDO, João. [1991] *Economia dos Conflitos Sociais*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BLACKBURN, Robin. [1988] *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. “A ilegalidade mata – o Partido Comunista e o sistema partidário (1945/64)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, n. 33, ano 12, fev./1997, p. 23-34.
- BRAUDEL, Fernand. [1985] *A dinâmica do capitalismo*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRITO, Felipe Mello da Silva. *Da “estadolatria” à negatividade política: (re)pensando alguns tópicos sobre a crítica imanente em Karl Marx*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/Universidade Federal Fluminense (dissertação de mestrado), 2005.
- CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Prefácio a VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- CATTELAN, João Carlos. Matrix!? In: BARONAS & GREGOLIN (orgs.) *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, p. 83-94.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.
- COLLINOT & MAZIÈRE, A Língua Francesa: pré-construído e acontecimento lingüístico. In: *Gestos de leitura da história no discurso – homenagem a Denise Maldidier*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- CONEIN, Bernard. La position du porte-parole sous la révolution française. In: GLATINY, M. & GUILHAUMOU, J. (orgs.). *Peuple et Pouvoir: essais de lexicologie politique*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981, p. 153-164.
- CONRAD, Robert Edgar. *Children of God's fire: a documentary history of black slavery in Brazil*. Pensilvânia: Princetown University Press, 1984.
- COURTINE, Jean-Jacques. Análisis del discurso político (el discurso comunista dirigido a los cristianos). Tradução para o espanhol de Maria del Carmen Saint-Pierre. In: *Langages*, jun./1981.
- \_\_\_\_\_. [1981] *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Birck et al. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

- COURTINE, Jean-Jacques. [1986] Crônica do esquecimento ordinário. Tradução de Nilton Milanez e Carlos P. Filho. In: *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 29-36.
- \_\_\_\_\_. [1990] “O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985)”. Tradução de Heloísa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 6, p. 5-18, abr.-jun./1999.
- \_\_\_\_\_. [1992] Uma genealogia da análise do discurso. In: COURTINE. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 37-57.
- COURTINE, Jean-Jacques & MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l’analyse du discours? In: *Colloque Matérialités Discursives*. Lille: Presses Universitaire de Lille.
- CRUZ, Antonio. *A Janela Estilhaçada – a crise do discurso no Novo Sindicalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DERRIDA, Jacques. [1967] *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Espectros de Marx: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. A solidariedade dos seres vivos. Entrevista publicada no suplemento *Mais!* da Folha de São Paulo, em 27.5.2001, disponível em <http://www.rubedo.psc.br/entrevis/solivivo.htm> Acessado em 03/12/2011.
- DOSSE, François. [1987] *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- DRESCH, Márcia. Ideologia – um conceito fundante na/da Análise do Discurso – considerações a partir do texto Observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Herbert. In: INDURSKY & LEANDRO FERREIRA (orgs.), *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, p. 91-98.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia – uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- \_\_\_\_\_. De onde vêm os pós-modernistas? In: WOOD & FOSTER (org.), *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 23-32.
- ENGELS, Friedrich [1883]. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. Carta a Conrad Schmidt, 5 de agosto de 1890. <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels050890.htm> Acessado em 02/02/2012.
- ESCOBAR, Carlos Henrique. *Epistemologia das ciências hoje*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Narrativas das rebeliões. Linguagem política e idéias radicais na América Portuguesa moderna”. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 6-27, mar.-maio/2003.

- FONSECA, Rodrigo Oliveira. *Dos fins aos meios, da história ao discurso: enquadramento e ampliação no Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Departamento de História / Pontifícia Universidade Católica do Rio (dissertação de mestrado), 2005.
- \_\_\_\_\_. Imagens do compromisso e da realização: que discurso é esse? In: Anais do VIII Encontro do CELSUL, Porto Alegre. 2008, p. 1-15.
- \_\_\_\_\_. Práxis discursiva e modos de subjetivação. In: CD-ROM do VI SENAEL, Pelotas, RS. Educat. 2010, p. 922-929.
- \_\_\_\_\_. Um olhar historiador para o trabalho com as formações discursivas. In: *Anais do V Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre, UFRGS, 2011. <http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/RodrigoOliveiraFonseca.pdf>
- \_\_\_\_\_. A interdição discursiva na cassação do PCB em 1947. In: TFOUNI, F & STÜBE, A. (orgs.) *Interdito e silêncio*. 2012. No prelo.
- FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história. In: WOOD & FOSTER (org.), *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 196-206.
- FOUCAULT, Michel. [1968] Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 83-118.
- \_\_\_\_\_. [1969] *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe de Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- \_\_\_\_\_. [1970] *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7ª edição. São Paulo: Loyola, 2001.
- \_\_\_\_\_. [1979] *Microfísica do Poder*. 26ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª edição revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FREDERICO, Celso. Nas trilhas da emancipação – prefácio à MARX, Karl. [1844] *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GADET, F., HAROCHE, Cl., HENRY, P. & PÊCHEUX, M. [1982] Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia. Tradução de Pedro de Souza. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 55-71.
- GADET, F., LÉON, J., MALDIDIER, D. & PLON, M.. Apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudos dos textos na França, em 1969. In: GADET, F. & HAK, T.(org.). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997, p.39-60.
- GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GORENDER, Jacob. [1985] *O escravismo colonial*. 4ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

- GRAMSCI, Antonio. [1917-1926] *Revolução Russa e União Soviética: os primeiros anos do Estado operário*. Tradução de Serafim Ferreira. Amadora/Portugal: Editorial Fronteira, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. [1932-35] *Cadernos do Cárcere*. Volume 1 (Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- \_\_\_\_\_. [1929-35] *Cadernos do Cárcere*. (Volumes III: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política) 2ª ed. Tradução de Luís S. Henriques, Marco A. Nogueira e Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUILHAUMOU, Jacques. Aspectos da história lingüística dos conceitos: da Análise de Discurso ao problema da intencionalidade. In: SARGENTINI & GREGOLIN (orgs.), *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, p. 167-177.
- \_\_\_\_\_. *Lingüística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Coordenação e organização da tradução: Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2009.
- GUILHAUMOU, Jacques & MALDIDIER, Denise. [1986] Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.), *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. [1986] Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI (org.) *Gestos de leitura da história no discurso – homenagem a Denise Maldidier*. Campinas: Unicamp, 1994.
- HAROCHE, Claudine. [1983] *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução de Eni Orlandi, Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HELSLOOT, Niels & HAK, Tony, “La contribution de Michel Pêcheux à l'analyse de discours”. In: *Langage et Société*, n. 91, mar./2000.
- HENRY, Paul. [1975] Construções Relativas e Articulações Discursivas. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, 19, jul.-dez./1990.
- \_\_\_\_\_. [1977] *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Mª Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- \_\_\_\_\_. A história não existe? In: ORLANDI (org.) *Gestos de leitura da história no discurso – homenagem a Denise Maldidier*. Campinas: Unicamp, 1994.
- HESPANHA, António Manuel. “A constituição do império português: revisão de alguns enviesamentos correntes”, in FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188
- HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IASI, Mauro Luís. *O dilema de Hamlet. O ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. “A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST”. Rio de Janeiro, *Alea*, v.2, n.2, p.17-26, *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas*, UFRJ, set./2000.
- \_\_\_\_\_. “Lula lá: estrutura e acontecimento”. *Organon* (UFRGS), Porto Alegre, vol. 17, n. 35, 2003, p. 101-121.
- \_\_\_\_\_. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY & LEANDRO FERREIRA (orgs.), *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, p. 183-194.
- \_\_\_\_\_. Unicidade, Desdobramento, Fragmentação: trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: MITTMANN, Solange, GRIGOLETTO, Evandra & CAZARIN, Ercília (org.), *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.
- \_\_\_\_\_. O 1798 baiano e a crise do Antigo Regime Português. In: ARAÚJO et al. *II Centenário da sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo; Brasília: MINC, 1999, p. 51-76.
- JANCSÓ, István & MOREL, Marco. “Novas perspectivas sobre a presença francesa na Bahia em torno de 1798”. In: *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 08, n. 14, jan.-jun./2007, p. 206-232.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. *Revista de História das Idéias* (Coimbra), v. 21, p. 389-440, 2000.
- JAPIASSU, Hilton. *Nem tudo é relativo – a questão da verdade*. São Paulo: Letras & Letras, 2001.
- KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KOSELLECK, Reinhardt. [1973] *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mudo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.
- \_\_\_\_\_. [1979] *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KURZ, Robert. Supressão e conservação do homem branco. Tradução de Raquel Imanishi Rodrigues. In: KURZ, *Os últimos combates*. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.
- \_\_\_\_\_. A trama enfática do sujeito. In: INDURSKY & LEANDRO FERREIRA (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, p. 99-108.



- LECOURT, Dominique. [1972] *Para uma crítica de la epistemologia*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. [1963 ] Reflexões sobre o estruturalismo e a história. In: LEFEBVRE et all. *O método estruturalista*. Tradução, organização e introdução de Carlos Henrique Escobar. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 80-103.
- LEITE, Márcio Peter de Souza & CESAROTTO, Oscar. *Jacques Lacan - através do espelho*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LENIN, Vladimir. [1902] *Que fazer?: as questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- LIMA, Luiz Costa. “A Análise do Discurso”. In: *Revista Letras de Hoje* (Porto Alegre). PUCRS, dez./1973, nº 13/14, pp. 44-54.
- LIMA, Rodrigo da Costa. *Os comunistas na democracia – o PCB e os primeiros anos da República Liberal (1945/1947)*. Departamento de Ciência Política da UFRGS (monografia de fim de curso), 2006.
- MAESTRI, Mário. “Bahia, 1798: a Revolução dos Jacobinos Negros”. In: Espaço Acadêmico, nº 81, fevereiro de 2008. <http://www.espacoacademico.com.br/081/81maestri.htm>. Acessado em 13/04/2011.
- MALDIDIÉ, Denise. [1990] *A inquietação do discurso – (Re) ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- MALDIDIÉ, Denise, NORMAND, Claudine, ROBIN, Regine [1976] Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Sobre sujeito e língua em alguns textos e conceitos fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan”. *Linguagem*, v. 3, out.-nov./2008.
- MARX, Karl. [1844] Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. In: *Novos Temas: Revista de Estudos Sociais e Ciências Humanas* (Instituto Caio Prado Jr), v. 02, n. 02, set. 2010-mar. 2011, p. 37-50. Salvador: Quarteto; São Paulo: Instituto Caio Prado Jr.
- \_\_\_\_\_. [1847] *A Miséria da Filosofia*. Moscou: Editorial Progresso, 1981
- \_\_\_\_\_. [1852] *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Editora Ventos do Leste, 1975.
- \_\_\_\_\_. [1859]. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular: 2008.
- \_\_\_\_\_. [1867, 1885, 1894] *O Capital* – edição resumida dos três volumes por Julian Borchardt (1931). 7ª edição. Tradução de Ronaldo Alves Smidth. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.
- \_\_\_\_\_. [1875] *Crítica do Programa de Gotha*. Tradução de Neuza Campos. Rio de Janeiro: Ciência e Paz, 1984.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. [1846] *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. [1846] *A Ideologia Alemã*. Tradução de Luiz Cláudio Costa. São Paulo: Martins

- Fontes, 1998.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. [1848] *O Manifesto Comunista*. 5ª edição revista. Tradução de Mª Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MATTOSO, Kátia. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Marquês do Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MAYAFFRE, Damon. Formações Discursivas e Discurso Político: a exemplaridade dos discursos comunistas *versus* burgueses. Tradução de Fábio C. Montanheiro, Nilton Milanez e Juan Magariños. In: BARONAS (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2007, p. 47-61.
- MAZIÈRE, Francine. [2005] *A análise do discurso: histórias e práticas*. Tradução de Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2007.
- MEDEIROS, Vanise. “Posso me identificar?”: mídia, violência e movimentos sociais. In: ZANDWAIS; ROMÃO (orgs). *Leituras do político*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011, p. 201-219.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOREL, Marco. *Cipriano Barata: o panfletário da independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. Tensões entre Revolução e Escravismo: o caso de Cipriano Barata. In: Araújo et alli, *II Centenário da sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo; Brasília: MINC, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Ática, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MOURA, Ana Maria da Silva. *História do Brasil I*. Rio de Janeiro, UERJ, mar.-jun./1996. Aulas ministradas na Faculdade de História.
- NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio, “Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil”. In: *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v.5, n.2, , set.-fev. 2000/2001, p. 115-130.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1995.
- \_\_\_\_\_. Condições de privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura de. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-39.
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa & KAMMER, Marcos. Elementos introdutórios a uma teoria do Estado em Karl Marx. *Veritas*, Porto Alegre, v. 40, n. 157, p. 57-66, 1995.

- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- ORLANDI, Eni P. As políticas no político. Prefácio a MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998, p. 9-11.
- \_\_\_\_\_. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. “A análise de discurso e seus entremeios: notas à sua história no Brasil”. In: *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 42, p. 21-40, jan.-jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. Para onde vai a Análise do Discurso? Qual o seu objeto? Conferência de abertura do V SEAD, Porto Alegre, UFRGS, 20/09/2011.
- ORTIZ, Elsa Maria Nitsche. A inscrição da subjetividade em estruturas frasais do tipo é hora de + (...). In: INDURSKY & LEANDRO FERREIRA (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 230-249.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PÊCHEUX, Michel. [1969] Análise Automática do Discurso. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª edição. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1997, p. 61-161.
- \_\_\_\_\_. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi [et al.]. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. [1977]. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Monforte (org.). *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980, p. 181-200. Tradução de M<sup>a</sup> do Rosário Gregolin. Xerox.
- \_\_\_\_\_. [1978] Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In PÊCHEUX, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997, p. 293-304.
- \_\_\_\_\_. [1981]. El extraño espejo del análisis del discurso. Prefácio de COURTINE, Jean-Jacques. Análisis del discurso político (el discurso comunista dirigido a los cristianos). Tradução para o espanhol de Maria del Carmen Saint-Pierre. In: *Langages*, jun./1981a.
- \_\_\_\_\_. [1981]. Ouverture du Colloque e L'enoncé: enchassement, articulation et dé-liaison. In: *Colloque Matérialités Discursives*. Lille: Presses Universitaire de Lille. 1981b
- \_\_\_\_\_. [1981] Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. [1982] Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (19): 7-24, jul.-dez./1990.
- \_\_\_\_\_. [1982] Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 107-119.

- \_\_\_\_\_. [1982] O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK (org.) *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 143-152.
- \_\_\_\_\_. [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. [1983] “Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso”. Tradução de Ana M<sup>a</sup> Dischinger Marshall e Heloisa Monteiro Rosário. In: *Revista Escritos*, n. 4, Campinas, Labeurbe/Nudecri, 1999, p. 47-55.
- \_\_\_\_\_. [1984] Metáfora e Interdiscurso. Tradução de Eni Orlandi. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 151-161.
- PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. Tradução Roberto Baronas e Fábio Montanheiro. In: *Linguasagem*, São Carlos, n. 3, p. 13-31, out.-nov./2008.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F. & HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252.
- PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise [1981]. *A língua inatingível*. Tradução de Bethania Mariani e M<sup>a</sup> Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- PIOVEZANI, Carlos & SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI & SARGENTINI (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 7-38.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- PRESTES, Luiz Carlos, *O Partido Comunista Quer, Precisa, Deseja Ser Compreendido* (discurso de 26/11/1945, publicado em Problemas Atuais da Democracia, Editorial Vitória, 1947), disponível em <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/11/26.htm>. Acesso em 11/11/2010.
- RANCIÈRE, Jacques [1969] *Sobre a teoria da ideologia: a política de Althusser*. Porto: Portucalense, 1971.
- \_\_\_\_\_. [1992] *Os Nomes da História: Ensaio de Poética do Saber*. Tradução de Eduardo Guimarães e Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- \_\_\_\_\_. [1995]. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. [2000] *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.
- RÉMOND, René [1992]. O retorno do político. Tradução de Ilka Stern Cohen. In: CHAVEAU & TÉTARD (orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 51-60.
- REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004
- ROBIN, Regine (1973). *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.

- RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- RUY, Affonso. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- SAES, Décio. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In MORAES, J. Q. de (org.). *História do Marxismo no Brasil – vol. 3*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- SAMPAIO, Benedito Arthur & FREDERICO, Celso. *Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- SCHALLER, Jean-Jacques. “As políticas de promoção da saúde e a questão dos lugares aprendentes”. *Revista de Direito Sanitário (USP)*, n. 3, nov. 2008-fev. 2009, p. 36-74.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos – engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERROT, Patrick. *História das Ideias Linguísticas no Leste Europeu*. Porto Alegre, UFRGS, maio/2011. Aula inserida em atividade do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.
- SILVA, Giselda Brito. “História e Linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a história e a análise do discurso”. In: *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, n.11, ago.-dez./2004.
- SILVA, Fernando Teixeira da, & SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) da democratização (1945-1964). In: REIS, Daniel Aarão, e FERREIRA, Jorge. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Trilhar caminhos, seguir discursos: aonde isso poderá nos levar? In: *II Seminário de Estudos em Análise de Discurso*, 2005, Porto Alegre, CD-ROM do evento, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Discurso, Velhice e Classes Sociais. A dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica*. Maceió: Edufal, 2007.
- SILVEIRA, Paulo. [1974] *Do lado da história (uma leitura crítica da obra de Althusser)*. São Paulo: Polis, 1978.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. [1985] *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra R. G. Almeida, Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- STÁLIN, Josef. [1938] *O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1978.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da sedição tentada na Bahia em 1798: “A Conspiração dos Alfaiates”*. São Paulo: Pioneira; Brasília, INL, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Bahia 1798*. São Paulo: Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia: estudos sobre a Sedição de 12 de agosto de 1798, o soldado Luís Gonzaga das Virgens, os escravos no 1798, Francisco*

- Agostinho Gomes, Cipriano Barata e o Levante dos Periquitos*. Salvador: EDUFBA, 2003.
- TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. O Interdito Como Fundador do Discurso. In *Letras & Letras*, Uberlândia, n. 1, v. 22, p. 127-137, 2006.
- \_\_\_\_\_. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*, n. 2, v. 8, p. 353-371, 2008.
- THOMPSON, Edward [1978]. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VALIM, Patrícia. O preço da liberdade. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.10, maio-jul./2006, p. 68-71.
- VATTIMO, Gianni. [2007] *Ecce Comu – Côme se llega a ser lo que se era*. Tradução de Rosa Rius Gatell e Carme Castells Auleda. Barcelona: Paidós Ibérica, 2009.
- VEYNE, Paul. [1971] *Como se escreve a história*. [1978] *Foucault revoluciona a história*. 4ª edição Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- VILHENA, Luís dos Santos. [1799] *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Itapuã, 1969
- VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “Marx and History: fruitful and unfruitful emphases”. In: BALIBAR, E. & WALLERSTEIN, I., *Race, Nation, Class: ambiguous identities*. Londres: Verso, 1988.
- WOOD, Ellen Meiksins. (1997) O que é a “agenda pós-moderna”? In WOOD & FOSTER (org.), *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ZANDWAIS, Ana. 2009. *Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso*. Santa Maria, RS: UFSM PPG Letras, 2009.
- ZIZEK, Slavoj. (1994) Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK (org.) *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-331.
- \_\_\_\_\_. *Bem-vindo ao Deserto do Real! Cinco Ensaios sobre 11 de Setembro e Datas Relacionadas*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Lacrimae rerum: ensaios sobre cinema moderno*. Tradução de Isa Tavares e Ricardo Gozzi. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A tinta vermelha*, discurso no acampamento Ocupa Wall Street, 10/10/2011, disponível em <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/> Acesso em 05/03/2012.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Cidadãos Modernos: discurso e representação política*.

Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. “Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença.” In: *Organon* (UFRGS), Porto Alegre, vol. 17, n. 35, 2003, p. 245-282.

ANEXO  
O pasquim de número 3<sup>146</sup>

Avizo ao Pôvo Bahinence

O' vós Homens Cidadaons, o' vós Pôvos curvados, e abandonados p.<sup>lo</sup> Rei, p.<sup>los</sup> seus dispotismoz, p.<sup>los</sup> seus ministroz<sup>18</sup>...

O' vós Pôvo ãnascesteis p.<sup>a</sup> sereis Livres, e para gozares dos bons efeitos da Liberdade; O' vós Pôvos ã viveis flagelados com o pleno poder do Indigno coroado, esse mesmo rei ã vós creasteis; esse mesmo rei tirano he q.<sup>m</sup> se firma no trono p.<sup>a</sup> vos veixar, p.<sup>a</sup> vos roubar, ep.<sup>a</sup> vos maltratar.

Homens, o tempo he xegado p.<sup>a</sup> a vossa ressurreição, sim p.<sup>a</sup> ressussitareis do abismo da escravidão, para levantareis a Sagrada Bandeira da Liberd.<sup>e</sup>

A liberd.<sup>e</sup> consiste no estado felis, no estado livre do abatimento: aliberd.<sup>e</sup> he adoçura da vida, o descanso do homem com igual palallélo de huns p.<sup>a</sup> outroz, finalm.<sup>te</sup> a Liberd.<sup>e</sup> he o repouzo, e bemaventurança do mundo.

A França está cada vez mais exaltada, a Alemanha já lhe dobrou o juelho, Castela so aspira a sua aliança, Roma ja vive aneixa, o Pontifice ja está abandonado, e desterrado: o rei da Prucia está prezo p.<sup>lo</sup> seu proprio pôvo: as nascoens do mundo todas tem seus olhos fixos na França, a liberd.<sup>e</sup> he agradável p.<sup>a</sup> todos: he tempo povo, povo o tempo he xegado p.<sup>a</sup> vós defendereis a vossa Liberd.<sup>e</sup> o dia da nossa revolução, da nossa Liberd.<sup>e</sup> e da nossa felid.<sup>e</sup> está para xegar, animaivos, que sereis felis p.<sup>a</sup> sempre.

---

18. AAP, 36, p. 374, há uma série de reticências após o primeiro parágrafo, dando idéia de rasura. Este primeiro parágrafo termina na palavra "ministros". No segundo parágrafo, a palavra "coroado" saiu "corrado". Katia Mattoso traduziu "rei tirano" onde lemos "soberano". Em verdade, a palavra "soberano" está rasurada, mas se lê "s" e "ano" perfeitamente. No quarto parágrafo, onde está "reprizo", o certo é "repouzo". Braz do Amaral omitiu "para sempre" na última frase.

---

<sup>146</sup> Todo esse jogo rasuras (feitas or quem?) e leituras divergentes dos historiadores representaria (representará?) um belo espaço de intervenção e reflexão.